

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS/LINGÜÍSTICA

DO ACUSATIVO COM INFINITIVO LATINO
AO
NOMINATIVO COM INFINITIVO PORTUGUÊS

Doutorando: Mathias Schaf Filho

Orientador: Prof.Dr.Carlos Miotto

Florianópolis, 2003

DO ACUSATIVO COM INFINITIVO LATINO
AO
NOMINATIVO COM INFINITIVO PORTUGUÊS

MATHIAS SCHAF FILHO

Tese de doutorado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Letras/Lingüística da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Lingüística.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Miotto

Florianópolis, outubro 2003.

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS/LINGÜÍSTICA**

**DO ACUSATIVO COM INFINITIVO LATINO
AO
NOMINATIVO COM INFINITIVO PORTUGUÊS**

Mathias Schaf Filho

Banca:

Prof.Dr. Carlos Miotto
(Orientador/UFSC)

Prof.Dr. Rodolfo Ilari
(Membro/Unicamp)

Prof.Dr. Sérgio de Moura Menuzzi
(Membro/PUCRS)

Profa.Dra. Maria Cristina Figueiredo Silva
(Membro/UFSC)

Profa.Dra. Izete Lehmkuhl Coelho
(Membro/UFSC)

Florianópolis, 20 de outubro de 2003.

SCHAF FILHO, Mathias. **Do acusativo com infinitivo latino ao nominativo com infinitivo português**. 2003. 205p. Tese (Doutorado em Lingüística) – Curso de Pós-Graduação em Letras/Lingüística, Universidade Federal de Santa Catarina.

Orientador: Carlos Miotto

Defesa: 20/10/2003

Uma abordagem comparativa tradicional e gerativa (modelo TRL) do infinitivo [+T, -Agr] latino e do infinitivo português [-T, +Agr] com enfoque nas hipóteses da origem do infinitivo flexionado do português, a descrição e prescrição de seu uso pelas gramáticas tradicionais, seu emprego na fala da Região Sul do Brasil com base nos dados do Projeto VARSUL (estudo variacionista), e, por fim, uma análise gerativa com destaque de algumas construções polêmicas.

Palavras-chave: Parâmetro do infinitivo flexionado, gramática central, parâmetro periférico, caso morfológico, verbos ECM, preposição ECM, mecanismo default, infinitivo [+Agr], infinitivo [-Agr].

AGRADECIMENTOS

- = Agradeço aos professores do Pós-Graduação pela dedicação e exemplo como professores e como pesquisadores na área da Lingüística.
- = Agradeço à Coordenação do Curso de Pós-Graduação pela compreensão e tolerância em razão da minha demora na realização do meu Doutorado.
- = Agradeço ao meu orientador, Prof.Dr.Carlos Miotto, pela coragem e temeridade em me aceitar como orientando, visto que minha tese foge aos padrões mais ortodoxos de investigação lingüística consagrados pela Teoria Gerativa.
- = Agradeço a minha mulher, Suzana, e a meus filhos, Frederico, Matheus, Gabriel e Wagner, pela tolerância e compreensão durante o período da redação do texto da tese, marcada pelo isolamento e ausência nas lides domésticas.

Florianópolis, 20 de outubro de 2003.

RESUMO

Este estudo faz um paralelo entre o infinitivo [-Agr] do latim, marcado para [+T], e o infinitivo [+Agr] do português, marcado para [-T]. O tema é abordado à luz da gramática tradicional, da sociolingüística variacionista de Labov e da gramática gerativa de Princípios e Parâmetros. Descreve-se a construção *acusativo com infinitivo*, aplicada, inicialmente, somente aos verbos ECM, e mais tarde estendida, por regra default, a todas as orações infinitivas. Discutem-se possíveis hipóteses sobre o desenvolvimento do infinitivo [+Agr] do português paralelamente ao infinitivo [-Agr] do latim vulgar. Mostra-se a tendência atual do português falado na Região Sul do Brasil a partir de dados do Projeto VARSUL. Faz-se uma descrição do fenômeno pela ótica gerativa baseada no modelo G&B (Chomsky, 1981). No final, buscam-se algumas explicações para o aparente comportamento rebelde do parâmetro do infinitivo [+Agr], minimizado, sem dúvida, por não fazer parte da *core grammar* do português. Esse caráter periférico do parâmetro explica, presumivelmente, sua aquisição tardia e seu uso, às vezes, à margem das previsões gramaticais entre os falantes de português brasileiro.

ABSTRACT

This study compares the [-Agr] [+T] infinitive in Latin, and the case-marked [-T] infinitive in Brazilian Portuguese. Such comparison is approached from the point of view of three frameworks: traditional grammar, labovian quantitative sociolinguistics, and the Principles and Parameters model of generative grammar. Infinitival clauses with accusative subjects are described first in ECM contexts, then extended by default to all other such clauses. Possible hypotheses regarding the emergence of [+Agr] infinitives in Portuguese in parallel with [-Agr] infinitives in Vulgar Latin are discussed. The ongoing trends found for spoken Southern Brazilian Portuguese in the VARSUL database are presented. The phenomenon is analyzed within the GB framework (Chomsky, 1981). Finally, explanations for the apparently rebellious behavior of the inflected infinitive parameter in Brazilian Portuguese are considered. Such unexpected behavior is made less important by the fact that this parameter does not belong to BP core grammar. This peripheral character of the inflected infinitive parameter presumably explains its late acquisition as well as the use of certain related constructions, which are sometimes judged as marginal within grammatical predictions made by Brazilian Portuguese native speakers.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
<u>CAPÍTULO 1</u>	
1. ORIGENS DO INFINITIVO PESSOAL DO PORTUGUÊS	14
1.1. A abordagem tradicional das gramáticas latinas	14
1.1.1 – Introdução	14
1.1.2 – Propriedades morfossintáticas do infinitivo latino	15
1.1.3 – O infinitivo presente latino como nome	19
1.1.4 – O infinitivo como oração subordinada	21
1.1.4.1 – Verbos transitivos que selecionam como complemento uma oração infinitiva com sujeito	21
1.1.4.2 – Verbos transitivos que selecionam como complemento uma oração infinitiva sem sujeito	23
1.1.4.3 – Verbos impessoais que selecionam como sujeito uma oração infinitiva com ou sem sujeito	23
1.1.4.4 – Predicado acusativo e predicado nominativo	25
1.1.4.5 – Sujeito do infinitivo idêntico ao da oração principal	28
1.1.4.6 – Infinitivo como predicativo	29
1.1.4.7 – Infinitivo complemento de adjetivo ou particípio	29
1.1.5 – Gerúndio latino valendo por infinitivo português	30
1.1.6 – Supino valendo por infinitivo português	31
1.1.7 - Particípio latino valendo por infinitivo português	31
1.1.8 – Imperativo seguido de infinitivo	32
1.1.9 – Infinitivo como oração independente	32
1.1.9.1 – Infinitivo com valor de imperativo	32
1.1.9.2 – Infinitivo como oração exclamativa independente	33
1.1.9.3 – Infinitivo como oração interrogativa independente	33
1.1.9.4 – Infinitivo histórico	34
1.2. Uma abordagem gerativa do infinitivo latino	35
1.2.1 – Introdução	35
1.2.2 – O infinitivo como DP	38
1.2.3 – O infinitivo como oração encaixada com sujeito DP	38
1.2.3.1 – Oração infinitiva encaixada com verbo transitivo	39

1.2.3.2 – Oração infinitiva encaixada com verbos inacusativos	43
1.2.3.2.1 – Cópula <i>esse</i> seleciona small clause (SC), com alçamento	44
1.2.3.2.2 – Inacusativos não-passivos, sem alçamento	45
1.2.3.2.3 – Verbos passivos	46
1.2.4 – O infinitivo como oração encaixada com sujeito PRO	51
1.3. O infinitivo no latim vulgar medieval	53
1.4. Hipóteses sobre a origem do infinitivo pessoal português	56
1.4.1 – Hipótese do infinitivo pessoal derivado do infinitivo românico impessoal	56
1.4.2 – Hipótese do infinitivo pessoal derivado do imperfeito do subjuntivo latino	58
1.4.3 – Uma polêmica sem fim	60
<u>CAPÍTULO 2</u>	
2. ABORDAGEM DO INFINITIVO PESSOAL PELA GRAMÁTICA TRADICIONAL (GT)	64
2.1. Introdução	64
2.2. Vestígios da sintaxe latina no infinitivo do PB	66
2.3. A incômoda duplicidade do infinitivo português	71
2.4. A obsessão prescritivista da GT	75
2.5. A persistência na descrição e prescrição do infinitivo	79
2.6. As regras ou tendências do infinitivo pessoal	84
2.6.1 – O emprego obrigatório do infinitivo flexionado	85
2.6.2 – O emprego preferencial do infinitivo flexionado	88
2.7. As regras ou tendências do infinitivo impessoal	91
<u>CAPÍTULO 3</u>	
3. O INFINITIVO FLEXIONADO NA FALA DA REGIÃO SUL DO BRASIL	
3.1. Introdução	98
3.2. Aspectos teóricos	98
3.3. Metodologia	101

3.4. Análise dos dados	105
3.4.1 – Os dados das três capitais da Região Sul (SUL)	105
3.4.2 – Os dados das quatro cidades do Rio Grande do Sul (RS)	114
3.4.3 – Análise dos dados ampliados de Porto Alegre (PAL)	121
3.4.4 – Análise dos dados com enfoque nos fatores sociais	124
3.4.4.1 – Escolaridade	124
3.4.4.2 – Sexo	126
3.4.4.3 – Idade	128
3.4.4.4 – Localidade	129
3.4.4.5 – Cruzamento de escolaridade com os demais fatores sociais	130
3.4.5 – Cruzamento dos fatores lingüísticos e sociais	132
3.4.5.1 – Resultados das três capitais da Região Sul (SUL)	132
3.4.5.2 – Resultados do Rio Grande do Sul (RS)	134
3.4.5.3 – Resultados de Porto Alegre (PAL)	135
3.4.6 – Algumas conclusões	137

CAPÍTULO 4

4. UMA ABORDAGEM GERATIVA DO INFINITIVO FLEXIONADO PORTUGUÊS	141
4.1. Introdução	141
4.2. Algumas considerações teóricas sobre o parâmetro do infinitivo [+Agr]	142
4.3. Um paralelo entre o infinitivo português e latino	143
4.4. As propriedades morfossintáticas do infinitivo [+Agr]	147
4.5. As propriedades lexicais que definem a oração infinitiva	149
4.6. A sintaxe do infinitivo [+Agr]	154
4.7. A Hipótese Inacusativa	167
4.8. Orações infinitivas com infinitivo [+Agr] e [-Agr] complexas	174
CONCLUSÃO	184
BIBLIOGRAFIA	187
ANEXO (Capítulo 3)	192

INTRODUÇÃO

A singularidade do infinitivo latino [-Agr][+T] e do infinitivo português [+Agr][-T] sempre me intrigou desde os tempos de professor de latim em curso pré-vestibular. O infinitivo do latim clássico se caracteriza como *acusativo com infinitivo*, e o infinitivo do português, ao contrário, como *nominativo com infinitivo*. Isso significa que a regra geral da oração infinitiva latina reduz-se a um contexto hipoteticamente ECM; no português brasileiro as construções ECM estão praticamente abandonadas.

A escolha do tema da tese em parte foi motivada por alguns acidentes nas minhas longas atividades de estudante e professor: (i) a minha formação em línguas clássicas; (ii) a responsabilidade por alguns anos da disciplina de Português Histórico; (iii) as novas perspectivas na abordagem diacrônica para os estudos lingüísticos com o advento da Teoria de Princípios & Parâmetros; (iv) a comparação dramática de gramáticos que insistem em enxergar os falantes brasileiros como vítimas de naufrágios lingüísticos a se debaterem, “sem faróis”, no mar revolto do infinitivo; (v) uma precedente provocação do Prof.Dr.Prinzhorn, da Universidade de Viena, ao lhe apresentar o anteprojeto de doutorado em 1994: -- *Aceito ser seu orientador, mas tenho lá minhas dúvidas de que você tenha realmente “etwas Vernünftiges zu sagen” (algo decente a dizer) sobre o tema depois do Raposo (1987).*

Apesar da convicção, externada por alguns gramáticos, de que Said Ali (1908) tenha dado “o tiro de misericórdia” no problema do emprego do infinitivo [+Agr], Maurer (1968) tenha decifrado o enigma de sua gênese e Raposo (1987) tenha encontrado a fórmula mágica de sua equação nos moldes da Teoria da Regência e Ligação (TRL), ele continua a desafiar a inteligência dos lingüistas. Provavelmente, ainda é apreendido pelos falantes, mesmo depois de centenas de anos de convivência com o infinitivo [-Agr], como um corpo estranho dentro do sistema gramatical da língua portuguesa. Na concepção da Hipótese de Vasconcelos (1900), assumida por Maurer (1968), o infinitivo [+Agr] é visto, na verdade, como um enxerto, um implante ou uma mutação de um segmento orgânico no corpo do infinitivo invariável românico. Na hipótese Gamillscheg-Rodrigues (1914), ele resulta de um transplante de órgão estranho ao sistema do infinitivo. Como todo implante ou transplante de órgão, o infinitivo [+Agr] vem enfrentando há mais de mil anos um processo de rejeição, mais ou menos agudo, nos diferentes períodos da história da língua, visto que é encarado como um intruso dentro do sistema morfológico e sintático da língua.

No início, alimentei a temerária idéia de abordar o infinitivo [+Agr] à luz do Programa Minimalista, atraído pela aparente simplicidade dos complementos não-finitos vistos pela ótica do Princípio de Economia do Programa Minimalista. A oração infinitiva pode ser encaminhada pela Teoria do Caso, na configuração X-barra da relação Spec-Head,

dispensando a regência e a seleção-c, segundo Boskovic (1997). O léxico e a Teoria X-barras abriam, assim, um caminho promissor no estudo do meu tema. Mas logo abandonei esse rumo por falta de conhecimento melhor dos fundamentos teóricos que sustentam o programa. Por isso, o meu projeto ficou mais modesto, porém, mais palpável: um estudo comparativo das propriedades morfológicas e sintáticas do infinitivo do latim clássico e do português brasileiro.

O estudo do parâmetro do infinitivo [+Agr] do português brasileiro permitiu levantar algumas hipóteses prévias:

- (a) O infinitivo [-Agr] do português brasileiro é a forma não-marcada das orações infinitivas; inscreve-se, portanto, na gramática central (*core grammar*) da língua portuguesa.
- (b) No português brasileiro informal, o infinitivo [+Agr], aparentemente, constitui um simples apêndice do infinitivo [-Agr] e, como tal, não faz parte da gramática central; é, na verdade, um parâmetro periférico da língua portuguesa.
- (c) Um parâmetro periférico não é necessariamente adquirido durante o processo natural de aquisição da linguagem, ele pode “hibernar”, permanecer “inoperante” por um período e, assim, ser adquirido mais tarde pelo falante.
- (d) O infinitivo [+Agr] está, aparentemente, ausente no léxico de falantes na idade pré-escolar, ou, pelo menos, mascarado por fatores de desempenho. Uma evidência da aquisição tardia do parâmetro, no período escolar, pode ser observada nos textos escritos e na fala da criança: o uso do infinitivo [+Agr] na escrita geralmente precede o seu uso na fala.
- (e) Os dados do Projeto VARSUL revelam que o infinitivo [+Agr] está ausente na fala espontânea de alguns informantes, adultos, e é muito esporádico na fala da maioria deles, independentemente de idade, sexo e escolaridade. As causas desse fenômeno não se devem somente às propriedades do infinitivo, mas às mudanças em outras áreas da língua, principalmente no sistema pronominal.
- (f) Aparentemente, estão em curso duas tendências opostas no emprego do infinitivo [+Agr] entre os falantes de Português Brasileiro: na linguagem falada informal, a tendência observada é pelo não-favorecimento do emprego do infinitivo [+Agr], atribuindo-lhe status de parâmetro periférico. Já na linguagem formal, notadamente na escrita, a tendência é licenciar o infinitivo [+Agr], sempre que o contexto o permita; com isso, o infinitivo obedece, em princípio, à regra geral de concordância das formas finitas; nessa acepção, inscreve-se na gramática central.

No capítulo 1, procedo a duas abordagens distintas do infinitivo latino clássico: a descrição das gramáticas latinas tradicionais e uma proposta de abordagem gerativa, modelo TRL. Na segunda parte do capítulo, discuto as duas hipóteses mais plausíveis sobre a origem do infinitivo [+Agr] do português: a hipótese da sua origem no infinitivo [-Agr] românico é postulada por Vasconcelos (1900), e a origem no imperfeito do subjuntivo latino é defendida por Gamillscheg e Rodrigues (1914).

No capítulo 2, aponto alguns vestígios do *acusativo com infinitivo* do latim que sobreviveram no português brasileiro atual. Em seguida, apresento os estudos dos gramáticos mais importantes que buscaram descrever e disciplinar o emprego dos dois infinitivos do português: de Soares Barbosa (1830) a Bechara (2001). Mostro que filólogos como Said Ali (1908) e Maurer (1968) não conseguem encaminhar a questão de forma mais objetiva porque não se orientam por uma teoria para explicar os fatos da língua e, com isso, suas descrições não logram alcançar rigor científico; além disso, seguem a tradição gramatical apontando como modelos de correção da língua falada textos de escritores clássicos portugueses e brasileiros.

No capítulo 3, abandono o prescritivismo dos gramáticos e dou a palavra a falantes da Região Sul do Brasil. Trabalho com um corpus de 76 informantes do Projeto VARSUL, divididos em três grupos: (i) as Três Capitais da Região Sul do Brasil - Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba (corpus de 36 informantes); (ii) Rio Grande do Sul - Porto Alegre, Flores da Cunha, Panambi e São Borja (corpus de 48 informantes); e (iii) Porto Alegre (corpus de 16 informantes). A meta é apontar tendências no emprego do infinitivo [+Agr] e [-Agr] a partir dos dados obtidos. Sigo o método sociolinguístico quantitativo de Labov (1972, 1996, 2001). Os resultados sinalizam uso muito restrito do infinitivo [+Agr].

No capítulo 4, analiso o emprego do infinitivo [+Agr] à luz da gramática gerativa, modelo TRL. Aponto as principais peculiaridades morfológicas, lexicais e sintáticas do infinitivo [+Agr]. Aplico a contextos específicos toda a parafernália de mecanismos que a TRL põe à disposição para a descrição e explicação das diferentes construções com o infinitivo [+Agr]. Analiso as construções ECM com verbos e preposições, os verbos inacusativos que subcategorizam orações infinitivas, o sujeito PRO das orações infinitivas com infinitivo [-Agr]. No final, abordo construções mais complexas que exigem o concurso de mecanismos como operadores nulos, além de construções em que são possíveis mais alternativas de construção.

Na conclusão faço um resumo dos resultados do estudo e as hipóteses que se mostraram significativas sobre o emprego do infinitivo [+Agr].

No anexo ao capítulo 3, podem ser encontradas todas as ocorrências de infinitivo [+Agr]: aquelas sentenças em que o falante realmente aplicou a regra de concordância sujeito-infinitivo, e aquelas em que o contexto licenciaria a concordância, de acordo com as regras previstas no português padrão, mas o falante não aplicou a regra.

1. ORIGENS DO INFINITIVO PESSOAL DO PORTUGUÊS

1.1. A abordagem tradicional das gramáticas latinas

1.1.1 - Introdução

As gramáticas do latim são fruto de um paciente trabalho de mais de vinte séculos em perfeita sintonia com a “doutrina gramatical” instaurada pelos gramáticos alexandrinos¹ desde o século I antes de Cristo. Os textos de autores clássicos, de Cícero (séc.I a.C.) a Sêneca (séc.I d.C), são considerados modelos de linguagem pura e superior. Esse “erro clássico”, segundo Lyons (1979:9), persiste até hoje nas gramáticas tradicionais mais ortodoxas. A gramática do português não foge a essa doutrina a despeito das conquistas científicas da lingüística nos últimos cem anos. Por economia, passaremos, daqui em diante, a rotular as gramáticas latinas de *gramática latina* (GL), embora concordemos que elas não têm um padrão tão uniforme que justifique a sigla.

A concepção aristocrática, passadista e excludente da gramática tradicional marginalizou a língua falada por mais de dois mil anos. Com isso, a GL dos romanistas (sem querer menosprezar as contribuições dos gramáticos latinos como Varrão (séc.I a.C), Quintiliano (séc.I d.C.), Donato (séc.IV d.C.) e Prisciano (séc.V d.C.)), carentes de fontes do latim falado (*sermo vulgaris*), restringiram-se a reconstituir um modelo de “gramática latina” a partir dos textos de escritores clássicos que foram preservados, longe, portanto, do latim vivo em uso no dia-a-dia dos romanos das diferentes épocas. Apontam-se como testemunhos mais próximos do latim falado as comédias de Plauto (séc.III a.C.) e as cartas de Cícero et alii. Com dados tão fragmentados e de momentos históricos tão distantes, a expectativa não é, obviamente, de uma gramática coesa e consistente.

O latim clássico escrito dispõe de uma riquíssima morfologia flexional, tanto nos verbos como nos nomes. Os verbos obedecem a quatro paradigmas flexionais, com morfemas distintos para tempo-modo e pessoa-número nas formas finitas. A flexão número-pessoal, diferente para cada pessoa do discurso, garante ao latim um lugar no grupo das línguas *pro-drop*, isto é, com parâmetro positivo para sujeito nulo. As relações sintático-semânticas são definidas pelos seis casos morfológicos, que lhe oferecem uma certa liberdade na organização dos constituintes na estrutura da oração. Mas, em princípio, segue o parâmetro sujeito-objeto-verbo (SOV), isto é, com núcleo final.

O latim clássico escrito dispõe de cinco formas nominais do verbo e são denominadas genericamente de *verbum infinitum*, em oposição a *verbum finitum*. As cinco

formas são: (i) infinitivo (presente, passado e futuro), (ii) gerúndio, (iii) gerundivo, (iv) particípio (presente, passado e futuro) e (v) supino.

Sobreviveram, no português, apenas três formas produtivas: infinitivo presente, gerúndio e particípio passado; as demais formas foram incorporadas a outras categorias lexicais, principalmente nomes e adjetivos, ou simplesmente caíram no esquecimento.

1.1.2 – Propriedades morfossintáticas do infinitivo latino

A GL define o infinitivo presente latino, sem sujeito, como uma categoria lexical de natureza ambígua: situar-se-ia na instável fronteira entre o verbo e o nome. Morfologicamente é considerado um substantivo neutro invariável e, como tal, pode ocupar as posições (i) de sujeito (*infinitivo subjetivo*), no caso nominativo neutro (sentença 1a-b); (ii) de predicativo do sujeito, solidariamente também no caso nominativo neutro (sentença 2a); e (iii) de complemento (*infinitivo objetivo*), no caso acusativo neutro (sentença 3). Lembramos que os casos nominativo e acusativo nos nomes neutros são idênticos no latim. Esse infinitivo presente sem sujeito explícito é considerado por Faria (1958:455) “uma forma verbal que participa a um tempo da natureza do verbo e do substantivo”. A alegada ambigüidade do infinitivo latino proporcionou inúmeras confusões entre os gramáticos na descrição de sua morfologia e sintaxe, como vamos ver logo adiante. As sentenças (1), (2) e (3) ilustram, portanto, os três papéis sintáticos do infinitivo presente sem sujeito.

- (1) a. [Inf *Irasci*] non decet.
 Não convém [irritar-se].
 b. [Inf *Errare*] humanum est.
 [Errar] é humano.
- (2) Docto homini vivere est [Inf *cogitare*].
 Ao homem instruído viver é [pensar].
- (3) [Inf *Vincere*] scis.
 Sabes [vencer].

Na sentença (1a), *irasci*² é o sujeito de *non decet*: supomos, portanto, que esteja no nominativo neutro. A evidência para considerar *irasci* no nominativo neutro encontramos na sentença (1b): o adjetivo predicativo *humanum* está no nominativo neutro, concordando com o sujeito nominativo neutro *errare* do verbo finito *est*. Na sentença (2), supomos que o predicativo *cogitare* esteja concordando com *vivere*, o sujeito neutro nominativo de *est*. Na sentença (3), o infinitivo *vincere* está no acusativo neutro, já que é complemento de *scis*.

A GL define o infinitivo com sujeito explícito como uma oração subordinada reduzida; em relação à oração principal, o infinitivo comporta-se como nome; porém, dentro da oração subordinada, é um verbo, e, como tal, pode reger sujeito, complementos e estar ladeado de adjuntos adverbiais. À semelhança do infinitivo presente sem sujeito, pode igualmente ocupar as posições de sujeito (sentença 4a) ou de complemento (sentença 4b) da oração matriz.

- (4) a. Non licet [Inf *te tam tristem esse*].

- Não convém [te estar tão triste] = estares tão trist*
 b. Iuro [Inf *me veritatem dicere*].
Juro[me dizer a verdade] = dizer a verdade

O infinitivo latino é rigorosamente impessoal, acusa, porém, um comportamento temporal sem paralelo nas línguas românicas, pois apresenta as flexões verbais indicativas dos três tempos básicos, na voz ativa e passiva: presente ativo [*amare*], presente passivo [*amari*]; passado ativo [*amavisse*], passado passivo [*amatum,am,um esse*]; futuro ativo [*amaturum,am,um esse*], futuro passivo [*amatum iri*]. Mostramos um quadro mais completo dessa versatilidade temporal do infinitivo latino no QUADRO 1.

VOZ	INFINITIVO PRESENTE infectum (tempo inacabado) contemporâneo	INFINITIVO PASSADO perfectum (tempo acabado) anterior	INFINITIVO FUTURO supino/particípio (tempo futuro) posterior
Voz ativa	ama-re (amar)	amav-isse (ter amado)	amaturum,am,um esse (haver de amar)
Voz passiva	ama-ri (ser amado)	amatum,am,um esse (ter sido amado)	amatum iri (haver de ser amado)

QUADRO 1 – Os três tempos do infinitivo latino

Segundo a GL, essas três versões temporais do infinitivo derivam das três formas primitivas dos verbos latinos: *infectum* (aspecto inacabado) – ação télica, *perfectum* (aspecto acabado) – ação não-télica, e *supino* (aspecto acabado na voz passiva), como pode ser visto no QUADRO 1, acima. O infinitivo presente [*amare*] corresponde às formas finitas dos presentes, indicando ação verbal simultânea à da oração regente; o infinitivo passado [*amavisse*] corresponde às formas finitas dos perfeitos, informando ação verbal anterior à da oração regente; o infinitivo futuro [*amaturum,am,um esse*] corresponde às formas finitas dos futuros, produzindo ação verbal posterior à da oração regente. Segundo Furlan & Bussarello (1997:59), o infinitivo presente ativo deriva do radical do *infectum* + o sufixo modo-temporal *-re* (ama-*re*), e sua forma passiva, do radical do presente + o sufixo *-ri* (ama-*ri*) (na 1^a, 2^a e 4^a conjugações) ou *-i* (cap-*i*) (na 3^a conjugação); o infinitivo perfeito ativo deriva do radical do *perfectum* + o sufixo modo-temporal *-isse* (amav-*isse*), e sua forma passiva, do particípio passado + *esse* (ama-*tum,am,um esse*); o infinitivo futuro ativo forma-se do particípio futuro + *esse* (ama-*turum,am,um esse*), e sua forma passiva, do supino + *iri* (ama-*tum iri*), uma forma invariável. Os infinitivos perfeito passivo e futuro ativo constituem perífrases: os particípios, de natureza adjetival, são variáveis em gênero (masculino, feminino e neutro) e número (singular e plural), concordando com seu sujeito acusativo em gênero e número, como podemos verificar nos exemplos (4).

- (4) a. Credo [InfP *eum venturum esse*].
Creio [ele (ac.) haver de vir] = que ele virá.

- b. Credo [_{InfP} *eam venturam esse*].
Creio [*ela (ac.) haver de vir*] = *que ela virá*
- c. Credo [_{InfP} *eos venturos esse*].
Creio [*eles (ac.) haver de vir*] = *que eles virão*
- d. Credo [_{InfP} *eas venturas esse*].
Creio [*elas (ac.) haver de vir*] = *que elas virão*

As sentenças (4), acima, demonstram que os infinitivos têm uma certa autonomia têmica, pois precisam, aparentemente, exprimir os tempos por si mesmos, sem compromissos maiores com a *consecutio temporum*. No entanto, para Lemle (1984), a correlação temporal seria real no infinitivo latino. O infinitivo apenas ocorre em configurações de subordinação, em contextos semelhantes aos do modo subjuntivo. A expectativa é, portanto, que o *time frame* do infinitivo esteja amarrado ao da oração principal como nos subjuntivos. A GL nega ao infinitivo essa autonomia têmica em relação à oração principal, pois o tempo somente pode ser determinado pelo verbo da oração principal, dentro das regras da *consecutio temporum*. O infinitivo não admite presença de complementizador, pois sempre sinaliza uma oração com verbo na forma finita.

A impessoalidade do infinitivo latino resulta na rejeição de sujeito no caso nominativo, pois não dispõe, como o português, de morfologia flexional para permitir-lhe a admissão de sujeito no caso nominativo. Podemos conferir isso nas sentenças (5).

- (5) a. Video [_{InfP} *puellam exire*].
Vejo [*a menina sair*].
- b. Video [*puellas exire*].
Vejo [*as meninas sair*] = *as meninas saírem*
- c. *Video [*puella exire*]. → nominativo
Vejo [*a menina sair*] → nominativo
- d. *Video [*puellae exire*]. → nominativo
Vejo [*as meninas saírem*] → nominativo

As sentenças (5c-d) são agramaticais porque os sujeitos do infinitivo *exire* estão no nominativo singular (*puella*) e no nominativo plural (*puellae*), respectivamente. As mesmas sentenças são perfeitamente gramaticais em português, pois seu infinitivo possui morfologia flexional que lhe permite construções *nominativo com infinitivo*.

Os verbos volitivos, como *spero* (espero), *iuro* (juro), *minor* (ameaço), *promitto* (prometo), *polliceor* (proponho), *volo* (quero) *etc.* selecionam preferencialmente a construção com o tempo futuro nas orações infinitivas, independentemente da *consecutio temporum*. Não admitem, em princípio, a correlação dos tempos, embora haja contra-exemplos na literatura latina. O tempo futuro está amarrado, na realidade, mais ao sentido do verbo da oração matriz do que propriamente a seu tempo. Podemos conferir isso nas sentenças (6), (7) e (8).

- (6) a. Spero [_{InfP} *te venturum esse*].
Espero [*tu haver de vir*] = *que tu venhas (virás)*
- b. ??Spero [_{InfP} *te venire*].
Espero [*te vir*] = *que tu venhas*
- (7) a. Promittunt [_{InfP} *se abituros esse*].
Prometem [*se haver de sair*] = *que sairão*

- b. ²Promitunt [_{InfP} *se abire*].
Eles prometem [se sair] = sair
- (8) a. Volo [_{InfP} *te venturum esse*].
Quero [te haver de vir] = que tu venhas (virás)
- b. ³Volo [_{Inf} *te venire*].

O infinitivo latino é também suscetível à noção de voz, como podemos ver no QUADRO 1, acima. Dispõe de três vozes distintas: ativa, média e passiva. A voz passiva³ está restrita, naturalmente, aos verbos transitivos diretos (sentenças 9).

- (9) a. Judex dicit [*latrones eum timere*].
O juiz diz [os ladrões o temer] = que os ladrões o temem
- b. Judex dicit [*se a latronibus timeri*].
O juiz diz [se por ladrões ser temido] = que era temido pelos ladrões
- c. Caesar [*militēs castra movere*] vetuit.
César proibiu [os soldados acampamentos levantar] = que os soldados levantassem acampamento
- d. Caesar [*castra moveri*] vetuit⁴.
César proibiu [acampamentos ser levantado] = que o acampamento fosse levantado
- e. Si vis [*amari*], ama! (Sêneca)
Se queres [ser amado], ama!
- f. Creon edixit [*Polynicem interfectam esse*].
Creon decretou [Polinice ter sido morta] = que Polinice fosse morta

As sentenças (9a) e (9c) são a versão ativa das sentenças passivas (9b) e (9d).

O latim tem ainda uma extensa lista de verbos depoentes, com flexão apenas passiva, mas sentido ativo. O latim vulgar abandonou as formas exclusivamente passivas, passando a empregar uma versão ativa delas, mas com o mesmo significado. Mostramos exemplos dessas construções passivas em (10).

- (10) a. Decorum est [*pro patria mori*].
É belo [pela pátria ser morto] = morrer pela pátria
- b. Desditit [*loqui*].
Deixou [falar] = de falar
- c. Scire est [*reminisci*].
Saber é [recordar].

Vimos que o infinitivo latino não dispõe de mecanismo flexional igual aos nomes, imprescindível às informações gramaticais, por isso nos casos oblíquos (genitivo, dativo e ablativo) é substituído pelo gerúndio. O gerúndio tem comportamento morfológico de nome, portanto, sem valor temporal. Em razão disso, pode ser tomado como a declinação do infinitivo presente nos casos oblíquos. No QUADRO 2, logo abaixo, mostramos o cruzamento de funções sintáticas do infinitivo e do gerúndio.

Podemos ver, no QUADRO 2, que a oração completiva no caso acusativo admite, às vezes, duas alternativas: a construção com infinitivo ou com gerúndio, este último quase sempre precedido da preposição *ad*. O gerúndio ablativo pode ser empregado sem preposição ou com preposição.

CASO	FORMA NOMINAL	EXEMPLOS	PORTUGUÊS
Nominativo	(infinitivo)	<i>amare iucundum est</i>	é agradável <i>amar</i>
Genitivo	(gerúndio)	<i>ars amandi</i>	a arte <i>de amar</i>
Dativo	(gerúndio)	<i>aptus amando</i>	apto <i>para amar</i>
Acusativo	(infinitivo)	<i>cupio amare</i>	desejo <i>amar</i>
	(gerúndio)	<i>veni ad amandum</i>	vim <i>para amar</i>
Ablativo	(gerúndio)	<i>amando discitur</i>	aprende-se <i>ao amar</i>
	(gerúndio)	<i>exercitur in amando</i>	exercita-se <i>a amar</i>

QUADRO 2 – A correspondência dos casos nas diferentes funções sintáticas no latim

O infinitivo latino é “puro”, isto é, não aceita a regência de preposição como certos nomes nos casos acusativo e ablativo. O latim tem somente preposições lexicais, atribuidoras de caso acusativo ou ablativo⁵, por isso as orações infinitivas se restringem praticamente a duas funções, sujeito e complemento. As preposições funcionais são criações românicas posteriores. Há, porém, contextos em que certos adjetivos ou participios podiam também selecionar orações infinitivas; os romanistas acreditam que sejam construções sintáticas marginais, de influência grega.

1.1.3 - O infinitivo presente latino como nome

Os autores clássicos evitavam, aparentemente, o emprego do infinitivo presente como nome [+N], privilegiando quase sempre suas propriedades categoriais de verbo [+V]. Maurer (1959) relata que a língua literária tinha “certa repugnância” ao infinitivo substantivado. Por isso, é duvidoso que o latim clássico tenha admitido construções de infinitivo com valor de verdadeiro substantivo. Em contextos sintáticos que exigiam a presença de uma categoria lexical [+N], eles recorriam normalmente a outras formas infinitas do verbo: gerúndio ou supino (com propriedades morfológicas de substantivo), e participio ou gerundivo (com propriedades morfológicas de adjetivo), como vamos apresentar mais adiante. Havia, no entanto, ampla preferência por construções finitas nas orações encaixadas, isto é, introduzidas por complementizadores como *ut*, *quod*, *quia*, *ne etc.* e o verbo num tempo finito condicionado pelas regras da *consecutio temporum*.

O infinitivo [+N], apesar de praticamente estar ausente nos textos clássicos, era possivelmente bastante comum na linguagem informal, o *sermo vulgaris*, pois ocorre com certa frequência nas comédias de Plauto e até nas epístolas de Cícero. Nas sátiras de Pérsio Marcial e Juvenal, da segunda metade do século I d.C., não são raras expressões como *scire tuum* (o teu saber) e *velle suum* (o seu querer). Hofmann (1958:241) cita o caso do verbo *bibere*, que teria sofrido neutralização de seu sentido verbal abstrato – o ato abstrato de beber – para adquirir um sentido mais concreto de substantivo (a bebida). Num primeiro momento, a conversão categorial ou recategorização verbo>nome tinha emprego apenas no singular [+abstrato]; com o tempo, porém, passou a adotar o paradigma flexional dos nomes [-abstrato]: *bibere*, *biberes*. As sentenças (11) mostram ainda uma certa

ambigüidade entre o uso abstrato e concreto, ou melhor, entre o uso do infinitivo como verbo ou nome.

- (11) a. [*Agere*] sequitur [*esse*].
[O agir] segue [o ser]
b. Hic [*vereri*] perdidit. (Plauto)
Este perdeu [o temer].
c. [*Nihil agere*] delectat. (Cícero)
É agradável [o fazer nada].
d. Invideor [*beate vivere tuum*], Horatie!
Invejo [o teu viver feliz], Horácio!
e. Nam [*ipsum latine loqui...*].
Até [o próprio falar latinamente].
f. [*Scire tuum*] nihil est.
[O teu saber] não é nada.
g. Quid autem [*huius vivere*] est? [*diu mori*]. (Sêneca)
Que é [a vida deste homem?] [uma prolongada morte].

A categoria lexical dos infinitivos nas sentenças (11a-b) é tida como ambígua para a GL, pois são infinitivos presentes despojados (*bare*), condição que dificulta sua identificação categorial⁶. Sua invariabilidade flexional representa certamente um obstáculo adicional, pois não se alinha ao paradigma flexional dos nomes. A GL, mesmo assim, considera-os infinitivos substantivados. Assim, o infinitivo depoente *vereri*, da sentença (11b), seria um infinitivo substantivado, porque encontra um bom paralelo no alemão, segundo Hofmann (1958:240): *der hat das Fürchten verlernt*, cuja tradução mais aproximada seria “este desaprendeu o temer”⁷. Na sentença (11c), o infinitivo *nihil agere* não apresenta maiores problemas quanto à sua identidade como verbo, já que está acompanhado de complemento. Essa classificação obedece, porém, a análises pouco criteriosas, por isso, preferimos definir os infinitivos (11a-c) como verbos e não como nomes. Já nas sentenças (11d-f), a categoria lexical dos infinitivos é mais palpável, pois os três estão acompanhados de determinantes (pronomes-adjetivos possessivos), *tuum*, *ipsum e tuum*, respectivamente, o que os caracteriza claramente como nomes. Nas sentenças (11d-e) há, porém, a incômoda presença dos advérbios *beate* e *latine*, que podem pôr sob suspeita a categoria nominal dos dois infinitivos *vivere* e *loqui*. Presumimos, no entanto, que esses advérbios não são pertinentes na questão da definição de seu núcleo nominal. Na sentença (11g), o infinitivo *vivere* está determinado pelo pronome demonstrativo *huius*, o que permite identificá-lo como nome; logo adiante, temos, novamente um infinitivo (*mori*) ladeado por advérbio (*diu*), que também põe sob suspeita sua condição de nome.

Menge (1955) e Nóbrega (1962:342) apontam algumas propriedades morfossintáticas do infinitivo latino que revelariam sua natureza eminentemente verbal:

- (i) pode admitir a distinção de tempo;
- (ii) rege os mesmos casos de seu verbo;
- (iii) admite advérbio, mas não adjetivo;
- (iv) é empregado apenas em certas construções especiais.

A natureza verbal do infinitivo nas sentenças (12) não pode ser posta em dúvida:

- (12) a. [*Librum attente legere*]
 (o) [*ler cuidadosamente o livro*]
 b. [*Victis parcere*] humanum est.
 [*Poupar os vencidos*] é humano.
 c. Dicitur [*Gallos in Italiam transisse*].
 Diz-se [*os gauleses terem passado na Itália*] = que os gauleses passaram na Itália
 d. Judex dixit [*se a latronibus timeri*].
 O juiz disse [*se por ladrões ser temido*] = que era temido pelos ladrões

Na sentença (12a), *attente* é advérbio e *librum* (acusativo) é o complemento de *legere*. Na sentença (12b), *victis* (dativo) é o complemento de *parcere*, que rege o dativo para seu complemento. Na sentença (12c), *gallos* (acusativo) é o sujeito do infinitivo passado *transisse*; *in Italiam* é um adjunto adverbial de *transisse*. Na sentença (12d), *a latronibus* (ablativo) é o agente da passiva do infinitivo presente passivo *timeri*; *se* é o sujeito acusativo de *timeri*.

1.1.4 – O infinitivo como oração subordinada

Já vimos que as orações infinitivas do latim não constituem orações independentes, mas somente subordinadas, correspondendo basicamente a sujeito ou complemento do verbo da oração matriz. Há casos, no entanto raros, em que a oração infinitiva corresponde a complemento nominal de adjetivos ou certos participípios. Passaremos, agora, a apresentar os dois tipos básicos de orações infinitivas no latim.

Abordaremos primeiramente as orações subordinadas infinitivas no papel de complemento do verbo transitivo da oração principal. O léxico latino dispõe de uma extensa lista de verbos transitivos que selecionam como complemento uma oração infinitiva. A GL divide-os em dois conjuntos: (i) os que selecionam oração infinitiva sem sujeito; e (ii) os que selecionam oração infinitiva com sujeito, igual ou distinto daquele da oração principal.

1.1.4.1 – Verbos transitivos que selecionam como complemento uma oração infinitiva com sujeito

Os verbos transitivos que selecionam como complemento uma oração infinitiva com sujeito apresentam a construção canônica, isto é, o sujeito vai no caso acusativo e o infinitivo fica na forma impessoal, com tempo, porém, em sintonia com o tempo da oração principal. Os verbos mais freqüentemente listados neste contexto sintático pela GL são os seguintes:

- (a) Verbos *dicendi et declarandi*: *declaro* (declaro), *affirmo* (afirmo), *nuntio* (anuncio), *trado* (conto), *doceo* (ensino), *iuro* (juro), *promitto* (prometo), *dico* (digo), *memoro* (recordo), *narro* (narro), *denego* (recusar), *pernego* (recuso terminantemente), *mentior* (minto), *ostento* (apresento), *scribo* (escrevo), *simulo* (simulo), *dissimulo* (dissimulo), *fateor* (confesso), *confiteor* (reconheço), *diffiteor* (nego), *polliceor* (proponho) etc. (13)

- (13) a. *Odysseus simulat [se miserum esse].*
Odisseu finge [se miserável ser] = que é um mendigo
 b. *Plato narravit [Cyrum victurum esse Croesum].*
Platão contou [Ciro haver de vencer Cresos] = que Ciro venceria Cresos
 c. *Alexander dicebat [se filium Iovis esse].*
Alexandre dizia [se filho de Júpiter ser] = que era filho de Júpiter

(b) Verbos *sentiendi* (verbos perceptivos e cognitivos): *censeo* (julgo), *cogito* (penso), *video* (vejo), *audio* (ouço), *sentio* (sinto), *comperio* (descubro), *cognosco* (conheço), *ignoro* (ignoro), *credo* (creio), *duco* (conduzo), *fido* (confio), *intellego* (compreendo), *invenio* (acho), *iudico* (julgo), *memini* (lembro), *nosco* (conheço), *opinor* (opino), *recordor* (recordo), *suspicio* (suponho), *puto* (julgo), *scio* (sei), *nescio* (não sei), *spero* (espero), *disco* (aprendo) etc. (14).

- (14) a. *Scimus [Senecam appellatum esse sapientem].*
Sabemos [Sêneca ter sido chamado sábio] = que Sêneca foi chamado de sábio
 b. *[Nivem albam esse] sentimus.*
[A neve branca ser] percebemos = Percebemos que a neve é branca.
 c. *Credo [eos venturos esse].*
Creio [eles (ac.) haver de chegar] = que eles chegarão
 d. *Spero [me mox rediturum esse].*
Espero [me haver de voltar em breve] voltar em seguida.

(c) Verbos *voluntatis* (volitivos): *cupio* (desejo), *decerno* (resolvo), *desidero* (desejo), *impero* (ordeno), *iubeo* (mando), *opto* (opto), *postulo* (postulo), *prohibeo* (proíbo), *sino* (consinto), *studeo* (estudo), *volo* (quero), *nolo* (não quero), *malo* (prefiro), *augeo* (aumento), *cogito* (penso) etc. (15).

- (15) a. *Juno [Odysseum perisse] cupit.*
Juno [Odisseu morrer] deseja = Juno deseja que Odisseu morra.
 b. *Torquatus [filium suum necari] iussit.*⁸
Torquato [filho seu ser morto] mandou = Torquato mandou matar o seu filho.
 c. *[Quid nunc facere] cogitas?*
[O que agora fazer] pensas = O que pensas fazer agora?

(d) Verbos *affectum* (sentimento): *gaudeo* (alegro-me), *doleo* (sofro), *invideo* (invejo), *maereo* (lamento), *rideo* (rio), *gratulor* (agradeço), *laetor* (regozijo-me), *miror* (admiro-me), *patior* (sofro), *vereor* (temo), *odi* (odeio) etc. (16).

- (16) a. *[Salvum te redire] gaudeo.*
[Salvo te voltar] alegre-me = Alegre-me por voltares com saúde.
 b. *Vereor [me veritatem dicere].*
Temo [me a verdade dizer] = dizer a verdade
 c. *Mirror [te non vicisse pugnam].*
Admiro-me [te não ter vencido a luta] = não teres vencido a luta

1.1.4.2 – Verbos transitivos que seleccionam como complemento uma oração infinitiva sem sujeito

Quando o infinitivo é complemento de verbo da oração principal, sem sujeito, é empregado geralmente apenas na forma invariável do infinitivo presente. Podemos observar construções desse tipo em (17).

- (17) a. [*Vincere*] scis.
 Queres [vencer].
 b. *Cupio [studere].*
 Desejo [estudar].
 c. [*Flere*] nolumus.
 Não queremos [chorar]

O infinitivo *vincere* (17a) poderia perfeitamente ser empregado com complemento, já que é verbo transitivo: *vincere pugnam, vincere inimicos, etc.* É nessa questão que os gramáticos mais divergem: *vincere*, sem seu argumento interno, seria um infinitivo que tenderia a ter valor de substantivo e não propriamente de oração; *vincere* com complemento é verbo, adquirindo status mais alto de oração (proposição). Assumimos, obviamente, que em ambos os contextos o infinitivo constitui oração.

1.1.4.3 – Verbos impessoais que selecionam como sujeito uma oração infinitiva com ou sem sujeito

Segundo a GL, os verbos impessoais são verbos defectivos, flexionados apenas na terceira pessoa do singular e têm como sujeito uma oração infinitiva. A GL classifica estes verbos impessoais em quatro subcategorias:

- (a) Verbos formados de adjetivo neutro + esse ou substantivo + *esse*: *humanum est* (é humano), *tempus est* (é tempo), *mos est* (é costume), *fas est* (é oportuno), *nefas est* (é inoportuno), *opus est* (é preciso), *verum est* (é verdade), *facile est* (é fácil), *difficile est* (é difícil), *pulchrum est* (é bonito), *opus est* (é preciso), *decorum est* (é belo), *dulce est* (é doce) *etc.* Os exemplos (18) ilustram o comportamento da oração infinitiva nesta configuração sintática.

- (18) a. [*Errare*] humanum est.
 [Errar] é humano
 b. [*Tacere*] tempus est.
 É tempo [de se calar].
 c. *Difficile est [reperiri amicum].*
 É difícil [de se reencontrar um amigo].

- (b) Verbos intransitivos: *licet* (é permitido), *decet* (convém), *dedecet* (não convém), *pudet* (tenho vergonha), *piget* (aborreço-me), *poenitet* (arrependo-me), *taedet* (enfastio-me), *miseret* (comisero-me), *oportet* (convém), *interest* (interessa), *refert* (importa), *libet* (agrada), *apparet* (é evidente), *constat* (consta) *etc.* Em (19) mostramos as construções sintáticas mais comuns com esses verbos.

- (19) a. *Constat [Croesum ditissimum fuisse].*
 Consta [Creso riquíssimo ter sido] = que Creso fora riquíssimo

- b. Decet [*oratore[m] irasci minime*].
 Convém [o orador se irritar minimamente]
- c. Licet [*me esse otiosum*].
 É permitido [me ser ocioso] = eu ser ocioso

Os adjetivos *ditissimum* (19a) e *otiosum* (19c) são predicativos que concordam com seu sujeito acusativo masculino *Croesum* e *me*, respectivamente.

- (c) Verbos transitivos na voz passiva: *traditur* (conta-se), *dicitur* (diz-se), *narratur* (narra-se), *intelligitur* (entende-se), *perspicitur* (reconhece-se), *nuntiatur* (anuncia-se), *traditum est* (foi contado), *dictum est* (foi dito), *nuntiatum est* (foi anunciado), etc.

A GL postula dois usos distintos para os verbos passivos de (c): (i) emprego impessoal, e (ii) emprego pessoal. O emprego impessoal rege a construção canônica *acusativo com infinitivo* para a oração infinitiva, a forma não-marcada da oração infinitiva latina. Mostramos isso nos exemplos (20).

- (20) a. Dicitur [*Mercurium Argum interemisse*].⁹
 Diz-se [Mercúrio ter matado Argos] = que Mercúrio matou Argos
- b. Reperitur [_{Inf} *Pythagoram venisse in Italiam*].
 Descobre-se [Pitágoras ter vindo à Itália] = que Pitágoras veio à Itália
- c. Narratur [_{Inf} *Romanos omnes gentes vicisse*].
 Conta-se [os romanos ter vencido todos os povos] = que os romanos venceram todos os povos

O emprego pessoal da voz passiva, principalmente com os verbos *dicendi* e *declarandi*, apresenta um comportamento sintático próprio: o sujeito da oração infinitiva assume o papel de sujeito da oração matriz, adotando o caso nominativo. A nova arquitetura da sentença permite, portanto, a concordância sujeito-verbo finito. Ilustramos essa construção sintática tipicamente latina nas sentenças (21).

- (21) a. Milites iussi sunt [*facere pontem*].
 ??Os soldados foram mandados [fazer uma ponte].
- b. Romani narrantur [*omnes gentes vicisse*].
 *Os romanos são narrados [terem vencido todos os povos].
 = Conta-se que os romanos venceram todos os povos
- c. Pythagoras reperitur [*in Italiam venisse*].
 *Pitágoras é descoberto [ter vindo à Itália].
 = Descobriu-se [que Pitágoras esteve na Itália].
- d. Homerus dicitur [*caecus fuisse*].
 Homero é dito [ter sido cego]
 Diz-se [que Homero fora cego].
- e. Dicuntur [*carcere clausi sperare salutem*].
 Diz-se [no cárcere os presos aguardar a salvação] = que os presos aguardam a salvação no cárcere

As sentenças (21) não têm, aparentemente, correspondência sintática no português. Uma frase como [**Homero é dito ter sido cego*] não é uma frase gramatical, pois não admite o alçamento do sujeito. Rónai (1980:255) explica a estrutura da sentença (21e) com estas palavras: “... quando o sujeito da oração principal é indeterminado, o verbo da mesma

vai para a voz passiva, concordando com o sujeito da oração infinitiva, o qual, então, está no nominativo.”

(d) Verbo *videor*, *visus sum*, *videri*

No latim, *videor* – a voz passiva de *videre* (ver) – pode significar tanto *ser visto* (passivo) como *parecer* (depoente). Não constitui, aparentemente, caso de homonímia, mas de polissemia. Por isso, sintaticamente, está distante do verbo *parecer* do português. Apresenta o mesmo comportamento dos verbos *declarandi* e *dicendi* passivos (item c, acima). Na construção impessoal, temos seu sujeito expresso por oração infinitiva que obedece à construção canônica de *infinitivo com acusativo*; na construção pessoal, o sujeito da oração infinitiva assume o papel de sujeito da oração principal. Ilustramos essas configurações sintáticas diferentes nos exemplos (22) e (23), respectivamente.

- (22) a. Videtur [*Hippocratem peritissimum medicum fuisse*].
Parece [*Hipócrates habilíssimo médico ter sido*] = *que Hipócrates fora médico habilíssimo*
- b. Visum est [*urbem captam esse*].
Pareceu [*a cidade ter sido tomada*] = *que a cidade foi tomada*
- c. Videtur [*Homerum caecum fuisse*].
Parece [*Homero cego ter sido*] = *que Homero fora cego*
- (23) a. Res publica videtur [*peritura esse*].
A república parece [*haver de sucumbir*] = *que sucumbirá*
- b. Tu videris mihi [*erravisse*].
Tu me pareces [*ter errado*].
- c. Urbs videtur [*capta esse*].
A cidade parece [*ter sido tomada*].
- d. Omnes videbantur mihi [*intellecturi esse*].
Todos me pareciam [*ter compreendido*] (*haver de compreender*)
= *Parece que todos haverão de compreender.*
- e. Orpheus negatur [*poeta fuisse*].
Orfeu é negado [*ter sido poeta*] = *Nega-se que Orfeu fora poeta.*
- f. Hostes non videntur [*victuri esse*].
Os inimigos não parecem [*haver de vencer*] = *que vencerão*
- g. [*Ab omnibus deserti esse*] videmur.
Parecemos [*ter sido abandonado por todos*] = *Parece termos sido abandonados por todos.*

1.1.4.4 – Predicativo acusativo e predicativo nominativo

A oração subordinada infinitiva com o verbo *esse* (cópula) pode ter o seu predicativo no acusativo ou no nominativo. O mesmo ocorre com os participios nas formas compostas do infinitivo futuro (*amaturum, am, um*) e do infinitivo passado passivo (*amatum, am, um*). O predicativo se harmoniza com o caso de seu controlador.

(a) Nas construções com verbos impessoais (*infinitivo subjetivo*), podemos encontrar duas arquiteturas sintáticas distintas, mas em ambas o predicativo vai no caso acusativo:

(i) Nas orações infinitivas com sujeito, o predicativo concorda com o sujeito no acusativo (sentenças 24).

(24) a. Licet [_{Inf} *te esse otiosum*].
É permitido [te ser ocioso] = tu seres ocioso
 Licet [_{Inf} **te** *otiosum* esse]
 | |
 acc — acc

b. Oportet [_{Inf} *legem brevem esse*].
Convém [que a lei seja breve].
 Oportet [_{Inf} **legem** *brevem* esse]
 | |
 acc — acc

c. Dedecet [_{Inf} *pueros esse malos*].
Não convém [que os meninos sejam maus].
 Dedecet [_{Inf} **pueros** *malos* esse]
 | |
 acc — acc

Os predicativos das sentenças (24), acima – *otiosum*, *brevem*, *malos* – concordam em gênero, número e caso com os sujeitos acusativos – *te*, *legem*, *pueros*, respectivamente.

(ii) Nas orações infinitivas sem sujeito, o predicativo vai no caso acusativo (sentenças 25).

(25) a. Licet [_{Inf} *esse otiosum*].
É permitido [ser ocioso].
 Licet [**esse** *otiosum* esse]
 | |
 ? — acc

b. Decet [_{Inf} *non esse cupidum*].
Convém [não ser cobiçoso].
 Decet [_{Inf} **esse** *non cupidum* esse]
 | |
 ? — acc

Os predicativos das sentenças (25), acima – *otiosum*, *cupidum* – estão no acusativo neutro, a provável forma não-marcada do latim.

(b) Nas construções com verbos transitivos ativos (*infinitivo objetivo*), também há possibilidade de duas arquiteturas distintas, uma com acusativo (a forma não marcada) e outra com nominativo (a forma marcada):

(i) Nas construções canônicas de *acusativo com infinitivo* o predicativo concorda com seu sujeito acusativo (sentenças 26).

(26) a. Censeo [_{Inf} *puellam pulchram esse*].
Julgo [a menina bonita ser] = que a menina é bonita
 Censeo [_{Inf} **puellam** *pulchram* esse]
 | |
 acc — acc

(28) a. Dicitur [_{Inf} *Homerum caecum fuisse*].
Conta-se [Homero cego ter sido] = que Homero fora cego
 Dicitur [_{Inf} *Homenrum caecum fuisse*]
 | |
 acc ——— acc

b. *Homerus dicitur* [_{Inf} *caecus fuisse*].
**Homero é dito [cego ter sido] = que fora cego*
Homerus dicitur [_{Inf} *caecus fuisse*]
 nom | |
 nom

Uma construção muito similar ocorre quando o verbo impessoal da oração principal é “pessoalizado”. Exemplo disso é a sentença (29a), abaixo, com o verbo *licet*, que rege o caso dativo para seu complemento (*tibi*): o predicativo *otioso* é “atraído” por *tibi*, indo no mesmo caso dativo, rotulado pelos gramáticos como *dativo de interesse*. Aparentemente, na falta do sujeito na oração principal, o natural controlador do predicativo, esse controle é delegado ao complemento dativo. Podemos verificar esse mecanismo sintático nas sentenças (29).

(29) a. *Tibi licet* [_{Inf} *esse otioso*].
É permitido [ser ocioso].
Licet tibi [_{Inf} *esse otioso*]
 | | |
 dat — ? ——— dat

b. *Mihi* [_{Inf} *negligenti esse*] non licet.
Me [ser negligente] não é permitido = Não me é permitido ser negligente
Non licet mihi [_{Inf} *esse negligenti*].
 | | |
 dat — ? ——— dat

b. *Vobis iam licuit* [_{Inf} *esse fortunatissimis*].
Vos já foi permitido [ser felicíssimos] = Já vos foi permitido [serem felicíssimos]
Iam licet vobis [_{Inf} *esse fortunatissimis*]
 | | |
 dat — ? ——— dat

c. *Nemini patricio licebat* [_{Inf} *tribuno plebis fieri*].
A nenhum patricio era permitido [tribuno da plebe ser feito] = ser feito tribuno da plebe
Licebat nemini patricio [_{Inf} *fieri tribuno plebis*]
 | | |
 dat — ? ——— dat

1.1.4.5 – Sujeito do infinitivo idêntico ao da oração principal

Quando o sujeito da oração infinitiva é o mesmo daquele da oração matriz, o latim oferece duas alternativas:

- (i) sujeito explicitado por *me, te, se, nos* e *vos*;
- (ii) ou sem sujeito.

Uma construção *acusativo com infinitivo* só é possível com sujeito, já que o infinitivo é impessoal, o que não permite construção com sujeito nulo, como nas formas finitas. Para expressar essa identidade, a língua latina emprega os pronomes reflexivos, como podemos ver nos exemplos (30). O sujeito diferente tinha de ser, obviamente, explicitado.

- (30) a. Narcyssus_i dicebat [*se_i amavisse nympham*].
Narciso dizia [se ter amado a ninfa] = que tinha amado a ninfa
 b. \emptyset _i Spero [*me_i victurum esse*].
Espero [me haver de vencer] = que eu vença
 c. Hercules_i negavit [*se_i filium Iovis esse*].
Hércules negou [se filho de Júpiter ser] = que fosse filho de Júpiter
 d. \emptyset _i Volumus [*nos_i esse bonos*].
Queremos [nos ser bons]

A construção sem sujeito podemos verificar nas sentenças (31).

- (31) a. \emptyset _i Nolo [_{Inf} \emptyset _i *dicere*].
Não quero [dizer].
 b. Lucina, \emptyset _i probas [_{Inf} \emptyset _i *vocari*].
Ó Lucina, desejas [ser chamada].
 c. \emptyset _i Non metuam [_{Inf} \emptyset _i *mori*]¹⁰.
Não temo [morrer].

1.1.4.6 – Infinitivo como predicativo

Já referimos que o infinitivo como predicativo ocorre com o verbo cópula *esse* (exemplos 32).

- (32) a. Docto homini vivere est [_{Inf} *cogitare*].
Ao homem instruído viver é [pensar].
 b. Vivere [_{Inf} *militare*] est.
Viver é [lutar].
 c. Scire est [_{Inf} *reminisci*].
Saber é [recordar].

1.1.4.7 – Infinitivo complemento de adjetivo ou particípio

Há, também, ocorrências de infinitivos que dependem de adjetivos e de certos particípios na função de adjetivo: *doctus* (instruído), *assuetus* (acostumado), *paratus* (pre - parado), *capax* (capaz), *avidus* (ávido), *dignus* (digno), *indignus* (indigno), *facilis* (fácil), *difficilis* (difícil) *etc.* Muitas vezes, há preferência pela construção com preposição *ad* + gerúndio no *acusativo* (exemplos 33).

- (43) a. ... avidus [_{InfP} *committtere pugnam*]
 ... ávido [*por travar a batalha*]
 b. ... paratus [_{InfP} *inimicos oppugnasse*]
 ... pronto [*para combater os inimigos*]

- c. ... paratus [*ad oppidum oppugnandum*]
... preparado [*para atacar a fortaleza*]
- d. ... doctus [*sagittas tendere*]
... perito [*em lançar setas*]
- e. ... epistolae faciles [*legi*]
... cartas fáceis [*de (se) lerem*]
- d. ... miles paratus [*ludere*]
... Soldado preparado [*para jogar*]

1.1.5 – Gerúndio latino valendo por infinitivo português

Já expusemos no QUADRO 2 que o infinitivo simples funciona como forma neutra nos casos nominativo (infinitivo subjetivo) e acusativo (infinitivo objetivo), sem flexão morfológica de caso. Os demais casos do infinitivo são, então, supridos pelo gerúndio, uma forma verbal nominalizada (35), cujo radical vem da forma *infectum*.

- (35) a. [*Tacendi*] tempus est. (gerúndio genitivo)
É tempo [*de calar-(se)*].
- b. Orator est vir bonus et [*dicendi*] peritus. (gerúndio genitivo) (*Catão*)
O orador é um homem de bem perito [*em falar*].
- c. Te hortor [*ad legendum*]. (gerúndio acusativo)
Exorto-te [*a ler*].
- d. Te hortor [*ad legendam fabulam*]. (gerúndio acusativo)
Exorto-te [*a leres a fábula*].
- e. [*Scribendo*] puer aptus est. (gerúndio dativo)
O menino está habilitado [*a escrever*]
- f. [*Errando*] discimur. (gerúndio ablativo)
Aprendemos [*ao errar*] = errando

Construções de *ad* + gerúndio ou gerúndio acusativo passaram a corresponder no português a oração infinitiva preposicionada, ou sintagma nominal preposicionado na função de complemento nominal de certos adjetivos como *paratus*, *idoneus*, *aptus etc.*, ou expressões como *natus est* (“foi nascido”), *factus est* (foi feito) *etc.* (36). O gerúndio ou gerúndio ablativo, precedidos de preposição, correspondem, por sua vez, a adjunto adverbial ou oração adverbial (37).

- (36) a. Canis factus est [*ad venandum*] (> ad venationem)
O cão foi feito [*para caçar*] (*para a caça*)
- b. Miles paratus (est) [*ad dimicandum*] (> ad dimicationem)
O soldado está preparado [*para lutar*] (> *para a luta*)
- c. Idoneus [*ad laborandum*] (> ad laborem)
Idôneo [*para trabalhar*] (> *para o trabalho*)
- (37) a. Id deterruit me [*a scribendo*].
Isso me dissuadiu [*de escrever*]
- b. Multa [*de bene beateque vivendo*] disputata sunt.
Muitas coisas foram discutidas [*sobre o bom e feliz viver*].
- c. Consumit tempus [*in legendis poetis*].
Gasta o tempo [*a ler os poetas*].

Em (37b), o gerúndio latino está acompanhado de dois advérbios, *bene* e *beate*; no português, o gerúndio é traduzido para infinitivo, fazendo com que os dois advérbios sejam recategorizados como adjetivos, *o bom* e *feliz* (*viver*).

1.1.6 – Supino valendo por infinitivo português

O supino ativo (*amatum*) é traduzido no português pelo infinitivo precedido das preposições *a* ou *para* em adjuntos adverbiais de finalidade e complementos de certos adjetivos. Ocorre geralmente com verbos como *ire* (ir), *venire* (vir), *mittere* (enviar) e semelhantes (38). O supino passivo (*amatu*) corresponde no português a um infinitivo precedido da preposição *de*; vem regido, geralmente, por adjetivos como *mirabilis* (admirável), *incredibilis* (incrível), *honestus* (honesto), *turpis* (torpe), *utilis* (útil), *iucundus* (agradável), *facilis* (fácil), *difficilis* (difícil), *fas* (fasto), *nefas* (nefasto) etc. (39).

- (38) a. Legati venerunt [*postulatum auxilium*].
Os legados vieram [para pedir auxílio].
b. Asterix venit Romam [*spectatum ludos*].
Ásterix veio a Roma [para ver os jogos].
c. Eo [*lusum*].
Saio [para jogar].
d. Haedui legatos ad Caesarem mittunt [*rogatum auxilium*].
Os éduos enviam emissários a César [para pedir auxílio].
- (49) a. Res iucunda [*auditu*].
Coisa agradável [de (se) ouvir].
b. Labor difficilis [*factu*].
Trabalho difícil [de (se) fazer].
c. Mirabile [*dictu*]!
(Cois) admirável [de dizer!]

1.1.7 – Particípio latino valendo por infinitivo português

O particípio presente latino (*amans*) não sobreviveu como forma verbal no português. O particípio passado (*amatus, a, um*), de natureza adjetival, corresponde à forma do particípio português atual. O particípio futuro (*amaturus, a, um*), com sentido de obrigação (*morituri te salutant, Caesar!*), também não sobreviveu no português como forma verbal. Muitas vezes, eles correspondem no português a infinitivo (40).

- (40) a. Caesar [*cohortatus suos*] proelium commisit.
César, [depois de ter exortado os seus], travou o combate
b. Video [*eum ingredientem*].
Vejo-[o entrar] = (entrando).
c. Romani, [*non rogati*], Graecis auxilium offerunt.
Os romanos, [sem serem solicitados], oferecem ajuda aos gregos.

1.1.8 – Imperativo seguido de infinitivo

O infinitivo latino simples podia comparecer também em construções com o imperativo, para assumir um caráter mais polido e formal. Infinitivos como *credere* e *dubitare* podem, portanto, ser analisados como infinitivo no caso acusativo, com papel de objeto do verbo *nolle* nos exemplos (41).

- (41) a. Noli [*uxore credere*].
Não queiras [acreditar na mulher] = Não creias na mulher.
b. Nolite [*dubitare*].
Não queirais [duvidar] = Não duvideis.
c. Noli [*tangere*].
Não queiras [tocar] = Não toques.
d. Noli [*tangere circulos meos*]. (Arquimedes)
Não queiras [tocar meus círculos] = Não toques meus círculos

As orações subordinadas infinitivas *uxore credere* (41a), *dubitare* (41b), *tangere* (41c) e *tangere circulos meos* (41d) correspondem a *infinitivos objetivos*, isto é, são complementos do verbo *nolle*.

1.1.9 – Infinitivo como oração independente

Vimos que as orações infinitivas não têm autonomia e são, por excelência, orações subordinadas. Somente os verbos finitos constituem orações independentes. Há, no entanto, contextos sintáticos, ou melhor, contextos discursivos em que o infinitivo adquire uma aparente autonomia. Essa autonomia ocorre, por exemplo, em orações (i) imperativas (*infinitivo jussivo*), (ii) exclamativas, e (iii) interrogativas. Essa pretensa autonomia é, no entanto, perfeitamente contestável. Sentenças de caráter enfático sofrem geralmente reduções, por isso, podemos prever a virtual presença de orações matrizes com verbos volitivos, factivos ou modais, que reforçam a natureza auxiliar do infinitivo latino. Além dessa tipologia do infinitivo, temos ainda o infinitivo histórico, equivalendo a imperfeito do indicativo.

1.1.9.1 – Infinitivo com valor de imperativo

Como no português, o infinitivo latino também pode substituir o imperativo. Estas construções aproximam-se das orações exclamativas, que a GL denomina de *infinitivo jussivo*, ou também *proibitivo* (42)

- (42) a. *Ludere, non laedere.*
Brincar, mas não ofender.
b. *Fugere urbem.*
Fugir da cidade = Fuja da cidade
c. Tu socios *adhibere* sacris.
Prepara nossos companheiros para o sacrifício.

O destinatário desses infinitivos jussivos não é determinado como no imperativo finito: não está claramente definido quem deve jogar e não lesar, quem deve aproveitar as ocasiões, quem precisa fugir da cidade. A “ordem” ou o “conselho” são direcionados a um

sujeito genérico, abstrato, universal. São sentenças dependentes de contexto discursivo bem específico.

1.1.9.2 – Infinitivo como oração exclamativa independente

Orações infinitivas exclamativas também podem comparecer na sintaxe latina como orações independentes (43).

- (43) a. *Tene hoc dixisse!*
Tu não teres dito isso!
b. *Te tam turpiter fugisse!*
Tu teres fugido tão vergonhosamente!
c. *Mene Iliacis occumbere campis non potuisse!*
Eu não ter podido tombar nos campos de Tróia!
d. *Te nunc, mea Terentia, sic vexari!*
(Pensar que tu), minha Terência, tu agora estares tão abalada!

As sentenças (43), acima, têm como sujeito os pronomes acusativos *te* (43a), *te* (43b), *me* (43c) e *te* (43d), e o verbo no infinitivo – *dixisse*, *fugisse*, *occumbere-potuisse* e *vexari*, respectivamente. A construção é a mesma das infinitivas dependentes: acusativo com infinitivo. Sua autonomia pode, portanto, ser perfeitamente questionada, pois não temos sujeito nominativo, inviável no infinitivo latino. Por isso, essas orações são fortemente dependentes de contexto.

1.1.9.3 – Infinitivo como oração interrogativa independente

As interrogativas infinitivas independentes podem vir sem a presença de pronome interrogativo (44), ou serem iniciadas por pronome interrogativo (45).

- (44) a. *Nonne videre?!*
É possível não ver?!
b. *Hoc non videre?!*
Como não ver isto?!
- (45) a. *Quid nunc facere?*
O que fazer agora?
b. *Dixit: Quid facere?*
Disse: O que fazer?
- a'. *Quid nunc faciam?*
ⁱO que que eu faça agora?
b'. *Dixit: Quid facerem?*
ⁱDisse: O que que eu fizesse?

As orações interrogativas iniciadas por *quid* podem ser construídas com o verbo no infinitivo (45a,b), mas a construção preferencial é com o verbo no subjuntivo (presente e imperfeito), como podemos observar em (45a',b').

O infinitivo pode também ser empregado em orações subordinadas interrogativas indiretas de sentido negativo, como também ocorre no português (46).

- (46) a. *Non habent [unde reddere tibi].*
Eles não têm [onde te devolver].
b. *Nescit [quo flectere puppem].*
Não sabe [para onde dirigir a popa].

- c. Non habent [*quid respondere*].
Não têm [o que responder].

1.1.9.4 – Infinitivo histórico

Historiadores romanos como César, Salústio, Tito Lívio e outros, às vezes, substituem ou alternam em suas narrações o imperfeito do indicativo pelo infinitivo, denominado, por isso, *infinitivo histórico*. Nessas construções, o sujeito está no caso nominativo, estabelecendo, portanto, uma relação sujeito-infinitivo semelhante àquela do imperfeito do indicativo (uma forma finita), embora mantendo sua impessoalidade. Este raro emprego do infinitivo se distinguia claramente das construções do infinitivo propriamente dito. Podemos observá-lo em sentenças independentes nos excertos (47).

- (47) a. *Rex primo nihil metuere*]...
Primeiro o rei nada temia...
b. *Quotidie Caesar frumentum flagitare; diem ex diem ducere Haedui.*
Diariamente César reclamava o trigo; os éduos protelavam dia após dia
c. *Ruri (∅) agere vitam; semper parce et duriter (∅) se habere.*
Levava a vida no campo; sempre se mantinha com parcimônia e severidade.
d. *Nihil Sequani respondere, sed in eadem tristia taciti (∅) permanere*]. (César)
Os séquanos nada respondiam, mas permaneciam calados, na mesma tristeza.

Conferindo melhor o comportamento do infinitivo histórico em (47), acima, podemos ver que ele não concorda com seu sujeito nominativo, mas fica invariável. Na sentença (47a), o sujeito é *rex* (*metuere*); na sentença (47b), o sujeito é *Caesar* (*flagitare*) e *Haedui* (*ducere*), respectivamente; na sentença (47c), os sujeitos de *agere* e *se habere* são nulos (∅); na sentença (47d), os sujeitos de *respondere* e *permanere* são *Sequani* e nulo (∅). O sujeito de (47d) *Sequani respondere* (=os séquanos responder), traduzida para a forma do imperfeito do indicativo, ficaria *Sequani respondebant*, e não **Sequani respondebat*, pois seria uma sentença agramatical. Portanto, o infinitivo latino, mesmo em empregos de natureza finita, mantém sua forma impessoal.

1.2. Uma abordagem gerativa do infinitivo latino

1.2.1 - Introdução

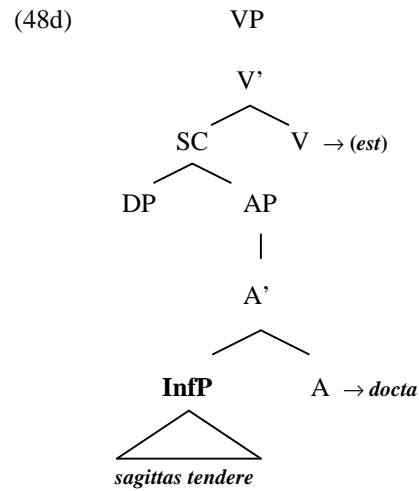
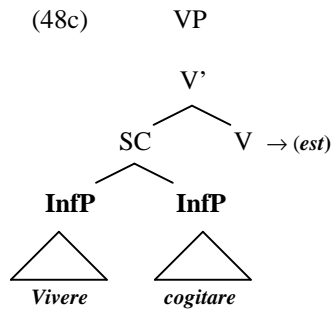
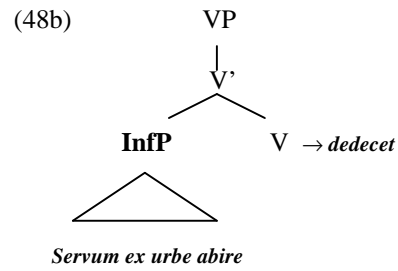
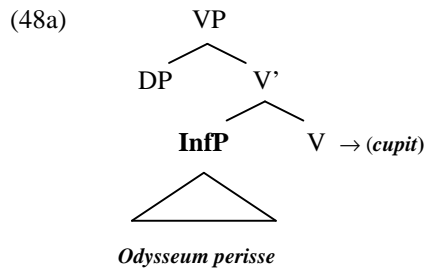
Fazer uma gramática consistente e coerente do infinitivo do latim clássico escrito a partir de dados fragmentados e recolhidos de um período histórico de mais de duzentos anos constitui-se em verdadeiro trabalho de Sísifo. Por isso nos propomos, sem maiores pretensões, a somente testar o comportamento do infinitivo à luz da gramática gerativa, com enfoque no modelo da Teoria da Regência e Ligação (TRL), ou de Princípios e Parâmetros (P&P). O objetivo básico, neste estudo, é confrontar o infinitivo do latim com o infinitivo do português brasileiro contemporâneo.

Inicialmente, destacaremos algumas propriedades paramétricas do latim clássico escrito, pertinentes à nossa abordagem. O latim é uma língua indo-européia que apresenta alguns parâmetros que contrastam com o português brasileiro, como podemos ver a seguir.

- (i) É uma língua de sujeito nulo (*pro-drop*)¹¹.
- (ii) É uma língua com ordem dos constituintes da oração bastante livre, embora mostre preferência por sujeito-objeto-verbo (SOV).
- (iii) É uma língua que admite sujeito pós-verbal.
- (iv) É uma língua que dispõe de casos morfológicos para marcar o papel sintático-semântico dos constituintes.
- (v) É uma língua de núcleo final.
- (vi) É uma língua de infinitivo impessoal [-Agr]¹².
- (vii) É uma língua com [InfP]¹³ especificado para tempo [+T].
- (viii) É uma língua com InfP sem preposição.
- (ix) É uma língua que dispõe somente de preposições lexicais.

Vimos que a oração subordinada infinitiva pode ocupar as posições de sujeito¹⁴, objeto, predicativo e complemento nominal. O infinitivo latino admite, portanto, a regência dos núcleos lexicais V (verbo) e A (adjetivo); o núcleo lexical P (preposição) não consta como regente de infinitivo, como registramos no item viii, acima. À luz da Teoria X-Barra, o infinitivo latino comparece mais frequentemente nas posições sintáticas de argumento interno de verbos transitivos (48a), de verbos inacusativos (48b) e de complemento de adjetivo (48c). Lembramos, aqui, que [InfP]¹⁵ está à esquerda de seu regente [V] porque o latim é uma língua de núcleo final (item v, acima). A árvore (48a') corresponde à sentença (48a): uma construção com verbo transitivo em que [InfP] é seu argumento interno; a posição do argumento externo (sujeito) pode estar preenchida por DP ou PRO¹⁶; sujeito nulo (*pro*) é impossível, pois o infinitivo é [-Agr]. A árvore (48b') corresponde à sentença (48b): uma construção com verbo inacusativo em que [InfP] é seu argumento interno; a posição do argumento externo (sujeito) não está preenchida, pois verbo inacusativo não seleciona sujeito¹⁷; a árvore (48c') corresponde à sentença (48c): uma construção com inacusativo cópula (*esse*) em que InfP é o sujeito e/ou o predicativo de *small clause* (SC)¹⁸; a árvore (48d'), corresponde à sentença (48d): uma construção em que InfP é o complemento do adjetivo A, núcleo de AP¹⁹, que faz parte da SC como predicado.

- (48) a. Juno [_{InfP} *Odysseum perisse*] cupit.
Juno [Ulisses ter perecido] deseja = que Ulisses morra
- b. [_{InfP} *Servos ex urbe abire*] dedecet.
[Os escravos da cidade sair] não convém = Não convém os escravos saírem da cidade
- c. [_{InfP} *Vivere*] est [_{InfP} *cogitare*].
[Viver] é [pensar].
- d. Diana [*sagittas tendere*] docta (est).
Diana [em lançar flechas] perita é = Diana é perita [em lançar flechas]

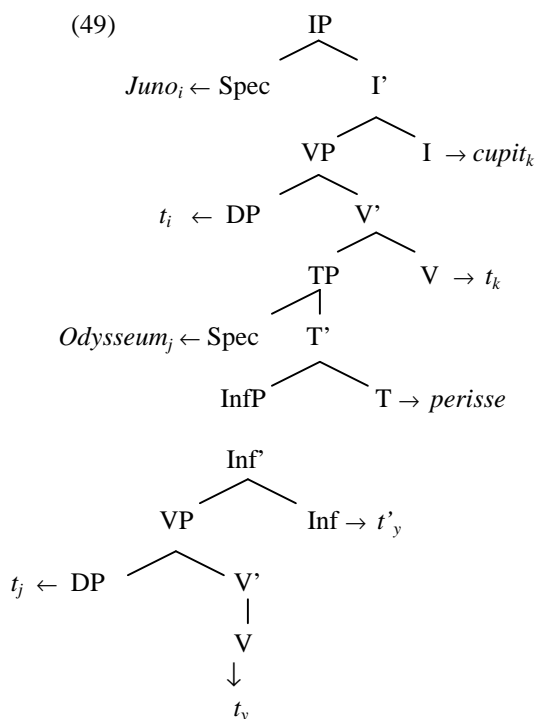


Admitindo o pressuposto de que o infinitivo do latim é [+T, -Agr], podemos postular que [InfP], nossa fórmula mnemônica daqui para frente, está especificado para tempo [+T], mas não para flexão número-pessoal [-Agr]. [InfP] não está, portanto, habilitado para licenciar caso nominativo ao DP na posição de sujeito, visto que é [-Agr]. Presumimos, outrotanto, que [TP] não constitui barreira para marcação de caso externa. A derivação sintática da oração infinitiva latina pára, aparentemente, em TP, isto é, não alcança a plenitude derivacional postulada por Rizzi (1993). Com isso, o latim abre caminho para inúmeras construções ECM²⁰, ou *acusativo com infinitivo*. O núcleo V (transitivo) da oração matriz (árvore 48a, acima) está, assim, autorizado a marcar com o caso acusativo o DP na posição de sujeito da oração infinitiva. Essa particularidade sintática é rotulada de *marcação excepcional de caso* (ECM). O latim clássico não possui posições ECM, mas apenas verbos ECM.

Em (48a), temos a forma canônica de oração subordinada infinitiva. O latim, inicialmente, só admitia construções *acusativo com infinitivo* em orações infinitivas na posição de objeto de verbo transitivo. Mais tarde a regra foi estendida para todas as orações infinitivas (Maurer, 1968), mesmo não havendo um atribuidor de caso disponível, como, por exemplo, nos verbos inacusativos (48,b,c,d). Raposo (1992) explica todas as construções *acusativo com infinitivo* do latim por regra default. Nós defendemos que *acusativo com infinitivo* constitui uma construção canonicamente ECM, quando a oração infinitiva é complemento de verbo transitivo, o que implica admitir que a projeção máxima TP não constitui barreira para marcação de caso externa. A regra default somente se aplica nas configurações sintáticas em que não há atribuidor de caso (acusativo) nem dentro da

oração infinitiva, nem na oração matriz. Assim, a oração infinitiva selecionada por verbos inacusativos só pode ser regida por um mecanismo default, uma excentricidade ad hoc que libera a construção *acusativo com infinitivo*.

A representação arbórea padrão para as orações encaixadas infinitivas do latim, na posição de complemento de verbos transitivos como (48a), terá a configuração sintática de (49).



A oração infinitiva ocupa, portanto, a posição de DP, passível, em princípio, de atribuição de caso. De acordo com a árvore (49), acima, a oração infinitiva é complemento do núcleo lexical V da oração matriz; a posição canônica do DP sujeito de oração infinitiva latina é Spec de TP. O DP *Odysseus*, “sujeito” da oração infinitiva, inicia, então, desde sua gênese em Spec de VP, a perigosa *odisséia*, escalando a árvore até o Spec de TP, também uma posição não-casual [-K]. A peripécia é motivada pelo Filtro de Caso, a **moira** de *Odysseus*, que, agora já hospedado em Spec de TP, não encontrando caso *in loco*, vislumbra (*eureka!*) sua salvação, *in extremis*, num atribuidor *extramuros* - o verbo da oração matriz (*cupit*) - que tem caso acusativo a descarregar, visto que seu complemento selecionado não é DP, mas oração. Graças a essa astúcia sintática de última hora, *Odysseus* é travestido em *Odysseum*, salvando-o, assim, do *naufrágio* lingüístico.

O verbo (*perire*) da oração infinitiva sobe para o núcleo Inf de InfP para incorporar o morfema [-re] do infinitivo; em seguida sobe para o núcleo T de TP para receber a marca temporal do passado [-sse]. A representação arbórea padrão exposta em (49) despreza, obviamente, as variações na ramificação interna de InfP determinada pela seleção particular do verbo. O que queremos aqui apontar não são as diferenças, mas o que elas têm em

comum: o DP sujeito no acusativo²¹ e o verbo no infinitivo presente, passado ou futuro. As diferentes construções com verbos transitivos, voz ativa e passiva, com verbos inacusativos e com adjetivos vamos abordar mais adiante.

A categoria InfP, marcada para tempo, encontra justificativa conceptual na sua peculiaridade morfológica e na sua ocorrência em configurações sintáticas próprias que contrastam com a categoria IP das formas finitas do verbo. É um algoritmo que admite morfemas flexionais de tempo [+T] e voz, mas não de pessoa e número [-Agr]. Com isso, InfP não é atribuidor de caso nominativo. O radical do núcleo lexical de verbo no infinitivo admite, portanto, informações adicionais de tempo e voz, que vamos codificar de acordo com o que está exposto no QUADRO 3.

presente ativo	-re
presente passivo ...	-ri ou -i
passado ativo	-isse
passado passivo	-tum,am,um esse
futuro ativo	-turum,am,um esse
futuro passivo	-tum iri

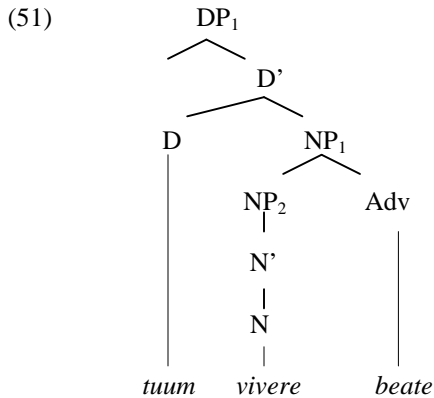
QUADRO 3 – Morfemas flexionais de tempo e voz

O Spec de TP pode ser ocupado por DP ou por PRO²²; nunca, portanto, por pro, já que o infinitivo latino é [-Agr]. A seguir, passamos a analisar com mais vagar o infinitivo latino como DP e como oração encaixada [InfP].

1.2.2 – O infinitivo como DP

Já mostramos na seção 1.1.3 que o infinitivo do latim clássico escrito, segundo a GL, pode ser empregado como simples DP, ou como VP. Na condição de DP, o infinitivo perde o status morfossintático de infinitivo, isto é, assume as propriedades lexicais [+N, -V] próprias aos nomes. As expressões destacadas em (10), reescrevemos aqui em (50); o DP, entre colchetes e em itálico nos exemplos (50a), tem a configuração arbórea representada em (51).

- (50) a. *Invideor* [_{DP} *beate vivere tuum*], Horatie!
Invejo [*feliz viver teu*], ó Horácio! = o teu viver feliz
 [_{IP} *pro* *Invideor*_k ... [_V *t_k beate vivere tuum*]]], Horatie!
- b. *Nam* [_{DP} *ipsum latine loqui*]...
Até [*próprio latinamente falar*]... = o próprio falar latinamente
 ... [_D [_D *ipsum* ... [_N *latine loqui*]]]
- c. [_{DP} *scire tuum*] nihil est.
[saber teu] não é nada = o teu saber
 [_{IP} [_{VP} [_V [_{SC} [_{DP} *scire tuum*] [_{DP} *nihil*] [_I *est*]]]]]]]



A recategorização de infinitivo [VP] para [DP] exhibe propriedades nominais evidentes em (51), pois seu núcleo está ladeado de um determinante (D), expresso pelo pronome-adjetivo possessivo (*tuum*), que concorda com o núcleo N *vivere* no acusativo neutro; *beate* é advérbio, que não interfere nas propriedades nominais de *vivere*, antes forma com ele uma espécie de nome composto [*beate-vivere*]. O determinante *tuum* é, portanto, suficiente para identificar o constituinte núcleo como N e não como V.

1.2.3 – O infinitivo como oração encaixada com DP sujeito

Subdividimos os verbos que podem selecionar como argumento interno um InfP da seguinte forma:

- (i) Verbos transitivos (ECM) - *dicendi, sentiendi, voluntatis e affectum*.
- (ii) Verbos inacusativos (default) - *esse*, não-passivos, passivos (forma sintética e forma analítica).

1.2.3.1 – Oração infinitiva encaixada com verbos transitivos

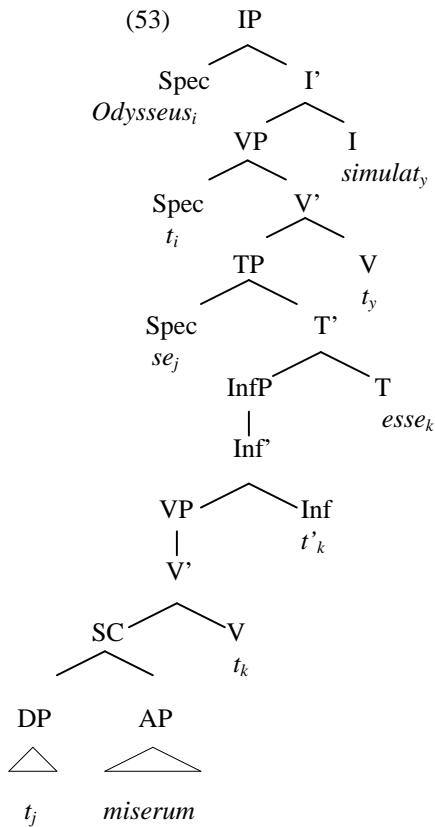
O latim possui no seu léxico um rico acervo de verbos transitivos que podem selecionar como seu argumento interno uma oração infinitiva com as características sintáticas de ECM. Nessa configuração sintática, o DP sujeito de InfP tem condições de receber o caso acusativo do verbo da oração matriz; essa construção, porém, só é admitida, sem restrições, na voz ativa.

- (a) Verbos *dicendi et declarandi*: *dico, narro, trado, doceo, iuro, promitto, simulo, dissimulo, memoro, denego, scribo, doceo, nuntio, affirmo, declaro etc.* Para ilustrar as construções ECM com esse grupo de verbos, analisamos os mesmos exemplos da GL mostrados na seção 1.1.4.1, exemplos 13, p.21, que reescrevemos aqui em (52).

- (52) a. *Odyseus simulat* [_{InfP} *se miserum esse*].
Ulisses finge [*se ser um mendigo*] = *ser um mendigo*
Odyseus simulat [_{V'} [_{TP} *se*_i ... [_{InfP} *t'*_k [_{VP} *t'*_i *t*_k [_{SC} [*t*_i *miserum* [_{TR} *esse*]]]]]]]]]]

- b. Herodotus narravit [_{InfP} *Cyrum victurum esse Croesum*].
 Heródoto narrou [*Ciro haver de vencer Creso*] = *que* *Ciro vencerá Creso*
 Herodotus narravit [_V [_{TP} *Cyrum*_i ... [_{InfP} *t'*_k ... [_V [_{PartP} *victurum* ... [_T *esse*_k ... [_V *t*_k *Croesum*]]]]]]]]]
- c. Alexander dicebat [_{InfP} *se filium Iovis esse*].
 Alexandre dizia [*se filho de Júpiter ser*] = *ser* *filho de Júpiter*
 Alexander dicebat [_V [_{TP} *se*_i ... [_{InfP} *t'*_k [_V ... [_{SC} *t*_i *filium Iovis* [_T *esse*]]]]]]]]]]

Uma sentença como (52a) terá, portanto, a representação arbórea de (53).



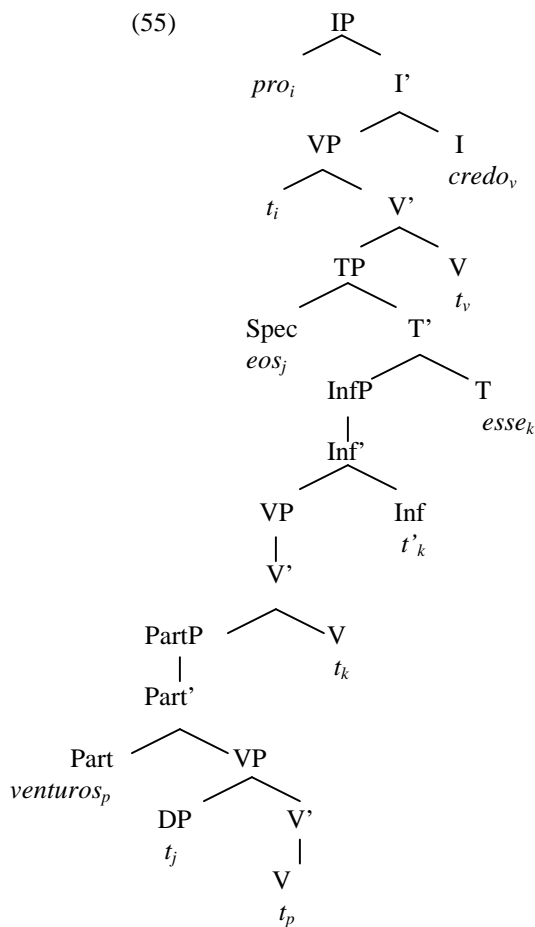
O pronome reflexivo *se* é o sujeito da SC, uma posição [-K]; por isso, sobe para Spec de TP, também uma posição [-K]; para salvar a sentença, o verbo da oração matriz (*simulat*) marca-o com o caso acusativo (*se*). Remetemos o leitor para a seção 1.2.3.2.1, mais adiante, onde o *esse* é tratado como verbo inacusativo.

- (b) Verbos *sentiendi*: *video, audio, sentio, cogito, censeo, comperio, cognosco, ignoro, credo, duco, fido, iudico, nosco, puto, scio, nescio, spero, disco* etc. Esse grupo de verbos também obedece à construção tipicamente ECM. Utilizaremos, novamente, os mesmos exemplos mostrados na análise da GL (seção 1.1.4.1, item (b), sentenças (14)), reescritas aqui como (54).

- (54) a. [*Senecam appellatum esse sapientem*] scimus.
 [*Sêneca ter sido chamado sábio*] sabemos = *Sabemos que Sêneca fora chamado de sábio*
 [_{IP} *pro* ... [_{TP} *Senecam, appellatum esse* ... [... [_{SC} *t*_i *sapientem*]]]] [_T *scimus* [...]]]

- b. [*Nivem albam esse*] sentimus.
 [A neve branca ser] percebemos = Percebemos que a neve é branca.
 [_{IP} pro ... [_{TP} *nivem_i esse_k* [_{InfP} *t_k* ... [_{V'} [_{SC} *t_j albam*]]]]] [_{I'} sentimus[...]]]
- c. Credo [_{InfP} eos venturos esse].
 Creio [*eles (ac.) haver de vir*] = que eles virão
 [_{IP} pro ... [_{TP} *eos_j esse* [_{InfP} ... [_{V'} [_{PartP} *t_j venturos* ...]]]]] [_{I'} credo[...]]]
- d. Spero [_{InfP} te non rediturum esse].
 Espero [*te não haver de voltar*] = que tu não voltes
 [_{IP} pro ... [_{TP} *te_i esse_k* [_{NegP} *non* [_{InfP} ... [_{V'} [_{SC} *t_i rediturum*...]]]]]]] [_{I'} spero[...]]]

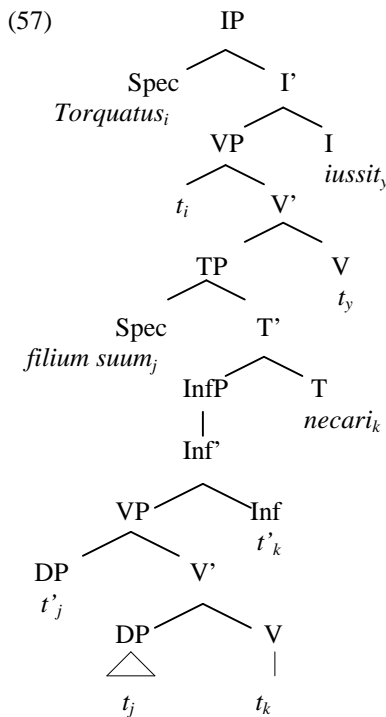
A representação arbórea de uma sentença como (54c) terá o design de (55).



- (c) Verbos voluntatis: *cupio, desidero, impero, impero, iubeo, postulo, prohibeo, sino, studeo, volo, nolo, malo, augeo, cogito, decerno, opto* etc. Esses verbos vêm construídos geralmente com argumento interno expresso por InfP numa configuração sintática também tipicamente ECM. Usaremos os mesmos exemplos da seção 1.1.4.1, item (c), sentenças (15), que reescrevemos aqui como (56).

- (56) a. Juno [_{InfP} *Odysseum perisse*] cupit.
Juno [Odisseu ter morrido] deseja = Juno deseja [que Odisseu morra].
 [_{IP} Juno ... [_{TP} *Odysseum_i perisse_k* [_{InfP} *t'_k* [_{VP} *t_i t_k*]]] [_I cupit [...]]]
- b. Torquatus [_{InfP} *filium suum necari*] iussit.
Torquato [filho seu ser morto] mandou = mandou matar seu filho
 [_{IP} Torquatus ... [_{TP} *filium suum_j necari_k* [_{InfP} *t_k* [_{VP} ... [_V *t_i*]]]]] [_I iussit [...]]]
- c. [_{InfP} *Quid nunc facere*] cogitas?
[O que agora fazer] pensas? = O que pensas [fazer agora?]
 [_{IP} pro ... [_{CP} *Quid_j* [_{TP} *PRO_i facere_k* [_{InfP} ... *nunc* [_{VP} *t_i* [_V *t_k t_j*]]]]]] [_I cogitas [...]]]

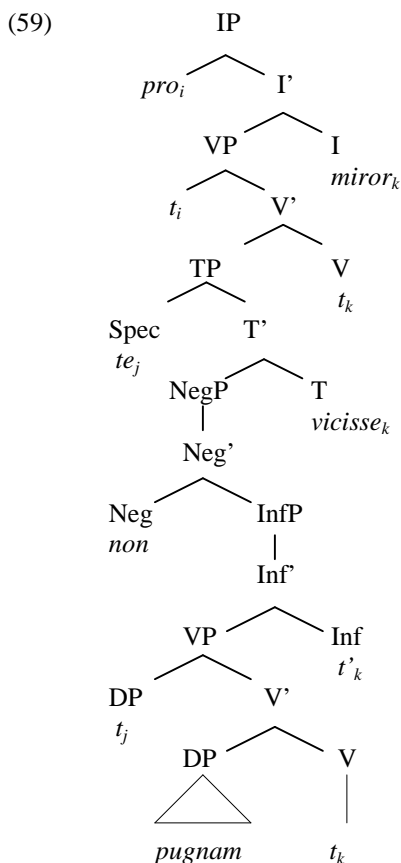
Um sentença como (56b) terá, portanto, a representação arbórea de (57).



- (d) Verbos *affectuum*: *gaudeo, doleo, invideo, maereo, rideo, gratulor, laetor, miror, patior, vereor, odi etc.* Esses verbos causativos e psicológicos selecionam InfP como argumento interno (58).

- (58) a. [_{InfP} *Salvum te redire*] gaudeo.
[Salvo te voltar] alegre-me = Alegre-me [por voltares salvo].
 [_{IP} pro ... [_{TP} *te_i redire_k* [_{InfP} *t'_k* [_{VP} *t_i* [_V *t_k salvum*]]]]]] [_I gaudeo [...]]]
- b. Vereor [_{InfP} *me veritatem dicere*].
Temo [me verdade dizer] = dizer a verdade
 [_{IP} pro ... [_{TP} *me_i dicere_k* [_{InfP} *t'_k* [_{VP} *t_i* [_V *t_k veritatem*]]]]]] [_I vereor [...]]]
- c. Miror [_{InfP} *te non vicisse pugnam*].
Admira-me [te não ter vencido luta] = tu não teres vencido a luta
 [_{IP} pro ... [_{TP} *te_i vicisse_k* [_{NegP} *non* [_{InfP} *t'_k* [_{VP} *t_i* [_V *t_k pugnam*]]]]]]]] [_I miror [...]]]

A árvore correspondente à sentença (58c) tem a arquitetura desenhada em (59).



1.2.3.2 – Oração infinitiva encaixada com verbos inacusativos

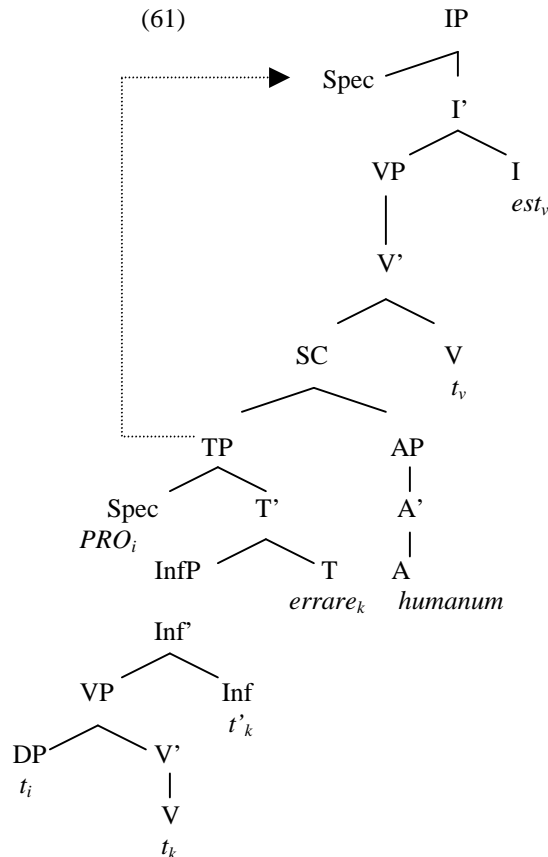
Os verbos inacusativos são classificados pela GL como impessoais, passivos impessoais e passivos pessoais. Segundo a Hipótese Inacusativa, os verbos inacusativos não selecionam sujeito, mas apenas argumento interno. São denominados de inacusativos porque são incapazes de atribuir caso acusativo a seu complemento. Vamos, aqui, buscar ver como os verbos inacusativos se comportam, quando o seu argumento interno é InfP. Subclassificamos o grupo em três categorias básicas: cópula, não-passivos e passivos.

1.2.3.2.1 – Cópula *esse* seleciona *small clause* (SC), com alçamento

A GL define este grupo como constituído de *adjetivo + esse* ou *substantivo + esse*; seu sujeito seria uma oração infinitiva. Na realidade, *esse* é um verbo *cópula*, com arquitetura sintática de verbo inacusativo. Isso significa que na posição do argumento interno, temos constituintes com status sintático de *small clause* (SC), isto é, *oração pequena*. Ilustramos a estrutura desse tipo de verbo inacusativo com as mesmas sentenças da seção 1.1.4.3, grupo (a), exemplos (23), que aqui reescrevemos como (60).

- (60) a. [_{InfP} *Errare*] *humanum est*.
 [*Errar*] *humano é = É humano errar*.
 [_{IP} ___ *est* [_{VP} [_{V'} [_{SC} *errare humanum*]]]]
 [_{IP} *PRO errare*_i ... [_{V'} [_{SC} [_{TP} *t_i* ...] [_{AP} *humanum*]] [_{I'} *est* [...]]]]
- b. [_{InfP} *Tacere*] *tempus est*.
 [*Calar*] *tempo é = É tempo de (se) calar*.
 [_{IP} ___ *est* [_{VP} [_{SC} [_{V'} [_{SC} *tacere tempus*]]]]]]
 [_{IP} *PRO tacere*_i ... [_{V'} [_{SC} [_{TP} *t_i* ...] [_{DP} *tempus*]] [_{I'} *est* [...]]]]
- c. *Difficile est* [_{InfP} *reperiri amicum*].
 [*Difficil é*] [*ser encontrar amigo*] = *É difícil encontrar um amigo*.
 [_{IP} ___ *est* [_{VP} [_{SC} [*reperiri amicum difficile*]]]]]]
 [_{IP} *PRO reperiri amicum*_i ... [_{VP} [_{V'} [_{SC} [_{TP} *t_i* ...] [_{AP} *difficile*]] [_{I'} *est* [...]]]]]]

A árvore correspondente à sentença (60a) está representada em (61).



A flecha em (61), acima, indica o deslocamento de TP sujeito da SC para a posição do sujeito de *est* (a oração matriz). Presumimos que *errare* recebe o caso nominativo (neutro) do verbo finito *est*; o seu predicativo *humanum*, da SC, concorda com *errare*, tomando igualmente a forma do nominativo neutro.

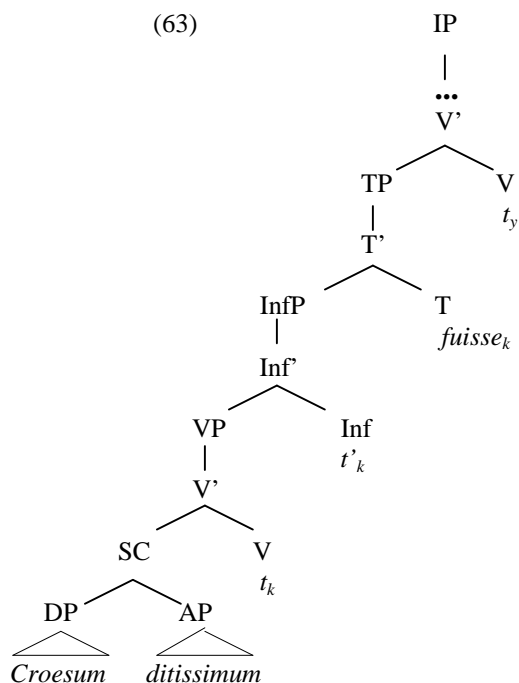
1.2.3.2.2 – Inacusativos não-passivos, sem alçamento

Pertencem a esse grupo, entre outros, os verbos *licet*, *decet*, *dedecet*, *puget*, *poenitet*,

piget, taedet, miseret, oportet, interest, refert, libet, apparet, constat etc. Vimos que a GL classifica esses verbos de intransitivos que selecionam como sujeito uma oração infinitiva. Podemos classificá-los como verbos tipicamente inacusativos, pois selecionam um InfP como argumento interno. O DP sujeito da oração infinitiva, no entanto, não é alçado à posição vazia do argumento externo da oração matriz; permanece na posição de sujeito da oração infinitiva e vai no acusativo, embora não haja atribuidor de Caso, como ocorre nas construções ECM. Já assumimos que, nessas configurações, é ativada, como último recurso, uma regra default, que libera a construção *acusativo com infinitivo*. Reescrevemos as mesmas sentenças (25) da seção 1.2.3.2.1, grupo (b), agora como (62).

- (62) a. *Constat* [_{InfP} *Croesum ditissimum fuisse*].
Consta [*Creso riquíssimo ter sido*] = *que Creso fora riquíssimo*
 [_{IP} ... [_V [_{TP} *Croesum*_i ... [_V [_{SC} *t_i ditissimum*] [_T *fuisse*]]] [_Γ *constat* [...]]]]
- b. *Decet* [*oratorem irasci minime*].
Convém [*orador irritar minimamente*] = *que o orador se irrite minimamente*
 [_{IP} ... [_V [_{TP} *oratore*_m_i ... [_{InfP} ... [_{VP} *minime* ... [_T *irasci*]]]]] [_Γ *decet* [...]]]]
- c. *Licet* [*me esse otiosum*].
É lícito [*me ser ocioso*] = *que seu seja ocioso*
 [_{IP} ... [_V [_{TP} *me* ... [_V [_{SC} *t_i otiosum*] [_T *esse*]]]]] [_Γ *licet* [...]]]]

Uma sentença como (62a) terá a representação arbórea de (63).



1.2.3.2.3 – Verbos passivos

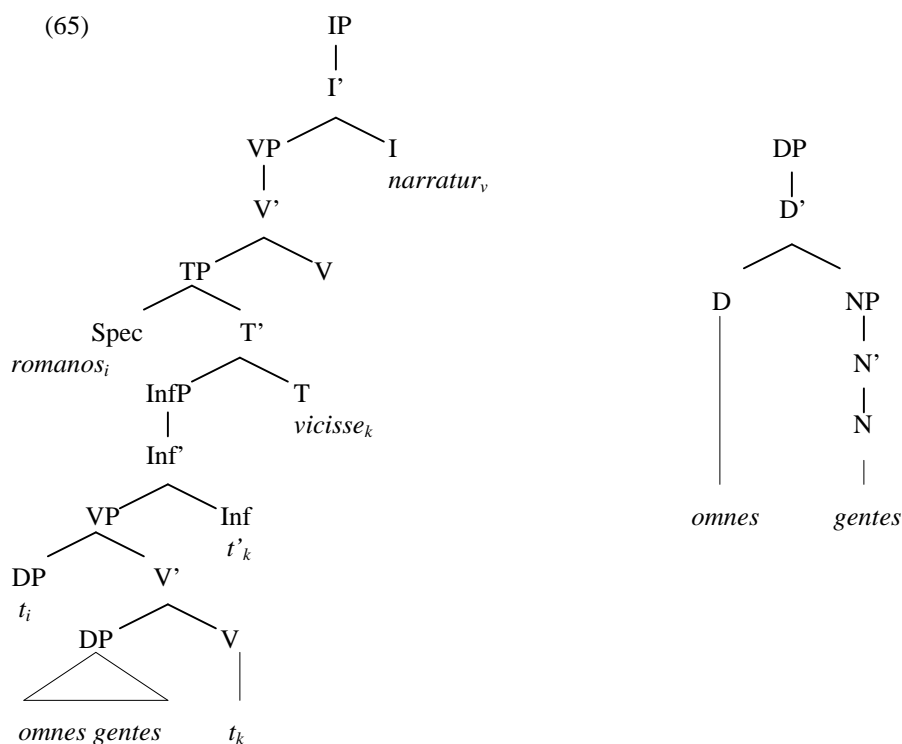
(a) Voz passiva sintética:

(i) sem alçamento (*raising*):

Fazem parte deste grupo de verbos, entre outros: *traditur, dicitur, narratur, intelligitur, perspicitur, nuntiat, reperitur* etc. São basicamente os verbos *dicendi et declarandi* em construções passivas sintéticas “impessoais”, no conceito da GL. Nestas construções, não há alçamento (*raising*) do DP na posição do sujeito da oração infinitiva para Spec de IP da oração matriz. Ilustramos essas estruturas particulares com os mesmos exemplos (27) da seção 1.2.3.2.1, grupo (c), que reescrevemos aqui em (64).

- (64) a. *Dicitur* [_{InfP} *Mercurium Argum interemisse*].
Diz-se [*Mercúrio Argos ter matado*] = *que Mercúrio matara Argos*
 [_{IP} ...[_{V'} [_{TP} *Mercurium*_i ... [_{InfP} ...[_{VP} *t*_i [_{V'} *Argum* [_{T'} *interemisse*]]]]] [_{I'} *dicitur*[...]]]]
- b. *Reperitur* [_{InfP} *Pythagoram in Italiam venisse*].
Descobre-se [*Pitágoras à Itália ter vindo*] = *que Pitágoras viera tinha vindo à Itália*
 [_{IP} ...[_{V'} [_{TP} *Pythagoram*_i ... [_{InfP} ...[_{VP} *t*_i [_{PP} *in Italiam* [_{T'} *venisse*]]]]]] [_{I'} *reperitur*[...]]]]
- c. *Narratur* [_{InfP} *Romanos omnes gentes vicisse*].
Conta-se [*os romanos todos povos ter vencido*] = *que os romanos tinham vencido todos os povos*
 [_{IP} ...[_{V'} [_{TP} *Romanos*_i ... [_{InfP} ...[_{VP} *t*_i [_{V'} *omnes gentes* [_{T'} *vicisse*]]]]]] [_{I'} *narratur*[...]]]]

Uma sentença como (64c), acima, transposta para o sistema arbóreo, tem a arquitetura que está representada em (65), logo abaixo.



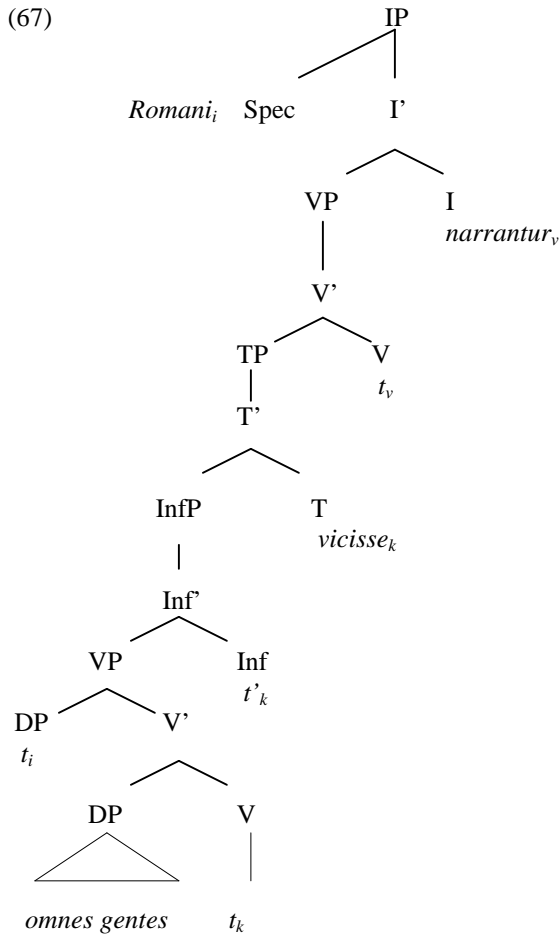
O DP *romanos* da oração infinitiva se desloca até Spec de TP, uma posição inóspita para caso [-K]. O verbo inacusativo (*narratur*) não tem caso acusativo a descarregar. Assim, o latim recorre, como *ultima ratio*, para a regra default que permite aplicar a construção padrão *acusativo com infinitivo*. À direita da representação arbórea (65), detalhamos melhor a estrutura do DP [*omnes gentes*].

(ii) com alçamento (*raising*):

Pertencem a este grupo os mesmos verbos do item (i), acima, que podem admitir também a construção com alçamento. O DP sujeito da oração infinitiva sobe para Spec de IP da oração matriz, uma posição não ocupada, onde tem condições de receber caso nominativo de I do verbo da oração matriz. Por isso, a GL rotulou esse emprego dos verbos passivos de “construção pessoal”, pois os verbos *dicitur*, *reperitur* e *narrantur* concordam com os DPs *Mercurius*, *Pythagoras* e *Romani*, respectivamente. Em (66) mostramos a alternativa com alçamento, usando os mesmos exemplos (64), acima, para podermos realçar o contraste entre as duas construções: sem alçamento e com alçamento.

- (66) a. *Mercurius_i dicitur* [_{TP} *t_i Argum interemisse*].
 **Mercúrio é dito* [*Argos ter matado*] = *Diz-se que Mercúrio matara Argos*.
Conta-se [*que Mercúrio matou Argos*].
 [_{IP} *Mercurius_i* ... [_{V'} [_{TP} *t'_i* ... [_{InfP} ... [_{VP} *t_i* [_{V'} *Argum* ... [_{T'} *interemisse*]]]]]]]
 [_Γ *dicitur* [...]]]]
- b. *Pythagoras_i reperitur* [_{TP} *t_i in Italiam venisse*].
 **Pitágoras é descoberto* [*à Itália ter vindo*].
Descobre-se [*que Pitágoras tinha vindo à Itália*].
 [_{IP} *Pythagoras_i* ... [_{V'} [_{TP} *t'_i* ... [_{InfP} ... [_{VP} *t_i* [_{PP} *in Italiam* [_{T'} *venisse*]]]]]]]]
 [_Γ *reperitur* [...]]]]
- c. *Romani_i narrantur* [_{InfP} *t_i omnes gentes vicisse*].
 **Os romanos são narrados* [*todos povos ter vencido*].
Narra-se [*que os romanos venceram todos os povos*].
 [_{IP} *Romani_i* ... [_{V'} [_{TP} *t'_i* ... [_{InfP} ... [_{VP} *t_i* [_{V'} *omnes gentes* [_{T'} *vicisse*]]]]]]]]
 [_Γ *narrantur* [...]]]]

Em português o alçamento torna as sentenças (66) agramaticais, já que aceita somente a construção impessoal para esse tipo de sentença. A estrutura arbórea da sentença (66c), acima, terá, portanto, o formato desenhado em (67). O DP [*romani*] recebe papel temático do infinitivo passado [*vicisse*], onde é, presumivelmente, gerado. Está, no entanto, numa posição [-K], por isso, sobe para uma posição Spec onde possa receber caso. No português, o movimento é barrado em TP, mas no latim o DP pode subir para a posição vazia de Spec/IP, onde encontra condições favoráveis para receber caso nominativo do verbo passivo [*narrantur*], que se torna “pessoal” [*narrantur*], pois concorda com o “inquilino intruso” [*Romani*]. O mesmo fenômeno pode ser conferido em (66a,b): o DP [*Mercurius*] (66a), com papel temático atribuído pelo infinitivo passado [*interemisse*], migra até a posição vazia de Spec/IP da oração matriz onde recebe caso nominativo; o DP [*Pythagoras*] (66b) obedece ao mesmo ritual sintático dos DPs *Mercurius* e *Romani*.



(b) Voz passiva analítica latina:

A voz passiva analítica revela a presença de *esse*, um verbo inacusativo. Já vimos que o verbo cópula (*esse*) pode ser construído com alçamento e sem alçamento.

(i) sem alçamento do DP sujeito da oração infinitiva

(68) a. Traditum est [*Homerum caecum fuisse*].

Contou-se [Homero cego ter sido] = que Homero fora cego

[_{IP} ... [_{V'} [_{TP} *Homerum*_i ... [_{InfP} ... [_{VP} *t'*_i ... [_{V'} [_{SC} *t*_i *caecum*] [_{T'} *fuisse*]]]]]] [_{I'} *tradiatum est* [...]]]]

b. Visum est [_{InfP} *urbem captam esse*].

Pareceu [cidade ter sido tomada] = que a cidade tinha sido tomada

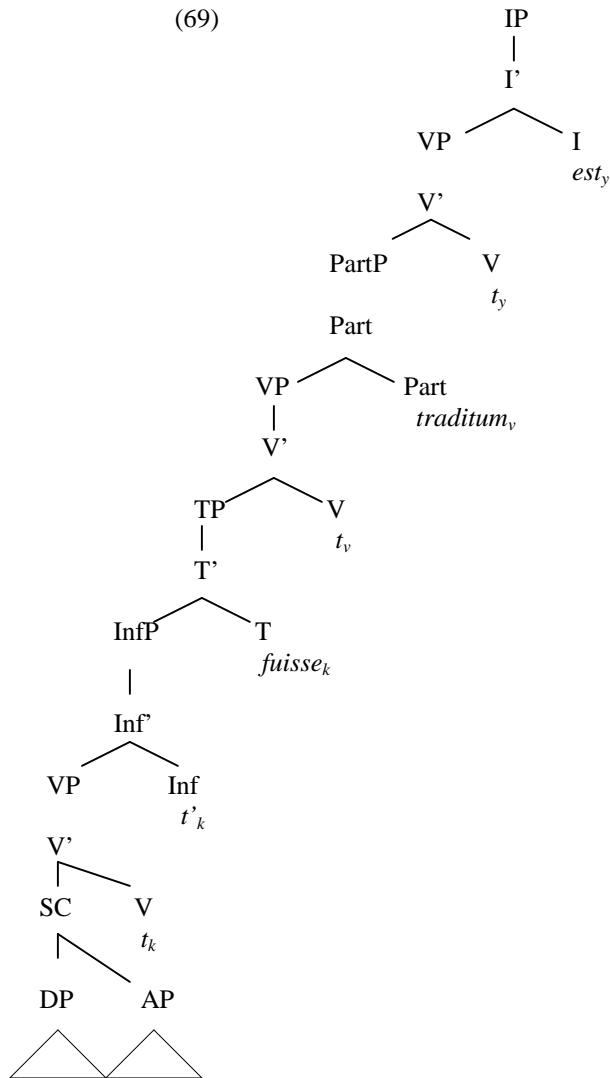
[_{IP} ... [_{V'} [_{TP} *urbem*_i [_{InfP} ... [_{VP} *t'*_i ... [_{V'} [_{SC} *t*_i *captam*] [_{T'} *esse* ... [_{I'} *visum est* ...]]]]]]]]

c. Nuntiatum est [_{InfP} *Caesarem Gallos vicisse*].

Foi anunciado [César gauleses ter vencido] = que César tinha vencido os gauleses

[_{IP} ... [_{V'} [_{TP} *Caesarem*_i ... [_{InfP} ... [_{VP} *t*_i ... [_{V'} [_{T'} *Gallos* [_{T'} *vicisse* ...]]]]]]]] [_{I'} *nuntiatum est* [...]]]]

Uma sentença como (68a) terá a estrutura arbórea representada em (69).



Homerum caecum

(ii) com alçamento do DP sujeito da oração infinitiva

(70) a. *Milites iussi sunt* [_{InfP} *pontem facere*].

?? *Os soldados foram mandados* [*ponte fazer*] = *fazer uma ponte*

[_{IP} ___ *iussum est* ... [_{V'} [_{SC} *milites pontem facere*]]]

[_{IP} *milites*_i ... [_{V'} [_{PartP} *iussi* ... [_{SC} [_{TP} *t'*_i [_{InfP} ... [_{VP} *t*_i ... [_{V'} *pontem*]]]]]]] [_{T'} *facere* ...]]]]]

[_{I'} *sunt* ... [...]]]]]]

b. *Discipuli vetiti sunt* [_{InfP} *scribere*].

* *Alunos são vetados* [*a escrever*].

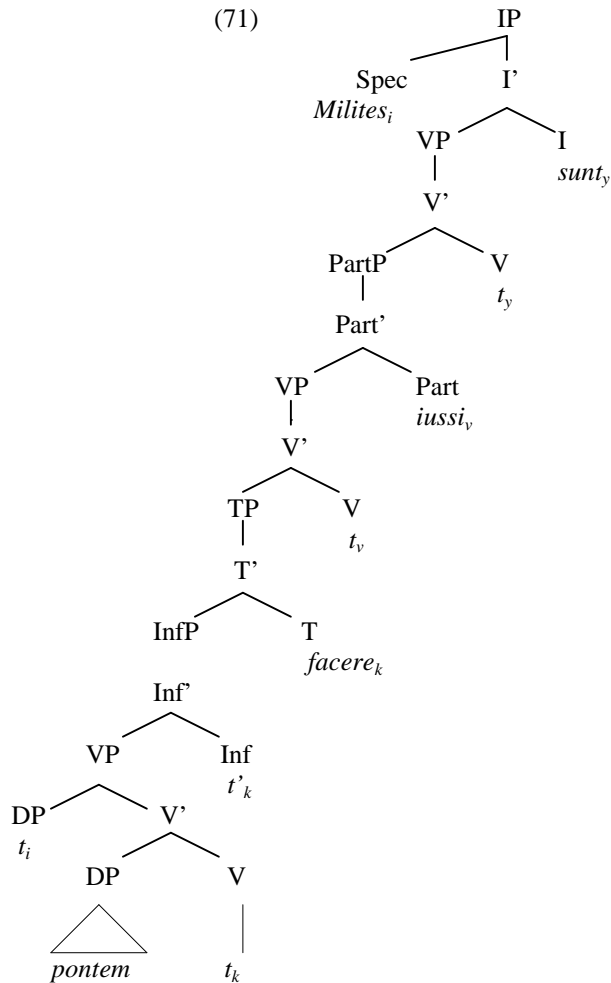
É *vetado os alunos escreverem*.

[_{IP} ___ *vetitum est* [_{TP} *discipulos scribere*]]

[_{IP} *Discipuli*_i [_{V'} [_{PartP} *vetiti* ... [_{V'} [_{TP} *t'*_i ... [_{V'} *scribere*]]] [_{I'} *sunt* ... [...]]]]]]]]

- c. Milo non situs est [_{InfP} *Clodium accusare*].
 *Milão não foi permitido [*Clódio acusar*].
 Não se permitiu [*que Milão acusasse Clódio*].
 [_{IP} __ non situm est [_{TP} *Milonem Clodium accusare*]]
 [_{IP} Milo_i ... [_{NegP} non ... [_{PartP} situs.. [_{V'} [_{TP} t'_i ... [_{V'} *Clodium*] [_{T'} accusare...]]]]
 [_{I'} est ... [...]]]]]]

Uma sentença como (70a) terá a representação arbórea de (71).



Fazendo uma acareação entre as árvores (69) e (71), veremos que o DP [*Homerum*] permaneceu em Spec de TP (69), e o DP sujeito [*milites*] subiu até Spec de IP da oração matriz (71). Para o DP [*Homerum*] foi aplicada a regra default de *acusativo com infinitivo*; o DP [*milites*], ao contrário, recebeu o caso nominativo de *sunt*, uma forma finita do verbo *esse*. Ambas as construções são admitidas no latim.

1.2.4 – O infinitivo como oração encaixada com sujeito PRO

A GL trata as construções de InfP com sujeito PRO como infinitivos sem sujeito. O PRO sujeito ocorre em posições não-regidas, geralmente controlado pelo DP sujeito da oração matriz; quando o verbo da oração matriz é inacusativo, o PRO é, no entanto, arbitrário, isto é, não controlado por um DP antecedente. Tanto os verbos transitivos como os inacusativos, listados na seção 1.2.3, podem ter como argumento interno um InfP com sujeito PRO. Esse tipo de oração infinitiva tem, aparentemente, InfP somente marcado para tempo presente.

- (72) a. Licet [*PRO esse otiosum*].
É permitido [ser ocioso].
 b. Volo [*PRO esse bonus*].
Quero [ser bom].
 c. Vereor [*PRO veritatem dicere*].
Temo [verdade dizer] = dizer a verdade
 d. Magister gaudebat [_{InfP} *discere*], ut doceret.
O mestre alegrava-se [em aprender], enquanto ensinava.
 e. [*PRO Agere*] sequitur [*PRO esse*].
[Agir] segue [ser]. (O agir segue o ser)

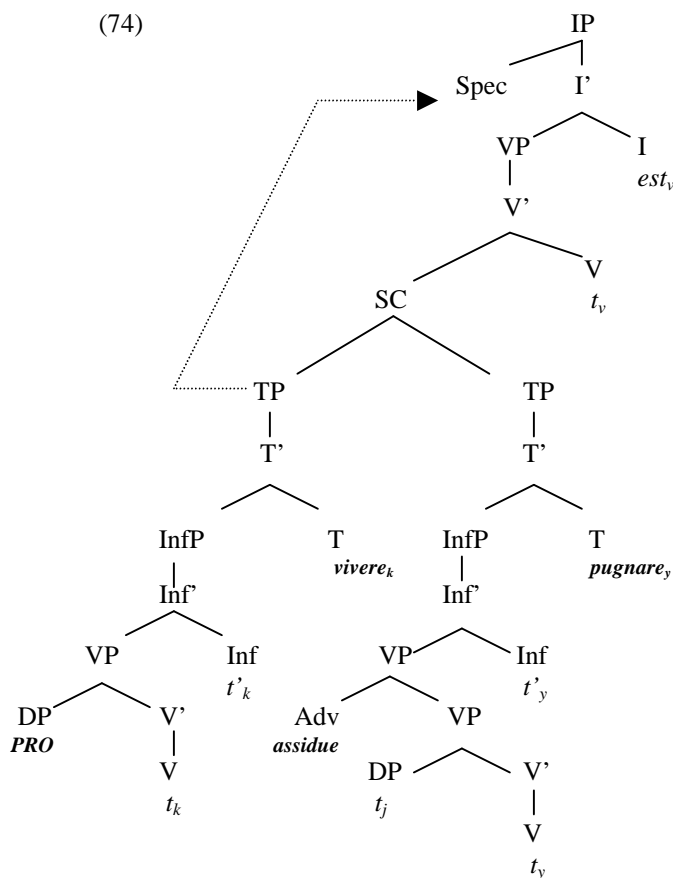
Na sentença (72a), acima, o sujeito PRO é arbitrário, pois *licet* não seleciona DP sujeito. O predicativo de PRO, sujeito da SC, está no acusativo, a forma não-marcada do latim, como já observamos na análise da GL e da TRL. Na sentença (72b), o sujeito PRO é controlado pelo sujeito pro da oração matriz; o predicativo *bonus* da SC está no nominativo, concordando com o pro nominativo, o controlador do sujeito PRO da SC. Na sentença (72c), o sujeito PRO de InfP é controlado pelo sujeito *pro* da oração matriz. Na sentença (72d), o sujeito PRO de InfP é controlado pelo DP sujeito *magister* da oração matriz. Na sentença (72e), InfP [*PRO agere*], o sujeito da SC, sobe para a posição Spec de IP da oração matriz, e InfP [*PRO esse*] é seu argumento interno.

A arquitetura de sentenças como (72) segue os mesmos critérios de análise que vimos até agora. A gramática latina trata os dois tipos de sentenças de forma distinta: com sujeito pronunciado (DP no acusativo) ou com sujeito PRO.

O verbo inacusativo *esse* apresenta uma grande variedade de construções InfP com sujeito PRO arbitrário. Mostramos alguns casos mais interessantes em (73).

- (73) a. [_{InfP} *Victis parcere*] humanum est.
[Vencidos poupar] humano é = É humano poupar os vencidos.
 b. Res magna est [_{InfP} *tacere*]. (Marcial)
Coisa grande é [calar].
 c. Difficile est [_{InfP} *amicum reperiri*].
É difícil [amigo encontrar] = encontrar um amigo
 d. Adulescentis est [_{InfP} *maiores natu vereri*].
Dos jovens é [mais velhos nascidos respeitar] = respeitar os mais velhos
 e. Tempus est [_{InfP} *proficisci*].
Tempo é [partir] = É tempo de partir.
 f. [_{InfP} *Vivere*] est [_{InfP} *assidue pugnare*].
[Viver] é [permanentemente lutar] = lutar permanentemente
 g. Facilius est [_{InfP} *aliena vitia reprehendere*] quam [_{InfP} *sua corrigere*].
Mais fácil é [vícios alheios criticar] do que [seus corrigir] = criticar os vícios alheios do que corrigir os seus

Uma sentença como (73f) tem sua arquitetura representada na árvore (74), abaixo. Já vimos que estamos diante de duas orações infinitivas com sujeito PRO: a SC do verbo *est*, inacusativo, tem como sujeito a oração infinitiva [*PRO vivere*]; e como predicado, a oração infinitiva [*PRO assidue pugnare*]. Os dois sujeitos PRO das duas InfPs sobem, naturalmente, para as Spec de TP. TP [*PRO vivere*] sobe para a posição Spec de IP.

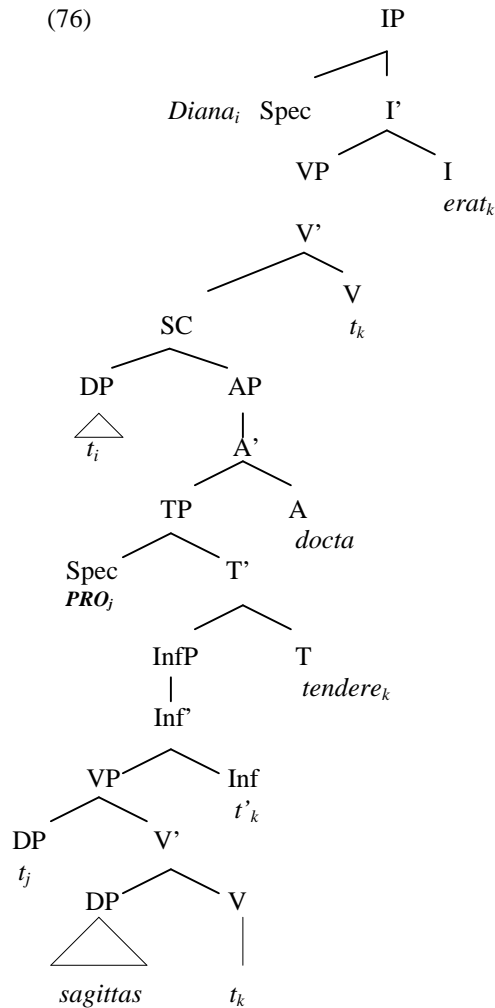


O verbo inacusativo *esse* quando tem na SC um predicado adjetivo transitivo, ele pode selecionar como argumento uma oração infinitiva. Os adjetivos transitivos mais comuns são: *avidus*, *cupidus*, *paratus*, *dignus*, *indignus*, *doctus*, *assuetus*, *facilis*, *difficilis*, *capax* etc. Eles admitem dupla construção: com infinitivo ou com gerúndio (*ad* + gerúndio acusativo). Mostramos sentenças com essa configuração sintática em (75)

- (75) a. Miles avidus (est) [_{InfP} comittere pugnā].
O soldado ávido (é) [travar batalha] = O soldado é ávido por travar a batalha.
 [_{IP} Miles_i...[_{V'} [_{SC} [_{TP} ...[_{InfP} ...[_{V'} t_i avidus [_{TP} PRO ...[_{V'} pugnā
 [_{T'} comittere ...[...]]]]]] [_{T'} est...[...]]]]]]
- b. Pueri parati (sunt) [_{InfP} ludere].
Os meninos estão preparados [jogar] = para jogar
- c. Diana docta (erat) [_{InfP} sagittas tendere].
Diana era perita [setas lançar] = em lançar setas

d. Caesar paratus (erat) [_{InfP} proficisci].
César estava pronto [partir] = para partir

Uma sentença como (75c) tem a arquitetura representada na árvore (76). O DP sujeito da SC [*Diana*] sobe para Spec de IP da oração matriz, onde recebe o caso nominativo.



1.3. O infinitivo no latim vulgar medieval

O latim vulgar falado nas diferentes províncias romanas já apresentava, certamente, grandes variações ainda durante o efetivo domínio de Roma. No latim clássico escrito, a posição dos constituintes na sentença era bastante livre. Essa liberdade foi mais restringida no latim vulgar em decorrência, principalmente, do sincretismo dos casos morfológicos. A posição dos constituintes tornou-se mais rígida e os casos genitivo, dativo e ablativo, foram gradativamente substituídos pelo emprego da preposição seguida do caso acusativo, o caso com valor default. No período românico, eram empregados apenas dois casos: o nominativo para o DP sujeito, e o acusativo nas demais funções. Com o esfacelamento do império, no

século V d.C., o processo de mudanças se acelerou, adquirindo, à revelia de Roma, nuances peculiares em cada ex-província romana. No romance, estava em uso nos diferentes dialetos latinos somente um caso: o nominativo (italiano, francês antigo, romeno) ou o acusativo (os dialetos da península Ibérica e o francês). As cinco declinações foram reduzidas a três e as quatro conjugações verbais foram comprimidas em três com neutralização de inúmeras idiossincrasias, como a introdução de conjugações perifrásticas (mais econômicas) e a regularização dos depoentes e das desinências do infinitivo. Ocorreu também um rearranjo na escala temporal dos verbos: o mais que perfeito do subjuntivo (*amavisse*) substituiu os usos do imperfeito do subjuntivo (*amarem*), decretando seu presumível ostracismo do latim vulgar medieval falado na Ibéria, e o infinitivo “invadiu” terrenos sintáticos de outras formas nominais do verbo.

O infinitivo latino não admitia desinências flexionais de nome no latim clássico, e, muito menos, a regência de preposição. O uso da preposição lexical nos DPs acusativo e ablativo supria, aparentemente, a insuficiência de informações sintáticas veiculadas pelo morfema de caso na associação do DP com o seu regente. A expansão do emprego da preposição (também como categoria funcional) provocou o enfraquecimento dos casos morfológicos, alterando profundamente o QUADRO 2. Outros mecanismos sintáticos foram instaurados: posição mais fixa dos constituintes e amplo emprego da preposição seguida de caso oblíquo. O infinitivo “usurpou” domínios de outras formas nominais do verbo, expandindo seu emprego principalmente em detrimento do gerundivo e do supino, e, também, parcialmente do particípio e do gerúndio.

No latim, as orações subordinadas adverbiais eram construídas, ordinariamente, com o emprego de conjunção e o verbo preferencialmente no modo subjuntivo. Essas estruturas eram extremamente ricas e complexas, o que permitia aos falantes optarem, às vezes, por mais variantes (paráfrases) para expressar uma “mesma” idéia. Essa rica variação revelava tendências das mudanças lingüísticas em curso no latim vulgar falado nas diferentes ex-províncias romanas. Os exemplos (77) ilustram bem a variação sintática e as nuances semânticas implícitas.

- | | |
|--|----------------------------|
| (77) a. Hostes venerunt ^{??} [<i>pacem petire</i>]. | = infinitivo |
| b. Hostes venerunt [<i>pacem petitum</i>]. | = supino ativo |
| c. Hostes venerunt [<i>pacem petentes</i>]. | = particípio presente |
| d. Hostes venerunt [<i>pacem petendi causa</i>]. | = gerúndio genitivo |
| e. Hostes venerunt [<i>pacis petendae causa</i>]. | = gerúndio ablativo |
| f. Hostes venerunt [<i>ut pacem peterent</i>]. | = imperfeito do subjuntivo |
| g. Hostes venerunt [<i>qui pacem peterent</i>]. | = imperfeito do subjuntivo |

A sentença encaixada *para pedir a paz*, uma oração subordinada adverbial final, é normalmente expressa com *ut* + imperfeito do subjuntivo (77f), dentro das normas da *consecutio temporum*. Mas pode, também, ser expressa, por formas nominais do verbo: infinitivo (77a), (embora de aceitação duvidosa); supino ativo (77b); particípio presente (77c); gerúndio genitivo + *causa/gratia* (77d); gerúndio ablativo + *causa/gratia* (77e); e *qui* + imperfeito do subjuntivo (77f), (o pronome relativo *qui* equivalendo a *ut ii* = para que eles). O uso dessas variantes não co-ocorria certamente num mesmo corte sincrônico, pois o conceito *latim vulgar* compreende um período histórico de mais de oitocentos anos.

Uma das peculiaridades mais interessantes do latim vulgar é a supressão da conjunção, especialmente de *ut*, em determinados contextos sintáticos de subordinação e, em outros, a sua substituição por *preposição + infinitivo*. Vimos que o emprego de orações infinitivas estava restrito no latim escrito a certos contextos sintáticos muito particulares, pois o infinitivo era *puro*, isto é, não se podia ligar a seu regente por meio de preposição. Em outras palavras, não admitia encaixe em PP. No latim vulgar, o infinitivo parece ter perdido sua *pureza* verbal, passando a admitir a regência da preposição, como os DPs. Por isso, Maurer (1959:185) saúda a difusão da preposição para as orações infinitivas no latim vulgar como “a mais notável inovação na sintaxe do infinito”, porque “abriu o caminho a inúmeras aplicações novas”. Além disso, os dialetos falados na parte mais ocidental da península Ibérica passaram a “reduzir a forma infinitiva a verdadeiro modo finito” (Maurer, 1959:187).

Nos exemplos (78), logo abaixo, podemos observar o fenômeno da supressão de conjunções como *ut*, *ne*, *quod*, *quia*, *quo* etc. No português, muitas vezes, a opção é pelo emprego de preposição + InfP. A conjunção *ut* teria sofrido esvaziamento semântico no latim vulgar, passando a ser omitida ou substituída gradativamente por equivalentes mais vulgares como *quod*.

- (78) a. Adhortor \emptyset *properent*.
Exorto (para que) se apressem > para se apressarem
- b. Tandem impetravit \emptyset *abiret*.
Enfim conseguiu (que) saísse.
- c. Equidem suasi (*ut*) *Romam pergeret*.
De fato, aconselhei (que) se dirigisse a Roma > aconselhei-o a seguir para Roma
- d. Suadeo tibi (*ut*) *legas*.
Aconselho-te (a que) leias > Aconselho-te a leres > Aconselho-te a ler.
- e. Cave (*ne*) *cadat*.
Cuida (para que não) caias > Cuida para não caíres > Cuida para não cair.
- f. Persuadet Castico (*ut*) *regnum occuparet*.
Persuadiu Cástico (para que) ocupasse o reino > Persuadiu Cástico a ocupar o reino.
- g. *Otiare (quo) melius labores*.
Descansa (para que) melhor trabalhes > ... para trabalhares melhor > Descansa para trabalhar melhor.
- h. Puella incepit *plangere*
**A menina começou chorar > A menina começou a chorar.*
- i. Dixi \emptyset *in carcere ires*. (Plauto)
Disse (que) ao cárcere fosses > Disse para ires ao cárcere.
- j. Quaeso \emptyset *ignoscas*.
Peço-te (que) perdoes > me perdoares
- l. Quaeso (*ut*) *mihi dicas*.
Peço-te (que) me digas > me dizeres

Vimos que o infinitivo latino, embora fosse avesso à flexão número-pessoal, admitia sujeito próprio e diferente da oração regente. Essa característica permitiu, presumivelmente, criar variações no latim vulgar falado nas diferentes províncias romanas quanto ao emprego de infinitivo impessoal e pessoal. Essa “pessoalidade virtual” do infinitivo pode ter sido um dos fatores que abriu as portas para o licenciamento de sujeito nominativo, e a subsequente oscilação entre o emprego [-Agr] e [+Agr] do infinitivo no latim vulgar medieval e em fases posteriores. Fortalece-se, assim, a hipótese de que o infinitivo pessoal do português tenha sua origem no infinitivo impessoal latino. A omissão da conjunção em certas construções finitas reforça, por sua vez, a hipótese da origem do

infinitivo pessoal de uma forma verbal finita (imperfeito do subjuntivo latino). Essa questão polêmica e ainda não-resolvida, depois de quase dois séculos de discussão, abordaremos na seção 1.4, logo abaixo.

1.4. Hipóteses sobre a origem do infinitivo pessoal português

Não temos, ainda, respostas satisfatórias disponíveis para a origem do infinitivo flexionado português, apenas hipóteses escassamente documentadas no latim vulgar medieval. Os dialetos românicos revelam uma ampla difusão do infinitivo pessoal. Sua flexão ocorria nos dialetos da região meridional da Itália (siciliano, sardo e napolitano), em alguns dialetos da França, mas tornou-se uma marca mais particular nos dialetos da Península Ibérica. Contudo, apenas conseguiu fixar-se na região mais ocidental da Península Ibérica, que compreende a atual Galícia e Portugal. O dialeto mirandês, na região trasmontana de Portugal, apesar de estar historicamente mais ligado ao dialeto leonês do que ao galego e ao português, também preservou, estranhamente, os dois infinitivos, segundo os estudos dialetológicos de Leite de Vasconcelos (1900).

Já apontamos algumas pistas, mais marginais, que podem ter favorecido o surgimento da flexão número-pessoal no infinitivo: (i) a admissão na oração infinitiva latina de DP sujeito próprio e diferente do da oração matriz (“pessoalidade virtual”); (ii) o emprego do “infinitivo histórico” por historiadores latinos; (iii) o emprego de DP sujeito nominativo de orações infinitivas regidas por verbos passivos pessoais e certos verbos impessoais de alçamento, ambos considerados inacusativos.

Desde a primeira metade do século XIX, dialetólogos (neogramáticos), romanistas e gramáticos buscaram uma explicação histórica para o fenômeno dessa “finitivização” do infinitivo português. Em seus estudos formularam várias hipóteses sobre a provável origem do infinitivo flexionado do português. Mereceram crédito histórico apenas duas: (i) a “Teoria Vasconcelos” (defende que o infinitivo flexionado deriva do infinitivo românico) e (ii) a “Teoria Gamillscheg-Rodrigues” (defende que o infinitivo flexionado deriva do imperfeito do subjuntivo latino).

1.4.1 – Hipótese do infinitivo pessoal derivado do infinitivo românico impessoal

A hipótese já fora ventilada parcialmente por Otto (1889) e Michaëlis Vasconcelos (1891), mas quem lhe deu forma e crédito foi o dialetólogo português José Leite de Vasconcelos (1900) em seu *Estudos de filologia mirandesa*. Defende a tese de que o infinitivo pessoal do português tem sua origem no infinitivo românico, impessoal, pelo simples acréscimo de desinências número-pessoais, em decorrência da admissão de um sujeito próprio no caso nominativo. Apresenta sua hipótese de forma sucinta com o exemplo *ter saúde é bom* (79), que teria passado de interpretação impessoal para pessoal, com a conseqüente concordância sujeito-infinitivo.

- (79) ter [eu] saúde é bom
- teres [tu] saúde é bom
- ter [ele] saúde é bom
- termos [nós] saúde é bom
- terdes [vós] saúde é bom
- terem [eles] saúde é bom

O processo dessa passagem de infinitivo impessoal para pessoal fora desencadeado simplesmente porque o infinitivo românico passou a aceitar um sujeito nominativo. É uma hipótese “criadora”, isto é, surgiu dentro do dialeto românico falado na região mais ocidental da Península Ibérica, o galaico-português. Postula-se, portanto, um processo de “finitivização” do infinitivo românico. Graças à sua singeleza e sua natureza tópica, granjeou numerosos defensores entre os filólogos e gramáticos: Bourciez (1930), Martin (1960), Maurer (1968), Gondar (1978), Maia (1986), Vincent (2000). Com os estudos filológicos de Maurer (1968), esta hipótese tornou-se a mais popular, obtendo um quasi-consenso entre os lingüistas. Os argumentos mais fortes que favorecem e reforçam a hipótese da origem românica do infinitivo pessoal, apontados por Maurer (1968: 100/101), são:

- (i) o aparecimento de infinitivo preposicionado no latim vulgar;
- (ii) a criação de uma oração infinitiva, normalmente preposicionada, com sujeito no caso nominativo;
- (iii) a transferência das desinências pessoais das formas finitas ao infinitivo, quando admitia sujeito nominativo;
- (iv) a expansão da forma flexionada nas construções nas quais se usava infinitivo invariável, ‘desde que pudessem ter um sentido pessoal claro ou latente’.

Mais recentemente, Martins (2001), também aponta fatores históricos que teriam favorecido a hipótese da origem infinitiva do infinitivo flexionado:

- (i) a existência de gerúndio flexionado em alguns dialetos portugueses e galegos;
- (ii) a possibilidade de sujeitos nominativos em certas orações infinitivas não flexionadas em diferentes línguas românicas;
- (iii) o possível desaparecimento do imperfeito do subjuntivo no latim vulgar no noroeste da Península Ibérica, ‘desalojado’ de sua função pelo mais que perfeito do subjuntivo latino.
- (iv) ocorrência de flexão verbal de gerúndio e particípio, paralelamente ao infinitivo flexionado, por exemplo, no napolitano antigo.

Na vertente dessa hipótese, alguns romanistas, entre eles o próprio Vasconcelos (1900), apontam o futuro do subjuntivo como fator que teria favorecido a difusão do uso do infinitivo pessoal em detrimento do infinitivo impessoal. É bem visível a semelhança no paradigma flexional de ambos e igualmente no radical, pelo menos nos verbos regulares, como podemos atestar no QUADRO 4. É perfeitamente admissível que os falantes do galaico-português não tenham feito uma distinção muito clara no emprego desses dois tempos, perceptível ainda hoje em falantes brasileiros de menor escolaridade, que tendem a

regularizar o radical do futuro do subjuntivo. Lembramos, aqui, que o futuro do subjuntivo deriva da forma *perfectum* e o infinitivo, da forma *infectum*.

Futuro do subjuntivo	Infinitivo pessoal
ama-r-Ø	ama-r-Ø
ama-re-s	ama-re-s
ama-r-Ø	ama-r-Ø
ama-r-mos	ama-r-mos
ama-r-des	ama-r-des
ama-re-m	ama-re-m

QUADRO 4 – Comparação futuro subjuntivo e infinitivo pessoal

Otto (1889) sinaliza para outra possível causa do surgimento da flexão no infinitivo português: a ambigüidade dialetal entre o emprego do infinitivo com clítico e os morfemas flexionais. Um exemplo seria a confusão no nível fonológico entre *facer-nos* e *facer-mos*, resultando na forma do português *fazermos*. A partir dessa forma, a flexão se teria estendido para as demais pessoas do infinitivo. Essa hipótese não mereceu maior crédito entre os filólogos e gramáticos em razão de seu caráter artificial, pois não encontrou evidências na história da língua que lhe dessem sustentáculo. Maurer (1968:102) rejeita que o infinitivo flexionado tenha se originado de “feito solecismo” ou que seja “fruto da ignorância dos falantes” na Idade Média, pois o considera “um tesouro lingüístico de incalculável valor”. A impessoalidade do infinitivo nas línguas indo-européias era um obstáculo à sua flexão. Nas línguas românicas, o infinitivo se aproxima intimamente das formas pessoais finitas (Maurer, 1968:79).

A ‘chave do problema’ da finitivização do infinitivo português está na sua pessoalidade. Para Maurer (1968:69), a flexão resulta do fato de ele “ter um sujeito no nominativo”, por isso, podemos dizer que “o infinitivo é flexionado quando tem sujeito”.

1.4.2 – Hipótese do infinitivo pessoal derivado do imperfeito do subjuntivo latino

A hipótese é antiga, mas foram os filólogos Gamillscheg (1913) e José Maria Rodrigues (1914) que lhe deram uma forma mais completa e historicamente fundamentada, por isso, ficou conhecida como “Teoria Gamillscheg-Rodrigues”. Segundo esta hipótese, o imperfeito do subjuntivo não teria desaparecido no latim vulgar falado na Idade Média na atual área da Galícia e Portugal. Na verdade, ele simplesmente passou a “usurpar” as funções do infinitivo românico, sem perder seu caráter de finitude. Duas evidências apontam para essa possibilidade: (i) a crescente restrição ao emprego da conjunção no latim vulgar e sua posterior supressão em certos contextos sintáticos, e (ii) a substituição do imperfeito do subjuntivo pelo mais que perfeito do subjuntivo no latim do século III d.C. Segundo Nascentes (1954), o imperfeito do subjuntivo do latim vulgar era aplicado tanto à idéia de presente como de passado. Para expressar passado havia, porém, o mais que

perfeito do subjuntivo. Nesse impasse, o imperfeito do subjuntivo foi eliminado do latim vulgar por ser supérfluo. No português arcaico, ele, aparentemente, não sobreviveu como forma finita, mas teria se transformado em infinitivo flexionado, segundo a “Teoria Gamillscheg-Rodrigues”. Mostramos isso nas sentenças (80): o imperfeito do subjuntivo em (80a¹, b¹, c¹) e o mais que perfeito do subjuntivo em (80a², b², c²).

- (80) a¹. Si possem, facerem.
Se eu pudesse, faria.
 a². Si potuissem, fecissem.
Se eu tivesse podido, faria.
- b¹. Si hunc librum legeres, multa disceres.
Se tu lessees este livro, aprenderias muitas coisas.
 b². Si hunc librum legisses, multa didicisses.
Se tivesses lido este livro, aprenderias muitas coisas.
- c¹. Si hoc diceres, errares.
Se dissessees isso, errarias.
 c². Si hoc dixisses, erravisses.
Se tivesses dito isso, errarias.

A *consecutio temporum*, entre o tempo e modo da oração principal e sua subordinada, admitia uma relação paralela: (i) imperfeito do subjuntivo → imperfeito do subjuntivo, e (ii) mais que perfeito do subjuntivo → mais que perfeito do subjuntivo, conforme podemos observar nas sentenças (80), acima.

Podemos monitorar a alegada equação imperfeito do subjuntivo > infinitivo flexionado em sentenças como (81).

- | | |
|--|---|
| (81) a. Placuit ut facerémus | [Aprove que fizéssemos] |
| Placuit ∅ facerémus | [Aprove ∅ fizéssemos] |
| Placuit facerémus | [Aprove fazermos] |
| b. Me rogavit ut exirem | [Pedi-me para que eu saísse] |
| Me rogavit ∅ exirem | [Pedi-me ∅ eu saísse] |
| Me rogavit exire | [Pedi-(me) para eu sair] |
| c. Pecus egit ut altos viseret montes. (Horácio) | [Conduziu o rebanho para que visse os altos montes] |
| Pecus egit ∅ altos viseret montes. | [... para ver os altos montes] |
| Pecus egit altos visere montes. | |

Em frases como (81), teria ocorrido o esvaziamento da conjunção *ut* e seu gradativo apagamento no latim vulgar, permanecendo, no entanto, a forma pessoal do imperfeito do subjuntivo, que corresponderia ao infinitivo flexionado no romance falado nos territórios correspondentes à Galícia e a Portugal. O recuo da tonicidade e as mudanças fonéticas encontram explicação etimológica atestada em outros tempos verbais. Podemos observar a semelhança das duas formas verbais no QUADRO 5.

imperfeito do subjuntivo latino		infinitivo pessoal
amáre - m	> amáre - m	amar - Ø
amare - s	> amare - s	amar - es
amare - t	> amáre - t	amar - Ø
amaré - mus	> amár[e] - mus	amar - mos
amaré - tis	> amár[e] - tis	amar - des
amáre - nt	> amáre - nt	amar - em

QUADRO 5 – Comparação do imperfeito subjuntivo latino e infinitivo flexionado

As mudanças sofridas na passagem de imperfeito subjuntivo, uma forma finita, para infinitivo flexionado, uma forma infinita, ainda não foram explicadas de forma convincente. Alinham-se a essa hipótese Wernecke (1885), Mohl (1899), Michaëlis Vasconcelos (1918), Campos (1924), Williams (1938), Piel (1944), Meier (1950), Nunes (1951), Sten (1952), Lausberg (1962, 1963), Elia (1962), Coutinho (1968), Chaves de Melo (1970), Osborne (1982), Wireback (1994) e, mais recentemente, Martins (2001).

1.4.3 – Uma polêmica sem fim

Coutinho (1968) registra a presença do infinitivo pessoal no galaico-português desde o ano de 1000 d.C., antes, portanto, da conformação política de Portugal como nação (1139 d.C.). Piel (1944:399, apud Martins, 2001:220, nota 12) atesta a sentença latina (82), abaixo, como o primeiro documento oficial em território galaico-português do emprego de infinitivo pessoal.

(82) a. Et intrarunt in placito testimoniale [_{inf} pro in tertio die darent testes].

E começaram a audiência [_{inf} para, no terceiro dia, providenciarem testemunhas].

b. Et [_{IP} *pro* intrarunt in placito testimoniale [_{PP} *pro* [_{CP} [_{IP} *pro* darent testes in tertio die]]]]

Na leitura da “Teoria Vasconcelos”, o verbo *darent* está no infinitivo pessoal, pois sofreu um processo de “finitivização”, passando, com isso, a admitir sujeito no caso nominativo como as formas finitas. Como nas orações finitas, o sujeito da oração infinitiva finitivizada pode ter sujeito nulo [*pro*], pois o morfema flexional já o identifica. Na interpretação da “Teoria Gamillscheg-Rodrigues”, a oração subordinada infinitiva [*darent testes in tertio die*] é, na realidade, uma oração subordinada finita, resultante da supressão da conjunção *ut* [*ut darent testes in tertio die*]: o verbo *darent* está no imperfeito do subjuntivo, terceira pessoa do plural com sujeito nulo (*pro*). Não houve, portanto, uma finitivização do infinitivo, mas uma *usurpação* de área sintática do infinitivo impessoal românico. Com a perda da função temporal do imperfeito do subjuntivo, este passou a incorporar propriedades morfossintáticas e semânticas do infinitivo sem a perda da flexão [+Agr].

Os estudos de Maurer (1968) resolveram, aparentemente, a polêmica em torno da origem do infinitivo flexionado: ele constituiria uma simples variante do infinitivo

impessoal românico. É uma criação vernácula, que se tornou viável unicamente pela preexistência da pessoalidade do infinitivo galaico-português. A sua flexão seria uma decorrência natural da admissão de sujeito no caso nominativo. Para Maurer (1968:133), o infinitivo pessoal, portanto, “não passa de uma forma especial do infinito românico”. A impessoalidade do infinitivo latino sempre lhe bloqueou essa alternativa. A diferença está, portanto, na pessoalização do infinitivo português, que lhe devolveu o status morfológico de verbo e, em consequência, a condição de atribuidor de caso nominativo, em processo semelhante ao das orações subordinadas finitas.

Maurer (1968:99), portanto, rejeita a hipótese de Gamillscheg & Rodrigues e aponta algumas razões históricas que a tornam “muito improvável”:

- (i) não há indício positivo da sobrevivência da forma latina do imperfeito do subjuntivo no português;
- (ii) os empregos do infinitivo flexionado só correspondem muito parcialmente aos do imperfeito do subjuntivo;
- (iii) a distância entre infinitivo e imperfeito aumenta, em vez de diminuir, no recuo do tempo;
- (iv) a omissão da conjunção *ut* não é ponte natural entre imperfeito e infinitivo flexionado nas orações finais.

Realmente, a hipótese de Gamillscheg & Rodrigues enfrenta alguns tropeços históricos, pois o imperfeito do subjuntivo teria, presumivelmente, desaparecido nos dialetos do latim vulgar medieval da região noroeste da Península Ibérica. Seus defensores, porém, argumentam que ele sobreviveu, “usurpando” parte do terreno sintático sob domínio do infinitivo impessoal. Reforçam a hipótese latina a constatação do gradual “empobrecimento” do uso das conjunções nas orações subordinadas e as mudanças aceleradas na marcação das relações sintáticas, já com significativas variações nas diferentes províncias romanas. Essas mudanças em curso teriam motivado, também, um rearranjo no quadro dos tempos e modos verbais.

Havia, no latim clássico, uma clara preferência pelas formas finitas no processo de enunciação das sentenças complexas, isto é, por orações subordinadas com o uso de conjunções. O “empobrecimento” e posterior supressão de certas conjunções, ou sua substituição pela arquiconjunção românica QUE, abriu caminho para orações “reduzidas” com o verbo ainda na forma finita. A grande semelhança do imperfeito do subjuntivo latino com o atual infinitivo flexionado português permite inferir que se possa ter originado dele, depois de alguns ajustes de natureza fonológica e morfossintática. A abordagem implica reconhecer que o infinitivo flexionado não é uma criação vernácula, não constitui idiotismo, mas é fruto de uma gradativa transformação do latim vulgar. O infinitivo flexionado seria, portanto, uma extensão, uma continuidade da sintaxe do latim.

A hipótese das raízes latinas do infinitivo flexionado está perfeitamente sintonizada com as regras formuladas pelos filólogos do século XIX, que não prevêem criações lingüísticas “ex nihilo”, mas mudanças lentas e graduais. Podem ocorrer sobreposições em determinadas áreas, resultando em “invasões” e “usurpações” na linha temporal e nos modos dos verbos.

Os argumentos de Maurer (1968) pareciam ter encerrado as controvérsias históricas em torno da origem do infinitivo pessoal do português. A hipótese vernacular adquiriu mais credibilidade e prestígio entre os pesquisadores. Poucos lingüistas ousaram desafiar os sólidos argumentos históricos do filólogo da USP. Mas a ciência lingüística, dialética por natureza, não admite a unanimidade. Alguns abnegados defensores da hipótese latina retomaram a polêmica. Elia (1974:246) apela para um argumento político, ao declarar que a polêmica da origem do infinitivo continuava, apesar das recentes investigações de Maurer (1968), porque “a teoria de Gamillscheg-José Maria Rodrigues continua forte e com muitos adeptos.” Mais recentemente, Martins (2001) também retoma a “impopular” hipótese, em abordagem gerativa, acrescentando novos dados históricos e novas interpretações sintáticas.

Há, no entanto, certo consenso entre os defensores de ambas as hipóteses de que o infinitivo flexionado está profundamente enraizado no latim vulgar medieval. Ele nasceu com a própria língua portuguesa, conformado pelo latim vulgar falado na província romana da Hispania Ulterior, mas mais particularmente na Gallaecia, uma província nova criada nos tempos do imperador Caracala no século III d.C. Por um capricho da história, ele se desenvolveu apenas nos dialetos latinos da parte mais ocidental da Península Ibérica: Portugal e Galícia.

NOTAS

Nota 1 – Os primeiros gramáticos da língua grega surgiram no período helenístico em Alexandria, a partir do século II a.C. Destacaram-se Dionísio o Trácio e Apolônio Díscolo.

Nota 2 – Verbos como *irasci* pertencem à classe dos depoentes, que tinham forma passiva, mas sentido ativo.

Nota 3 – A voz passiva do latim apresentava formas sintéticas e analíticas. Tinham forma sintética o presente do indicativo (*amor*) e do subjuntivo (*amer*), o imperfeito do indicativo (*amabar*) e do subjuntivo (*amarer*) e o futuro do indicativo (*amabor*).

Nota 4 – Quando a oração *infinitiva objetiva* não vem acompanhada de sujeito (ou melhor, é PRO), o infinitivo vai normalmente na voz passiva:

- i. *Caesar iussit [milites pontem facere] = César mandou os soldados fazerem uma ponte*
- ii. *Caesar iussit [ec pontem fieri] = César mandou ser feita uma ponte.*

Nota 5 – No latim clássico, só havia preposições lexicais que regiam acusativo ou ablativo.

Nota 6 – No português, o valor [+N] do infinitivo é reconhecido facilmente por causa da aposição de artigo o(s)/um-uns, a forma genérica do português. Pertence, portanto, aos substantivos masculinos. Ao contrário do latim, admite a flexão de número como os nomes: o parecer/os pareceres, o ser/os seres.

Nota 7 – A tradução livre é minha.

Nota 8 – O infinitivo passivo *necari* significa literalmente *ser morto*. No latim se expressava com infinitivo passivo (*ser morto*); no português há, no entanto, preferência pela voz ativa (*matar*).

Nota 9 – Orações infinitivas como [*Mercurium Argum interemisse*] podem causar certa confusão na definição de sujeito (agente) e objeto (paciente): quem matou e quem foi morto. Para fugir à ambigüidade, os autores latinos recorrem à construção passiva: *Argum ab Mercurio interfectum esse* (*Argos ter sido morto por Mer - cúrio*).

Nota 10 – *Mori* é verbo depoente; tem, portanto, sentido ativo – *morrer*.

Nota 11 – A expressão *pro drop* corresponde a *pronoun drop*: queda do pronome sujeito.

- Nota 12 – [Agr] é a abreviatura da palavra inglesa *agreement*, a concordância número-pessoal sujeito-verbo.
- Nota 13 – InfP é a abreviatura de infinitival phrase, sintagma infinitivo, a categoria funcional específica às orações subordinadas infinitivas: corresponde, aqui, a uma fórmula mnemônica.
- Nota 14 – InfP só assume o papel de sujeito de oração pequena, isto é, de SC (*small clause*) – veja nota 18.
- Nota 15 – Vimos que o latim é língua com núcleo à esquerda: isso licencia a posição da oração infinitiva à esquerda do verbo da oração matriz; no português a posição é à direita (sujeito extraposto).
- Nota 16 – PRO (prozão) é a abreviatura de *pronoun* = pronome, e corresponde a sujeito de oração infinitiva com infinitivo [-Agr]. É uma posição argumental [+θ] e [-K]. Sua definição é polêmica [+anáfora, +pronominal]; como recebe papel temático do infinitivo e, ocupa posição não regida, não precisa de caso, entrando em colisão com a Condição de Visibilidade. PRO opõe-se a *pro*, este equivalendo a sujeito nulo, não possível nas orações infinitivas do latim clássico.
- Nota 17 – Verbos inacusativos selecionam argumento interno, mas são incapazes de atribuir caso acusativo ao DP complemento .
- Nota 18 – SC é a abreviatura de *small clause*, isto é, *oração pequena*, selecionada pelo verbo inacusativo *esse* e verbos transitivos que a gramática tradicional denomina de *declarativos* ou de *juízo*. São orações sem um núcleo verbal, constituídas normalmente de DP sujeito e AP predicativo.
 Ex.: i. A menina é linda → [___ é [_{SC} [_{DP} a menina [_{AP} linda]]]]
 ii. Maria considera [_{SC} [_{DP} seus pais [_{AP} severos]]].
- Nota 19 – AP é a abreviatura de *adjectival phrase* = sintagma adjetival, cujo núcleo é constituído de adjetivo.
- Nota 20 – ECM é a abreviatura de *exceptional case marking* = marcação excepcional de caso.
- Nota 21 – Quando o sujeito da oração infinitiva é explicitado, ele vai normalmente no acusativo, mesmo não apresentando a configuração típica de ECM. A construção *acusativo com infinitivo* transcende a noção de marcação excepcional de caso.
- Nota 22 – PRO é a abreviatura de *pronoun* = pronome, uma categoria vazia com papel temático de sujeito de infinitivo impessoal (ou sem sujeito, no conceito da GL). Não pode ser confundido com o sujeito nulo marcado com o *pro* (prozinho).

2. A ABORDAGEM DO INFINITIVO PESSOAL PELA GRAMÁTICA TRADICIONAL (GT)

2.1 – Introdução

Vimos, até aqui, que as raízes do infinitivo pessoal português podem ser rastreadas somente até as sombras da Idade Média. Mais adiante, as pistas se perdem por absoluta carência de registros escritos, por isso, as duas hipóteses levantadas transitam no movediço terreno da especulação. A “Teoria Vasconcelos” - rotulada também de *Teoria do Sujeito Nominativo* - postula que o infinitivo impessoal românico sofreu um processo de “finitivização”, passando a admitir, em certas configurações sintáticas, sujeito no caso nominativo. A “Teoria Gamillscheg-Rodrigues”, ao contrário, postula origem finita para o infinitivo pessoal. O imperfeito do subjuntivo latino, desalojado no latim vulgar pelo mais que perfeito do subjuntivo, na sua busca por sobrevivência, teria “invadido” a linha temporal do infinitivo românico impessoal, adonando-se de alguns espaços deste. Não teria ocorrido, portanto, uma finitivização do infinitivo românico, mas uma “usurpação” de fora, uma sobreposição na linha temporal. A finitivização teria se processado por empréstimo de fora. Para ambas as hipóteses, porém, desencadeou-se uma competição entre os dois infinitivos pessoal e impessoal. Para a “Teoria Vasconcelos” essa luta pode ser tomada como interna, uma conflagração “civil”; para a “Teoria Gamillscheg-Rodrigues”, como uma guerra de “invasão”, de “usurpação”, de conquista de território novo por um “intruso”.

Martins (2001), dentro da vertente da “Teoria Gamillscheg-Rodrigues”, mostra que o infinitivo pessoal gozava de mais autonomia no português antigo do que no português moderno. Supõe, portanto, que o infinitivo pessoal tenha preservado, inicialmente, algumas propriedades da sua origem finita. Sua progressiva descaracterização como forma finita pode ser observada, segundo ela, no transcurso do português arcaico para o português contemporâneo. Por exemplo, o português brasileiro falado (PBF), mais informal, já estaria dando sinais de solução para essa incômoda duplicidade, apontando claramente para um só infinitivo, o infinitivo românico [-T, -Agr]. O PBF estaria se encaminhando, portanto, para a depuração gradativa do imperfeito do subjuntivo da sintaxe do infinitivo. Assim, quem sabe, depois desse longo descaminho, o português esteja qualificado para se reencontrar com as demais línguas românicas, sacramentando o uso de um só infinitivo, o invariável. Mas, conscientes de que os rumos de uma língua são bastante caprichosos e imprevisíveis, somos forçados a renunciar à formulação de qualquer palpite futurista.

Ao contrário do latim clássico, o infinitivo português tomou dois rumos opostos bem claros: (i) por um lado, afastou-se das formas infinitas do verbo, alinhando-se ao paradigma flexional das formas finitas, adotando suas propriedades morfossintáticas; (ii) de outro lado, aproximou-se dos nomes, assumindo plenamente o paradigma flexional dos nomes e sua morfossintaxe. Essas duas tendências não marginalizaram, contudo, o infinitivo impessoal românico, porque ele permaneceu como a regra geral, a forma não-marcada da oração subordinada infinitiva.

A gramática tradicional (GT)¹, longe das tergiversações em torno das origens do infinitivo flexionado, buscou, desde o início do século XIX, disciplinar o emprego dos dois infinitivos do português invocando como modelos os escritores portugueses e brasileiros, considerados clássicos, nos moldes da doutrina gramatical vigente desde os gramáticos alexandrinos. As regras de seu emprego são formuladas com base nesses textos escritos, um corpus aberto e heterogêneo, mas trabalhado com abstração de tempo e estilo. Não é de estranhar que essa abordagem resulte em tentativas frustradas de estabelecer regras objetivas para o seu uso, como vamos ver logo adiante.

Para a GT, as orações subordinadas infinitivas, chamadas *reduzidas*, derivam das orações subordinadas finitas, chamadas *desdobradas*². Essa derivação sintática obedece a um processo de redução de seus elementos constitutivos: (i) supressão do conetivo, (ii) supressão das informações modo-temporais, e (iii) supressão ou não da flexão número-pessoal. O português tem a particularidade de pôr à disposição dos falantes dois infinitivos: um impessoal (-Flex) e outro pessoal (+Flex). O infinitivo impessoal não apresenta os morfemas flexionais indicativos de pessoa e número; o infinitivo pessoal exhibe os morfemas flexionais de pessoa e número como as formas finitas do verbo. Mostramos esse contraste no QUADRO I.

Infinitivo impessoal	Infinitivo pessoal
am-a-r	am-a-r-∅ (eu) am-a-r-es (tu) am-a-r-∅ (ele) am-a-r-mos (nós) am-a-r-des (vós) ³ am-a-r-em (eles)

QUADRO I – Os dois infinitivos do português

Do ponto de vista morfológico, uma forma de infinitivo pessoal como [*amarmos*] seria constituída dos seguintes segmentos:

- am** ® radical (lexema)
- a-** ® vogal temática (morfema)
- r-** ® desinência “modo-temporal” (morfema)
- mos** ® desinência número-pessoal (morfema)

Isso implica atrelar automaticamente o infinitivo flexionado ao paradigma flexional das formas finitas e submetê-lo às regras de concordância geral sujeito-verbo. No entanto, sabemos que a GT defende um estatuto próprio para o infinitivo flexionado, distinto do das formas finitas, conforme vamos ver logo adiante. A exceção encontramos em Luft (1976) que coloca, em princípio, o infinitivo flexionado na regra geral de concordância. A desinência -r- não pode ser considerada marca de tempo e modo, apenas informa que está no infinitivo, uma forma considerada atemporal. Isso não significa que o infinitivo, pessoal ou impessoal, não possa conter, às vezes, algum rudimento de tempo. Júlio Ribeiro (1914:282-9), por exemplo, atribui ao infinitivo dois tempos: (i) infinitivo presente (*amar/ser amado*), e (ii) infinitivo perfeito (*ter amado/ter sido amado*). Os gramáticos, porém, atribuem-lhe geralmente apenas informação de aspecto e de voz (ativa e passiva).

2.2 – Vestígios da sintaxe latina no infinitivo do PB

Ao contrário do latim, as orações subordinadas infinitivas do português podem vir regidas por preposição, ampliando sensivelmente sua ocorrência. Boa parte das orações subordinadas desdobradas do latim passaram a ter no português uma variante constituída de *preposição + oração infinitiva*, principalmente nas adverbiais. A ausência da conjunção não é, contudo, propriedade apenas das orações reduzidas. Como no latim vulgar, o português também admite orações subordinadas desdobradas (finitas) sem a presença de nexos oracionais. Podemos verificar isso nas sentenças (1).

- (1) a. Avancem com cuidado, [∅ [*o campo está minado*] → porque (explicativa)
 b. O mundo seria melhor, [∅ [*não fossem as guerras*] → se (condicional)
 c. Seria de causar indignação, ∅ [*não estivéssemos quase todos já viciados*]. (FdeSP)
 → se (condicional)
 d. [∅ [*Poderosos que sejam*], não nos intimidarão → embora (concessiva)
 e. O relator solicita [∅ [*seja feita uma devassa no diretório*] → que (integrante)
 f. Pediu-lhe [∅ [*agisse de forma menos agressiva*] → que/para que (integrante)
 g. Eu creio em Deus, ∅ [*ele não crê em mim*] → mas (adversativa)

As construções latinas de *acusativo com infinitivo* com os verbos *declarandi, sentiendi, voluntatis e affectuum*, que classificamos como ECM, foram quase todas perdidas no português em razão do advento do infinitivo flexionado. Apesar disso, a GT portuguesa, historicamente subserviente à sintaxe latina e, portanto, herdeira do “erro clássico”, continua analisando algumas construções do infinitivo português pela ótica da sintaxe latina, superada, ou pelo menos parcialmente superada. O português, a “última flor do Lácio”, preservou, aparentemente, alguns “latinismos sintáticos” na questão das orações infinitivas. Os casos mais evidentes são (i) as orações subordinadas infinitivas regidas por verbos causativos e perceptivos com o sujeito da oração infinitiva no acusativo (2), e (ii) o pretense sentido passivo de certos infinitivos preposicionados com forma ativa (3).

- (2) Cur fecisti [_{InfP} *nos exire de Aegypto*]?

Por que fizeste- [nos sair do Egito]?

Por que nos fizeste sair do Egito?

- (3) a. ... epistolae difficiles [*legere*]

... *cartas difíceis [ler]*

... *cartas difíceis de ler*

- b. ... epistolae difficiles [*legi*]
 ... cartas difíceis [*ser lida*]
 ... cartas difíceis de serem lidas

Assim, o sujeito acusativo pode ser encontrado no português brasileiro (PB) em construções com os verbos causativos (*mandar, fazer, deixar* e seus sinônimos) e perceptivos (*ver, ouvir, sentir* e seus sinônimos), quando seu argumento interno for expresso por oração infinitiva. Correspondem às construções dos mesmos verbos ECM do latim. Para Pereira (1907), o sujeito do infinitivo teria força de acusativo latino. Essa postura podemos ver nas sentenças (4). A prova de que o sujeito do infinitivo está no acusativo é mostrada nas sentenças (5), quando o sujeito toma a forma de pronome pessoal oblíquo acusativo *o,a/os,as* no português padrão.

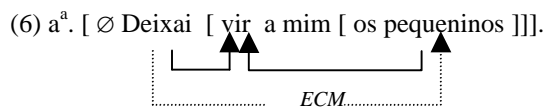
- (4) a. O diretor mandou [*os alunos entrar*].
 b. A babá fez [*as crianças dormir*].
 c. O guarda viu [*os ladrões arrombar o carro*].
 d. O jogador sentiu [*as pernas tremer*].
- (5) a. O diretor mandou- [*os entrar*].
 b. A babá fê-[?] [*las dormir*].
 c. O guarda viu- [*os arrombar o carro*].
 d. O jogador sentiu- [*as tremer*].

Nas sentenças (4), os sujeitos das orações infinitivas – *os alunos, as crianças, os ladrões, as pernas* – estão no plural, mas os infinitivos verbais – *entrar, dormir, arrombar, tremer* – permanecem na forma impessoal. Esses sujeitos estão no acusativo: a GT rotulou-os de “sujeito acusativo”, porque infinitivos impessoais não têm prerrogativas de atribuidor de caso nominativo. A prova de que os sujeitos das orações infinitivas estão no acusativo nas sentenças (4) encontramos nas sentenças (5): sua pronominalização toma a forma oblíqua átona *o/a, os/as* na linguagem formal. São remanescentes do acusativo latino. Com isso, está bloqueada a flexão dos infinitivos nas sentenças (5), como no latim.

A análise de sentenças, como (4) e (5) acima, foi e continua foco de divergências históricas entre os gramáticos. Haug (1987) registra cinco diferentes análises de uma mesma sentença bíblica em português formal escrito como (6a), cuja equivalente latina é (6b).


- (6) a. Deixai [_{Inf} vir a mim os pequeninos].
 b. Sinite [_{Inf} parvulos venire ad me].

Análise 1 – A sentença é complexa: *vir a mim os pequeninos* é uma oração subordinada infinitiva com papel de objeto direto do verbo *deixai* da oração regente; *os pequeninos* é o sujeito posposto acusativo do infinitivo impessoal *vir*; constitui uma construção (6a^a):




Análise 2 – A sentença é simples: *deixai vir* é locução verbal, *os pequeninos* é seu objeto direto (6a^b).

(6) a^b. [∅ Deixai vir [os pequeninos] a mim]




Análise 3 – A sentença é simples: *os pequeninos* é objeto direto de *deixai*, e o infinitivo *vir* é predicativo de *os pequeninos* (6a^c).

(6) a^c. [∅ Deixai [os pequeninos [vir a mim]]]




Análise 4 – A sentença é complexa: *os pequeninos* contrai dois papéis sintáticos: objeto direto do verbo *deixai* e sujeito do infinitivo *vir* (6a^d).

(6) a^d. [∅ Deixai [os pequeninos] [∅ vir a mim]]



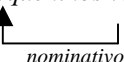
Análise 5 – A sentença é simples: o verbo *deixai* tem dois objetos diretos - à semelhança do acusativo duplo do latim - *os pequeninos* e *vir a mim* (6a^e).

(6) a^e. [∅ Deixai [os pequeninos [vir a mim]]]

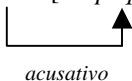


À análise 1 preferimos dar, hoje, outra versão, mais condizente com o português contemporâneo: a oração infinitiva [*vir a mim os pequeninos*], com infinitivo impessoal latino e sujeito posposto, teria a ordem direta SV: [*os pequeninos virem a mim*], com sujeito na posição canônica e o infinitivo na forma pessoal; com isso, o sujeito, *os pequeninos*, vai no nominativo, liberando a concordância sujeito-infinitivo. A sentença (6), acima, terá no PB atual³, portanto, a forma transcrita em (7a) e não (7b).

(7) a. Deixai os pequeninos virem a mim.
[∅ Deixai [os pequeninos virem a mim]



b. ³Deixai os pequeninos vir a mim.
²[∅ Deixai [os pequeninos vir a mim]]



A análise nos moldes da gramática latina bloqueia a flexão do infinitivo português, porque o sujeito acusativo não é capaz de instaurar um contexto sintático favorável à concordância sujeito-infinitivo. O pronome oblíquo (acusativo) não teria qualificação para obrigar a flexão do infinitivo, uma propriedade exclusiva do pronome reto (nominativo). Em termos de gramática gerativa, essas construções constituiriam, como no latim, caso típico de ECM. Assumindo essa postura, a leitura mais coerente seria, por conseguinte, a da análise 1, acima exposta, mas com o sujeito no nominativo e o infinitivo flexionado (7a).

A tendência no português brasileiro atual é pela pessoalização das orações infinitivas encaixadas nas sentenças (4), acima. Ocorreu, portanto, uma mudança do latim para o português nesses verbos: quando temos sujeito expresso por substantivo, pronome pessoal reto (expresso ou nulo), o infinitivo é flexionado: vale dizer, que o sujeito recebe o caso nominativo. Já nas sentenças (5), acima, com o sujeito expresso por pronome oblíquo, no acusativo, o infinitivo fica invariável, como no latim.

As sentenças (4), acima, de acordo com a tendência do PB terão preferencialmente a forma *nominativo com infinitivo flexionado*, como podemos ver na sua transcrição em (8).

- (8) a. O diretor mandou [*os alunos entrarem*].
b. A babá fez [*as crianças dormirem*].
c. O guarda viu [*os ladrões arrombarem o carro*].
d. O jogador sentiu [*as pernas tremerem*].

No PB informal, as sentenças (5), acima, recebem uma outra versão: o sujeito das orações infinitivas vem geralmente expresso por pronome reto (nominativo)⁴ liberando, assim, a forma flexionada do infinitivo, como podemos ver na sua reescrita em (9).

- (9) a. O diretor mandou [*eles entrarem*].
b. A babá fez [*elas dormirem*].
c. O guarda viu [*eles arrombarem o carro*].
d. O jogador sentiu [*elas tremerem*].

Góis (1923) e outros gramáticos estendem a análise dos verbos causativos e perceptivos às configurações sintáticas em que o sujeito do infinitivo é simultaneamente objeto direto ou indireto do verbo finito regente, como podemos observar nos exemplos (10) e (11). Essa análise é, obviamente, equivocada, como vamos mostrar no capítulo 4.

- (10) a. Convenceu *as eleitoras* [*a votar nele*].
b. Custou *aos senadores* [*acreditar em Jáder*].
c. A CIA acusou *os sírios* [*de proteger terroristas*].
d. Não permitiu *aos candidatos* [*falar no comício*].
- (11) a. Convenceu-*as* [*a votar nele*].
b. Custou-*lhes* [*acreditar em Jáder*].
c. A CIA acusou-*os* [*de proteger terroristas*].
d. Não *lhes* [*permitiu falar no comício*].

Não podemos, portanto, identificar estas estruturas com as construções (3) e (4) acima, embora a tendência no PB seja a mesma, isto é, flexionar o infinitivo. Mostramos essa tendência de (10), acima, na sua reescritura em (12); nas sentenças (11), a flexão do infinitivo sofre fortes restrições, cuja reescritura está registrada em (13).

- (12) a. Convenceu *as eleitoras* [*a votarem nele*].
 b. Custou *aos senadores* [*acreditarem em Jáder*].
 c. A CIA acusou *os sírios* [*de protegerem terroristas*].
 d. Não permitiu *aos candidatos* [*falarem no comício*].

- (13) a. Convenceu-*as* [*a votarem nele*].
 b. Custou-*lhes* [*acreditarem em Jáder*].
 c. A CIA acusou-*os* [*de protegerem terroristas*].
 d. Não *lhes* permitiu [*falarem no comício*].

A outra análise, que apontamos como análise latinista da GT, é a interpretação passiva de certas construções infinitivas com forma ativa e sentido passivo, que correspondem a infinitivo presente, gerúndio ou gerundivo do latim. O infinitivo vem regido por preposição (*de, a, para, por*), equivalendo a complemento nominal de adjetivo (14a-e), ou adjunto adnominal de substantivo (14f-h). Admitem essa análise quase todos os gramáticos tradicionais e filólogos, todos de inquestionável saber e erudição: Said Ali (1964,1966), Pereira (1957), Góis (1923), Souza da Silveira (1972), Sten (1952), Silveira Bueno (1956,1958), Chaves de Melo (1970), Mendes de Almeida (1956) Moura Neves (2000) et alii. Na voz ativa, permanecem na forma invariável do infinitivo românico, como mostramos nos exemplos (14).

- (14) a. ossos duros [*pp de roer*] [= de serem roídos]
 b. terras próprias [*pp para cultivar*] [= para serem cultivadas]
 c. cenas difíceis [*pp de suportar*] [= de serem suportadas]
 d. livros fáceis [*pp de ler*] [= de serem lidos]
 e. pesquisas impossíveis [*pp de realizar*] [= de serem realizadas]
 f. cartas [*pp por escrever*] [= por serem escritas]
 g. tarefas [*pp a cumprir*] [= a serem cumpridas]
 h. os livros existem [*pp para ler*] [= para serem lidos]

Alguns gramáticos e filólogos consideram essa interpretação um falso latinismo, porque o português não preservou os verbos depoentes latinos, as formas passivas simples e certos empregos do gerúndio, conforme vimos no capítulo anterior. Para Maurer (1968), a análise passiva não corresponde à realidade das línguas românicas. O francês, por exemplo, não aceita apassivamento nessas construções. Os exemplos que transcrevemos em (15), Maurer tomou de Nyrop e Brunot.

- (15) a. Ce fruit est bon à *manger*. [Nyrop]
 Esta fruta é boa para comer.
 a'. *Ce fruit est bon à *être mangé*.
 Esta fruta é boa de ser comida.
 b. agréable à *porter* [Brunot]
 agradável de levar
 b'. *agréable à *être porté*
 agradável de ser lavado

O português tem à disposição dos falantes duas formas para expressar a voz passiva: a forma analítica e a forma pronominal ou sintética. Nos exemplos (16 e 17), mostramos a forma ativa (a), a forma passiva analítica (b) e a forma passiva pronominal ou sintética (c).

- (16) a. livros fáceis *de ler*
b. livros fáceis *de serem lidos*
c. livros fáceis *de se lerem*
- (17) a. pesquisas impossíveis *de realizar*
b. pesquisas impossíveis *de serem realizadas*
c. pesquisas impossíveis *de se realizarem*

Além disso, as mesmas construções podem ser feitas com verbos intransitivos, que, obviamente, não podem ser interpretados como passivos. A questão é distinguir os papéis distintos do pronome *se*: como apassivador (18), ou como indeterminador do sujeito (19). Macambira (1971) simplifica a análise apontando possível apagamento do *se* apassivador ou do *se* indeterminador.

- (18) a. Porto Alegre é uma cidade boa [*de Ø morar*].
b. Porto Alegre é uma cidade boa [*de se morar*]. → *se* indeterminador
c. *Porto Alegre é uma cidade boa [*de ser morada*].
- (19) a. Porto Alegre é uma cidade boa [*de Ø curtir*].
b. Porto Alegre é uma cidade boa [*de se curtir*]. → *se* apassivador
c. Porto Alegre é uma cidade boa [*de ser curtida*].

2.3 – A incômoda duplicidade do infinitivo português

Vimos que o infinitivo português distingue-se do infinitivo românico por uma particularidade: ele pode assumir caráter invariável, como o infinitivo românico, ou assumir a flexão número-pessoal como as formas finitas. Essa duplicidade foi (e ainda é) motivo de divergências históricas entre os gramáticos, pois até hoje ainda não chegaram a um consenso quanto ao emprego de um e de outro nos diferentes contextos sintáticos. O infinitivo românico carece geralmente das propriedades morfológicas essenciais de verbo, por isso, tem sentido abstrato, ambíguo e genérico. O caráter abstrato e ambíguo do infinitivo impessoal português foi contornado, em determinadas configurações sintáticas, pelo artifício do infinitivo pessoal, ou melhor, do infinitivo flexionado. Sua flexão o equipara praticamente às formas finitas e “deixa-nos como que ver os contornos e o desenho do sujeito”, segundo Said Ali (1957: 64). Portanto, o que caracteriza o infinitivo português não é só sua pessoalidade, mas sua flexão. No dialeto falado no Algarve, ocorre fenômeno semelhante com o gerúndio: percebe-se a presença de *-s*, quando tem como sujeito a segunda pessoa do singular [*em tu sendos, em tu tendos*], e *-mos*, quando tem como sujeito a primeira pessoa do plural [*andádomos*].

Elia (1974) e Luft (1976)⁵ apontam para a conveniência de distinguir entre infinitivo pessoal e infinitivo flexionado, pois o latim, o italiano, o espanhol e o francês medieval também têm ou tinham o infinitivo com sujeito próprio (“pessoal”), embora não flexionado⁶. As denominações pessoal x impessoal e flexionado x não-flexionado

provocaram e ainda provocam hoje alguma confusão em torno da distinção dos dois infinitivos. A impessoalidade é característica de certos verbos que não exigem sujeito, e não apenas do infinitivo. O infinitivo pessoal tem sujeito próprio, igual ou diferente da oração principal, e pode ser flexionado ou não para o critério da GT. Para desfazer qualquer ambigüidade, consideramos infinitivo pessoal o infinitivo que concorda com seu sujeito próprio (expresso ou nulo) no caso nominativo. Corresponde, portanto, ao conceito “infinitivo flexionado” da maioria dos gramáticos tradicionais. Contempla também as ocorrências de infinitivo na primeira e terceira pessoas do singular, que apresentam morfema flexional zero (\emptyset). Portanto, a concordância sujeito-infinitivo se concretiza formalmente, embora sua flexão não seja pronunciada ou visível. Mostramos essas duas ocorrências nas sentenças (20).

- (20) a. O aluno saiu [*sem eu perceber*- \emptyset].
b. A mãe disse [*para ela não ir*- \emptyset *pelo caminho do mato*].
c. O Zagalo deixava simplesmente [*o Flamengo jogar*- \emptyset].

A omissão dos sujeitos, *ela* (20b) e *o Flamengo* (20c), implica, obviamente, em infinitivo impessoal (não-flexionado); a sentença (20a) rejeita essa alternativa. Lembramos que a sentença (20c) admite duas leituras: (i) infinitivo pessoal, com *o Flamengo* interpretado como sujeito nominativo; e (ii) infinitivo impessoal, com *o Flamengo* interpretado como sujeito acusativo, em sintonia com a sintaxe latina, correspondendo à construção ECM.

Outro problema na análise da GT diz respeito ao sujeito da oração infinitiva, quando o infinitivo é considerado impessoal. Do ponto de vista sintático, esse infinitivo é analisado por gramáticos como sem sujeito. Há, no entanto, gramáticos que preferem usar critérios semânticos na classificação do sujeito, que pode ser visto como (i) indeterminado: genérico, abstrato (sentenças 21), ou (ii) idêntico ao da oração principal (sentenças 22).

- (21) a. É preciso [*saber*] [*perder*].
b. [*Viver*] é [*aprender*] [*a morrer*].
c. Querem [*privatizar o Banco do Brasil*].

- (22) a. Os alpinistas queriam [*partir antes de amanhecer*].
b. As crianças sumiram [*sem deixar vestígios*].
c. Os soldados foram enviados à Libéria [*para garantir a segurança dos civis*].

Said Ali (1956:102) postula que “infinitivo sem sujeito é o mesmo que infinitivo sem flexão”. Rejeita a análise proposta em (22a), pois para ele constitui locução verbal e não dois verbos e duas orações. Uma sentença como [*eu quero fazer*], que Soares Barbosa analisa como constituída de duas orações [*eu quero eu fazer*] com sujeitos idênticos, ele considera um período simples: *quero* é verbo auxiliar de *fazer*, este o verbo principal da locução verbal. A análise, aqui, entra em rota de colisão com a noção de “locução verbal” e “verbo auxiliar” demasiadamente liberal entre os gramáticos tradicionais.

Em razão da interferência de inúmeros fatores extralingüísticos no emprego dos dois infinitivos, muitos gramáticos preferem remeter a questão para o campo da estilística, um terreno hostil por natureza a prescrições de ordem gramatical. Dentro desse espírito,

Pereira (1957:351) submete o emprego do infinitivo a dois grandes princípios estilísticos: (i) “harmonia da frase”, e (ii) “clareza da expressão”. Assim, as regras específicas “só têm valor à luz destes dois grandes princípios”. Por isso, Silveira Bueno (1956) sentiu-se autorizado a profetizar o fracasso de todos os esforços de sistematização de seu emprego. Para Góis (1943), o infinitivo é “por sua própria essência e natureza, uma expressão verbal esquiva à pessoalidade”. O emprego do infinitivo impessoal constitui, para ele, a norma; os dois infinitivos não coexistem num mesmo contexto sintático. Said Ali (1957) desautoriza os gramáticos a formularem regras rígidas sobre o emprego do infinitivo pessoal, pois é impossível querer legislar sobre fatores subjetivos. Para ele o emprego do infinitivo flexionado pode ser abarcado por três princípios básicos: (i) sujeito próprio (diferente ou igual ao da oração principal), (ii) clareza, e (iii) intencionalidade. O infinitivo será flexionado, portanto, “sempre que lhe dermos um sujeito no caso nominativo” (idem, p.66). Assim, “a necessidade de clareza faz o infinito flexionado invadir, às vezes, um território onde, em princípio, lhe é defeso entrar.” (p.69). Segundo Góis (1943:138), o “falso pressuposto de que o infinitivo é verbo” permitiu a disseminação indiscriminada do infinitivo flexionado, e, em decorrência disso, “degenerou em abuso e licença”, quando sua flexão constitui apenas uma propriedade acidental, esporádica. Luft (1976:102) é mais pragmático, pois argumenta que “na linguagem culta, o infinitivo segue as mesmas regras de concordância das outras formas verbais: concorda em número e pessoa com seu sujeito.” Cegalla (1964:348) considera o infinitivo flexionado “matéria flutuante”, regido basicamente pelo “bom gosto literário”.

Não é de admirar, portanto, que o gramático tradicional, sem apoio em uma teoria lingüística consistente, veja a coexistência dos dois infinitivos do português como um mar tenebroso onde “muitos naufragam à míngua de faróis” (Carneiro Ribeiro, 1890: 605), ou águas turvas em que “naufragam os melhores mestres da língua” (Sotero dos Reis, apud Rui Barbosa, 1902). Gladstone Chaves de Melo (1970) classifica o infinitivo flexionado como uma “aberração” dentro do sistema verbal das línguas indo-européias. Para Carlos Góis (1923), o uso abusivo do infinitivo flexionado vai na contramão das demais línguas românicas. Apesar desse aparente caos, o infinitivo flexionado é visto como uma vantagem sobre as demais línguas românicas, que somente dispõem de um infinitivo, o invariável. O infinitivo flexionado daria à construção portuguesa, além de mais *beleza* e *harmonia*, mais *clareza* e *ênfase*. Pode-se inferir dessas manifestações que as línguas que não dispõem de infinitivo flexionado não expressem as idéias com tanta clareza como o português, pois os mesmos gramáticos não sugerem outros recursos sintáticos disponíveis que lhes poderiam emprestar a mesma alegada beleza, harmonia, clareza e ênfase. Rui Barbosa (1902: 394) cunhou-o, imodestamente, de “invejado lusitanismo”, que dá às construções, além de “maior transparência e relevo”, mais “clareza e graça”.

Muitas vezes, a opção entre infinitivo flexionado e não-flexionado não constitui, uma escolha propriamente gramatical, mas discursiva. É, na verdade, uma eleição entre uma expressão mais vaga, genérica e uma expressão mais concreta, mais clara e mais enfática. Ambas as escolhas são, naturalmente, legítimas do ponto de vista gramatical, só que com a alternativa do infinitivo invariável “muito perderia o pensamento de seu vigor e energia” (Carneiro Ribeiro, 1905: 272). O infinitivo flexionado empresta ao processo de subordinação, sem dúvida, maior concisão, pois implica condensação sintática, tornando, assim, a construção mais ágil e veloz.

As sentenças (23) destacam de forma exemplar a ambigüidade do infinitivo impessoal e a transparência do infinitivo pessoal.

- (23) a. O pai mandou chamar as crianças [*para dormir um pouco*]. (*Macambira, 1971*)
a'. O pai mandou chamar as crianças [*para dormirem um pouco*].
b. A babá levou as crianças [*para comer pizza*].
b'. A babá levou as crianças [*para comerem pizza*].

A forma impessoal *dormir* (21a) é ambígua, porque admite dois candidatos a sujeito: *o pai* e *as crianças*. A forma flexionada *dormirem* (21a') desambigüiza a construção, pois “esse reforço da pessoalidade” sinaliza claramente para um único candidato a sujeito: *as crianças*. A forma impessoal (23b) *comer pizza* pode dar margem a mais de uma leitura (ingênua, é verdade), pois os candidatos a sujeito são *a babá*, *as crianças* ou ambos; a forma pessoal (23b') também não é clara quanto aos candidatos a sujeito, embora a prática social nos leve a interpretar que são as crianças que vão comer pizza. O infinitivo impessoal românico geralmente expressa sentido universal e genérico em flagrante contraste com o infinitivo flexionado português, o que pode ser reforçado através dos exemplos (22).

- (22) a. É preciso [*trabalhar mais*]. → sujeito genérico
a'. É preciso [*trabalharmos mais*]. → sujeito nulo (nós)
b. [*Protestar*] é comum aqui. (Luft) → sujeito genérico
b'. [*Protestarem*] é comum aqui. → sujeito nulo (eles)

A escolha de uma ou outra forma é determinada, aparentemente, mais por critérios discursivos e pragmáticos do que por preferências de natureza gramatical. O infinitivo flexionado constitui uma idiosincrasia da língua portuguesa, sobre o qual o sistema lingüístico exerce rigoroso controle, impondo restrições à sua expansão. A GT prescreve-lhe estatuto próprio, não confundível com as formas finitas. Os dois infinitivos coexistem lado a lado, cada qual obedece, no entanto, a regras específicas, embora bastante flexíveis em determinados contextos sintáticos. Mesmo assim, há um quase-consenso entre os gramáticos de que o emprego dos dois infinitivos deve obedecer a princípios gramaticais bem definidos:

- (i) o infinitivo impessoal constitui a regra geral, a forma não-marcada, em sintonia com o infinitivo invariável românico;
- (ii) o infinitivo flexionado é a forma marcada, que sofre severas restrições no seu uso;
- (iii) mas há um território neutro entre ambos, que comporta todas as idiosincrasias, por isso, tornou-se o campo de batalha preferido entre os gramáticos, definido por Maurer (1968) como uso “facultativo” do infinitivo flexionado.

Desde Jerônimo Soares Barbosa (1803) e Frederico Diez (1836), os filólogos e os gramáticos buscaram apreender e formalizar as regras que comandariam o emprego dos dois infinitivos do português. Seus esforços estiveram, contudo, mais orientados para a prescrição do que para a descrição e compreensão dessa singularidade sintática do

português. O emprego dos dois infinitivos mereceu dos gramáticos, em razão de suas dificuldades em formular regras condizentes com os fatos da língua, rótulos como “labirinto”, “babel”, “caos”, “mar tenebroso”, etc. A despeito de estudos mais aprofundados na primeira metade do século XX, as regras genéricas de Soares Barbosa e Diez mantiveram sua posição de “fio condutor no labirinto do emprego do infinito pessoal”, segundo Pereira (1927:515).

2.4 – A obsessão prescritivista da GT

Jerônimo Soares Barbosa, seguidor da gramática racional de Port Royal, é considerado o pioneiro no esforço de descrever e disciplinar o uso pretensamente aleatório e arbitrário dos dois infinitivos. Seu emprego oscilava, aparentemente, ao sabor da subjetividade dos autores clássicos, em sintonia com a máxima latina *poetis et pictoribus omnia licet*⁷. Em sua *Grammatica philosophica da lingua portugueza* (1830)⁸, formulou duas regras para o emprego do infinitivo pessoal e duas regras para o emprego do infinitivo impessoal. Os princípios lógicos estabelecidos por ele são conhecidos como “Regra de Soares Barbosa”. O infinitivo pessoal do português - com sujeito não determinado pela oração finita - é, por sua excentricidade, definido como uma “singularidade”, um “idiotismo” (p.199) no contexto da “gramática geral”. Lamenta que os filósofos tenham deixado esse estudo nas mãos de gramáticos, homens geralmente “ignorantes” e “pouco hábeis”, que a reduziram a “hum systema informe”. Assim, “nascerão todas estas Artes enfadonhas de Grammatica Latina, cheias de mil erros, e de tantas exceções, quantas são as regras”. (p. x).

O emprego do infinitivo pessoal é explicado através de duas regras sumárias, que transcrevemos, pois muito pouco de novo foi acrescentado nos duzentos anos que o separam dos estudos lingüísticos atuais.

Regra 1 – *Quando o sujeito do verbo infinito he diferente do do verbo finito, que determina a Linguagem infinita; ou pode haver equivocação sobre qual he o de quem se fala, ainda que seja o mesmo.* (p.283/4)

Como reforço desta sua regra, Soares Barbosa cita apenas três exemplos, que transcrevemos em (23), permitindo-nos, à revelia do autor, destacar em itálico e entre colchetes a oração infinitiva em causa.

- (23) a. Julgo [*seres tu sabedor*].
b. Creio [*termos sido enganados*].
c. [*A haverem de chegar à manhã*], está tudo preparado.

Regra 2 – *Quando a oração do infinito, ou como sujeito e attributo de outro verbo, ou como complemento de alguma preposição se toma em hum sentido não já abstrato, mas pessoal.* (p.284)

A regra é complementada por três frases comuns, que transcrevemos em (24), sem obedecer, novamente, à forma original do autor.

- (24) a. O [*louvares-me tu*] me causa novidade.
b. [*Para me louvares com verdade*], farei aquilo de que me louvas.
c. Os maus, [*com se louvarem*], não deixam de o ser.

O emprego do infinitivo impessoal também é sintetizado em apenas duas regras:

Regra 1 – ...todas as vezes que o sujeito da oração regente he o mesmo que o da oração regida. (p.283)

Regra 2 – Toda vez que lhe basta exprimir a coexistencia do attributo em hum sujeito qualquer sem o determinar; e então emprega-o como substantivo verbal, que he, para todos os officios, a que se prestão os mais nomes, servindo-se delle já para sujeito, já para attributo da oração, (...). (p.283)

Dispensamos a citação dos exemplos do autor, porque não acrescentam novidade e, também, por não ser o enfoque de nosso estudo. As Regras 1 sobre o uso dos infinitivos pessoal e impessoal foram logo alvo de críticas e intermináveis discussões entre filólogos e gramáticos. Mas a virulência dos ataques foi alimentada principalmente pela censura de Soares Barbosa a Camões, um ícone intocável na arte da palavra, pois teria transgredido, em *Os lusíadas*, a Regra 1 do infinitivo impessoal, que determina o emprego de infinitivo impessoal quando o sujeito da oração regente e da oração regida é o mesmo. Obviamente extrapolou o poder restritivo de sua regra, tomando-a equivocadamente como axioma da sintaxe do infinitivo flexionado. Transcrevemos em (25) excertos dos versos censurados, com os infinitivos pessoais em itálico:

- (25) a. E folgarás de *veres* a polícia (...)
b. Não te espantes
De a Baccho nos teus Reinos *receberes*.

Para o autor da gramática “razoada”, o correto teria sido Camões usar [*ver*] e [*receber*], a forma do infinitivo impessoal, já que os sujeitos [*tu*] são idênticos nas duas orações regentes e nas duas orações subordinadas infinitivas.

Os críticos de Soares Barbosa acusam-no de ter sobreposto suas regras aos fatos da língua, pois a Regra 1 do infinitivo pessoal admitiria como corretas frases como (26), visto que as orações infinitivas têm sujeitos diferentes dos das orações regentes.

- (26) a. *O rei mandou-os *plantarem* batatas.
b. *Não nos deixeis *cairmos* em tentação.
c. *Não lhes permitiu [*lerem os documentos*].

Diez (1836-1842) e todos os filólogos e gramáticos posteriores, que abordaram o tema, alertaram para a excessiva generalidade das regras propostas por Soares Barbosa, pois exorbitam os fatos da língua. Para tanto, Diez explicitou com mais detalhes as duas regras de Soares Barbosa sobre o emprego do infinitivo pessoal, com o intuito de torná-las mais condizentes com os fatos da língua, ou menos “cerebrinas”, segundo Ribeiro (1900). A forma pessoal pode ocorrer, mesmo tendo sujeito idêntico ao da oração regente. Além disso, estabeleceu que a oração infinitiva pessoal sempre pode ser convertida em oração desdobrada como sua equivalente. O infinitivo pessoal obedeceria, portanto, à regra geral de concordância sujeito-verbo como nas formas finitas. Submete a oração subordinada infinitiva com infinitivo flexionado à condição de conversibilidade em oração finita.

As críticas mais contundentes a Diez referem-se à identidade de sujeitos na oração infinitiva e sua regente. Essa regra é capaz de gerar frases como (27)⁹, cuja agramaticalidade é notória, pelo menos no português moderno. Contudo, segundo Rui Barbosa (1953), foram atestados empregos de construções como *podem terem, ouviram dizerem, parecem brilharem, tentaram difamarem, etc.* no português antigo, que, hoje, são rejeitadas e estigmatizadas.

- (27) a. Com a diligência se guardam *de quererem*. (Azurara)
- b. Foste ditoso *em vires*. (Ferreira)
- c. Não podem *serem em um acordo*. (Azurara)

No final do século XIX e princípios do século XX, os dois gramáticos brasileiros mais destacados são Carneiro Ribeiro (1951, 1956) e Júlio Ribeiro (1900). Carneiro Ribeiro abraça a causa de Soares Barbosa e Júlio Ribeiro mostra-se mais favorável às explicações de Diez.

Para Júlio Ribeiro (1900:278) as regras formuladas por Soares Barbosa “só servem para gerar incerteza” e dão a impressão de que os escritos de Camões, Vieira e Herculano “estão inçados de erros”. O emprego pessoal ocorre quando o infinitivo se liberta da dependência que o prende ao verbo principal, correspondendo nesse caso a uma oração desdobrada, independentemente de ter ou não sujeito diferente ao da oração regente. Relativiza suas regras gramaticais, porque o infinitivo flexionado “é assunto sobre que não se pode dogmatizar” (p.350). Os exemplos (28) são do próprio gramático.

- (28) a. É tempo [*de partires*].
 É tempo [*de que partas*].
- b. Viu [*nascere duas fontes*].
 Viu [*que nasciam duas fontes*].
- c. Todos estão alegres [*por terem paz*].
 Todos estão alegres [*porque têm paz*].

O emprego do infinitivo impessoal está ancorado nestes dois conceitos básicos: dependência e clareza. No primeiro caso (dependência), o infinitivo está muito próximo e, portanto, preso ao verbo da oração principal (o que nos remete à noção de locução verbal), ou se liberta dele pela distância (encaixe de constituintes entre eles). No segundo caso (clareza), há preferência pragmática pela forma impessoal, sempre que a clareza da proposição o permitir.

O professor Carneiro Ribeiro (1951, 1956) alerta para as dificuldades enfrentadas na aplicação das regras do emprego dos dois infinitivos, visto que mesmo os mais brilhantes escritores brasileiros “vacillam”, “tropeçam” e “nafragam” “à míngua de seguros pharóes” (p.605). Em princípio concorda com Soares Barbosa, embora adiante que suas próprias dez regras propostas são “nada rigorosas e absolutas” (p.606). A escolha pelo infinitivo pessoal é, muitas vezes, livre, mas a opção por sua flexão dá-lhe “um toque de força e vivacidade” (p.272), constituindo-se em incontestável vantagem discursiva sobre as demais línguas românicas. A polêmica do erudito gramático baiano com seu conterrâneo Rui Barbosa (1902), por ocasião da redação final do projeto do novo Código Civil, é testemunha dessa vacilação diante do emprego dos dois infinitivos, mesmo entre os intelectuais mais renomados da época.

As acaloradas discussões em torno das regras de Soares Barbosa e do romanista alemão Frederico Diez continuaram a polarizar os estudos do infinitivo entre os gramáticos e filólogos brasileiros da primeira metade do século XX. Entre outros, destacaram-se nessa batalha ideológica, nem sempre marcada pela elegância, Said Ali (1964, 1966), Góis (1943), Pereira (1957), Souza da Silveira (1972), Chaves de Melo (1970) e Silveira Bueno (1956, 1958). Para podermos apreciar melhor esses enteveros lingüísticos em torno da “singularidade” do infinitivo português, permitimo-nos dar a palavra aos seus principais protagonistas.

Said Ali (1966: 77), a título de defesa da “Regra de Diez”, recrimina Soares Barbosa porque “não sabe o que faz, nem o que diz”. As críticas de Rui Barbosa (1902) a Diez ele, por sua vez, menospreza, pois “não valem a tinta que lhe custaram”. Para o filólogo, o infinitivo pessoal rege-se basicamente por fatores subjetivos como clareza, intencionalidade, realce, relevo, todos infensos a leis gramaticais. A regra máxima para o seu uso ele resume assim: “há de vigorar a lei da concordância sempre que lhe dermos um sujeito no nominativo” (idem, p.67), quer igual ou diferente. Outros dois fatores importantes são (i) a necessidade de destacar o agente em nome da clareza do pensamento; e (ii) a intenção de realçar o sujeito e não a ação em si do infinitivo verbal. O infinitivo impessoal realça sempre a ação, fato ou processo expressos pelo verbo em detrimento do sujeito.

Góis (1943) critica Soares Barbosa e Diez, pois ambos “ficam aquém dos fatos da língua” (p.297), e manda-lhes este recado, hoje mais do que óbvio: “não é a língua que deve subordinar-se aos preceitos da gramática, mas esta que deve acomodar-se aos fatos da língua” (p.143). O infinitivo flexionado é exceção, por isso, condena seu uso abusivo. A regra geral é, portanto, o infinitivo românico (invariável). Para tanto, lista 19 contextos em que há preferência pelo emprego do infinitivo impessoal e 17 configurações em que se pode empregar o infinitivo pessoal. Para todas as suas regras, ele cita contra-exemplos presentes nos textos de escritores clássicos portugueses e brasileiros, provando, assim, a natureza eminentemente subjetiva e estilística do emprego do infinitivo pessoal.

Pereira (1957: 351) prescreve que regras absolutas sobre o infinitivo pessoal são meros artifícios que contrariam a índole inovadora da língua. As “regras especiais” têm valor apenas complementar, pois devem espelhar-se nos dois princípios maiores, já citados: “a harmonia da frase” e “a clareza da expressão”.

Souza da Silveira (1972) busca sistematizar de forma cuidadosa o emprego dos dois infinitivos. Prevê três contextos sintáticos em que é empregado o infinitivo pessoal: (i) com sujeito determinado, (ii) com sujeito indeterminado na terceira pessoa do plural, e (iii) com sujeito próprio; nos demais casos há também aceitação da forma impessoal.

Chaves de Melo (1970) igualmente insiste em que o emprego do infinitivo pessoal é um assunto mais pertinente à estilística do que à gramática. Portanto, a escolha entre um e outro infinitivo depende mais de fatores discursivos do que propriamente de fatores gramaticais. Reduz o emprego do infinitivo pessoal, no português atual, a duas regras: (i) infinitivo com sujeito explícito, e (ii) exigência de clareza sobre o verdadeiro sujeito do infinitivo.

Silveira Bueno (1956, 1958) debita à linha lógico-filosófica dos seguidores de Port Royal o fracasso pedagógico no ensino da sintaxe, pois a “grande e desastrosa conseqüência de tais idéias filosóficas e o ensino intensivamente absurdo da tal análise lógica, análise sintática das orações, que tem sido a ruína do aprendizado idiomático, quer aqui, quer em Portugal” (p. 247). O melhor guia no emprego do infinitivo pessoal obedece a uma escala de valor: em primeiro lugar vem a clareza, em segundo lugar, o relevo e, em terceiro lugar, a eufonia. Regras particulares são aplicadas só depois dessas três considerações prévias.

Vimos que todos os gramáticos, até aqui apresentados, concordam que o emprego do infinitivo pessoal não se submete apenas a regras de natureza gramatical, mas nem por isso se furtam a formular regras objetivas que, invariavelmente, colidem com os fatos da língua. Devemos, com isso, acreditar que as regras talvez estejam apenas mal formuladas: umas porque são demasiadamente restritivas, outras porque são excessivamente genéricas. Mesmo assim, os gramáticos precisam acreditar que encontraram a melhor fórmula para desvelar o seu mecanismo subjacente e, assim, domesticá-lo. Para Chaves de Melo (1971:175), por exemplo, esse problema deixou de ser problema, pois “quem veio dar o tiro de misericórdia na questão do emprego do infinitivo flexionado foi o nosso admirável Said Ali”. Pelo visto, poucos filólogos e gramáticos se convenceram disso. Por isso, vamos agora acompanhar os estudos de alguns destes autores pós-Said Ali.

2.5 – A persistência na descrição e prescrição do infinitivo

Mário Quintana ironizou, em um de seus epigramas, que a poesia não se entrega ao crítico. Arremedando modestamente o poeta, poderíamos dizer, ironias à parte, que o infinitivo não se entrega ao gramático. Entre os estudos de inúmeros filólogos e gramáticos contemporâneos sobre o uso do infinitivo no PB, vamos fixar-nos apenas nos postulados de Maurer (1968), Cunha & Cintra (1985), Bechara (2001) e Perini (1975, 1998).

Maurer (1968), professor de Filologia da USP, com a publicação de *O infinito flexionado português* contribuiu de forma decisiva no rumo que as pesquisas passaram a tomar na questão da origem e do emprego do infinitivo português. Confessa sua inspiração nos estudos de Epifânio Dias da Silva (1918) e Said Ali (1957) e, como eles, procura regras

mais objetivas que “estabeleçam ordem e simplicidade no emaranhado, aparentemente tão confuso, do emprego do infinito flexionado e do invariável” (p.133). Postula uma distinção clara entre regras de caráter puramente gramatical das de cunho estilístico, de emprego obrigatório e facultativo, já que essa distinção é pouco clara nos gramáticos até aqui abordados. Para tanto, formula três regras básicas para o emprego do infinitivo português:

- Regra I - Emprego obrigatório do infinito invariável (p.135)
- Regra II - Emprego obrigatório do infinito flexionado (p.145)
- Regra III - Emprego facultativo do infinitivo flexionado (p.153)

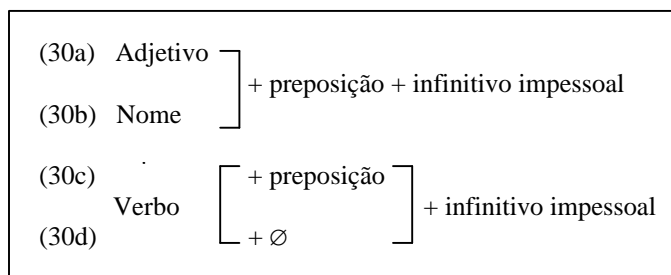
Regra I - O emprego do infinitivo invariável (impessoal) torna-se obrigatório:

Quando o infinito é rigorosamente impessoal, isto é, quando a ação por ele expressa não se refere a nenhum agente determinado, quer enunciado com o próprio finito, quer indicado no contexto, êle é sempre invariável (impessoal).

A Regra I, afora a inadequação semântica de conceitos como “ação” e “agente”, prevê a impessoalidade de exemplos como (29), mas não alcança configurações sintáticas mais específicas como as apresentadas em (30).

- (29) a. *Viver é sofrer; amar é sofrer mais.*
 b. *Navegar é preciso, viver não é preciso.*
 c. *Não convém ocultar descobertas científicas.*
- (30) a. As caravelas estavam prestes a *soçobrar*.
 b. Os radicais terão muitos obstáculos a *vencer*.
 c. Professores não gostam de *emprestar* livros.
 d. As autoridades não souberam *contornar* a crise.

As sentenças (30) podem ser generalizadas no esquema morfossintático exposto no QUADRO I; as palavras sublinhadas são as regentes (adjetivo, nome e verbo) das orações infinitivas, em itálico.



QUADRO I – Configurações particulares no emprego de infinitivo impessoal

Regra II - O emprego do infinitivo flexionado (pessoal) torna-se obrigatório:

Quando o infinito é claramente pessoal, isto é, quando tem sujeito próprio, - expresso ou não -, é sempre flexionado, pouco importando que o seu sujeito seja idêntico ao do verbo regente ou não.

Para Maurer (1968: 68), “a chave do problema está na pessoalidade do infinito”, pessoalidade, aqui, é entendida como infinitivo com sujeito nominativo, dentro da definição de Said Ali (1957). A Regra II resolve apenas uma parcela do problema, pois o próprio autor reconhece que há muitas transgressões na literatura, geralmente ditadas por razões estilísticas (beleza, harmonia, eufonia, graça), pragmáticas (clareza, intencionalidade, ênfase) ou discursivas (prática lingüística).

Regra III - O emprego do infinitivo flexionado (pessoal) torna-se, porém, facultativo:

Quando o infinito, apesar de não ter sujeito próprio, - empregando-se, portanto, como impessoal nas demais línguas românicas -, exprime, contudo, uma ação exercida por um agente que conhecemos do contexto e ao qual esta se atribui, pode ser flexionado ou invariável, embora freqüentemente se dê preferência ora a uma, ora a outra, das duas formas do infinito.

Aparentemente, as regras gramaticais são incapazes de apreender todas as sutilezas e nuances do infinitivo, constituindo-se num locus privilegiado para o permanente exercício da criatividade lingüística dos falantes. Algumas das dificuldades de Maurer para explicar o emprego facultativo do infinitivo flexionado encontramos nos exemplos 31 a 34.

- (31) a. Eles se esforçam [*por serem bons*].
b. Eles se esforçam [*por ser bons*].
- (32) a. O Lula convidou a Marisa [*para jantarem no Luculus*].
b. O Lula convidou a Marisa [*para jantar no Luculus*].
- (33) a. Os deputados do PT se reuniram [*para discutirem a crise*].
b. Os deputados do PT se reuniram [*para discutir a crise*].
- (34) a. Os clientes podem fazer compras [*sem saírem de casa*].
b. Os clientes podem fazer compras [*sem sair de casa*].

A primeira questão a resolver é a identidade ou não-identidade das sentenças *a* e *b* de 31, 32, 33 e 34. Para Said Ali (1957) a solução está na intencionalidade do autor: as formas do infinitivo flexionado colocariam em relevo o “agente”, e o infinitivo não-flexionado prestigiaria mais a “ação”, o fato em si. Por exemplo, em (32a), a intenção seria colocar em relevo os dois personagens (*Lula* e *Marisa*) no ato de jantar; em (32b), ao contrário, a intenção seria destacar o ato de jantar em si. Na verdade, (32b) admite duas leituras: (i) os dois vão jantar juntos (dentro da etiqueta); (ii) somente a convidada, *a Marisa*, vai efetivamente jantar.

Maurer (1968) cita como exemplo típico de infinitivo flexionado facultativamente a sentença (31). Supõe-se que para ele as sentenças (a) e (b) permitem uma mesma leitura, como paráfrases, subtraídas considerações outras de ordem estilística, prosódica, etc. Moraes (1971) contesta a interpretação do filólogo, pois para ela o emprego indistinto dos dois infinitivos, pessoal e impessoal, não constituem variação de uma mesma oração; são, na realidade, duas sentenças distintas do ponto de vista sintático e semântico. A sentença (31a) corresponderia a uma oração adverbial causal (*porque são bons*), e a sentença (31b) corresponderia a uma oração adverbial final (*para ser bons*). Portanto, o emprego do infinitivo flexionado não seria facultativo, conforme Maurer sustenta. A nova leitura permite concluir que as duas sentenças derivam de estruturas profundas distintas.

As sentenças (33) e (34), com e sem flexão, também não podem ser consideradas simples variantes de uma mesma oração, pois essa interpretação vai contra o princípio da economia, uma espécie de axioma das línguas. A língua põe à disposição dos falantes duas alternativas: a escolha de uma ou outra implica diferenças não só de natureza sintático-semântica, mas também estilística, prosódica, pragmática e discursiva. No capítulo 4 voltaremos ao tema e mostraremos que o sujeito de infinitivo pessoal é um DP no caso nominativo e o sujeito de infinitivo impessoal é PRO, uma categoria vazia, que não precisa de caso.

As sentenças (35), logo abaixo, mostram que a escolha da forma pessoal ou impessoal para o infinitivo não é livre, pelo menos do ponto de vista discursivo. As duas alternativas correspondem à adoção de um discurso com sujeito genérico (indeterminado) (a,b,c), ou sujeito definido (determinado) (a',b',c') para o infinitivo. Em termos do modelo gerativo TRL, (35) corresponderia a uma escolha entre sujeito PRO e pro.

- (35) a. Tornou-se urgente [*encontrar uma solução para os sem-terra*].
a'. Tornou-se urgente [*encontrarmos uma solução para os sem-terra*].
b. Você não precisa pedir [*para embrulhar as compras*].
b'. Você não precisa pedir [*para embrulharem as compras*].
c. Será que dá pra comer [*sem brigar*]?
c'. Será que dá pra comer [*sem brigarem*]?

Assim, para quem busca um guia seguro no emprego do infinitivo flexionado, que o próprio autor reconhece como “intrincado”, “emaranhado” e “confuso”, certamente não encontrará nesse seu estudo uma descrição “simples” e “clara”. Para processar as definições das três regras acima, extremamente contidas e abstratas, presume-se que o leitor tenha conhecimentos prévios de exegese. Só assim poderá vislumbrar nelas alguma aplicação prática na língua. Apesar da generalidade calculada das molduras gramaticais propostas, elas não dão conta de grande número de construções de infinitivo, atestadas na literatura brasileira e portuguesa. Suas tentativas de alcançar casos mais específicos obrigam-no a minuciosas descrições, mas sempre contrariadas por contra-exemplos. No final, o leitor sai da tese mais atordoado do que entrou e convencido de que ainda temos muito a fazer para compreender essa “excentricidade”, esse “capricho” da língua portuguesa.

Cunha & Cintra (1985) acrescentam poucas informações novas ao tema, apenas reforçam a convicção antiga de que os escritores mais se pautaram por razões estilísticas,

ênfase do enunciado e clareza da expressão do que pela lógica gramatical. Por isso, não falam em regras, mas apenas em tendências. Apresentaremos alguns exemplos seus em (36) para mostrar as orientações sobre o emprego de um e outro infinitivo em construções com os verbos causativos e perceptivos (p.476-7); a representação em itálico dos infinitivos e seus sujeitos é nossa.

- (36) a. Deixas *correr os dias* como as águas do Paraíba. (MA)
- b. Vi *teus vestidos brilharem*. (CM)
- c. Ele viu-*as entrarem, prostrarem-se* de braços estendidos... (CN)
- d. Vi *surgirem os primeiros brotos* nas árvores, *nascem as primeiras flores*... (AFS)

A frase (36a), de Machado de Assis, recebe a seguinte análise: vindo o infinitivo imediatamente depois de verbo auxiliar (sic) causativo ou perceptivo, emprega-se o infinitivo não flexionado. Supomos que seja ativada, aqui, a idéia de locução verbal. Quando se insere entre o verbo da oração matriz e o infinitivo o sujeito desse infinitivo (36b), costuma-se flexionar o infinitivo, como fez Cecília Meireles. Presumimos que se desvaneça, aqui, a idéia de locução verbal. Em (36c), Coelho Neto, paradoxalmente, flexionou o infinitivo, apesar de ter seu sujeito no acusativo (*as*); os autores concordam que a construção é rara, mas consideram-na legítima. A frase (36d), de Augusto F.Schmidt, contraria a explicação de (36b), pois nada existe entre o verbo da oração matriz e o infinitivo. Os autores têm, portanto, razão em remeter a questão para o terreno da estilística, vale dizer, ao arbítrio do escritor. Lidar apenas com estruturas superficiais, produtos, sem se questionar sobre os mecanismos subjacentes que as produzem, só pode desembocar nessa verdadeira “babel”.

Bechara (2001), um gramático aparentemente sensível às mais recentes investigações lingüísticas, segue, na questão do emprego do infinitivo, a linha traçada por Said Ali. As orações subordinadas infinitivas “quase sempre se podem desdobrar em orações desenvolvidas” (p.514), mas não é a presença ou ausência do nexos que caracteriza uma oração como reduzida ou desdobrada: são as formas infinitas e finitas do verbo. Os verbos causativos e perceptivos são tratados como verbos auxiliares: quando seu complemento é expresso por infinitivo, este vai normalmente na forma não flexionada, “qualquer que seja seu agente” (p.284). Mostramos isso nos exemplos (37) do próprio autor.

- (37) a. Ouço soprar os ventos.
- a'. Ouço os ventos soprarem.
- a''. Ouço que os ventos sopram.
- b. Vejo crescer as árvores.
- b'. Vejo as árvores crescerem.
- b''. Vejo que as árvores crescem.

As construções “corretas” seriam (37a,b). Em (37a' e (37b') *os ventos* e *as árvores* são tomados, equivocadamente, como sujeitos dos infinitivos por analogia com (37a'') e (37b''), respectivamente. Critica a análise dos gramáticos que vêem dois papéis sintáticos em *os ventos* e *as árvores*: objeto do primeiro verbo e sujeito do infinitivo. Na realidade, eles são objetos diretos, e o infinitivo é apenas seu predicativo.

Vale ainda ver em Bechara a explicação do infinitivo em orações relativas (38) e em construções com *dizer, pedir, etc.* seguido de complemento precedido da preposição *para* (39).

- (38) a. Não sabia que fazer.
b. Não explicou como chegar lá.
c. Não há um momento que perder.
d. Os meninos não acharam que comprar com o dinheiro.
e. Os índios não tinham a quem pedir ajuda.

Baseado em Epifânio Dias (1918), afirma que nessas construções há elipse de verbos como *poder, dever* ou *haver*. Dag Norberg, por sua vez, busca sua origem em duas construções latinas distintas: *nescio quid dicam* (finita): não sei que diga, e *nescio dicere* (infinita): não sei dizer, que resultaram, por contaminação, em *nescio quid discere*: não sei que dizer (39).

- (39) a. Pediu- lhes licença para sair.
b. Pediu- lhes ∅ para sair.
c. Pediu- ∅ licença para sair.
d. Pediu- ∅ ∅ para sair.
e. Pediu para sair.

A questão é definir a análise da oração *para sair*: adverbial final (39d) ou substantiva objetiva direta (39e). Qual seria o papel da preposição *para* em (39e)? A resposta assume certa importância porque esse tipo de construção é bastante frequente na linguagem informal, como vamos ver nos dados do Projeto VARSUL, que abordaremos, logo adiante, no capítulo 3.

Perini (1998), um dos mais ativos batalhadores pela reforma da gramática tradicional, busca uma solução prioritariamente morfossintática para o emprego dos dois infinitivos. Desde sua tese de doutorado (1977), procede a uma abordagem lexical do tema, já presente nas gramáticas latinas. A oração infinitiva, com infinitivo impessoal ou pessoal, com preposição ou sem preposição obedece, obviamente, a uma restrição seletional do verbo da oração matriz. A grande maioria dos verbos do português admite como complemento oração infinitiva. Ao contrário da gramática tradicional, para ele, a oração subordinada infinitiva constitui estrutura oracional básica (e não derivada), dentro do conceito do modelo gerativo padrão. Com isso, a oração subordinada desdobrada deriva da infinitiva passando por uma série de transformações superficiais.

O critério morfológico, porém, não é suficiente para explicar o comportamento do infinitivo português. Precisamos descrever também os contextos sintáticos em que cada um dos dois infinitivos, pessoal e impessoal, podem figurar.

2.6 – As regras ou tendências do infinitivo pessoal

Podemos reduzir o emprego do infinitivo flexionado a uma única regra, isto é, enquadrá-lo dentro da regra de concordância geral, já sugerida por Luft (1976). Por sua singularidade, porém, o infinitivo sofre restrições mais severas na sua flexão do que as

formas finitas. Desde Diez (1836), Júlio Ribeiro (1900) e Said Ali (1908), o infinitivo flexionado é descrito como uma forma semifinita atrelada morfológicamente ao verbo da oração matriz numa relação de dependência semelhante à da locução verbal. O verbo da oração matriz equivaleria, lato sensu, a verbo auxiliar, que incorpora todas as flexões, e o infinitivo seria o núcleo dessa pretensa locução verbal. O caminho para a liberação da flexão do infinitivo passaria, necessariamente, pelo relaxamento desse elo locucional. Possivelmente por essa razão, os velhos gramáticos, dentro da linha de Diez, condicionaram o infinitivo flexionado a essa “libertação da dependência” do verbo da oração matriz, e este, por sua vez, se desvincularia de sua condição de verbo auxiliar. Outra forma de “quebrar” esse elo locucional entre o verbo auxiliar (da oração matriz) e o principal (da oração infinitiva) é o encaixe de constituintes entre ambos, liberando, assim, a flexão do infinitivo, como mostramos na seção 2.6.2, exemplos (51), logo abaixo. A distância do infinitivo em relação a seu “auxiliar” é capaz de livrá-lo da dependência flexional. Aparentemente, o auxiliar, muito distante de seu núcleo, adquire status de verbo independente e o infinitivo também. Portanto não era de estranhar que Diez (1836) e Júlio Ribeiro (1900) postulassem que a oração subordinada com infinitivo flexionado sempre é conversível em oração desdobrada (finita). Maximiano Maciel (1931:386-7) também prega que na oração infinitiva se emprega o infinitivo pessoal sempre que “se possa substituir por uma conjuncional ou pronominal relativa”. Conversibilidade x não-conversibilidade, independência x dependência, proximidade x distância e intencionalidade x não-intencionalidade são proclamados, assim, fatores-chave para a escolha entre infinitivo pessoal e impessoal.

Apresentaremos, sucintamente, os contextos de maior consenso entre os gramáticos tradicionais para o emprego obrigatório do infinitivo flexionado e os contextos em que há, aparentemente, certa liberdade estilística de empregar tanto o infinitivo flexionado como o infinitivo não-flexionado. Os exemplos mostrados foram extraídos de “Zero Hora” (ZH-2001 a 2003), de “Folha de São Paulo” (FSP-2001 a 2003) e de outras publicações recentes, devidamente adaptados ao nosso objetivo. Com isso, cremos poder mostrar as tendências mais atuais no português padrão escrito sobre a questão do emprego do infinitivo flexionado no PB do Sul. As explicações de natureza gramatical ou estilística, para atestar sua correção, buscamos nos gramáticos e filólogos já apresentados.

2.6.1 – O emprego obrigatório do infinitivo flexionado

(a) Sujeitos diferentes na oração infinitiva e na oração matriz (40):

- (40) a. Garner pediu [*para os iraquianos reconstruírem seu país*].
 b. Bastava [*as nuvens se encapelarem*], o homem de preto rumava aos lupanares. (LC)
 c. É hora [*de dizermos não à reforma da Previdência*].
 d. O delegado mandou [*calarem a boca*].
 e. A testemunha afirmou que viu [*arrombarem o carro do ministro*].
 f. A testemunha afirmou que viu [*eles arrombarem o carro do ministro*].¹⁰

Nas orações subordinadas infinitivas (40a-b), os infinitivos seguem a regra de concordância geral, tendo seu sujeito no caso nominativo; não há alternativa de não-concordância para o português padrão culto. A sentença (40f) obedece ao mesmo critério,

mas é execrada pela gramática tradicional, pelas razões que vimos no início deste capítulo. Nas orações infinitivas (40c-e), há a concordância com os sujeitos intencionais nulos (*nós, eles, eles*); não há outra forma de marcá-los senão pelas desinências correspondentes (morfemas flexionais).

(b) Sujeito idêntico na oração infinitiva e na oração matriz: com os auxiliares *ser* e *estar* na oração infinitiva, seguidos de particípio, adjetivo ou nome no plural (41).

- (41) a. Elas são bonitas [*apesar de serem casadas*]. (ZH-04.02.2003)
 b. Algumas doenças são difíceis [*de serem diagnosticadas a tempo*].
 c. Os índios comemoram o fato [*de ainda estarem vivos*].
 d. Os motoristas foram presos [*por estarem bêbados*].
 e. Eles lamentam muito [*estarem desempregados*].
 f. Há homens nascidos [*para serem comunicadores*].
 g. Os dois irmãos foram acusados [*de serem os mandantes do crime*].

A explicação mais aceita na GT é de que são verbos auxiliares e, como tais, incorporam regularmente as flexões da locução verbal, mesmo não sendo parte de locução, como podemos ver em (41). A concordância com seus predicativos é feita por “atração”. O sujeito das orações infinitivas e das regentes é o mesmo: nesta configuração sintática, o sujeito da oração infinitiva é normalmente nulo. Nas orações infinitivas (41a-b), o infinitivo flexionado está na voz passiva, quando o auxiliar *ser* toma normalmente a forma flexionada, por atração ao particípio plural. Nas orações infinitivas (41c-d), o auxiliar *estar* concorda com seus adjetivos predicativos, e, nas orações infinitivas (41e-f), o auxiliar *ser* concorda com seus substantivos predicativos.

Confrontando as formas ativa e passiva de uma mesma sentença infinitiva, podemos ver que o infinitivo ativo toma a forma impessoal e o passivo a forma pessoal, pois concorda com o particípio que lhe segue. Aparentemente, o infinitivo ativo não consegue livrar-se da órbita do verbo da oração matriz; na versão passiva, porém, o auxiliar *ser* é atraído para a órbita de seu núcleo, o particípio, subtraindo-se dessa dependência. Podemos observar isso nos exemplos (42).

- (42) a. As crianças não gostam [*de beijar*] e [*serem beijadas*].



- b. Os livros existem [*para ler*]/[*para serem lidos*].
 c. Os aparelhos são fáceis [*de manobrar*]/[*de serem manobrados*].
 d. Lula tem muitos problemas [*a resolver*]/[*a serem resolvidos*].

Os mesmos dois verbos auxiliares *ser* e *estar*, com sujeito idêntico, mesmo seguidos de particípio plural (voz passiva), ou outros termos no plural, não concordam com ele por atração, mas ficam na forma impessoal. Aparentemente, não conseguem livrar-se da dependência do verbo regente da oração matriz, incidindo sobre eles os fatores “dependência”, “proximidade” e “não-conversibilidade”. Permanece, portanto, operativa a idéia de locução verbal (43).

- (43) a. Os americanos passaram [*a ser odiados pelos iraquianos*].
 b. Os militares não quiseram [*ser filmados no palácio de Saddam*].
 c. As empresas brasileiras voltaram [*a ser competitivas*].
 d. Eles não merecem [*estar atrelados a essas ideologias*].
 e. As crianças pareciam [*estar muito felizes*].
 f. Alguns casos não merecem [*ser citados*], por serem relativamente frequentes.

(c) Sujeito posposto ao infinitivo (44).

- (44) a. Isso liquidou o projeto às vésperas [*de se iniciarem as filmagens de Tieta*]. (JA)
 b. É comum [*surgirem desavenças entre correligionários*]. (ZH-12.03.2003)
 c. Garotinho vê [*minguarem os recursos de sua campanha*]. (ZH-10.08.2003)
 d. Ele me garantiu [*serem os charutos da Bahia os melhores do Brasil*]. (JA)
 e. [*No caso de existirem microorganismos*], os astronautas poderiam contaminar a Terra. (ZH-24.03.2003)
 f. [*A persistirem os sintomas*], consulte um médico.
 g. [*A se confirmarem as expectativas de participação*], nunca antes tantos estrangeiros estiveram no RS ao mesmo tempo... (ZH, 23.01.2001)

Na linguagem padrão escrita, mesmo com o sujeito posposto, o infinitivo concorda com ele. Na linguagem falada informal, há, compreensivelmente, uma certa tendência a não fazer a concordância, pois o SN posposto não é necessariamente sentido como sujeito.

(d) O infinitivo flexionado pode aparecer também em orações infinitivas aparentemente independentes, como nas imperativas, interrogativas e exclamativas (45).

- (45) a. Que tal [*começarmos a fixar metas sociais*] e não só monetárias?
 b. Que tal [*fazermos pipocas*] e [*passarmos a noite em família*]?
 (FSP, 06.01.2002 - Hägar)
 c. [*Desistirem da aposta*]? Nunca!
 d. [*Simularem pênalti*]? Nem pensar!
 e. [*Eles agredirem damas*]? Jamais!

As sentenças (45) admitem, obviamente, uma versão impessoal. A escolha pela forma flexionada é uma questão discursiva ou de opção entre dois sentidos, afinal, a linguagem escrita precisa criar o contexto, ele não está ali à disposição dos interlocutores como na linguagem falada. São sentenças fortemente dependentes de contexto.

(e) Lemle (1984:108) registra ocorrências de infinitivo flexionado com valor de nome. O artigo sinaliza um nome, e a flexão revela um verbo. Sustenta, por isso, que aqui há, na verdade, e-clipse de um nome (vazio), como o [fato de] *falarem*. Mostramos este tipo de construção sintática em (46).

- (46) a. [*O falarem de mim*] não me intimida.
 b. [*O termos sido derrotados*] põe em questão nossa tática.
 c. [*O exportarmos sapatos para os EUA*] não nos promove ao Primeiro Mundo.

2.6.2 – O Emprego preferencial do infinitivo flexionado

Para Góis (1947), quando a escolha entre infinitivo flexionado e não flexionado não afeta a clareza, deve-se sempre dar preferência ao infinitivo impessoal, a forma não marcada das orações subordinadas infinitivas. Mesmo assim, observamos no PB padrão escrito uma clara preferência pela forma flexionada, quando há contexto favorável. Exporemos, a seguir, os contextos mais favoráveis ao emprego do infinitivo pessoal, em sintonia com a GT.

(a) Oração subordinada adverbial infinitiva anteposta à sua oração matriz, quando o sujeito da oração infinitiva é o mesmo da sua oração matriz (47):

- (47) a. [*Ao se aproximarem das cidades*], soldados americanos temem emboscadas. (ZH-27.03.2003)
- b. [*Além de mostrarem os cartazes*], os parlamentares do PT exibiam adesivos colados à roupa. (ZH-26.02.2003)
- c. [*Logo após desembarcarem no Iraque*], eles participaram de uma reunião. (FSP-22.06.2003)
- d. [*Apesar de não constituírem ilegalidade*], as manifestações foram proibidas.

(b) Oração subordinada adverbial infinitiva precedida de preposição e com sujeito idêntico ao da sua oração matriz (48):

- (48) a. Sete turistas argentinos foram presos [*por tomarem banho despídos*]. (ZH-14.01.2003)
- b. Fizemos assim [*para conseguirmos mais tempo*]. (FSP-13.04.2003)
- c. Há países que preferem a filosofia do avestruz [*para não verem [nem ouvirem]*]. (ZH-19.05.2003)
- d. Os clientes podem movimentar suas contas correntes [*sem saírem de casa*].

(c) Oração subordinada infinitiva com o verbo na voz reflexiva (com o pronome em próclise) e com sujeito idêntico ao da sua oração matriz (49):

- (49) a. Eram os degolados de 93... afiando adagas [*para se vingarem de Adão Latorre*]. (LC, 1999:107)
- b. Os americanos não têm moral [*para se considerarem donos da verdade*]. (ZH-27.03.2003)
- c. Os dois jogadores foram expulsos [*depois de se desentenderem*].
- d. As mulheres não faziam nenhum esforço no sentido [*de se fazerem atraentes para os homens*].
- e. Farda ou distintivo de polícia deixaram de ser sinônimo de respeito no Rio [*para se transformarem em fator de risco*].
- f. Bin Laden aconselha os iraquianos [*a se engajarem em guerrilha urbana*] para expulsar as tropas dos EUA.
- g. Os passageiros foram obrigados [*a se deitarem no chão*]. (ZH-14.04.2003)

Presume-se que há preferência pelo infinitivo flexionado nas orações infinitivas (49), acima, porque a forma reflexiva dá necessariamente idéia de pluralidade.

(d) Oração subordinada infinitiva com o verbo auxiliar *ter*, seguido de particípio, ou *ter* como verbo transitivo e com sujeito idêntico ao da sua oração matriz (50):

- (50) a. Os professores foram criticados [*por terem votado a favor da greve*].
b. Os artistas, [*além de não terem vendido nada*], ainda foram alvo de chacotas.
c. Os progressistas estão fadados [*a não terem êxito*].
d. Ele não poupa aqueles que ousam divergir [*ou terem idéias próprias*].

(e) Oração subordinada infinitiva com sujeito que é simultaneamente complemento do verbo da sua oração matriz (51):

- (51) a. O general Garner exortou os iraquianos [*a voltarem ao trabalho*]. (ZH-25.04.2003)
b. Lula tenta convencer os radicais do PT [*a apoiarem contribuição dos inativos*]. (ZH-28.04.2003)
c. A FIA pode liberar as equipes [*de construírem seus próprios chassis*]. (ZH-01.07.2003)
d. Os assaltantes obrigaram pai e filha [*a entrarem no carro dela*]. (ZH-25.04.2003)
e. Isso permite aos historiadores [*estabelecerem datas mais exatas*]. (ZH-30.06.2003)
f. A história do PT registra um quadro de políticos forçados [*a se afastarem [por discordarem das resoluções do partido]]*. (ZH-29.04.2003)

(f) Oração subordinada infinitiva complemento de verbo causativo ou perceptivo, mesmo com sujeito diferente ao da sua oração infinitiva (52):

- (52) a. As mudanças de hábitos faz [*os casados engordarem*]. (FSP-09.09.2002)
b. “Eu tenho feito [*milhões de pessoas me amarem, [me odiarem, [odiarem me amar e [amarem me odiar”]]]]*]. (ZH-30.04.2003)
c. A Justiça mandou [*os sem-terra saírem da fazenda invadida*].
d. Os petistas rebeldes vêem [*suas utopias desmoronarem*].
e. Não deixa [*essas hetairas me roubarem de ti*], Penélope.

Como já vimos no início deste capítulo, a GT, alinhada ainda à gramática latina, admite a forma impessoal nessas configurações sintáticas, embora haja uma clara tendência favorável à forma flexionada no PB contemporâneo, reforçada, talvez, pelo espírito da regra dos sujeitos diferentes de Soares Barbosa. No entanto, quando o sujeito for expresso por pronome acusativo (*o-a/os-as*), a preferência é pela forma impessoal, embora alguns gramáticos registrem contra-exemplos na literatura brasileira. Nesses mesmos contextos, o PBF usa não o acusativo, mas o caso nominativo (*ele-ela/eles-elas*), tornando obrigatória sua flexão (53).

- (53) a. A testemunha viu- [*os fugir de moto*].

- b. A Justiça mandou- [*os sair da fazenda*].
- c. ?A testemunha viu [*eles fugirem de moto*].
- d. ?A Justiça mandou [*eles saírem da fazenda*].

(g) Oração subordinada infinitiva entendida como parte de locução verbal, no caso, o verbo principal, quando entre o auxiliar e o infinitivo estão encaixados vários constituintes ou oração inteira. Não há propriamente preferência, mas apenas possibilidade de flexão do infinitivo (54).

- (54) a. Como *poderiam* essas opiniões aparentemente contraditórias *serem* verdadeiras ao mesmo tempo? (FSP,)
= Como *poderiam ser* verdadeiras essas opiniões aparentemente contraditórias?
- b. As perdas... tanto *podem se limitar* a reflexos sobre os países diretamente como *se universalizarem*. (ZH, 24.02.2003)
= ... tanto *podem se limitar* a reflexos sobre os países diretamente como (*podem*) *se universalizar*.
- c. Elas *teriam que*, em seguida, *morarem* em casas separadas. (ZH, 28.01.2003)
= Elas *teriam que morar*, em seguida, em casas separadas.
- d. Esses acontecimentos não podem, em hipótese alguma, [*serem relegados ao esquecimento*].

As sentenças (54a-b) são perfeitamente aceitáveis, embora não se possa afirmar que o infinitivo esteja flexionado apenas por causa da distância que o separa de seu verbo auxiliar: pode-se alegar, também, que, em (54a), o infinitivo *serem* está concordando com o adjetivo plural *verdadeiras* por atração, como registramos na seção 2.6.1, item (b) acima. Na sentença (54b) o infinitivo flexionado *se universalizarem* recebe o reforço da forma reflexiva (*se*), um fator favorecedor da flexão do infinitivo, exposto na seção 2.6.2, item (c) acima. A sentença (54c) é polêmica, até estigmatizada, pois o material fônico encaixado é reduzido e corresponde, na verdade, a uma locução adverbial deslocada e, por isso, isolada por vírgulas; a proximidade é demasiada para permitir a “quebra” da locução verbal “*teriam que morar*”, cuja forma culta é “*teriam de morar*”.

Muitas regras previstas pelos gramáticos tradicionais alcançam construções sintáticas já cobertas por outra regra, causando inúmeras sobreposições e cruzamentos. Com isso, o emprego do infinitivo pessoal torna-se complexo, intrincado, confuso, ou pior, revela-se um verdadeiro labirinto de Dédalo, onde só se consegue sair munido de “fio condutor” como Teseu. Atrelar o uso do infinitivo pessoal ao papel sintático da oração subordinada infinitiva não se mostra, aparentemente, muito produtivo. Por exemplo, é temerário afirmar que nas orações subordinadas adverbiais temporais o infinitivo pessoal é mais favorecido do que nas adverbiais finais. Na verdade, as orações adverbiais temporais geralmente antecedem a sua principal, sendo este, talvez, o verdadeiro favorecedor da flexão (55); o mesmo fenômeno acontece com menor frequência com as adverbiais finais (56). Aliás, qualquer oração subordinada adverbial anteposta à sua principal pode ter seu infinitivo flexionado (57).

- (55) a. [*Antes de fugirem*], os assaltantes atiraram nos policiais.
b. Os dois jogadores foram expulsos [*depois de se desentenderem*].
c. Hans Staden presenciou os Tupinambás honrarem os prisioneiros [*antes de serem mortos*].
d. [*Para se defenderem*], as raposas usam de muita astúcia.

- (56) a. As mulheres se encostavam umas nas outras [*para se protegerem do frio*].
 b. Alckmin chamou Pampa e A.Miguel [*para trabalharem no esporte*]. (FSP, 05.01.2003)
 c. Há países que preferem a filosofia do avestruz [*não verem, [nem ouvirem]*].
 d. [*Para não ficarmos sozinhos*], aceitamos o primeiro relacionamento que aparece.
- (57) a. [*Apesar de não terem renda*], crianças são alvo de disputa entre TVs. (FSP,13.04.2003)
 b. [*Além de mostrarem os cartazes*], os parlamentares do PT exibiam ... (ZH, 26.02.2003)
 c. [*Por afetarem o lucro*], o empresário votou contra as reformas de Lula.
 d. [*Sem saberem que o treino fora adiado*], os jogadores compareceram ao estádio.

Para explicar a preferência pela forma pessoal do infinitivo em (55), (56) e (57), além da anteposição, podemos invocar regras já expostas na seção 2.6.2 acima: oração infinitiva anteposta à sua oração matriz, infinitivo na forma reflexiva, infinitivo *ser* seguido de particípio plural, ou, ainda, a clareza, para (56b-c). Em (57a) temos uma oração infinitiva adverbial concessiva, cujo infinitivo é preferencialmente pessoal por estar anteposto à sua oração matriz, embora haja outro fator ativo: o verbo *ter* favorece a forma pessoal, conforme exposto na seção 2.6.2, item (d).

2.7 – As regras ou tendências do infinitivo impessoal

O infinitivo impessoal constitui, portanto, a regra geral do infinitivo português. Para Góis (1947), *in dubio*, a escolha deve sempre recair no infinitivo românico. Porém, para tornarmos mais explícitos conceitos como *proximidade*, *não-conversibilidade*, *dependência* e *intencionalidade*, apontados como básicos para o emprego do infinitivo impessoal, vamos mostrar os contextos mais lembrados na GT.

- a) Locuções verbais, conjugações perifrásticas ou aglomerados verbais: quando o fator “proximidade” é operante, segundo Carneiro Ribeiro (1956) (58):

- (58) a. As crianças *poderão ver* o espetáculo.
 b. Os policiais *deixaram invadir* o prédio do Incra.
 c. Os americanos *irão* provavelmente *invadir* o Irã.
 d. Eles *vão poder trabalhar* agora com mais segurança.
 e. Os caças *começaram a decolar* do Enterprise.
 f. Os nova-iorquinos não *devem se deixar tomar* pelo pavor.

- b) Infinitivos genéricos com valor de nome e exercendo os papéis sintáticos típicos dessa categoria (59):

- (59) a. *Querer é poder*.
 b. Não custa nada *revisar* os dados.
 c. A maior dificuldade foi *controlar* os excessos.
 d. Os povos desejam *viver* em paz.
 e. [*Viver*] é perigoso. (G.Rosa)
 f. É necessário [*republicanizar a República*]. (FSP, 23.02.2003)

c) Infinitivos genéricos preposicionados regidos por nomes e adjetivos (60):

- (60) a. Os usineiros têm muitas dívidas *a pagar*.
- b. Existem muitas CPIs *por concluir*.
- c. Esses remédios são bons *de tomar*.
- d. Os doentes são difíceis *de contentar*.

d) Orações infinitivas independentes, com o infinitivo formando sentenças autônomas não-declarativas, geralmente imperativas, interrogativas ou exclamativas (61):

- (61) a. Atacar imediatamente.
- b. Olhar para frente!
- c. Simular pênalti? Nem pensar!
- d. Que fazer nestes casos?
- e. Como impedir atos terroristas?
- f. Assinar o quê? onde? como? por quê? quando?
- g. Tomar dois comprimidos por dia...
- h. Fazer o aluno dominar a metalinguagem...
- i. Retirar a fita isolante do...

Orações imperativas, em que o destinatário do discurso é genérico, o verbo vai geralmente na forma do infinitivo impessoal. Os exemplos mais ilustrativos desse emprego encontramos nas receitas culinárias e médicas, em bulas de remédio, em manuais de instrução para uso e instalação de aparelhos, em apresentações de projetos de pesquisa, objetivos em programas de disciplinas, etc.

e) Orações relativas infinitivas, empregadas em sentido genérico; Pereira (1957) classifica-as como infinitivas regidas por con - junção e não pronome interrogativo (62):

- (62) a. Atos terroristas dão muito *que pensar*.
- b. Os marines não sabem *como reagir*.
- c. Os refugiados liberianos não sabiam *onde ir*.
- d. Os soldados não têm *o que fazer*.
- e. O povo não tem mais *a quem recorrer*.

Já vimos que a GT postula um estatuto próprio para a relação sujeito-infinitivo, isto é, não segue a regra geral de concordância como as formas finitas. Assumimos que o infinitivo pessoal não obedece a estatuto próprio, apenas sempre esteve submetido a um monitoramento mais rigoroso do que as formas finitas. Constitui um campo ainda não resolvido da morfossintaxe do português. Para dar uma pequena amostra desse conflito, extraímos algumas frases de ZH, que contêm alguns ingredientes da sua oscilação (63).

- (63) a. “Acho importante as novelas *deixarem* a apelação de lado para *tratar* de assuntos sérios.” (ZH, 23.10.2001)
- b. “Basta *cometer* estes atos tresloucados para no dia seguinte *serem convocados*”

- por Alá para *viver* as delícias do Paraíso.” (ZH, 25.10.2001)
- c. “Testemunhas garantem que viram soldados *capturarem* suspeitos e *matá*-los a queima-reoupa.” (ZH, 25.10.2001)

Em (63a), o termo *as novelas* é o sujeito tanto do infinitivo *deixarem* como de *tratar*. Um obedeceu à regra de concordância sujeito-verbo e o outro não. Qual o critério para esse procedimento? Do ponto de vista da linguagem padrão a frase é corretíssima. Luft (1976) diria, provavelmente, que o primeiro infinitivo (*deixarem*) já identificou o sujeito (*as novelas*); seria redundante repetir a mesma informação no infinitivo *tratar*. Soares Barbosa (1830) argumentaria que sujeitos iguais bloqueiam a flexão do infinitivo. Diez (1836), Said Ali (1927) e o próprio Maurer (1968) acentuariam, certamente, que sujeitos iguais não constituem fator determinante na não-flexão do infinitivo *tratar*. Outros diriam que orações subordinadas finais tendem a não favorecer o infinitivo pessoal. O exemplo (63b) tem o infinitivo *cometer* na forma impessoal, apesar de os gramáticos apontarem a forma flexionada como a mais correta, pois o verbo da oração matriz é impessoal, isto é, ainda não identificou o sujeito do discurso. Os dois últimos infinitivos (*serem* e *viver*) estão num contexto sintático igual: *serem convocados* é uma forma passiva, e vimos que o verbo auxiliar concorda com o particípio plural; *viver* estará dispensado da flexão pela mesma razão que *tratar*, no exemplo anterior. O exemplo (63c) revela uma configuração sintática muito semelhante à frase (63a): o sujeito (*soldados*) de *matar* é o mesmo de *capturarem* da oração anterior, à qual está ligada por coordenação.

A índole da língua certamente não será violada, nem o jornalista se sentirá ferido no seu estilo pessoal, se flexionarmos todos os infinitivos de (63), isto é, se aplicarmos a regra geral de concordância. Mostramos a nova versão das frases (63) em (64).

- (64) a. Acho importante as novelas *deixarem* a apelação de lado para *tratarem* de assuntos sérios.
- b. Basta *cometerem* estes atos tresloucados para no dia seguinte *serem convocados* por Alá para *viverem* as delícias do Paraíso.
- c. Testemunhas garantem que viram soldados *capturarem* suspeitos e os *matarem* à queima-roupa.

Essas sentenças mostram que há contextos em que os infinitivos, pessoal e impessoal, disputam, aparentemente, o mesmo território sintático. Para reforçar outros exemplos em que o conhecimento lingüístico sobre o infinitivo é posto a duras provas, mostramos mais algumas construções aparentemente contraditórias em exemplos extraídos da mídia (65).

- (65) a. Os combatentes curdos completaram a tomada do Norte [*ao entrarem*, [*sem enfrentar resistência*], em Mossul]. (FSP, 12.04.2003)
- b. Aqui, os incapazes [*de roubar*], [*de matar*], [*de enganar*], [*de mentir*], [*por possuírem fortes valores familiares*], sofrem continuamente. (ZH, 28.02.2003)
- c. Bin Laden aconselhou os iraquianos [*a cavarem trincheiras* e [*se engajarem em guerrilha urbana [para expulsar as tropas dos EUA]]]. (ZH, 12.02.2003)*
- d. Há homens nascidos [*para serem comunicadores*], trazem dentro de si o vírus [*de falar em público...*] (ZH, 23.06.2003)
- e. Gostaria de lembrar que o brigue é destinado [*para as pessoas passearem*, [*to-*

marem sol, [assistirem a espetáculos de rua e [fazerem compras]]].
(ZH, 11.08.2003)

Em (65a), temos duas orações infinitivas adverbiais: a primeira é temporal com o infinitivo na forma pessoal; a segunda é modal com o infinitivo na forma impessoal. Ambos os infinitivos poderiam estar na forma impessoal ou pessoal. O jornalista, seguindo a tendência, escolheu a variação. Na sentença (65b), os quatro infinitivos impessoais obedecem a uma regra estipulada pela GT: infinitivos preposicionados genéricos regidos por adjetivos tomam a forma impessoal; na oração adverbial causal (*por possuírem fortes valores familiares*), há preferência pelo emprego do infinitivo flexionado. O exemplo (65c) aceitaria os três infinitivos na forma pessoal; o autor preferiu, no entanto, variar, empregando a forma impessoal na oração adverbial final; o único infinitivo que mostra maior tendência à flexão do infinitivo é o reflexivo (*se engajarem...*). A sentença (65d) exibe o infinitivo do auxiliar *ser*, que concorda por atração com o predicativo *comunicadores*, caso previsto na seção 2.6.1, item (b); o segundo infinitivo (*de falar em público*), regido por nome, por regra vem sempre na forma impessoal, pois não é conversível em oração finita. Há gramáticos que prevêm outra forma para os infinitivos de (65e): como o sujeito do primeiro infinitivo já está identificado, os demais não precisariam ser flexionados, pois constitui um reforço desnecessário, uma redundância. É um evidente exagero, pois o infinitivo, quando tem sujeito nominativo (expresso ou oculto), deve comportar-se do mesmo modo que as formas finitas. A nosso ver a questão é genuinamente gramatical e não estilística. A GT mostra-se, portanto, mais liberal quando trata da concordância do infinitivo, interpretando invariavelmente as presumíveis transgressões como criativas variações estilísticas.

Para encerrar, apresentamos mais cinco sentenças polêmicas (66) que desafiam nossa intuição lingüística, ou, segundo Perini (2002), “nossa sabedoria gramatical oculta”, isto é, nosso conhecimento lingüístico implícito não explicitável.

- (66) a. Os assaltantes deixaram miguelitos na Freeway, obrigando os motoristas [*a parar*] e, assim, [*serem assaltados*].
- b. As mulheres têm direito [*de votar*] e [*serem votadas*].
- c. Os elefantes são seres pré-históricos que nos deixam assombrados [*por terem ainda conseguido bravamente [ser nossos antepassados]*]. (ZH, 24.01.2001)
- d. Os bois se reuniram [*para deliberar sobre a sua sujeição ao homem*] e a maneira [*de se libertarem*]. (ZH, 03.10.2001)
- e. Os americanos preferem [*correr em seu país [em vez de disputarem na Europa]*]. (ZH, 03.10.2001)

Em (66a), a primeira oração infinitiva (substantiva objetiva indireta) poderia ter o infinitivo na forma pessoal, segundo tendência mostrada na seção 2.2; a segunda oração infinitiva exige o infinitivo na forma pessoal, concordando com o particípio plural, conforme mostrado na seção 2.6.1, item (b). O exemplo (66b) mostra o contraste entre o infinitivo ativo e passivo: a forma passiva toma a forma pessoal e a forma ativa, a impessoal; o infinitivo *ser* concorda com o particípio plural (*votadas*), como no exemplo anterior. O fator responsável não é propriamente a voz passiva, mas a concordância por atração do verbo *ser* com seu predicativo. A frase não seria gramaticalmente censurável, se ambos os infinitivos estivessem na forma pessoal. Na sentença (66c), o infinitivo do auxiliar *ter* concorda com o sujeito da oração matriz (*os elefantes*); o verbo *ser* não

concorda com seu predicativo (*nossos antepassados*) por causa do fator “proximidade” e “dependência”, isto é, não se livrou do “campo gravitacional” do verbo da oração matriz (*terem conseguido*), fazendo parte de hipotética locução verbal (*terem conseguido ser*). No exemplo (66d), temos um contraste entre um infinitivo não-reflexivo (*deliberar*) e um reflexivo (*se libertarem*): vimos que a forma reflexiva mostra ser um fator mais favorável à flexão do que a forma não-reflexiva; a flexão de ambos os infinitivos não vai, naturalmente, contra uma tendência mais geral do PB padrão. Em (66e), o infinitivo *correr* está na forma impessoal porque não se livrou da dependência do verbo da oração regente (*preferir*); a distância, entretanto, salvou o infinitivo *disputarem* da área de influência imediata de *preferem*, liberando-o para a forma pessoal.

Em termos espaciais, podemos imaginar os dois infinitivos, pessoal e impessoal, dominando cada qual um território exclusivo, como mostrado na FIGURA I, logo abaixo. O infinitivo impessoal domina, obviamente, uma área própria maior. Entre esses dois pólos, há uma área bastante extensa, que podemos conceber como um território neutro. O infinitivo pessoal estabelece uma parte desse campo neutro como de sua influência, e o infinitivo impessoal faz o mesmo. A divisão obedece, portanto, aos critérios estabelecidos por Maurer (1968): infinitivo impessoal obrigatório [-Flex], infinitivo pessoal obrigatório [+Flex] e infinitivo pessoal facultativo [±Flex].

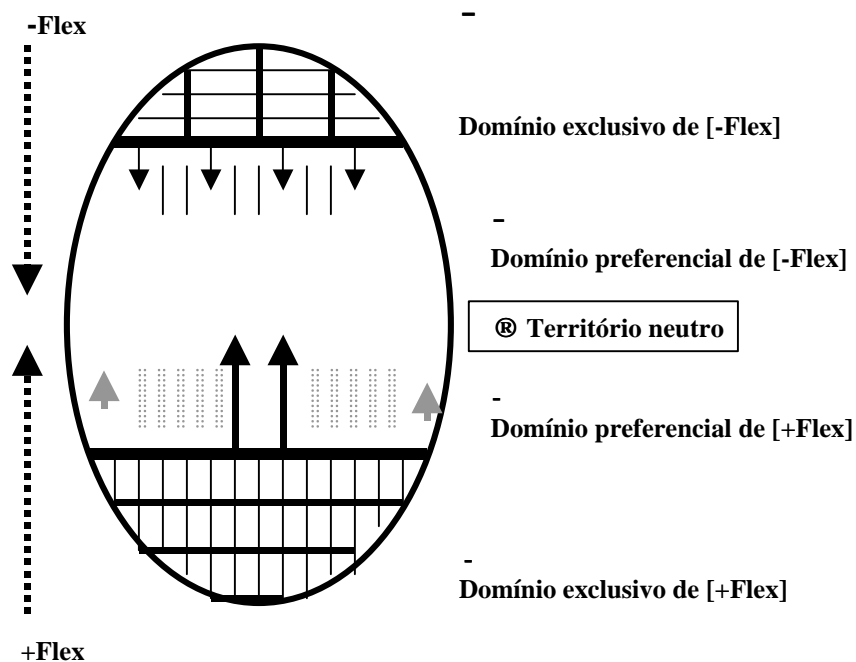


Figura 1 – Território neutro entre infinitivo [-Flex] e infinitivo [+Flex] e os domínios de influência decrescentes de cada um dos infinitivos

Proceder a uma análise das sentenças (63) a (66) à luz das regras prescritas por todos os gramáticos consultados até aqui, nos levaria a uma gramática de infinitivo impraticável. Para não incorrerem em maiores deslizes, estendendo-nos em descrições ad

infinitum, de sofrível poder explanatório, vamos abandonar o palco prescritivista, um pouco a contragosto, como fazem os gramáticos, para deixar a solução da “babel infinitiva” a cargo dos falantes brasileiros. Este capítulo 2 não se mostrou, portanto, muito produtivo para explicar o emprego do infinitivo pessoal, embora não deixasse de constituir um belo exercício de erudição. Por isso, no capítulo 3, vamos escutar, não os gramáticos, mas os falantes da Região Sul do Brasil para ver como eles se orientam com relação ao parâmetro do infinitivo pessoal.

NOTAS

- Nota 1 – A sigla GT não corresponde à realidade, pois cada gramática tem particularidades que a distingue das demais. GT significa, aqui, a construção histórica da teoria gramatical que segue os mesmos princípios ou o que se convencionou chamar de “doutrina gramatical”, adotada desde os gramáticos alexandrinos.
- Nota 2 – A GT denomina de “oração desdobrada” a que é ligada à anterior por conjunção ou pronome relativo e o verbo, conseqüentemente, numa forma finita. A oração desdobrada opõe-se à reduzida, isto é, sem conetivo e com o verbo numa forma nominal (infinitivo, gerúndio ou particípio).
- Nota 3 – A GT aceita a oração infinitiva com infinitivo pessoal ou impessoal: a forma impessoal seria um latinismo e a forma pessoal, vernacular.
- Nota 4 – O emprego de pronome reto (nominativo) nestas construções ainda é estigmatizado na linguagem escrita, embora esteja difundida em todas as camadas sociais na linguagem falada informal. Por exemplo: O diretor mandou [*eles entrarem*], o sujeito *eles* é interpretado como nominativo obrigando o infinitivo a concordar com ele; pode, porém, ser percebido como acusativo, ficando o infinitivo na forma impessoal.
- Nota 5 – Luft (1976) diz que a impessoalidade não é marca do infinitivo, mas do verbo. O infinitivo é flexionado ou não, por isso convencionou-se chamá-lo de pessoal e impessoal, respectivamente.
- Nota 6 – Alguns gramáticos fazem uma distinção entre pessoal e impessoal: pessoal é o infinitivo que admite sujeito próprio, igual ou diferente do da oração matriz. Daí a diferença, para eles, entre infinitivo pessoal e infinitivo flexionado. Nessa acepção, o latim, o espanhol, o italiano, o inglês, entre outras línguas, teriam um infinitivo pessoal. Preferimos adotar, portanto, a denominação infinitivo [-Flex] para o infinitivo impessoal, e infinitivo [+Flex] para o infinitivo pessoal, dirimindo, assim, qualquer dúvida.
- Nota 7 – “Tudo é permitido aos poetas e pintores” (tradução minha).
- Nota 8 – O termo gramática “filosófica”, “lógica” ou “razoada” (= racional) é influência dos gramáticos franceses de Port Royal (enciclopedistas). A escola estipula regras para uma “gramática geral” - comum a todas as línguas e regida pelas leis da razão, da mente - e regras para as “gramáticas particulares” - diferentes em cada língua.
- Nota 9 – Esse emprego está estigmatizado no português atual: no português antigo, parece que era mais usado. No PB falado informal, ainda ocorre em frases feitas como “têm que serem”, “têm que estarem”, caracterizadas como hipercorreção.

Nota 10 – A GT não aceita o emprego de pronome nominativo (*eles*) nesse contexto sintático, admite tão somente o pronome acusativo [*os*] com o infinitivo impessoal.

3. O INFINITIVO FLEXIONADO NA FALA DA REGIÃO SUL DO BRASIL

3.1 – Introdução

Neste capítulo, nosso objetivo é fazer um levantamento do emprego efetivo do infinitivo flexionado na fala informal da Região Sul a partir de informantes do Projeto VARSUL. O emprego do infinitivo flexionado é, antes de mais nada, uma questão política, uma estratégia adotada pelo falante. O papel da gramática é aceitar ou não essa política, já que, na qualidade de juiz, ela cria jurisprudência sobre o seu uso. Já escutamos o que os gramáticos têm a dizer sobre a questão, vamos, agora, ouvir a fala espontânea dos informantes para observar como encaminham o emprego do infinitivo [+Flex]. Seguimos o modelo sociolingüístico introduzido por Labov (1972, 1994).

Inicialmente, fazemos uma pequena revisão da literatura sociolingüística pertinente ao nosso estudo do infinitivo [+Flex]. Em seguida, expomos o método adotado e algumas previsões de hipóteses. Por último, fazemos uma análise rigorosa dos dados encontrados.

3.2 – Aspectos teóricos

Os modelos teóricos de Saussure e de Chomsky centram-se na linguagem falada, mas concebem a língua, à semelhança da tradição gramatical, como um sistema abstrato e homogêneo, longe, portanto, das interferências externas e das incontáveis variações da fala/performance. Chomsky (1981) remete, estrategicamente, todas as idiosincrasias das línguas para o léxico, assegurando, assim, o caráter universal da gramática. Essa concepção formal e antisséptica de língua está, por isso, isolada de sua enunciação, isto é, do caldo lingüístico e social em que a linguagem é produzida pelo falante. Em outro extremo, encontramos a Análise de Discurso postulando que as formações ideológicas e discursivas, manifestadas nas práticas sociais, estão inscritas na linguagem, no próprio signo lingüístico.

A língua, segundo Labov (1972,1973), é por natureza heterogênea, pois as estruturas lingüísticas espelham as complexas estruturas sociais. O falante e sua linguagem são indissociáveis da sua comunidade, porque a relação entre língua e sociedade tem via dupla (dialética). Os comportamentos sociais se correlacionam com a linguagem, sem perda, obviamente, da singularidade dessa relação. Para Guy¹ (2001), o

falante é um ator que reproduz as práticas sociais, culturais e lingüísticas de sua comunidade. A linguagem não é um espaço neutro nem inocente, porque o falante é monitorado constantemente no seu desempenho lingüístico.

A perspectiva sociolingüística busca descrever e explicar a gramática que subjaz à fala de um grupo social, de uma comunidade ou de uma região, para desmistificar o que o senso comum classifica como língua sem regras, caótica e assistemática. A abordagem sociolingüística do emprego do infinitivo [+Flex] no português brasileiro é tema de estudos em Lessa (1976), Ladeira (1986), Oliveira (1983), Loregian (1996) e Gorski (1997).

Lessa (1976:281) procura fugir “à enfadonha gramatiquice” que caracteriza as regras prescritivas dos gramáticos para o emprego do infinitivo flexionado, muitas vezes, “em dissonância com os fatos da língua”. Para tanto, busca um modelo mais atualizado de seu uso a partir de 54 obras de modernistas brasileiros. Sua preocupação maior é com a estilística, ficando, assim, “licenciada” a relevância dada a critérios como ênfase, clareza e eufonia. Com isso, flexibiliza o emprego dos dois infinitivos, deixando-o ao arbítrio do autor, desde que não resulte em “ofensa à índole da língua”. O autor incorre, contudo, no mesmo preconceito dos gramáticos tradicionais de que a língua é “coisa pronta”, uma “entidade viva e autônoma”, passível, por isso, de “degeneração” e de “maus tratos” por parte de seus usuários. Falta aos modelos da GT a aceitação dos fatos concretos, atualizados e sincronizados da fala, o locus ideal onde se podem vislumbrar as tendências mais recentes da língua.

Ladeira (1986) faz um estudo variacionista de ocorrências dos dois infinitivos em três corpora distintos: uma versão da bíblia do século XVIII e outra do século XX, e textos jornalísticos do Jornal do Brasil (JB) da década de 1970. Compara a linguagem escrita formal das duas bíblias, com intervalo diacrônico de duzentos anos, e, como contraponto sincrônico, a linguagem escrita, menos formal, do JB. Estabelece uma escala hierárquica entre os principais fatores que favorecem o emprego do infinitivo flexionado e os fatores que inibem seu emprego. Baseados nesse estudo, apresentamos os principais fatores favorecedores da flexão do infinitivo (veja A) e os fatores que inibem seu emprego (veja B), ordenados já em escala crescente.

A. Fatores favorecedores da flexão do infinitivo, ordenados em escala crescente, baseados em Ladeira (1986):

01. infinitivo na primeira pessoa do plural (*nós*) + saliência fônica;
02. oração infinitiva anteposta e maior distância do verbo da oração matriz;
03. aspecto realizado;
04. não-identidade dos sujeitos;
05. sujeito expresso por substantivo, principalmente anteposto;
06. infinitivo seguido de predicativo ou particípio no plural;
07. oração subordinada adverbial temporal;
08. infinitivo + pronome apassivador;
09. verbos auxiliares ou de ligação;
10. infinitivo + pronome reflexivo ou recíproco;

11. oração subordinada adverbial causal.

B. Fatores inibidores da flexão do infinitivo, organizados em escala crescente, baseados em Ladeira (1986):

01. posposição da oração infinitiva e menor distância;
02. aspecto não-realizado;
03. identidade de sujeitos;
04. sujeito representado por pronome oblíquo;
05. oração completiva nominal de adjetivo;
06. pronomes oblíquos enclíticos;
07. locução verbal;
08. construção com o verbo parecer;
09. infinitivo de sentido passivo.

As ocorrências de infinitivo [+Flex] (A), levantadas nos três corpora, iniciam, em escala crescente positiva, no item 1, com valor probabilístico um pouco acima de 0,5, e tornam-se praticamente categóricas (valor 1) nos três últimos itens (9, 10 e 11). Os casos de infinitivo [-Flex] (B) iniciam, em escala crescente negativa, com valor um pouco abaixo de 0,5 e tornam-se, possivelmente, categóricos (valor 0) nos três últimos itens.

Para Ladeira (1986), os fatores não atuam, obviamente, de forma isolada, porque muitas vezes há concorrência simultânea de vários “que interagem para favorecer a flexão ou para inibi-la” (p.12). A flexão é favorecida categoricamente quando há convergência somente de fatores favorecedores, e é inibida categoricamente quando há convergência somente de fatores inibidores. O problema circunscreve-se, portanto, aos casos em que competem, simultaneamente, fatores favorecedores e inibidores: nesses casos, predomina o fator mais forte, “e este, quase sempre, é fator inibidor da flexão do infinitivo” (p.140).

Oliveira (1983) analisa, em sua tese de doutorado, a variação fonológica das consoantes líquidas [r,l] no português de Belo Horizonte. Seus levantamentos mostram, por exemplo, que o apagamento de [r] final em verbos é quase categórico, com pequenas oscilações entre fatores como estilo, idade, sexo e classe social. O fenômeno está presente em todas as classes sociais (acima de 90%), mas especialmente nas classes sociais mais baixas. Por isso, não mais causa estigma, o que sinaliza, possivelmente, uma mudança lingüística em curso.

O autor descarta, no entanto, que a ausência de [r] final em infinitivos verbais resulte de uma regra fonológica de apagamento. Antes remete a questão à morfologia: teríamos, na realidade, duas formas verbais distintas, dois alomorfes; um alomorfe com [r] antes de fronteira morfêmica, e outro sem [r] antes de fronteira de palavra. As duas variantes têm, portanto, a seguinte configuração:

Falar # - (aberta a morfemas flexionais)
Falá # - (fechada a morfemas flexionais)

A não-pronúncia do [r] final nos verbos revela-se, possivelmente, como mais um poderoso inibidor da flexão do infinitivo.

A variação lingüística supõe que toda língua seja heterogênea. A co-ocorrência de diferentes formas lingüísticas constitui o primeiro estágio da mudança sintática, segundo Labov (1995). A economia da língua, porém, não sustenta indefinidamente diversas maneiras de dizer a mesma coisa. Por isso, Oliveira (1987: 33) faz a ressalva de que, apesar de seu caráter heterogêneo, “os sistemas lingüísticos conspiram contra as variações”. A pressão dentro do grupo social é pela solução do conflito entre as variantes, manifestada pela preferência por uma delas: $A > A/B > B$. A seleção de formas não é determinada apenas em termos internos da língua, mas também reflete a organização histórico-cultural da comunidade de fala.

3.3 – Metodologia

O presente estudo do infinitivo [+Flex] está baseado em levantamento feito junto a 76 informantes, numa amostra de 152, do Projeto VARSUL, o que compreende 16 informantes de Porto Alegre (POA), e 12 para as outras cidades: Florianópolis (FLP), Curitiba (CTB), Flores da Cunha (FLC), Panambi (PAN) e São Borja (SBO). Trabalhamos, portanto, com os dados colhidos desses 76 informantes, divididos segundo o sexo, a idade (-50 e +50 anos) e a escolaridade (primário [PRI], ginásio [GIN], colegial [COL]) e superior [SUP], esta última só em Porto Alegre. No QUADRO 1, apresentamos os dados pessoais dos 16 informantes de Porto Alegre (PAL); no QUADRO 2, os dados pessoais dos 36 informantes das três capitais da Região Sul (SUL); no QUADRO 3, os dados pessoais dos 48 informantes de quatro cidades do Rio Grande do Sul (RS). Porto Alegre é a única das três capitais com dados disponíveis para os quatro níveis de escolaridade.

Idade	Sexo	PRIMÁRIO		GINÁSIO		COLEGIAL		SUPERIOR	
		nº inf.	idade	nº inf.	idade	nº inf.	idade	nº inf.	idade
-50	HOMEM	04	44	11	38	15	38	36	31
	MULHER	08	28	14	43	20	27	28	26
+50	HOMEM	18	65	07	66	21	55	39	59
	MULHER	16	68	19	58	24	67	38	52

QUADRO 1 – Dados pessoais dos 16 informantes de Porto Alegre – Projeto VARSUL

Idade sexo	Escola- ridade	POA n° inf. idade	FLP n° inf. idade	CTB n° inf. idade
- 50 anos:				
HOMEM	PRI	04 44	02 39	01 40
	GIN	11 38	12 46	03 30
	COL	15 38	18 42	05 35
MULHER	PRI	08 28	01 25	08 39
	GIN	14 43	11 42	04 --
	COL	20 27	17 39	12 30
+ 50 anos:				
HOMEM	PRI	18 65	06 76	13 --
	GIN	07 66	14 52	21 58
	COL	21 55	23 53	02 55
MULHER	PRI	16 68	07 55	14 77
	GIN	19 58	15 62	16 --
	COL	24 67	24 62	06 70

QUADRO 2 – Dados pessoais dos 36 informantes das três capitais do Sul – Projeto VARSUL

Idade Sexo	escola- ridade	POA n°in f. idade		FLC n°inf. idade		PAN n° inf. idade		SBO n°inf. idade	
- 50 anos									
HOMEM	PRI	04	44	19	32	12	48	21	33
	GIN	11	38	08	38	13	43	22	45
	COL	15	38	21	26	17	47	12	28
MULHER	PRI	08	28	01	27	04	46	09	36
	GIN	14	43	02	47	01	33	07	43
	COL	20	27	03	34	02	26	08	42
+ 50 anos									
HOMEM	PRI	18	65	22	61	10	61	19	76
	GIN	07	66	23	75	03	58	04	74
	COL	21	55	12	55	14	56	02	69
MULHER	PRI	16	68	04	50	06	55	10	52
	GIN	19	58	17	62	05	71	06	52
	COL	24	67	18	56	09	56	24	55

QUADRO 3 – Dados pessoais dos 48 informantes do Rio Grande do Sul
Projeto VARSUL

O objeto principal de nosso estudo é a relação *sujeito-infinitivo* de orações subordinadas infinitivas em que a configuração sintática licencia a flexão do infinitivo. As ocorrências de “infinitivo [+Flex]”, que controlamos neste estudo, correspondem aos sujeitos de segunda pessoa do singular (*tu*), primeira pessoa do plural (*nós*)² e terceira pessoa do plural (*eles/elas/vocês/expressão-R³ plural*), ou seus equivalentes nulos *pro*, seguidos de infinitivo regularmente flexionado. As ocorrências de infinitivo [+Flex] com sujeitos de primeira pessoa do singular (*eu*) e terceira pessoa do singular (*ele, ela, você, a gente e expressão-R singular*), ou seus equivalentes nulos *pro*, não serão computadas, pois seu morfema flexional é zero [∅], igual ao infinitivo [-Flex], o que não permite verificar se a concordância sujeito-infinitivo foi realmente concretizada pelo informante.

No QUADRO 4, apresentamos as principais variações com o sujeito de segunda pessoa do singular *tu*, com o sujeito de primeira pessoa do plural *nós*, e com o sujeito de terceira pessoa do plural *eles*, *elas*, *expressão-R plural* e a variante comum nula *pro*.

TU :	tu x pro → pra <i>tu pegares</i> x [<i>pro</i>] <i>colocares</i> inf+es x inf+∅ → <i>tu botares</i> x <i>tu bota(r)</i> tu x você → é melhor <i>tu voltares</i> x é melhor <i>você volta(r)</i> tu x ti → pra <i>tu trabalhares</i> x pra <i>ti trabalha(r)</i>
NÓS :	nós x pro → ele mandava <i>nós fazermos</i> os mapas x para [<i>pro</i>] <i>irmos</i> a Timbó. inf+mos x inf+∅ → pra <i>nós comermos</i> x pra <i>nós faze(r)</i> cortinas, sabe? nós x a gente → que tal <i>nós alugarmos</i> um ...? x que tal <i>a gente aluga(r)</i> um...?
ELES :	eles x pro → apesar de <i>eles dizerem</i> que... x ouvi de me [<i>pro</i>] <i>falarem</i> inf+em x inf+∅ → só falta <i>eles criarem</i> ... x não dá mais pra <i>eles brinca(r)</i> ...
DP pl :	inf+em x inf+∅ → Eu já vi <i>diversos garotos cheirarem</i> cola, né? x E deixava passagem <i>pros navios passa(r)</i> .

QUADRO 4 – As variantes de sujeito nas orações subordinadas infinitivas empregadas pelos informantes

Buscamos observar e controlar, na medida do possível, os seguintes fatores lingüísticos da variante independente infinitivo [+Flex] e [-Flex]:

- A. Especificação do sujeito da oração infinitiva:
 - a. sujeitos explícitos de segunda pessoa do singular (*tu*), de primeira pessoa do plural (*nós*) e de terceira pessoa do plural (*eles/elas*);
 - b. sujeito nulo *pro*;
 - c. sujeito explicitado por expressão-R plural;
 - d. sujeito idêntico na oração subordinada infinitiva e na oração matriz;
 - e. sujeito diferente na oração subordinada infinitiva e na oração matriz.

- B. Classificação da oração subordinada infinitiva:
 - a. adverbial temporal;
 - b. adverbial final;
 - c. outras adverbiais.

- C. Infinitivo com verbos:
 - a. auxiliares;
 - b. modais;
 - c. com pronomes reflexivos.

- D. Restrições do verbo da oração matriz.

- E. Situação do [r] final no infinitivo verbal.

Além desses fatores lingüísticos, procuramos controlar, também, alguns fatores extralingüísticos (sociais):

- a. escolaridade;
- b. idade;
- c. sexo;
- d. etnia (localidade).

A hipótese postulada é de que o infinitivo flexionado no português falado no Sul do Brasil (PFSB) encontre seu contexto mais propício na convergência dos seguintes requisitos:

- i. sujeito da oração infinitiva na terceira pessoa do plural;
- ii. sujeitos diferentes na oração subordinada infinitiva e na oração matriz;
- iii. sujeito nulo;
- iv. falantes de mais escolaridade;
- v. falantes de mais idade [+50];
- vi. falantes que pronunciam o [r] final do infinitivo invariável.

Sabemos que os sujeitos *tu* e *nós* têm fortes concorrentes, permanecendo, com isso, em constante tensão sob a ação de inibidores internos (lingüísticos) e externos (sociais e pragmáticos). Além disso, o sistema pronominal pessoal está submetido, atualmente, a profundas mudanças no português falado no Brasil (PFB). Assim, o PFB aproxima o emprego do infinitivo cada vez mais das línguas não-pro-drop, que permite ao falante licenciar, muitas vezes, infinitivos [-Agr], para fugir à redundância. Outro fator importante a considerar é a difusão em todas as camadas sociais do apagamento de [r] final nos infinitivos verbais, que provoca, possivelmente, o bloqueio da categoria funcional [+Agr]. Assim, todos esses fatos parecem conspirar contra o infinitivo [+Flex] no PFB.

À luz desse quadro pouco promissor para o infinitivo [+Flex], já identificado em estudos feitos por outros pesquisadores (veja Loregian, 1996 e Gorski, 1997), procuramos analisar os dados coletados e, na medida do possível, extrair deles algumas conclusões.

3.4 – Análise dos dados

3.4.1 - Os dados das três capitais da Região Sul [SUL]

Entre as inúmeras orações subordinadas infinitivas encontradas no alentado corpus das 36 entrevistas⁵, registramos escassas 168 ocorrências com contexto sintático favorável à flexão do infinitivo, mas apenas em 54 ocorrências o infinitivo foi efetivamente flexionado. Nos 12 informantes de Porto Alegre, encontramos 20 ocorrências, nos de Curitiba, 18, e nos de Florianópolis, apenas 16. A expectativa era de que os falantes de Curitiba apresentassem um número menor de ocorrências do que os de Porto Alegre e os de Florianópolis, visto que o emprego categórico de *você* reduz, matematicamente, em um terço as possibilidades de infinitivo [+Flex], que fica restringido à primeira e terceira pessoas do plural. O emprego predominante de sujeito *tu*, em lugar de *você*, em Porto Alegre e Florianópolis, contudo não favorece uma

incidência maior de infinitivos [+Flex]. A explicação mais à mão é, seguramente, a não-concordância do infinitivo com o sujeito *tu*, que também ocorre nas formas finitas, embora em grau um pouco menor. Loregian (1996) registra concordância de *tu+forma finita* de 4% em Porto Alegre e 40% em Florianópolis. Nas formas finitas, a concordância em Florianópolis aumenta sensivelmente na segunda pessoa do singular do pretérito perfeito do indicativo, motivada, certamente, por razões funcionais, como saliência fônica: *tu falasse* (com assimilação do *t* pelo *s*) em lugar de *tu falaste*. Com isso, a expectativa de concordância *tu+infinitivo* em falantes de Florianópolis passa a ser maior do que em Porto Alegre, onde este fenômeno não foi registrado.

Já vimos no QUADRO 4 que o *tu* tem fortes concorrentes, pois seu emprego apresenta inúmeras variações com ou sem flexão do infinitivo e com ou sem apagamento de [r] final. Quando a oração infinitiva for introduzida por preposição *para*, a variável *tu* pode ainda apresentar a variante oblíqua *ti*. As variações mais comuns são, portanto (1):

- (1) a. *para tu falares* x *para tu falar*
 b. *para tu falares* x *pra tu falá*
 c. *para tu falares* x *para [pro] falares*
 d. *para tu falares* x *para você falar*
 e. *para tu falá* x *pra ti falá*

As chances de *tu-infinitivo flexionado* ficam, assim, bastante diluídas em razão das múltiplas variantes à disposição dos falantes de Porto Alegre e Florianópolis. Os falantes de Curitiba, como já vimos, têm à sua disposição apenas o plural das formas flexionadas do infinitivo, o que pode determinar um número menor de ocorrências.

O sujeito *nós* tem em *a gente* um forte concorrente, pois predomina amplamente entre os falantes das três capitais. As variações mais frequentes na primeira pessoa do plural estão registradas em (2).

- (2) a. *nós falarmos* x *nós falá*
 b. *nós falarmos* x *a gente falá*

Na TABELA 1, registramos a distribuição dos sujeitos *tu*, *nós* e *eles*, com a variante comum *pro*, além de *vocês* e *expressão-R plural*.

	2 ^a p. sing.		1 ^a p. pl.		3 ^a p. pl.			Total	
	pro	tu	pro	nós	pro	eles	vocês		expr-R
POA	01	02	00	00	08	06	00	03	20
FLP	00	03	00	04	04	03	00	02	16
CTB	00	00	00	01	08	02	01	06	18
Subtotal	01	05	00	05	20	11	01	11	54
Total	06		05		43				

TABELA 1 – Distribuição do número de ocorrências de sujeito-infinitivo flexionado no SUL – Projeto VARSUL

O número de infinitivos [+Flex] com sujeito *tu*, em Porto Alegre e Florianópolis, – cada uma com 3 ocorrências – não está, certamente, dentro das expectativas, pois esperávamos uma incidência maior em Florianópolis. A diferença torna-se mais evidente apenas nos casos em que a concordância *tu-infinitivo* não se realizou, como mostraremos, logo adiante, na TABELA 2. Curitiba, obviamente, não registrou nenhuma ocorrência de infinitivo com sujeito *tu*, pois já vimos que o emprego de *você* é categórico.

Os falantes de Porto Alegre são os mais contidos no emprego de sujeito *nós-infinitivo*, pois não registramos nenhuma ocorrência com concordância. Em Florianópolis, registramos quatro ocorrências e, em Curitiba, apenas uma.

Como previmos, as ocorrências de infinitivo [+Flex] concentram-se na terceira pessoa do plural, pois constitui o contexto mais favorável à flexão do infinitivo. Porto Alegre registra 17 ocorrências, Florianópolis, 9, e Curitiba, 17. Florianópolis ostenta a distribuição mais equilibrada de infinitivos [+Flex] nas três pessoas: 3, 4 e 9, respectivamente. Em Curitiba, a desproporção na distribuição das ocorrências é quase categórica, pois dos 18 casos de infinitivo [+Flex] apenas 01 não é da terceira pessoa do plural. A concentração de infinitivos [+Flex] na terceira pessoa do plural também é marcante em Porto Alegre: 17 ocorrências num total de 20. O resultado final nas três cidades é bastante revelador desta concentração: 79,6% das ocorrências de infinitivo [+Flex] são da terceira pessoa do plural; 11,1% são da segunda pessoa do singular; e 9,3% são da primeira pessoa do plural. O GRÁFICO 1, logo abaixo, torna mais visível essa distribuição nas três cidades.

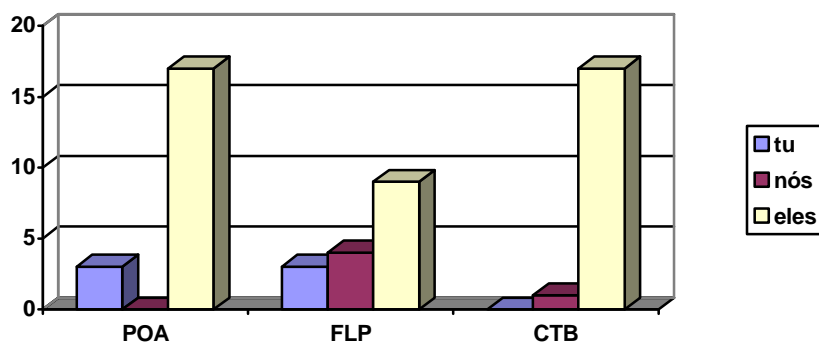


GRÁFICO 1 – Distribuição de sujeitos na concordância de infinitivo pessoal no SUL – Projeto VARSUL

Os dados tornam-se bem mais expressivos, se confrontarmos as ocorrências de infinitivo efetivamente flexionado (veja TABELA 1) com as ocorrências em que os falantes não realizaram a concordância *sujeito-infinitivo* (veja TABELA 2). Alistamos como infinitivos [-Flex] os casos que são considerados contextos favoráveis à flexão do infinitivo. A TABELA 2, logo a seguir, mostra o resultado desse levantamento.

O levantamento acusa um número de ocorrências bem maior de não-concordância *sujeito-infinitivo*: 114 ocorrências nas três cidades contra apenas 54 de concordância. Florianópolis registra a maior diferença: 40 contra 16; Porto Alegre, 41 contra 20; e Curitiba, 33 contra 18.

Agora a diferença entre Porto Alegre e Florianópolis, no emprego de *tu*, justifica plenamente a previsão. Encontramos 19 ocorrências de não-flexão do infinitivo em Porto Alegre e somente 3 em Florianópolis. Com isso, as estimativas de Loregian (1996) se confirmam. Enquanto os falantes de Florianópolis mostram tendência a um certo equilíbrio entre concordância (3 ocorrências) e não concordância (3 ocorrências), os informantes de Porto Alegre inclinam-se por não fazer a concordância, pois a variante [-Flex] registra 19 ocorrências e a [+Flex] apenas 3. Curitiba fica novamente fora dessas considerações, porque não encontramos nenhuma ocorrência de emprego de sujeito *tu*.

	2ª pess. sing.			1ª pess. pl.		3ª pess. pl.				Total
	pro	tu	ti	pro	nós	pro	eles	vocês	expr-R	
POA	01	17	01	02	03	05	05	00	07	41
FLP	00	02	01	03	05	04	12	00	13	40
CTB	00	00	00	05	00	17	08	01	02	33
Total	22			18		74				114

TABELA 2 – Infinitivos pessoais sem concordância sujeito-infinitivo no SUL - Projeto VARSUL

O sujeito *nós*, ou nulo (*pro*), mostra um resultado interessante em Porto Alegre, pois temos 5 ocorrências de não-concordância contra 0 de concordância. Isso pode revelar uma forte identificação semântica entre *nós* e *a gente*. Florianópolis confirma um maior equilíbrio entre infinitivo [-Flex] (8 ocorrências) e infinitivo [+Flex] (4 ocorrências). Em Curitiba, pode se verificar também um certo desequilíbrio entre infinitivo [-Flex] (5 ocorrências) e [+Flex] (1 ocorrência).

O sujeito de terceira pessoa do plural, identificado aqui, genericamente, pelo pronome *eles*, sinaliza claramente que a saliência fônica mínima entre singular e plural favorece a não-flexão do infinitivo. Soma-se a esse fator inibidor um outro, talvez mais influente ainda, a ausência do [r] no infinitivo da terceira pessoa do singular (a forma invariável). Os números não deixam dúvidas quanto à concentração de infinitivos [-Flex]: 74 ocorrências num total de 114, ou seja, 64,9% das ocorrências. O emprego de *tu* registra 22 ocorrências (19,3%) e *nós*, 18 ocorrências (15,8%). Porto Alegre mostra equilíbrio entre casos de não-concordância e concordância no contexto *eles-infinitivo*: 17 contra 17 ocorrências; os dados sinalizam outra particularidade: o emprego de *tu* (19 ocorrências) supera o de *eles* (17 ocorrências). Em Florianópolis, a diferença é mais visível: 29 ocorrências contra apenas 9. Em Curitiba, registramos, também, uma grande desigualdade: 28 casos contra 17.

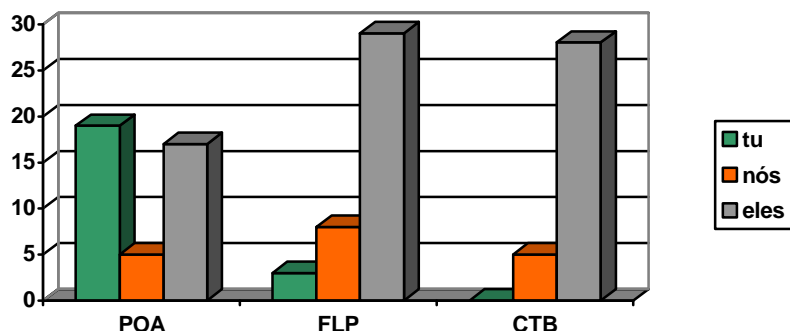


GRÁFICO 2 – Distribuição de sujeitos nas ocorrências de não-concordância sujeito-infinitivo no SUL – Projeto VARSUL

O GRÁFICO 2 apresenta a frequência do emprego de segunda pessoa do singular (*tu, pro e ti*), de primeira pessoa do plural (*nós e pro*) e de terceira pessoa do plural (*eles/elas, pro, vocês e expressão-R*) sem a efetivação da concordância do infinitivo.

Para permitir uma comparação dos dados em números brutos, elaboramos a TABELA 3, logo abaixo, uma simbiose das TABELAS 1 e 2.

		2ª pess. sing.			1ª pess. pl.		3ª pess. pl.			Total	
		pro	tu	ti	pro	nós	pro	eles	vocês		expr-R
POA	+Flex.	00	02	00	00	00	08	06	00	03	20
	-Flex.	01	17	01	02	03	05	05	00	07	41
FLP	+Flex.	00	03	00	00	04	04	03	00	02	16
	-Flex.	00	02	01	03	05	04	12	00	13	40
CTB	+Flex.	00	00	00	00	01	08	02	01	06	18
	-Flex.	00	00	00	05	00	17	08	01	02	33

TABELA 3 – Comparação de ocorrências de concordância e não-concordância sujeito-infinitivo no SUL – Projeto VARSUL

Como os números não falam por si, adotamos alguns cálculos estatísticos que, certamente, podem revelar melhor a relação entre as ocorrências de infinitivo [+Flex] e [-Flex]. Assim, podemos prever as chances matemáticas que o infinitivo tem de ser flexionado pelos falantes em contextos favoráveis. Os primeiros algarismos indicam a quantidade de ocorrências com infinitivo [+Flex] e os segundos, depois da barra, o

número de ocorrências com infinitivo [-Flex] em cada tipo de sujeito (por ex.: tu: 03/19). Os cálculos em percentuais dos dados estão expostos na TABELA 4.

	tu	%	nós	%	eles	%	Total	%
POA	03/19	13,6	00/05	0	17/17	50	20/41	32,8
FLP	03/03	50	04/08	33,3	09/29	23,7	16/40	28,6
CTB	00/00	--	01/05	16,7	17/28	37,8	18/33	35,3

TABELA 4 – Percentuais de infinitivos flexionados e o tipo de sujeito no SUL – Projeto VARSUL

As possibilidades matemáticas de se concretizar a concordância entre o sujeito e o infinitivo, em contextos favoráveis, nas três capitais do Sul são as seguintes:

- a. as chances de flexão nas três capitais são de 32,1%;
- b. individualmente, as chances, em Porto Alegre, são de 32,8%, em Florianópolis, 28,6%, e, em Curitiba, 35,3%;
- c. as chances de concordância do infinitivo com o sujeito *tu* são de 13,6% em Porto Alegre e de 50% em Florianópolis;
- d. as chances de concordância do infinitivo com o sujeito *nós* são de 0% em Porto Alegre, 33,3% em Florianópolis, e de 16,7% em Curitiba;
- e. as chances de o infinitivo concordar com o sujeito *eles* são de 50% em Porto Alegre, 23,7% em Florianópolis e 37,8% em Curitiba.

Curitiba ostenta uma taxa de concordância mais elevada, certamente por somente flexionar o infinitivo no plural. O índice de Porto Alegre poderia ser bem mais elevado, não fosse o emprego do *tu*, cuja taxa de concordância é baixíssima. Florianópolis apresenta o menor índice de concordância concentrada na terceira pessoa do plural. Os dados são, porém, estatisticamente muito exíguos para permitir-nos fazer generalizações; a exceção encontramos na terceira pessoa do plural (*eles*), onde está concentrada a maioria das ocorrências de concordância (43) e não-concordância (74), correspondendo a 69,6% de todas as 168 ocorrências.

O GRÁFICO 3 traduz, visualmente, as projeções feitas nas TABELAS 3 e 4, reforçando o contraste entre as ocorrências de infinitivo [+Flex] (colunas azuis, bordôs e amarelas) e as ocorrências de infinitivo [-Flex] (colunas verdes, laranjas e cinzas). O código, à direita, informa sobre cor, natureza do sujeito (*tu*, *nós*, *eles*) e flexão (*-es*, *-mos*, *-em*) ou não-flexão (\emptyset).

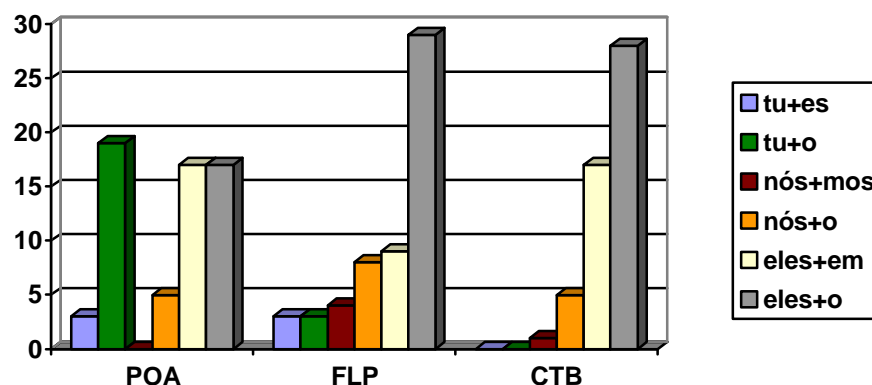


GRÁFICO 3 – Contraste entre o infinitivo [+Flex] e [-Flex] no SUL – Projeto VARSUL

Do ponto de vista funcional, o sujeito nulo induz o falante a flexionar o infinitivo. Os percentuais na TABELA 6, mais adiante, confirmam isso, pois a taxa de flexão mais alta está nas ocorrências de sujeito nulo (36,2%). Presumimos que sujeito claramente explicitado tende a dispensar a flexão do infinitivo, pois a informação sintático-semântica já está dada; seria, portanto, redundante repeti-la pela flexão verbal; o sujeito nulo, por sua vez, obriga o falante a flexionar o infinitivo para informar quem é o verdadeiro sujeito, já que não está dado. Subdividimos os sujeitos das orações infinitivas com infinitivo [+Flex] e [-Flex] em duas categorias: (i) sujeito pronunciado e (ii) sujeito nulo (*pro*). O resultado desse levantamento global está na TABELA 5.

	pronunciado	%	pro	%
Infinitivo + flex.	33/54	61,1	21/54	38,9
Infinitivo - flex.	77/114	67,5	37/114	32,5
Total	110/168	65,5	58/168	34,5

TABELA 5 – Sujeito pronunciado e não pronunciado nas ocorrências de infinitivo [+flex] e [-flex] no SUL – Projeto VARSUL

Das 54 ocorrências de infinitivo [+Flex], 61,1% têm sujeito pronunciado e 38,9% têm sujeito não pronunciado. As 114 ocorrências de infinitivo [-Flex], registram 67,5% com sujeito pronunciado e 32,5% com sujeito não pronunciado (nulo). Os dados são, portanto, muito modestos para permitir maiores generalizações.

Na TABELA 6 apresentamos a soma geral das três capitais: número e percentagem das ocorrências de sujeitos pronunciados e nulos (*pro*), tanto no infinitivo [+Flex] como [-Flex].

	<i>pronunciado</i>	%	<i>pro</i>	%
Infinitivo +Flex.	33/110	30	21/58	36,2
Infinitivo - Flex.	77/110	70	37/58	63,8
Total	110/168	65,5	58/168	34,5

TABELA 6 – Nº e % de sujeitos pronunciados e não pronunciados nas ocorrências de infinitivo [+Flex] e [-Flex] no SUL – Projeto VARSUL

Num total de 168 ocorrências de infinitivo com contexto favorável à flexão, 110 apresentam um sujeito claramente pronunciado e 58 com sujeito não pronunciado (nulo). Dessas 110 ocorrências com sujeito pronunciado, apenas 33 têm o infinitivo [+Flex], o que corresponde a 30%. Das 58 ocorrências de sujeito nulo, 21 têm o infinitivo [+Flex], o que equivale a 36,2%. Sem outras contemplações, podemos concluir que o sujeito nulo induz, proporcionalmente, mais à flexão do infinitivo do que o sujeito explícito. As orações infinitivas com sujeito explícito constituem 65,5% do total de ocorrências contra 34,5% de sujeito nulo. O emprego eloqüente do sujeito nulo pelos 36 entrevistados constitui, certamente, um forte desestímulo a palpites sobre a mudança do PFB de língua *pro-drop* para língua *não-pro-drop*. Os dados reforçam a hipótese de que o português falado nas três capitais do Sul tem, ainda, um forte caráter *pro drop*, o que também garante, seguramente, uma sobrevida ao infinitivo [+Flex].

Um dos fatores que favorece bem mais fortemente a flexão do infinitivo é, sem dúvida, a não-identidade de sujeitos na oração regente e na subordinada infinitiva. Os dados da TABELA 7 falam quase por si.

		POA	FLP	CTB	Total
+Flex.	Suj. igual	03	01	02	06
	Suj. diferente	17	15	16	48
- Flex.	Suj. igual	14	04	20	38
	Suj. diferente	27	36	13	76

TABELA 7 – Sujeito igual ou diferente na oração matriz e na oração infinitiva no SUL – Projeto VARSUL

Em apenas 6 das 54 ocorrências de infinitivo [+Flex], o sujeito da oração matriz e da oração subordinada infinitiva é idêntico. A proporção é, portanto, de oito ocorrências por uma. Já as 114 ocorrências de infinitivo [-Flex] exibem um quadro bastante diferente: 38 ocorrências registram sujeito idêntico e 76, sujeitos diferentes; a proporção, aqui, chega a duas ocorrências por uma; com isso, a não-flexão do infinitivo está, em parte, justificada por essa proporção mais equilibrada.

Como os números brutos podem, muitas vezes, permitir leituras ambíguas, convertemos os mesmos em percentuais na TABELA 8, logo abaixo.

	POA	%	FLP	%	CTB	%	Total	%
Suj. diferente	17/44	38,6	15/51	29,4	16/29	55,2	48/124	43,5
Suj. igual	03/17	17,6	01/05	20	02/22	9,1	06/44	13,6
Total	20/61		16/56		18/51		54/168	

TABELA 8 – Percentuais de sujeito igual ou diferente na oração matriz e oração infinitiva com infinitivos [+Flex] e [-Flex] no SUL – Projeto VARSUL

As ocorrências são, contudo, em número muito pequeno para validar uma interpretação mais genérica sobre as tendências da fala urbana na Região Sul. Apesar do risco, permitimo-nos fazer alguns prognósticos: sujeito igual na oração matriz e na infinitiva constitui uma respeitável barreira à flexão do infinitivo; os percentuais confirmam isso, embora o número das ocorrências seja muito reduzido. Sujeitos diferentes na oração matriz e na infinitiva garantem, seguramente, uma taxa maior de flexão do infinitivo; além disso, o número maior de ocorrências permite fazer extensões mais confiáveis. Curitiba apresenta percentuais mais condizentes com a regra de concordância: a concordância *sujeito-infinitivo* é bem maior nos casos de sujeitos distintos (55,2%) e visivelmente menor nos casos de sujeito idêntico (9,1%).

A subclassificação das orações subordinadas infinitivas completivas e adverbiais abandonamos porque sua importância na questão da flexão ou não-flexão do infinitivo não se mostra tão claro. Chama a atenção, no entanto, a recorrência de orações subordinadas infinitivas iniciadas pela preposição *para*, normalmente classificadas como adverbiais finais. Entre as 54 ocorrências de infinitivo flexionado nas três capitais, nada menos do que 16 iniciam com a preposição *para*: 3 em Porto Alegre, 9 em Florianópolis e 4 em Curitiba. Segundo dados de Ladeira (1986), as orações adverbiais finais constituem fator irrelevante na flexão do infinitivo.

Há certo consenso de que os verbos de ligação (*ser* e *estar*), os auxiliares (*ser*, *estar* e *ter*) e os verbos modais (*poder* e *dever*) tendem a concordar com o sujeito. A explicação mais disponível é de que os verbos *ser* e *estar* concordam com o seu predicativo nas formas finitas; os verbos auxiliares *ser*, *estar* e *ter* são os que recebem a flexão [+T, +Agr] nas conjugações perifrásticas das formas finitas; e os modais têm, nesse particular, comportamento semelhante aos auxiliares. Nossos levantamentos acusam 5 ocorrências com esse perfil nas 54 ocorrências de infinitivo [+Flex], e 19 nas 114 ocorrências de infinitivo [-Flex].

O mesmo pode ser dito dos infinitivos acompanhados do pronome reflexivo *se*: semanticamente, o reflexivo, marca pluralidade, por isso, a tendência é fazer a concordância na terceira pessoa do plural. Encontramos 3 ocorrências de infinitivo [+Flex] com essa característica (entre as 54) e nenhuma nas 114 ocorrências de infinitivo [-Flex].

O levantamento dos tipos de verbo na oração matriz também não se mostrou relevante, além de ser, tecnicamente, uma tarefa quase inexequível, pois as sentenças são freqüentemente fragmentadas ou truncadas.

Não fizemos um levantamento quantitativo rigoroso entre os informantes sobre a presença ou a ausência de [r] final nos infinitivos verbais, por isso, não temos como avaliar corretamente o peso desse fator na flexão ou não-flexão do infinitivo nos contextos favoráveis à flexão.

3.4.2 – Os dados das quatro cidades do Rio Grande do Sul (RS)

Os dados coletados junto aos 48 informantes: 12 de Porto Alegre (POA)⁷, 12 de Flores da Cunha (FLC), 12 de Panambi (PAN) e 12 de São Borja (SBO) revelam um quadro um pouco diferente daquele das três capitais quanto ao número e distribuição de ocorrências de infinitivo [+Flex] e de infinitivo [-Flex]. Era previsível que São Borja se destacasse pelo número maior de ocorrências em razão do uso quase categórico do *tu* no tratamento direto com o locutor, ou como forma impessoal, marca típica dos falantes da fronteira com a cultura hispano-americana. A TABELA 9, logo abaixo, expõe os números do emprego de infinitivo flexionado e sua distribuição entre os três tipos de sujeito: segunda pessoa do singular (*tu*), primeira pessoa do plural (*nós*) e terceira pessoa do plural (*eles*) que possibilitam verificar a flexão do infinitivo.

	2ª pess. sing.		1ª pess. pl.		3ª pess. pl.			expr-R	Total
	pro	tu	pro	nós	pro	eles	vocês		
POA	01	02	00	00	08	06	00	03	20
FLC	00	00	00	02	09	07	03	01	22
PAN	00	00	03	00	02	00	00	02	07
SBO	00	01	00	00	27	08	02	03	41
Total	01	03	03	02	46	21	05	09	90

TABELA 9 – Número e distribuição de infinitivos [+Flex] no RS- Projeto VARSUL

O número total de ocorrências de Porto Alegre (20), Flores da Cunha (22), Panambi (7) e São Borja (41) destoam bastante das previsões. A quantidade reduzida de ocorrências em Panambi e o número significativo de ocorrências em São Borja merecem, certamente, uma explicação mais cuidadosa. Os números de São Borja não condizem com a distribuição esperada. O notável emprego de *tu* resultou em uma única ocorrência de infinitivo [+Flex]. As ocorrências concentram-se na terceira pessoa do plural (*eles*), onde registramos nada menos do que 40 das 41 ocorrências. Digno de registro é ainda a não-ocorrência de concordância *nós-infinitivo* entre os falantes de

Porto Alegre e São Borja. Além disso, registramos 6 ocorrências, fortemente estigmatizadas, do tipo *eles têm que saberem*, todas de informantes de SBO (*informante 19: exemplos 10,11 e 12 do anexo; informante 6: exemplos 28 e 32 do anexo; e informante 2: exemplo 38 do anexo*).

A distribuição dos três tipos de sujeito com contexto favorável à flexão do infinitivo mostra, novamente, um quadro extremamente concentrador. De um total de 90 ocorrências nas quatro cidades, 81 correspondem à terceira pessoa do plural (*eles*), 5, à primeira pessoa do plural (*nós*), e 4, à segunda pessoa do singular (*tu*). Traduzido em percentuais, a desproporção assume maior evidência: 90%, 5,5% e 4,5%, respectivamente. O GRÁFICO 4, logo a seguir, mostra bem essa distribuição desigual.

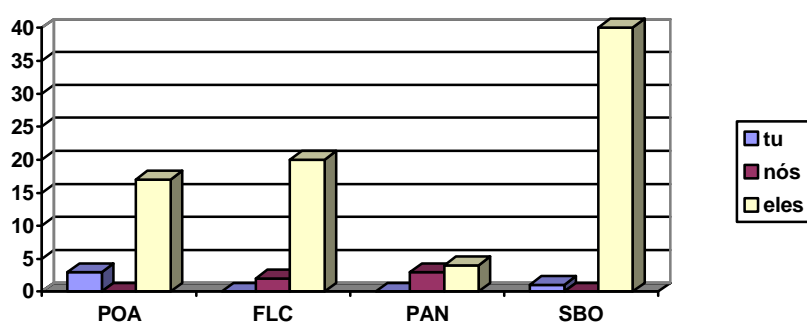


GRÁFICO 4 – Distribuição dos sujeitos nas ocorrências de infinitivo flexionado no RS – Projeto VARSUL

A pobreza de infinitivos [+Flex] será melhor compreendida, se a confrontarmos com a frequência de ocorrências em que os falantes optaram pela não-flexão do infinitivo, apesar de o contexto favorecer a flexão. Os dados da TABELA 10, revelam que os falantes das quatro cidades gaúchas tendem a não flexionar o infinitivo, muito embora em graus distintos.

	2ª pess. sing.			1ª pess. pl.		3ª pess. pl.			Total	
	pro	tu	ti	pro	nós	pro	eles	vocês		
POA	01	17	01	02	03	05	05	00	07	41
FLC	02	04	04	06	10	16	10	02	09	63
PAN	03	07	03	03	01	15	08	00	04	44
SBO	03	19	10	05	06	08	08	00	06	65
Subtotal	09	47	18	16	20	44	31	02	26	213
Total	74			36		103				

TABELA 10 – Distribuição de sujeitos sem concordância de infinitivo no RS – Projeto VARSUL

Podemos observar que o emprego do sujeito *tu*, sem concordância do infinitivo, resulta em drástica diminuição na frequência de infinitivos [+Flex], principalmente em São Borja e em Porto Alegre. Em Flores da Cunha e Panambi, o principal responsável pela baixa incidência de infinitivos [+Flex] é a terceira pessoa do plural (*eles*). A concorrência da variante oblíqua *ti* nas orações infinitivas iniciadas pela preposição *para* – construções de razoável incidência na fala dos informantes – constitui entrave à flexão do infinitivo em São Borja, com 10 ocorrências, em Flores da Cunha 4, em Panambi 3, e, em Porto Alegre 1 ocorrência apenas. No RS, a concentração de infinitivos [+Flex] não converge mais tão fortemente para a terceira pessoa do plural (*eles*), como constatamos nas três capitais do SUL, pois encontra um outro pólo atrator na segunda pessoa do singular (*tu*). Com isso, a concentração apresenta o seguinte perfil: *eles* apresenta 105 ocorrências, o que equivale a 49,3% das 213 ocorrências; *tu* contribui com 74 ocorrências, correspondentes a 34,8%; e *nós* soma 36 ocorrências, equivalendo a 16,9%. O GRÁFICO 5 expõe melhor esses dados.

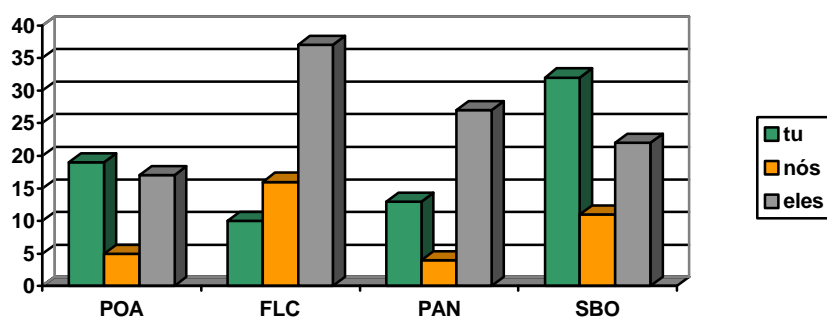


GRÁFICO 5 – Distribuição das ocorrências de infinitivo sem concordância com o sujeito no RS - Projeto VARSUL

Na TABELA 11, logo abaixo, procuramos confrontar as TABELAS 9 e 10 para podermos fazer uma comparação dos resultados dos levantamentos de infinitivos efetivamente flexionados e os que deixaram de ser flexionados pelos informantes, apesar do contexto favorável. Num total de 303 ocorrências de infinitivos flexionáveis, apenas em 90 delas os falantes aplicaram a regra de concordância. Mas as 303 ocorrências de infinitivos passíveis de serem flexionados estão ainda muito mal distribuídas: 184 ocorrências convergem para a terceira pessoa do plural (*eles*), o que representa 60,7% das ocorrências; 78 ocorrências são de segunda pessoa do singular, isto é, 25,8% dos casos; e 41 ocorrências pertencem à primeira pessoa do plural, equivalendo a apenas 13,5% das ocorrências. O emprego de *tu* contribui, certamente, com uma parcela a mais de infinitivos [+Flex] na fala do Rio Grande do Sul em relação a outras regiões do Brasil, onde o *você* predomina ou é categórico.

		2ª pess. sing.		1ª pess. pl.		3ª pess. pl.			Total	
		pro	tu	pro	nós	pro	eles	vocês		expr-R
POA	+Flex.	01	02	00	00	08	06	00	03	20
	-Flex.	01	18	02	03	05	05	00	07	41
FLC	+Flex.	00	00	00	02	09	07	03	01	22
	-Flex.	02	08	06	10	16	10	02	09	63
PAN	+Flex.	00	00	03	00	02	00	00	02	07
	-Flex.	03	10	03	01	15	08	00	04	44
SBO	+Flex.	00	01	00	00	27	08	02	03	41
	-Flex.	03	29	05	06	08	08	00	06	65
Total		10	68	19	22	90	52	07	35	303

TABELA 11 – Distribuição de infinitivos com e sem concordância com o sujeito no RS – Projeto VARSUL

Os dados levantados nas quatro cidades do Rio Grande do Sul permitem, certamente, fazer algumas generalizações sobre o infinitivo [+Flex]. A TABELA 12 detalha os números e os percentuais de todos os dados apresentados até aqui.

		tu	%	nós	%	eles	%	Total	%
POA	+Flex.	03/19	13,6	00/05	0	17/17	50	20/41	32,8
FLC	+Flex.	00/10	0	02/16	11,1	20/37	35,1	22/63	25,9
PAN	+Flex.	00/13	0	03/04	42,8	04/27	12,9	07/44	13,7
SBO	+Flex.	01/32	3	00/11	0	40/22	64,5	41/65	38,7
RS	+Flex.	04/74	5,1	05/36	12,2	81/103	44	90/303	29,7

TABELA 12 – Percentuais de concordância sujeito-infinitivo no RS – Projeto VARSUL

As chances matemáticas de o infinitivo ser flexionado, em contextos favoráveis à flexão, apresentam os seguintes resultados:

- as chances, em percentuais absolutos, de o infinitivo ser flexionado são de 29,7%;
- as chances de concordância *tu-infinitivo* são de 5,1%; *nós-infinitivo*, de 12,2%; e *eles-infinitivo*, de 44%;
- a terceira pessoa do plural, além de concentrar 60,7% das ocorrên-

- cias com contexto favorável à flexão, também apresenta a configuração sintática mais propícia à flexão;
- as possibilidades estatísticas de flexão do infinitivo são de 38,7% em São Borja, 32,8% em Porto Alegre, 25,9% em Flores da Cunha e apenas 13,7% em Panambi;
 - as chances de concordância *tu-infinitivo* são nulas em Flores da Cunha e em Panambi; em São Borja, são de 3%, e, em Porto Alegre, de 13,6%;
 - as chances de concordância *nós-infinitivo* são nulas em Porto Alegre e em São Borja; em Flores da Cunha, são de 11,1%, e, em Panambi, 42,8%;
 - as chances de concordância *eles-infinitivo* são de 64,5% em São Borja, 50% em Porto Alegre, 35,1% em Flores da Cunha, e 12,9% em Panambi.

Com isso, temos condições de traduzir esses percentuais para o GRÁFICO 6, que torna mais palpáveis os contrastes entre a natureza do sujeito e o infinitivo [+Flex] e [-Flex]: infinitivo [+Flex] (azul, bordô e amarelo) e infinitivo [-Flex] (verde, laranja e cinza).

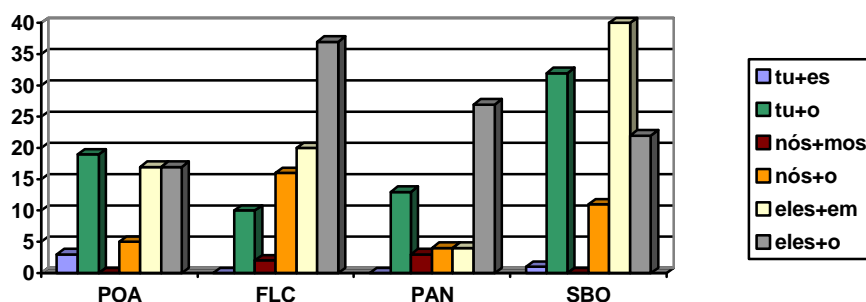


GRÁFICO 6 – Contraste entre ocorrências de [+Flex] e [-Flex] no RS – Projeto VARSUL

Na fala informal, a presença de sujeito na oração infinitiva induz o falante a dispensar a flexão do infinitivo; a ausência de sujeito intencional (nulo), ao contrário, inclina-o à flexão. Por isso, subdividimos os sujeitos das orações infinitivas com infinitivo [+Flex] e [-Flex] em duas categorias: i. sujeito explicitado (pronunciado), e ii. sujeito nulo (*pro*). Os dados desse levantamento geral nas quatro cidades gaúchas mostramos na TABELA 13.

	Pronunciado	%	pro	%
Infinitivo +Flex	43/90	47,8	47/90	52,2
Infinitivo -Flex.	131/213	61,5	82/213	38,5
Total	174/303	57,4	129/303	42,6

TABELA 13 – Sujeito pronunciado e não-pronunciado nas ocorrências de infinitivo [+ Flex] e [-Flex] no RS – Projeto VARSUL

Já vimos que das 303 ocorrências de orações subordinadas infinitivas o infinitivo foi flexionado em 90 e não foi flexionado em 213, apesar do contexto favorável. Em números brutos, das 90 ocorrências de infinitivo [+Flex] 43 têm sujeito pronunciado (47,8%) e 47 têm sujeito *pro* (52,2%). Dentre as 213 ocorrências de infinitivo [-Flex], 131 apresentam sujeito pronunciado (61,5%) e 82 *pro* (38,5%), o que confirma a tendência acima apontada.

O número reduzido de ocorrências, principalmente em *tu* e *nós*, não permite, naturalmente, fazer generalizações muito confiáveis. Como os dados da TABELA 13 revelam apenas percentagens específicas a [+Flex] e [-Flex], elaboramos a TABELA 14 para mostrar um quadro amplo de todas as ocorrências nos contextos favoráveis à flexão do infinitivo.

	Pronunciado	%	<i>pro</i>	%
Infinitivo +Flex.	43/174	24,7	47/129	36,4
Infinitivo - Flex.	131/174	75,3	82/129	63,6
Total	174/303	57,4	129/303	42,6

TABELA 14 – Número e % de sujeitos pronunciados e não pronunciados nas ocorrências de infinitivo +Flex e -Flex no SUL
- Projeto VARSUL

Num total de 303 ocorrências de infinitivo com contexto favorável à flexão, 174 apresentam sujeito claramente pronunciado, o que equivale a 57,4% das ocorrências; 129 apresentam sujeito *pro*, o que representa 42,6% das ocorrências. As 90 ocorrências em que o infinitivo foi efetivamente flexionado pelos 48 informantes apresentam o seguinte quadro: 43 ocorrências têm sujeito claramente explicitado, o que equivale a 24,7% do total das 174 ocorrências de contexto sintático idêntico; 47 ocorrências têm sujeito *pro*, o que equivale a 36,4% do total das 129 ocorrências de mesmo contexto sintático. Dentro da expectativa, o contexto de sujeito nulo favorece, aparentemente, mais a flexão do infinitivo do que o contexto de sujeito explícito. O sujeito explícito *tu* é, certamente, o principal responsável por esse aparente “desvio formal”. Esses dados percentuais preservam, seguramente, o caráter *pro-drop* do português falado no Rio Grande do Sul.

Na TABELA 15, logo a seguir, apresentamos os dados de sujeito igual e sujeito diferente nas 90 ocorrências de infinitivo [+Flex] e nas 213 ocorrências de infinitivo [-Flex].

		POA	FLC	PAN	SBO	Total
+ Flex	Suj. igual	03	03	04	10	20/90
	Suj. diferente	17	19	03	31	70/90
- Flex	Suj. igual	14	25	15	19	73/213
	Suj. diferente	27	38	29	46	140/213

TABELA 15 – Sujeito igual ou diferente na oração matriz e na oração infinitiva [+Flex] e [-Flex] no RS – Projeto VARSUL

Em nada menos do que 70 das 90 ocorrências de infinitivo [+Flex], os sujeitos da oração regente e da sua oração subordinada infinitiva são diferentes. A proporção é de mais de três por um, ou seja, 77,8% das ocorrências. A diferença entre sujeitos diferentes e iguais já é bem mais equilibrada nas 213 ocorrências de infinitivo [-Flex]: 140 das 213 ocorrências têm sujeitos diferentes, equivalendo a menos do dobro, ou, em percentuais, a 65,7%.

Os números podem, entretanto, dar margem a interpretações enganosas, por isso, convertemos os mesmos números da TABELA 15 em percentuais na TABELA 16: os números à esquerda da barra são os correspondentes a [+Flex], e os à direita, ao total [±Flex].

	POA	%	FLC	%	PAN	%	SBO	%	Média	%
Suj. diferente	17/44	38,6	19/57	33,3	03/32	9,4	31/77	40,2	70/210	69,3
Suj. igual	03/17	17,6	03/28	10,7	04/19	21	10/29	34,5	20/93	30,7
Total	20/61		22/85		07/51		41/106		90/303	

TABELA 16 – Percentuais de sujeito igual ou diferente na oração regente e oração infinitiva [+Flex] e [-Flex] no RS – Projeto VARSUL

Panambi é a única cidade que acusa um índice maior de concordância *sujeito-infinitivo* quando o sujeito é o mesmo na oração regente e na oração subordinada infinitiva: as chances de o falante flexionar o infinitivo são de 21% com sujeito idêntico contra 9,4% com sujeitos diferentes. Apesar disso, a média dos dados permite confirmar a força de autonomia do sujeito na oração infinitiva, pois, em 69,3% das 303 ocorrências, o sujeito é diferente. O número das ocorrências é, contudo, muito reduzido para permitir maiores generalizações sobre as tendências do português falado no Rio Grande do Sul. Mesmo assim, é possível, certamente, afirmar que a sujeito igual na oração regente e na infinitiva (30,7%) constitui uma razoável barreira à flexão do infinitivo. Sujeitos diferentes é, por outro lado, uma garantia de taxa maior de flexão do

infinitivo, conforme podemos verificar nos percentuais de Porto Alegre, Flores da Cunha e São Borja.

Como nas 168 ocorrências das três Capitais do SUL, o papel sintático das 303 orações subordinadas infinitivas do RS também aparenta exercer pouca influência na determinação de flexão ou não-flexão do infinitivo. Destaca-se, novamente, o recorrente emprego de orações infinitivas introduzidas pela preposição *para*, correspondentes, geralmente, a orações subordinadas adverbiais finais, que sofrem fortes restrições na flexão de seu infinitivo. Nada menos do que 32 ocorrências, entre as 90 com infinitivo flexionado, iniciam com *para*: 3 em Porto Alegre, 11 em Flores da Cunha, 5 em Panambi e 13 em São Borja.

Os verbos *ser*, *estar* e *ter*, além dos modais *poder* e *dever*, tendem a concordar com o sujeito, conforme vimos nos dados das três capitais do Sul: registramos 8 casos dessas classes de verbos nas 90 ocorrências de infinitivo [+Flex] e 24 casos nas 213 ocorrências de infinitivo [-Flex]. O modal *dever* não foi registrado em nenhuma oração infinitiva coletada. O anafórico *se*, principalmente proclítico, outro forte favorecedor da flexão do infinitivo, concorre com 14 casos: 4 nas 90 ocorrências com infinitivo [+Flex] e 10 nas 213 ocorrências de infinitivo [-Flex]. A partir desses dados, podemos concluir que esses dois favorecedores não interferem decisivamente na flexão do infinitivo, pelo menos no nosso corpus.

A classificação dos verbos da oração matriz que selecionam como argumento orações reduzidas com infinitivo [+Flex] ou [-Flex], conforme os modelos propostos por Raposo (1985,1987), Perini (1975,1998) e Lemle (1984), também não se mostrou muito informativa, como nas três Capitais do SUL.

3.4.3 – Análise dos dados ampliados de Porto Alegre (PAL)

Acrescentamos aos dados dos 12 informantes, já trabalhados no SUL (seção 3.3.1) e RS (seção 3.3.2), os levantamentos de 04 informantes de nível superior. Nossa intenção é verificar o seu peso, já que levantamos a hipótese de que a escolaridade constitui fator importante na realização da concordância *sujeito-infinitivo*. Na TABELA 17, mostramos a distribuição dos dados referentes às ocorrências de infinitivo [+Flex] e [-Flex], já acrescida dos 04 informantes do nível SUP.

	pro	tu	ti	pro	nós	pro	eles	vocês	expr-R	Total	
POA	+Flex	01	04	00	00	01	15	10	00	11	42
	- Flex	03	35	11	02	03	09	06	00	09	78
Subtotal		04	39	11	02	04	24	16	00	20	120
Total		54		06		60				120	

TABELA 17 – As ocorrências de infinitivo +Flex e -Flex em PAL, dos 16 informantes nos 4 níveis – Projeto VARSUL

Registramos, na seção 3.2, que POA, sem os dados do nível SUP, acusava 61 ocorrências com configuração sintática favorável à flexão do infinitivo, mas somente em 20 delas foi realizada a concordância *sujeito-infinitivo*. Contabilizamos 22 ocorrências de infinitivo [+Flex] junto aos 04 informantes de nível superior, contra 20 dos 12 informantes dos outros três níveis, resultando num total de 42 ocorrências de infinitivo [+Flex], correspondendo a 35% das 120 candidatas à flexão. O número de ocorrências sem concordância *sujeito-infinitivo*, por sua vez, saltou de 61 para 120; o maior responsável é, obviamente, a segunda pessoa do singular (*tu*), pois das 54 ocorrências apenas em 05 foi efetivada a concordância, correspondentes a 9,3%. Colocando esses números em percentagens, teremos o seguinte resultado (TABELA 18):

	2ª pess.sing.		1ª pess.pl.		3ª pess.pl.		Total	%
	tu	%	nós	%	eles	%		
POA	05/54	9,3	01/06	16,7	36/60	60	42/120	35

TABELA 18 – Percentagem das ocorrências de infinitivo +Flex junto aos 16 informantes de PAL – Projeto VARSUL

A percentagem de infinitivo [+Flex] saltou de 32,8% para 35% com o acréscimo dos dados do nível SUP; sem os dados da segunda pessoa do singular, a percentagem saltaria para 56%. As possibilidades matemáticas de se realizar a concordância *sujeito-infinitivo* em POA são as seguintes:

- no cômputo geral, as chances de flexão são de 35%;
- as chances de concordância com o sujeito *tu* são apenas de 9,3%;
- as chances de concordância com o sujeito *nós* são de 16,7%;
- as chances de concordância com o sujeito *eles* são de 60%.

Para tornar mais visíveis os números e percentagens das TABELAS 17 e 18, apresentamos o GRÁFICO 7. Logo cai em vista a exigüidade das ocorrências com os sujeitos *nós*, no infinitivo [+Flex] e [-Flex], e *tu*, no infinitivo [+Flex]. É marcante, também, a grande concentração de ocorrências com os sujeitos *eles*, em [+Flex], e o *tu* porto-alegrês (e também gauchês), em [-Flex].

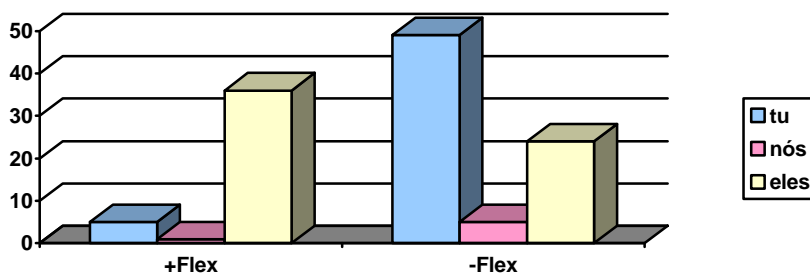


GRÁFICO 7 – Distribuição dos infinitivos +Flex e -Flex dos 16 informantes de PAL – Projeto VARSUL

Mostramos na TABELA 19 a distribuição do sujeito pronunciado e não-pronunciado (nulo) com a concorrência dos 04 informantes de nível SUP.

		pronunciado	%	pro	%
POA	Inf. + Flex.	26/42	61,9	16/42	38,1
	Inf. - Flex.	64/78	82,1	14/78	17,9
Total		90/120	75	30/120	25

TABELA 19 – Distribuição de sujeito pronunciado e pro nas orações infinitivas com infinitivo +Flex e -Flex nos 4 níveis em PAL – Projeto VARSUL

Registramos que sujeito diferente, na oração infinitiva e na matriz, favorece a flexão do infinitivo. A TABELA 20 mostra o resultado de nosso levantamento.

	+Flex		-Flex	
	Suj. dif.	Suj. igual	Suj.dif.	Suj.igual
POA	35/42	07/42	52/78	26/78
%	83,3	16,7	66,7	33,3

TABELA 20 – Distribuição de sujeito diferente ou igual na oração infinitiva e na oração matriz nos infinitivos +Flex e -Flex de PAL – Projeto VARSUL

Para tornar mais visíveis os dados comparativos das TABELAS 19 e 20, apresentamos os GRÁFICOS 9a e 9b, correspondentes às TABELAS 19 e 20, respectivamente. Podemos verificar que o sujeito pronunciado (pron.) ou pro (GRÁFICO 8a) não implica automática concordância sujeito-infinitivo. Sujeito diferente (~) privilegia a concordância, e sujeito igual (=) não a favorece (GRÁFICO 8b).

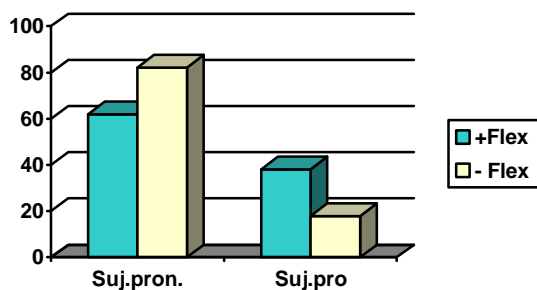


GRÁFICO 8a – Distribuição do sujeito pronunciado e nulo no infinitivo +Flex e -Flex em PAL Projeto VARSUL

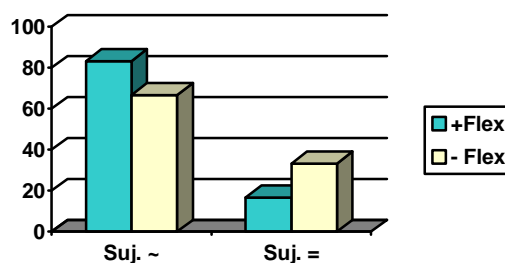


GRÁFICO 8b – Distribuição do sujeito diferente e igual no infinitivo +Flex e -Flex em PAL Projeto VARSUL

Os demais fatores analisados em PAL não mostraram alterações significativas em relação aos dados das três Capitais do SUL e das quatro regiões do RS.

3.4.4 – Análise dos dados com enfoque nos fatores sociais

Trata-se de saber o que todos esses dados coletados são capazes de revelar ou ocultar à investigação lingüística. A sociolingüística sempre busca associar estreitamente o comportamento lingüístico ao comportamento social dos falantes. Uma amostra do SUL, do RS, ou mais particularmente de PAL, não revela, certamente, sua fala; é, em princípio, apenas uma amostra dela mesma. Contudo, do ponto de vista sociolingüístico, a linguagem dos informantes reproduz, sem dúvida, a prática lingüística de sua comunidade. Língua e classe social constituem uma construção social, por isso, analisamos agora os dados dos 36 informantes do SUL, os 48 do RS e os 16 de PAL à luz da realidade social. Supomos que os informantes representem a situação social e lingüística da grande maioria da população do sul do país, por isso, apesar dos riscos, permitimo-nos fazer algumas generalizações, a despeito da pobreza dos dados disponíveis.

Analisamos os dados do infinitivo [+Flex] com o instrumental já tornado clássico na prática sociolingüística laboviana: entrevistas gravadas com enfoque nos fatores *classe social, escolaridade, sexo, idade e etnia* (localidade). As informações socioeconômicas disponíveis sobre os 76 informantes não permitem trabalhar com rigor científico o fator *classe social*. Por isso, faremos, nesse particular, apenas considerações genéricas, macrosociológicas. Para Labov (1994), as tendências ou as mudanças em curso tornam-se mais visíveis, quando os dados dos informantes são coletados em tempo real, isto é, os mesmos informantes em períodos distintos. Os dados do Projeto VARSUL são em tempo aparente, isto é, as tendências ou mudanças em curso precisam ser detectadas a partir das diferentes idades dos informantes, no caso, idades acima e abaixo de 50 anos.

Confrontamos os dados do SUL, do RS e, mais particularmente, de PAL com o objetivo de estabelecer comportamentos ou tendências gerais, às vezes específicas, na questão do infinitivo [+Flex]. Analisaremos os mesmos dados, mas, agora, orientados para os fatores sociais dos informantes, como escolaridade, idade, sexo e etnia.

3.4.4.1 - Escolaridade

A expectativa é de que um maior grau de escolaridade – primário, ginásio, colegial e superior – constitua um relevante fator de favorecimento da flexão do infinitivo. Em estudo recente (Schaff, 2001)⁴, observamos completa ausência do parâmetro do infinitivo flexionado na gramática precoce de crianças de Porto Alegre e de Florianópolis. A criança aparenta ter “conhecimento virtual” do parâmetro, mas passa a percebê-lo e usá-lo de fato apenas na fase de escolarização. Supomos, portanto, que não faz parte do léxico mental ativo da criança em estágio pré-escolar, à semelhança de outros fenômenos como o uso do pronome átono acusativo *o/a*. Assim,

alguns parâmetros da língua ficariam em aberto, provavelmente por não fazerem parte da “gramática nuclear” (*core grammar*), para serem incorporados à língua-I em fases posteriores à aquisição, quando o falante, supostamente, não tem mais pleno acesso à GU. Por isso, presumimos que a escolaridade tem papel importante na determinação do infinitivo flexionado.

Os informantes do Projeto VARSUL estão classificados em quatro níveis escolares: primário [PRI], ginásio [GIN], colegial [COL] e superior ([SUP], este último só disponível nos dados de Porto Alegre. Esperamos, portanto, que esses três/quatro níveis resultem em um contínuo crescendo do emprego do infinitivo flexionado na mesma proporção do grau da escolaridade. Os resultados do levantamento no SUL são mostrados na TABELA 21a, os do RS, na TABELA 21b e os de PAL, na TABELA 21c. O primeiro número revela a aplicação da regra de concordância sujeito-infinitivo e o segundo, a não-aplicação da concordância.

	POA	FLP	CTB	Total
PRI	10/09	03/08	06/14	19/31
GIN	04/19	08/20	03/09	15/48
COL	06/13	05/12	09/10	20/35

TABELA 21a - Distribuição das ocorrências de infinitivo [+Flex] por escolaridade no SUL – Projeto VARSUL

	POA	FLC	PAN	SBO	Total
PRI	10/09	07/31	02/22	18/29	37/91
GIN	04/19	03/15	02/15	14/16	23/65
COL	06/13	12/17	03/07	09/20	30/57

TABELA 21b – Distribuição das ocorrências de infinitivo [+Flex], segundo o grau de escolaridade, no RS – Projeto VARSUL

	PRI	GIN	COL	SUP	Total
POA	10/09	04/19	06/13	22/37	42/78

TABELA 21c – Distribuição das ocorrências de infinitivo [+Flex], segundo o grau de escolaridade, em PAL – Projeto VARSUL

A distribuição das 54 ocorrências de infinitivo [+Flex] no SUL, das 90 no RS e das 42 em PAL não segue a escala crescente prevista nos três níveis de escolaridade. O quarto nível, SUP, de PAL, no entanto, mostra claramente um salto de qualidade. Os informantes do nível GIN, nas três regiões pesquisadas, aplicam, em média, a regra de concordância *sujeito-infinitivo* em escala menor do que os do nível primário. As discrepâncias nos números sugerem, aparentemente, que a escolaridade, até o nível COL, não tem relevância na flexão do infinitivo, contrariando todas as hipóteses anteriormente formuladas. Obviamente, o equívoco não deve estar só nos números, mas

também na formulação das hipóteses. Trata-se de tornar mais visíveis os outros fatores que agem simultaneamente e de forma integrada, e não isoladamente, para produzir esses resultados, tão desencontrados à primeira vista. A escolaridade pode favorecer a aplicação da concordância, mas outros, como idade, sexo e etnia também entram em cena. Além disso, há, certamente, inúmeros outros fatores que podem interferir no desempenho da fala dos informantes, que não controlamos por falta de dados sociais mais precisos sobre os informantes. Eles podem ter apenas o primário, mas a complexa rede de relações sociais e profissionais, dentro e fora de sua comunidade, podem determinar um comportamento lingüístico bem acima de sua formação escolar ou da prática lingüística de sua comunidade. Para Milroy (1987), os falantes de maior mobilidade social e geográfica apresentam características que só podem ser estabelecidas por conceitos microssociológicos, isto é, pelo levantamento da extensão de sua rede de relações pessoais. Classe social, ou, no nosso caso particular, escolaridade, idade e sexo são concepções macrosociológicas, inadequadas, portanto, para explicar aspectos individuais da fala desses informantes.

Para tornar os números das três TABELAS 21, acima, mais transparentes, procedemos a uma comparação entre as ocorrências em que os informantes aplicaram a regra de concordância *sujeito-infinitivo* e as ocorrências em que não a aplicaram, nos três/quatro níveis escolares. Os percentuais de concordância, segundo o grau de escolaridade - no SUL, no RS e em PAL - podem ser conferidos na TABELA 22: os números à esquerda da barra referem-se às concordâncias efetivadas, e os da direita, à soma das concordâncias e não-concordâncias.

	SUL	%	RS	%	POA	%
PRI	19/50	38	37/128	28,9	10/19	52,6
GIN	15/63	23,8	23/88	26,1	04/23	17,4
COL	20/55	36,4	30/87	34,5	06/19	31,6
SUP	---		---		22/59	37,3
Total	54/168	32,1	90/303	29,7	42/120	35

TABELA 22 – Percentuais de concordância *sujeito-infinitivo*, por escolaridade, no Sul, RS e PAL – Projeto VARSUL

A TABELA 22 mostra que a média de concordância *sujeito-infinitivo* no SUL é de 32,1%; no RS baixa para 29,7%; em PAL, com o concurso dos informantes de nível superior passou de 32,8% para 35%. Agora, podemos ver que do nível primário para o colegial há tendência a aumentar a concordância nas três amostras: SUL, RS e PAL. Em PAL o aumento é mais perceptível do nível colegial (24%) para o nível superior (37,3%). A discrepância está entre os níveis primário (52,6%) e ginasial (17,4%).

3.4.4.2 - Sexo

Na literatura sociolingüística, convencionou-se dizer que a mulher adere mais prontamente às formas de prestígio, tanto na conduta social como na linguagem. Precisamos, portanto, definir, primeiramente, qual a forma de maior prestígio: a concordância *sujeito-infinitivo* ou a não-concordância. Não há dúvida de que a forma

com maior prestígio social é a forma [+Flex], embora a tendência no PFB atual seja o infinitivo [-Flex]. Se, por outro lado, concordarmos que a mulher faz parte do grupo social mais dinâmico, com mais ambição de ascensão social, pelo menos nas grandes cidades, nossos dados devem revelar isso. É, também, verdade que, nas comunidades menores, a mulher ainda está muito presa ao círculo familiar e à pequena comunidade local. Sua rede de relações sociais é estreita e isso se reflete obviamente na sua fala. A Sociolinguística não pode, naturalmente, generalizar comportamentos linguísticos fundamentados apenas no sexo, sem considerar sua estreita associação com a classe social do informante, a escolaridade, a idade, a profissão, a etnia e toda a prática linguística e social da comunidade em foco. Somente essa complexa rede de relações microsociológicas é que permitem traçar um perfil linguístico mais confiável da mulher ou do homem. Os resultados do fator sexo são mostrados nas duas TABELAS 23: (23a) apresenta os dados do SUL, (23b) do RS e (23c) de PAL.

Sexo	POA	FLP	CTB	Total	%
MULHER	08/34	10/35	08/29	26/98	26,5
HOMEM	12/27	06/21	10/22	28/70	40

TABELA 23a - Distribuição das ocorrências de infinitivo [+Flex] e [-Flex,], segundo o sexo, no SUL – Projeto VARSUL

Sexo	POA	FLC	PAN	SBO	Total	%
MULHER	08/34	17/61	02/19	23/65	50/179	27,9
HOMEM	12/27	05/24	05/32	18/41	40/124	32,3

TABELA 23b – Distribuição das ocorrências de infinitivo [+Flex] e [-Flex] , segundo o sexo, no RS – Projeto VARSUL

Sexo	POA	%
MULHER	19/56	33,9
HOMEM	23/64	35,9

TABELA 23c – Distribuição das ocorrências de infinitivo [+Flex] e [-Flex], segundo o sexo, em PAL - Projeto VARSUL

Os números das TABELAS 23 não confirmam as previsões: os homens flexionam mais o infinitivo do que as mulheres, pelo menos nos nossos dados. Se, no entanto, é correta a presunção de que os homens são mais conservadores, isto é, resistem mais às inovações na linguagem, os números confirmam isso. Sexo mostra-se, portanto, um fator, se não relevante, pelo menos razoavelmente diferenciado nos nossos dados.

3.4.4.3 - Idade

Aceitando como correta a suposição de que os mais idosos constituem um grupo social mais estável e, por isso, assumem posturas mais conservadoras dentro de seu grupo social, o fenômeno deve se refletir de alguma forma na sua linguagem. Os adultos mais jovens, entre 20 e 40 anos, da classe média baixa, rotulados pelo marxismo como pequenos burgueses, constituem normalmente o contingente social mais dinâmico da comunidade. Eles têm ambições de ascensão social e profissional, por isso se mostram mais sensíveis à fala de maior prestígio social. Quem cabe dentro desse perfil aplicará possivelmente com mais frequência a regra de concordância sujeito-infinitivo. As informações que temos dos entrevistados do Projeto VARSUL não autorizam, no entanto, fazer um perfil fidedigno desse tipo de falante. O que podemos afirmar previamente é que os mais jovens [-50 anos] tendem a aplicar em grau menor a regra de concordância do que os mais velhos [+50 anos], embora outros fatores, como escolaridade e sexo possam perfeitamente alterar esse perfil.

Os resultados do levantamento sobre o fator *idade* podem ser vistos nas três TABELAS 24: na (24a), os dados do SUL; na (24b), os dados do RS; e, na (24c), de PAL.

Idade	POA	FLP	CTB	Total	%
-50 anos	06/29	07/32	08/23	21/84	25
+50 anos	14/32	09/24	10/28	33/84	39,3

TABELA 24a - Distribuição do infinitivo [+Flex] e [-Flex], segundo a idade, no SUL – Projeto VARSUL

Idade	POA	FLC	PAN	SBO	Total	%
-50 anos	06/29	09/28	01/28	20/65	36/150	24
+50 anos	14/32	13/57	06/23	21/41	54/153	35,3

TABELA 24b – Distribuição do infinitivo [+Flex] e [-Flex], segundo a idade, no RS – Projeto VARSUL

Idade	POA	%
- 50 anos	21/60	35
+ 50 anos	21/60	35

TABELA 24c – Distribuição do infinitivo [+Flex] e [-Flex], segundo a idade, em PAL – Projeto VARSUL

A previsão de que os informantes de mais de cinquenta anos aplicariam com maior frequência a regra de concordância sujeito-infinitivo foi plenamente confirmada no SUL e RS; em PAL há empate no cômputo geral, mas tomando apenas os dados dos informantes secundaristas, mostrados na TABELA 24b, confirmam-se as previsões (14 contra 06). Os quatro informantes de nível SUP invertem a escala: 15 ocorrências com aplicação da regra de concordância entre os mais jovens contra apenas 07 dos mais idosos: supomos que os fatores que mais pesam são as peculiaridades da profissão, que marcam o estilo e o desempenho lingüísticos, além das exigências do mercado, que exercem maior influência sobre os mais novos. A TABELA 24a (SUL) mostra 84 contextos favoráveis à flexão para ambas as idades: os mais idosos aplicam a regra de concordância em 33 delas, correspondentes a 39,3%, e os mais jovens apenas em 21, correspondentes a 25%. A TABELA 24b (RS) exhibe números muito semelhantes: 35,3% de aplicações nos mais idosos e 24% nos mais jovens. A TABELA 24c (PAL) mostra um empate com 35% de aplicação da concordância *sujeito-infinitivo*.

A idade mostra, portanto, ser um fator relevante na flexão ou não-flexão do infinitivo no português falado no SUL e no RS; em PAL registramos equilíbrio apenas nos dados globais, em razão da inversão dos dados dos informantes de nível SUP.

3.4.4.4 - Localidade

Preferimos simplicar o rótulo *etnia* para *localidade*, porque é arriscado estabelecer graus de interferência de uma língua em outra entre falantes bilíngües, como é o caso de São Borja (espanhol), Panambi (alemão) e Flores da Cunha (italiano). Já apresentamos alguns aspectos que diferenciam as cidades umas das outras. Vimos que em Curitiba não ocorre o sujeito *tu*, o que circunscreve as possibilidades de flexão do infinitivo às duas pessoas do plural. Também registramos, na TABELA 12, a parcimoniosa concordância *sujeito-infinitivo* entre os falantes de Panambi e a dificuldade de apontar os verdadeiros inibidores de natureza lingüística. Afinal causa estranheza que em 51 ocorrências de infinitivo “flexionável” apenas 7 tenham sido flexionados. Por isso, acreditamos que a explicação deva ser buscada em fatores sociais. É possível que a discrepância resulte de problemas na amostragem, ou na etnia, pois os 12 informantes são bilíngües, isto é, têm como língua materna o alemão. Todos aprenderam o português na idade escolar, por isso, podemos apontar outros prováveis inibidores: (i) o hunsrück, o dialeto alemão mais praticado na região, não tem sujeito nulo nem infinitivo flexionado; (ii) o apagamento do [r] final não é fenômeno estranho aos falantes desse dialeto germânico. A exigüidade dos dados, tanto lingüísticos como sociais, não nos permite, no entanto, explicações mais convincentes. Por outro lado, os altos índices de concordância *sujeito-infinitivo* em São Borja podem ser explicados, em parte, pelo conservadorismo que marca os grupos sociais menores do interior. As pequenas comunidades interioranas são, comumente, mais fechadas e os laços sociais mais fortes. São Borja tem uma identidade política, social, cultural e histórica fortemente marcada, além da circunstância especial de fazer fronteira com a Argentina. Todas essas marcas são incorporadas à linguagem, à fala da comunidade, que, sabemos, é assumida em São Borja com certo orgulho. Se assumirmos que o infinitivo flexionado tende a sofrer, atualmente, cada vez mais restrições no PFB, então, em comunidades mais isoladas, como a de São Borja, o infinitivo flexionado fica, certamente, mais

preservado. Esses índices sobem ainda mais, se, por exemplo, colocarmos São Borja no mesmo contexto de Curitiba, isto é, excluindo as ocorrências com o sujeito *tu*, os percentuais de concordância subiriam de 38,7% para 54,8%; já registramos que em Curitiba os percentuais não passam de 35,3%; Porto Alegre, com o mesmo processo, saltaria de 32,8% para 43,6%; já entre os 04 informantes de nível superior, pularia de 37,3% para 74,1%.

Tentamos explicar a pequena ou grande incidência de flexão do infinitivo por suas características étnicas, seu isolamento e suas peculiaridade históricas. O fator local exerce, certamente, alguma influência na flexão do infinitivo, mas é muito difícil de ser corretamente avaliado em razão das poucas informações sobre a comunidade e, mais especificamente, sobre cada um dos informantes.

3.3.4.5 - Cruzamento de escolaridade com os demais fatores sociais

A despeito da pobreza dos dados disponíveis e da imprecisão das informações sociais, buscamos construir um perfil do falante do SUL, e, mais especificamente, do RS e de PAL na questão do emprego do infinitivo [+Flex] e [-Flex] em configuração favorável à flexão. Para termos um quadro mais confiável das comunidades de fala em foco, cruzamos o fator *escolaridade* com os outros fatores sociais propostos: *sexo*, *idade* e *localidade*. Sabemos que os fatores sociais não agem isoladamente sobre a fala, mas de forma integrada. Nas TABELAS 25, mostramos os resultados do cruzamento dos dados de *escolaridade & sexo* (25a), *escolaridade & idade* (25b) e *escolaridade & localidade* (25c) no SUL, no RS e PAL. O número à esquerda corresponde à aplicação da regra de concordância *sujeito-infinitivo* [+Flex], e o à direita, de não-concordância (-Flex).

	PRI	%	GIN	%	COL	%	SUP	%	Média	%	
Mulheres	09/17	34,6	04/33	10,8	13/22	37,1	---	---	26/72	26,5	
Homens	10/14	41,7	11/15	42,3	07/13	35	---	---	28/70	40	→ SUL
Mulheres	24/59	28,9	12/36	25	14/34	29,2	---	---	50/129	27,9	
Homens	13/32	28,9	11/29	27,5	16/23	41	---	---	40/84	32,3	→ RS
Mulheres	05/10	33,3	00/14	0,0	03/10	23,1	11/11	50	19/45	29,7	
Homens	05/09	35,7	04/09	30,8	03/09	25	11/26	22,9	23/53	30,3	→ PAL

TABELA 25a – Distribuição de infinitivo +Flex no cruzamento de escolaridade e sexo – Projeto VARSUL

Já vimos que *sexo* e *escolaridade* revelaram-se fatores relativamente importantes nos nossos levantamentos. Os percentuais mais discrepantes na TABELA 25a são, sem dúvida, os dos informantes de nível GIN no SUL: contrastam fortemente os 10,8% das mulheres com os 42,3% dos homens. No RS, há equilíbrio entre escolaridade de nível PRI e GIN; a diferença maior está no nível COL: os homens flexionam 41% das 39 ocorrências registradas, enquanto as mulheres flexionam apenas 29,2% das 48 ocorrências. Em PAL há equilíbrio entre os dados dos homens e das mulheres.

Confirma-se, portanto, que os homens tendem a flexionar o infinitivo mais do que as mulheres.

	PRI	%	GIN	%	COL	%	SUP	%	Média	%
-50 anos	08/12	40	07/26	21,2	06/25	19,3	---	---	21/63	25
+50 anos	11/19	36,7	08/22	26,7	14/10	58,3	---	---	33/51	39,3 → SUL
-50 anos	14/39	26,4	11/44	20	11/31	26,2	---	---	36/114	24
+50 anos	23/52	30,7	12/21	36,4	19/26	42,2	---	---	54/99	35,3 → RS
-50 anos	02/00	50	02/10	16,7	02/13	15,4	15/16	48,4	21/39	35
+50 anos	08/09	47,1	02/09	22,2	04/00	100	07/21	25	21/39	35 → PAL

TABELA 25b – Distribuição de infinitivo +Flex no cruzamento de escolaridade com idade no SUL, RS e PAL – Projeto VARSUL

Os casos de maior relevância encontramos no cruzamento de *escolaridade com idade* (26b), pois ambos favorecem a flexão do infinitivo. No SUL, a diferença entre os informantes mais idosos [+50] e os mais jovens [-50] é grande no nível COL: 58,3% contra 19,3%. No nível SUP, a idade não constitui, aparentemente, fator relevante, pois os mais velhos [+50] e os mais jovens [-50 anos] apresentam o mesmo índice de 35% de aplicação da regra de concordância. Portanto, o fator mais relevante nos nossos levantamentos é, indiscutivelmente, a idade; a escolaridade mostra ser um fator aparentemente instável. No RS, a idade é, novamente, decisiva: nos três níveis escolares, os percentuais dos mais velhos superam os dos mais jovens; as maiores diferenças encontram-se no nível GIN: 36,4% e 20%, respectivamente, e no nível COL: 42,2% e 26,2%, respectivamente. A reduzida aplicação da regra de concordância entre os informantes de nível GIN é para nós uma incógnita, presente também em outros levantamentos.

Os fatores *escolaridade x localidade*, mostrados na TABELA 25c, logo abaixo, apresentam algumas discrepâncias, já abordadas no corpus do RS. Por exemplo, a baixíssima incidência de flexão do infinitivo em Panambi: no PRI é de apenas 8,3% nas 24 ocorrências encontradas, e, no nível GIN, é de 11,8% nas 17 ocorrências registradas. Já registramos, também, que não encontramos maiores explicações para o fenômeno. PAL ostenta o maior índice (35%) de aplicação da regra de concordância - em oposição ao RS (29,7%) e ao SUL (32,1%).

	PRI	%	GIN	%	COL	%	SUP	%	Média	%	
POA	10/09	52,6	04/19	17,4	06/13	31,6	---	---	20/41	32,8	
FLP	03/08	27,3	08/20	28,6	05/12	29,4	---	---	16/40	28,8	
CTB	06/14	30	03/09	25	09/10	47,4	---	---	18/33	35,3	
Total	19/31	38	15/48	23,8	20/35	36,4	---	---	54/114	32,1	® SUL
POA	10/09	52,6	04/19	17,4	06/13	31,6	---	---	20/41	32,8	
FLC	07/31	18,4	03/15	16,7	12/17	70,6	---	---	22/63	25,9	
PAN	02/22	8,3	02/15	11,8	03/07	30	---	---	07/44	13,7	
SBO	18/29	38,3	14/16	46,7	09/20	34,5	---	---	41/65	38,7	
Total	37/91	28,9	23/65	26,1	30/57	34,5	---	---	90/213	29,7	® RS
POA	10/09	52,6	04/19	17,4	06/13	31,6	22/37	37,3	42/78	35	® PAL

TABELA 25c– Distribuição de infinitivo +Flex no cruzamento de escolaridade com localidade no SUL, RS e PAL – Projeto VARSUL

Agora, com todos os fatores sociais analisados, temos condições de traçar o perfil do falante que tende a aplicar mais a regra de concordância *sujeito-infinitivo* no SUL, no RS e em PAL. De acordo com os nossos dados, no SUL, o falante mais favorecedor da flexão do infinitivo é curitibano, com segundo grau, mais de 50 anos e do sexo masculino; excluindo, porém, as ocorrências de sujeito *tu*, o falante seria porto-alegrense. No RS, é são-borjense, com segundo grau, mais de 50 anos e do sexo masculino. Em PAL, é de nível superior, menos de 50 anos e do sexo feminino.

Os mesmos dados permitem traçar também o perfil do falante que menos favorece a flexão do infinitivo. No SUL, é florianopolitano, com menos de 50 anos, nível ginásial e do sexo feminino. No RS, é panambiense, com menos de 50 anos, nível primário e do sexo feminino. Em PAL, é de nível ginásial, menos de 50 anos e do sexo feminino.

3.4.5 – Cruzamento dos fatores lingüísticos e sociais

Tomamos como variável dependente o infinitivo (**1**: infinitivo [+Flex] e **0**: infinitivo [-Flex]) e cruzamos, dentro do processamento quantitativo VARBRUL, as variáveis que se mostraram as mais fortes favorecedoras da flexão do infinitivo:

- (a) a variável *especificação do sujeito* (N: sujeito nulo e E: sujeito expresso);
- (b) a variável *continuidade do sujeito* (=: sujeito idêntico, e ~: sujeito diferente);
- (c) a variável *idade* (-: [-50], e +: [+50]);
- (d) a variável *localidade* (p: POA, l: FLP, b: CTB, f: FLC, n: PAN e s: SBO);
- (e) a variável *sexo* (M: masculino e F: feminino).

3.4.5.1 – Resultados das três capitais da Região Sul (SUL)

A rodada do SUL selecionou como estatisticamente significativas para o infinitivo [+Flex] as variáveis, já ordenadas hierarquicamente, *especificação do sujeito*,

continuidade do sujeito, sexo e idade. Os resultados podem ser conferidos na TABELA 26.

Variáveis	N/Total	%	Peso
1. Especificação do sujeito			
Nulo [N]	21/56	38	0,64
Expresso [E]	33/112	29	0,43
2. Continuidade do sujeito			
Mesmo [=]	7/42	17	0,21
Diferente [~]	47/126	37	0,61
3. Sexo			
Masculino [M]	28/70	40	0,64
Feminino [F]	26/98	27	0,40
4. Idade			
Menos de 50 anos [-]	21/84	25	0,40
Mais de 50 anos [+]	33/84	39	0,60

TABELA 26 – Variáveis significativas para infinitivo flexionado (N, % e peso) em dados do SUL – Projeto VARSUL

Analisando os resultados da TABELA 26, podemos concluir que os favorecedores mais relevantes da flexão do infinitivo são de natureza lingüística. O favorecedor mais forte é o sujeito nulo [*pro*], que registra 21 casos de flexão em 56 ocorrências (38%), obtendo peso 0,64. O falante tende, portanto, a flexionar o infinitivo, quando não há outra forma de marcar o sujeito. Quando o sujeito, no entanto, está claramente expresso por DP, o falante favorece a não-flexão do infinitivo. Registramos 33 casos de flexão em 112 ocorrências (29%), baixando a probabilidade de flexão para 0,43. Com isso, supomos que o falante opta pela não-flexão porque o sujeito já está marcado, seria, portanto, redundante reforçá-lo pelo morfema número-pessoal [+AGR].

O segundo favorecedor mais importante da flexão do infinitivo é o sujeito diferente na oração subordinada infinitiva e na sua principal: em 126 ocorrências coletadas, 47 apresentam o infinitivo [+Flex] (37%), alcançando o peso significativo de 0,61. Quando o sujeito é idêntico, as probabilidades de flexão baixam para 0,21, mas com um número muito pequeno de ocorrências (7/42).

As duas variáveis sociais, *sexo* e *idade*, também se revelaram fatores relevantes na flexão do infinitivo. Os falantes do sexo masculino, com probabilidade estatística de 0,64, tendem a flexionar mais o infinitivo do que os do sexo feminino, com apenas 0,40. Os falantes mais velhos [+50] favorecem mais a flexão do infinitivo (peso 0,60) do que os mais jovens [-50] (peso 0,40).

Conforme já vimos, o cômputo geral do SUL apresenta um quadro desfavorável à flexão do infinitivo, pois do total de 168 ocorrências de infinitivo, com contexto favorável à flexão, apenas 54 infinitivos foram efetivamente flexionados (32%) e 114

não foram flexionados (68%). O poder das restrições à flexão do infinitivo está visível no GRÁFICO 9.

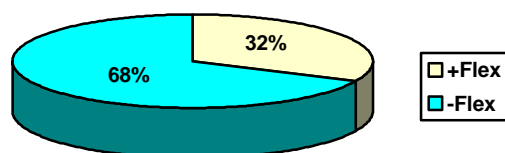


GRÁFICO 9 – Distribuição das ocorrências de infinitivo [+Flex] e [-Flex], em %, no SUL - Projeto VARSUL

3.4.5.2 – Resultados do Rio Grande do Sul (RS)

As variáveis que se mostraram estatisticamente significativas nas quatro cidades do RS são, por ordem de valor, *especificação do sujeito*, *continuidade do sujeito*, *idade* e *localidade*. Os resultados da rodada pelo processamento estatístico VARBRUL podem ser conferidos na TABELA 27.

Variável	N/Total	%	Peso
1. Especificação do sujeito			
Nulo [N]	45/126	36	0,64
Expresso [E]	44/175	25	0,40
2. Continuidade do sujeito			
Mesmo [=]	24/100	24	0,38
Diferente [-]	65/201	32	0,56
3. Idade			
Menos de 50 anos [-]	36/150	24	0,41
Mais de 50 anos [+]	53/151	35	0,59
4. Localidade			
Porto Alegre [p]	20/60	33	0,58
Flores da Cunha [f]	22/85	26	0,43
Panambi [n]	7/51	14	0,27
São Borja [s]	40/105	38	0,63

TABELA 27 – Variáveis significativas para infinitivo flexionado (N, % e peso) em dados do RS – Projeto VARSUL

Os fatores lingüísticos apresentam-se, novamente, como os mais poderosos favorecedores da flexão do infinitivo. Em primeiro lugar, está o *sujeito nulo* [N], que registra 45 (36%) das 126 ocorrências, com peso 0,64. Quando a oração infinitiva tem sujeito claramente expresso [DP], as restrições à flexão são mais fortes, pois apenas 44

(25%) das 175 ocorrências foram flexionadas, com peso 0,40. Em segundo lugar, está o *sujeito diferente* [-]: das 201 ocorrências, em 65 (32%) o infinitivo foi efetivamente flexionado, alcançando o peso 0,56. Nos casos de mesmo sujeito, o número de ocorrências é bem menor, pois o valor baixa para 0,38.

As duas variáveis sociais mais relevantes na flexão do infinitivo são, agora, *idade* e *localidade*. Os falantes com mais de 50 anos tendem a flexionar mais o infinitivo do que os mais jovens [-50]. Os dados estatísticos atribuem aos mais velhos [+50] uma taxa de 35% de flexão, 53 em 151 ocorrências, equivalendo ao peso 0,59. Os falantes mais jovens [-50] flexionam apenas 24%, 36 em 150 ocorrências, equivalendo a 0,41. A variável *localidade* revela ser um fator significativo, porque os falantes seguem, certamente, um padrão lingüístico mais conservador em cidades interioranas de porte médio a pequeno em relação a Porto Alegre. Estatisticamente, São Borja (peso 0,63) apresenta o contexto geográfico e histórico mais favorável à flexão do infinitivo; as possíveis razões disso já apresentamos na análise dos dados do RS. Panambi representa o oposto de São Borja, pois apresenta um índice muito baixo (peso 0,27) em relação às demais cidades pesquisadas; as razões mais prováveis estão, certamente, na amostragem, ou, também, em fatores étnicos. Porto Alegre, com peso 0,58, também apresenta um índice favorável à flexão; Flores da Cunha, desfavorece a flexão, pois revela um índice abaixo da média, 0,43. Com isso, São Borja e Porto Alegre favorecem mais a flexão do infinitivo, e Flores da Cunha e Panambi favorecem mais a não-flexão do infinitivo.

O somatório de todos os dados apresenta um quadro geral, no RS, mais desfavorável à flexão do infinitivo do que no SUL. Das 303 ocorrências, em apenas 90 o infinitivo foi efetivamente flexionado, o que representa um percentual aproximado de 30%. A força das restrições à flexão do infinitivo está visível no GRÁFICO 10.

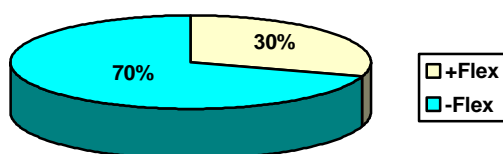


GRÁFICO 10 – Distribuição das ocorrências de infinitivo [+Flex] e [-Flex], em %, no RS – Projeto VARSUL

3.4.5.3 – Resultados de Porto Alegre (PAL)

Os resultados da rodada pelo processamento estatístico VARBRUL podem ser conferidos na TABELA 28.

Variável	N/Total	%	Peso
1. Especificação do sujeito			
Nulo [N]	14/27	52	0,67
Expresso [E]	28/93	30	0,45
2. Continuidade do sujeito			
Mesmo [=]	06/33	18	0,30
Diferente [-]	36/87	41	0,58
3. Sexo			
Masculino [M]	23/64	36	0,51
Feminino [F]	19/56	34	0,49
4. Idade			
Menos de 50 anos [-]	21/59	36	0,51
Mais de 50 anos [+]	21/61	34	0,49
5. Escolaridade			
Primário [P]	10/19	53	0,68
Ginásio [G]	04/23	17	0,29
Colegial [C]	06/19	32	0,47
Superior [S]	22/59	37	0,53

TABELA 28 – Resultado estatístico (nº, % e peso) nos dados de PAL
- Projeto VARSUL

Embora nenhuma variável se tenha revelado significativa, podemos destacar duas: sujeito diferente & mesmo (pesos 0,58 e 0,30, respectivamente) e sujeito nulo & expresso (pesos 0,67 e 0,45, respectivamente). No cômputo geral, as chances de o infinitivo ser flexionado efetivamente são de 35%, como mostra o GRÁFICO 11.

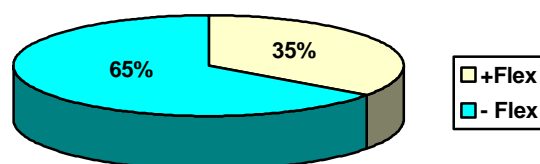


GRÁFICO 11 – Distribuição das ocorrências de infinitivo [+Flex] e [-Flex] em % em PAL – Projeto VARSUL

3.4.6 – Algumas conclusões

A coexistência nem sempre pacífica dos dois infinitivos do português, competidores não muito leais de um território sintático, muitas vezes idêntico, transforma o emprego de um e de outro num dilema delicado, só acessível à intuição lingüística do falante nativo. Ressalvamos, contudo, que a intuição pode falhar, já que o parâmetro do infinitivo [+Flex] é, presumivelmente, adquirido tardiamente e de forma não natural. A questão crucial do estudo é interpretar os dados para definir tendências dentro dessa verdadeira babel de variantes à disposição dos falantes nas diferentes comunidades de fala da Região Sul do Brasil.

A análise estatística dos dados permite-nos, apesar da exigüidade de dados, tirar algumas conclusões sobre o emprego do infinitivo flexionado no português falado no SUL, no RS e, mais especificamente em PAL.

a. O parâmetro do infinitivo [+Flex] está fadado, possivelmente, a não sumir tão cedo do léxico mental dos falantes da Região Sul, apesar de os dados revelarem tendência a restringir gradualmente seu emprego entre os mais jovens e os de menos escolaridade. O PFB busca, aparentemente, sintonizar-se com as demais línguas românicas cujo infinitivo é avesso a qualquer flexão de natureza verbal. O levantamento registra um índice de concordância sujeito-infinitivo de 32% nos três grandes centros urbanos do SUL, de 30% no RS e de 35% em PAL, robustecido, em parte, pelos falantes de mais escolaridade e de mais idade.

b. Os dados mostram que o português falado na Região Sul mantém vivo seu caráter pro-drop, pois 58 em 168 ocorrências têm sujeito nulo e 75 têm sujeito explicitado por pronome pessoal no SUL; no RS, 129 em 303 ocorrências têm sujeito nulo e 138 têm sujeito explicitado por pronome pessoal; em PAL, 13 em 59 ocorrências têm sujeito nulo e 36 têm sujeito explicitado por pronome pessoal. Como a teoria gerativa condiciona o parâmetro do infinitivo [+Flex] às línguas pro-drop, seu emprego está, certamente, preservado, ainda mais que o sujeito nulo se mostrou, no presente estudo, o favorecedor mais relevante da flexão do infinitivo (valor 0,64) nas três metrópoles do SUL, nas quatro regiões do RS e em PAL.

c. Os resultados do levantamento mostram que os dois favorecedores mais fortes da flexão do infinitivo são de natureza lingüística: *sujeito nulo*, com peso 0,64, e *sujeito diferente*, com pesos 0,61 e 0,56, respectivamente. Foram considerados, ainda, estatisticamente significativos os fatores sociais: *idade*, os falantes com mais de 50 anos (com valores 0,60 e 0,59, respectivamente); *sexo*, os falantes do sexo masculino (com valor 0,64), somente no SUL; e *localidade*, São Borja (com valor 0,63) e Porto Alegre (com valor 0,58), somente no RS.

d. O infinitivo [+Flex] tende a concentrar-se na terceira pessoa do plural. Os resultados mostram que, no SUL, 117 em 168 (69,6%), no RS, 184 em 303 (60,7%) e em PAL, 60 em 120 (50%) das ocorrências flexionáveis concentram-se na terceira pessoa do plural. Nas ocorrências só de infinitivos efetivamente

flexionados, a concentração é bem mais expressiva: 79,6%, 90% e 85,7%, respectivamente.

e. O emprego de *tu* circunscreve-se ao Rio Grande do Sul e Santa Catarina, mas já com significativa concorrência da variante *você*. O uso de *tu* aumenta teoricamente as chances do infinitivo flexionado; na prática, no entanto, ele constitui um poderoso inibidor da flexão do infinitivo; para tanto, basta comparar o número de ocorrências nas quatro cidades pesquisadas no RS: Porto Alegre, 03/22; Flores da Cunha, 00/10; Panambi, 00/13; e São Borja, 01/33; no total são apenas 04 ocorrências flexionadas contra 78 não-flexionadas.

f. O emprego da variável *nós* é restringido pela variante *a gente*, que predomina na fala de todos os 72 informantes. O número de ocorrências é insignificante, 05/23 no SUL, 05/41 no RS e 01/06 em PAL. A concordância é realizada, portanto, em apenas 21,7%, 12,2% e 16,7%, respectivamente, ou, no total, 15,7%.

g. A escolaridade, apesar de ser apontada como fator relevante na flexão do infinitivo, não se revela um favorecedor privilegiado, como nossas previsões insinuam. A hipótese de um gradual crescendo primário-ginásio-colegial-(superior) não se confirmou integralmente. Há, portanto, a considerar outros fatores intervenientes. O contraste maior está nos falantes de nível ginásial, com índices de flexão menores do que os do primário. Mas, na média, os falantes de nível colegial e superior favorecem mais a flexão do que os outros dois níveis escolares.

h. Os falantes do sexo masculino, no SUL, favorecem mais a flexão do infinitivo do que os do sexo feminino: pesos 0,64 e 0,40, respectivamente; o contraste entre os falantes do RS é estatisticamente pouco significativo: 32% para o sexo masculino e 28% para o sexo feminino; é também pouco significativo em PAL: 35,9% para o sexo masculino e 33,9% para o sexo feminino. A questão está ligada, obviamente, à definição do que é socialmente prestigiado e do que é inovador no emprego do infinitivo. Além disso, sexo nunca é fator isolado.

i. O apagamento do [r] final nos infinitivos verbais, um fenômeno difundido em todas as classes sociais, realizado, presumivelmente, acima de 90% entre os falantes consultados, constitui, provavelmente, um inibidor fortíssimo da flexão do infinitivo. Não contabilizamos, no presente estudo, por razões técnicas, os dados dessa importante variável.

j. A aproximação do infinitivo [+Flex] das formas finitas recupera, aparentemente, muitas propriedades morfossintáticas de verbo, defectivas na sua forma [-Flex].

k. A tendência geral dos falantes da Região Sul do Brasil é, sem dúvida, pela não flexão do infinitivo, o que pode ser interpretado como uma reconquista de seu caráter nominal, à semelhança das demais línguas românicas.

l. Assumimos que a tendência à invariabilidade do infinitivo na fala informal não é motivada somente por fatores morfossintáticos intrínsecos ao infinitivo, mas antes por pressão de fatores externos a ele, a saber, as mudanças no sistema pronominal e o uso de sujeito pronominal explícito; o sujeito pronominal explicitado age como inibidor sobre a categoria funcional [+Agr] na linguagem informal. Os dados confirmam que o sujeito expresso projeta-se como fator inibidor da flexão do infinitivo, pois seu peso estatístico é de apenas 0,43 contra 0,64 do sujeito nulo.

m. A concentração de infinitivos [+Flex] na terceira pessoa do plural também pode ser explicada pela mudança do sistema pronominal no PFB. Os sujeitos *tu*, *you* e *a gente* fazem o infinitivo convergir para a forma invariável da terceira pessoa do singular. Sobram, portanto, os raros empregos de *tu* e *nós* com infinitivo flexionado, 5,1% e 13,9%, respectivamente, no RS. O grosso das ocorrências de infinitivo flexionado fica, portanto, com o sujeito de terceira pessoa do plural, conforme vimos no item (d), que, por sua vez, também sofre fortes restrições à concordância.

n. O número reduzido de dados em algumas variáveis, a distância entre as duas faixas etárias dos informantes, os dados trabalhados exclusivamente em tempo aparente e a estratificação social pouco especificada não permitem, certamente, uma análise mais confiável dos dados coletados junto aos 76 informantes.

o. Alguns informantes com registro de nenhuma ocorrência de infinitivo [+Flex] e/ou infinitivo [-Flex] fragilizam, certamente, os dados e sua análise, por isso, seria necessário substituí-los por outros informantes, ou aumentar o número de informantes até alcançar estabilidade nos dados, o que daria mais credibilidade ao presente estudo.

p. Apesar de todos os esforços de filólogos, gramáticos e lingüistas, o parâmetro do infinitivo [+Flex] continua um fenômeno pouco compreendido e com algumas propriedades morfossintáticas ainda bastante obscuras.

NOTAS

Nota 1 – Apontamentos no curso de G.Guy, dado durante o XII Encontro CELSUL, na UFRGS, em 2001.

Nota 2 – Não incluímos ocorrências de primeira pessoa do plural resultante de com - binações como *eu+DP* ou *tu+DP*, pois não encontramos nenhuma ocorrência que justificasse sua inclusão.

Nota 3 – Adotamos *expressão-R* (expressão referencial) porque distinguimos sujeitos expressos por pronomes pessoais *tu*, *nós* e *eles/elas*, além do pronome de tratamento *vocês*.

Nota 4 – O estudo sobre a aquisição do infinitivo [+Flex] foi apresentado como monografia do Seminário de Aquisição da Linguagem, da Profª Drª Ruth E. Vasconcelos Lopes, 2/2000. O corpus era constituído de 9 crianças-informantes: 3 de Florianópolis (UFSC) e 6 de Porto Alegre (UFRGS-Delicri).

4. UMA ABORDAGEM GERATIVA DO INFINITIVO FLEXIONADO PORTUGUÊS

4.1 – Introdução

Neste capítulo, fazemos uma revisão do emprego do infinitivo flexionado do português brasileiro (PB) à luz da Teoria da Regência e Ligação (TRL), ou Teoria de Princípios e Parâmetros (P&P), formulada por Chomsky (1981) com a publicação de *Lectures on government and binding* e artigos subseqüentes para explicitar melhor alguns aspectos mais específicos da teoria.

No capítulo 1, enumeramos parâmetros que revelam algumas especificidades da língua latina. Neste capítulo, nosso objetivo mais imediato é comparar esses parâmetros com os do português brasileiro contemporâneo, buscando mostrar, assim, as diferenças e semelhanças mais marcantes entre as duas línguas. O parâmetro do sujeito nulo tem efeito sobre outros parâmetros, só admitidos numa língua *pro-drop*. O infinitivo [+Flex], por exemplo, decorre desse parâmetro, tanto assim que encontrou terreno propício em vários dialetos românicos, embora não tenha vingado na maioria deles. Já vimos no capítulo 1 que no latim vulgar medieval havia fortes indícios da presença de infinitivo flexionado no leonês (Espanha), no napolitano (Itália) e no sardo (Sardenha), contudo apenas sobreviveu no galego e no português.

Na seção 4.2, fazemos algumas considerações sobre fundamentos teóricos estabelecidos por Chomsky (1986, 1991): “conhecimento lingüístico”, “aquisição”, “gramática universal” (UG) e “fixação de parâmetros”. Em 4.3, listamos algumas características morfológicas e sintáticas entre o latim clássico e o português brasileiro. Em 4.4, apresentamos algumas propriedades morfossintáticas do infinitivo [+Flex] que, daqui em diante, passamos a denominar [+Agr]. Em 4.5, enfocamos as categorias lexicais que subcategorizam orações subordinadas infinitivas. Em 4.6, apresentamos a sintaxe do infinitivo [+Agr]: a distribuição das orações infinitivas [+Agr] e [-Agr], os quadros temáticos, a relevância da Teoria do Caso, o papel da Regência (m-comando e barreiras) e o paradoxo do sujeito PRO. Em 4.7, analisamos verbos inacusativos que subcategorizam oração infinitiva. Por último, em 4.8, expomos algumas construções infinitivas problemáticas e questionamos as limitações da descrição puramente gramatical do infinitivo [+Agr] e apontamos a necessidade de convocar também fatores extralingüísticos - pragmáticos e discursivos - que reforçam o poder explanatório desse parâmetro tão característico do português.

4.2 – Algumas considerações teóricas sobre o parâmetro do infinitivo [+Agr]

Até aqui analisamos as propriedades do infinitivo [+Agr] com enfoque em expressões superficiais de língua-E, ainda fortemente condicionados pelo método de análise consagrado pela gramática tradicional. Vamos, agora, transpor os dados primários do infinitivo [+Agr] e empreender uma pequena incursão - não sem riscos - na língua-I, isto é, na competência dos falantes. É bastante improvável que a criança brasileira adquira o parâmetro do infinitivo [+Agr] por meio de instrução, memorização, formação de hábitos e aplicação de mecanismos de generalização indutiva, pois os dados primários podem, muitas vezes, não manifestar evidências positivas sobre a presença morfológica de flexão do infinitivo. A fala dos adultos (língua-E) pode, também, mascarar o uso do parâmetro por fatores de performance. Essa abordagem não explica satisfatoriamente a forma como a criança, exposta a dispersas e finitas orações infinitivas, é capaz de construir uma gramática internalizada coerente para os infinitivos [+Agr] e [-Agr], aplicável ao conjunto infinito de expressões da língua portuguesa.

Chomsky (1986, 1991) busca equacionar a relação desproporcional que existe entre a quantidade e a qualidade dos dados primários - simples e finitos - e a quantidade e qualidade do conhecimento lingüístico resultante - complexo e infinito - no processo de aquisição da linguagem. Para ele uma teoria lingüística deve se propor a responder às seguintes quatro perguntas:

- (a) Em que consiste o sistema de conhecimento lingüístico?
O que está na mente/cérebro do falante?
- (b) Como esse sistema de conhecimento surge na mente/cérebro?
- (c) Como este conhecimento é posto em uso na fala?
- (d) Quais os mecanismos físicos que servem de suporte material para este conhecimento e para o uso deste conhecimento?

A pergunta mais pertinente ao nosso estudo é (c): Como a criança brasileira adquire e usa o parâmetro do infinitivo [+Agr]? O conhecimento lingüístico final da criança, com a maturidade lingüística, implica a admissão de um “plano arquetônico” prévio na mente do falante capaz de operar de uma forma rigidamente pré-determinada. A conseqüência natural é postular a existência de uma gramática universal (UG), “anterior à experiência lingüística” (Chomsky, 1981:7). A UG seria constituída de um conjunto de princípios rígidos e fixos, comuns a todas as línguas, e de parâmetros a serem fixados durante o processo de aquisição. Os parâmetros são propriedades extremamente abstratas da UG, não diretamente observáveis. Por exemplo, o infinitivo [+Agr] estaria associado a outras propriedades paramétricas da língua portuguesa, que operam integradas em complexo “efeito dominó”. O parâmetro não se reduz à manifestação morfológica de presença ou ausência da flexão, muito antes constitui uma propriedade mais abstrata, uma espécie de virtualidade que admite usar ou não usar a flexão. Essa possibilidade se manifestou no percurso histórico de alguns dialetos do latim vulgar medieval, como vimos no capítulo 1.

A peculiaridade do infinitivo [+Agr] do português, um fenômeno raríssimo nas línguas indo-européias, inscreve-se na gramática do português como um estranho apêndice do infinitivo [-Agr]. O infinitivo [-Agr] é uma expressão lingüística presente em todas as

línguas. O parâmetro do infinitivo [+Agr], por seu singular perfil morfossintático, não faz parte, aparentemente, da gramática nuclear (*core grammar*) do português brasileiro, antes pertence às formas periféricas da gramática fortemente marcadas. Haegeman (1994:17) a esse respeito afirma que *marked patterns of the language are not taken to be of the core grammar of the language, they belong to the marked periphery of the grammar and may be acquired later*¹. Testamos essa previsão em estudo recente² sobre a fala espontânea de nove crianças entre 2,4 - 8 anos de idade: seis de Porto Alegre e três de Florianópolis, quando observamos uma aparente ausência de infinitivo [+Agr] em todo o extenso corpus. A dedução mais lógica seria que o infinitivo [+Agr] não faz parte do léxico dessas crianças. Se o parâmetro não foi fixado pelas crianças pesquisadas durante o processo de aquisição, devemos deduzir que elas realmente vão incorporá-lo à sua gramática internalizada somente mais tarde, já no período escolar. Dessa forma, mesmo a criança estando exposta a *input* com presença de construções de infinitivo [+Agr], ela manifesta essa competência apenas mais tarde. Como o parâmetro é adquirido no período em que o acesso à UG já está presumivelmente claudicante, a intuição lingüística dos falantes brasileiros, e dos lingüistas, certamente deixa a desejar no julgamento da gramaticalidade ou da agramaticalidade de muitas construções infinitivas com infinitivo [+Agr]. Assim, é temerário o lingüista basear-se apenas na sua “intuição lingüística” ou no seu “conhecimento lingüístico oculto”, pois os dados são, muitas vezes, marginais à língua e, com isso, “sempre deixam um sabor duvidoso”, na justa ponderação de Pontes (1986:43).

A ausência de infinitivo [+Agr] na fala das crianças estudadas reflete, pelo menos em parte, a gramática dos adultos. No capítulo 3, vimos a “pobreza” de ocorrências de infinitivo [+Agr] e os fatores lingüísticos e sociais que favorecem ou desfavorecem essas ocorrências. A criança, num meio lingüístico escasso em ocorrências dessa natureza, tende, possivelmente, a empregar apenas o infinitivo [-Agr], como regra geral. Não é, no entanto, somente a quantidade do *input* que determina a fixação do parâmetro durante a aquisição, a qualidade também tem papel importante, embora sua verificação seja difícil. Aparentemente, a criança brasileira desperta para o parâmetro do infinitivo [+Agr] na fase escolar, quando o acesso à UG já está em declínio. Esse fato não a prejudica no seu desempenho lingüístico, pois, como admitimos, o parâmetro é marginal à língua, portanto, perfeitamente dispensável na fala mais informal.

4.3 – Um paralelo entre o infinitivo português e latino

É sabido que o português foi o derradeiro dialeto românico a se constituir como língua nacional autônoma a partir do século XII. Para tornar mais visíveis as semelhanças e diferenças entre o latim clássico e o português padrão, passamos a confrontar os aspectos morfossintáticos mais salientes que ora aproximam ora afastam as duas línguas. A título precário, listamos dezessete deles para mostrar o grau de preservação ou mudança nas estruturas sintáticas do latim clássico para o português brasileiro (PB) atual.

- a. O português admite sujeito pessoal nulo: preserva, portanto, as características *pro-drop* do latim; no inglês, o sujeito nulo torna, contudo, a construção agramatical (1).

- (1) a. [*pro*] Creio que a menina é bonita.
 b. [*pro*] Censeo puellam pulchram esse.
 c. * [*pro*] Believe that the girl is beautiful.

b. O português admite sujeito expletivo nulo em verbos impessoais, como no latim; é, no entanto, construção agramatical no inglês (2).

- (2) a. [*pro_{expl}*] Parece que os meninos brincam.
 Pueros ludere [*pro_{expl}*] videtur.
 * [*pro*] Seems that the boys are playing.
 b. [*pro_{expl}*] Choveu pedras em Roma.
 Petras in Urbe [*pro_{expl}*] pluit.
 * [*pro_{expl}*] Rains stones in Rome.

c. O português admite inversão livre do sujeito, isto é, admite sujeito pós-verbal como no latim (3).

- (3) a. Mataram Graco [*os patrícios*].
 b. Grachum necaverunt [*patricii*].
 c. Aqui descansa [*uma serva de Deus*].
 d. Hic quiescit [*ancilla dei*]. (*inscrição tumular*)

d. O português admite atribuição de caso nominativo à direita, como no latim (4).

- (4) a. O vencedor sou [*eu*].
 b. Victores sunt [*illi*].
Os vencedores são eles.

e. O português admite que o complemento ocupe posição pós-verbal em orações passivas (5).

- (5) a. Foi oferecida [*uma rosa*] à menina.
 b. Puellae data est [*rosa*].

f. O português tem [+Agr] forte, como o latim (6); no inglês o traço nominal [+Agr] é fraco; o traço forte ou fraco é determinante para admissão ou não-admissão de sujeito nulo.

- (6) a. [*pro*] Ensina+*mos* a arte da oratória aos tribunos.
 b. Artem oratoriae tribunos [*pro*] doce+*mus*.
 c. * [*pro*] Sent+ ∅ the tribune a letter.
 d. *We* sent+ ∅ the tribune a letter.

g. A ordem predominante dos constituintes no português é sujeito-verbo-objeto (SVO); no latim, a ordem predominante é sujeito-objeto-verbo (SOV), vale dizer que é núcleo final (7).

- (7) a. César derrotou os gauleses em Alésia.
 b. Caesar gallos in Alesia vicit.

h. O português não dispõe de casos morfológicos para marcar o papel sintático-semântico dos constituintes da sentença; o latim dispõe de complexo sistema de casos morfológicos para sinalizar papel sintático-semântico; a gramática latina geralmente associa estreitamente os casos morfológicos dos DPs a seu papel semântico nas sentenças. O contraste é caso abstrato x caso morfológico (8).

(8) a. Os legionários jogavam dados no acampamento.

b. *Milites aleam in castris jacebant.*

nom. ac. abl.

i. O português dispõe de dois infinitivos: impessoal [-Agr]e pessoal [+Agr]; o latim tem apenas o infinitivo [-Agr] (9). O infinitivo [+Agr] admite sujeito nulo, inviável no latim porque o infinitivo é [-Agr].

(9) a. Os sem-terra se juntaram [*para acamparem à beira da BR-290*].

b. Os sem-terra se juntaram [*para acampar à beira da BR-290*].

c. *Cato dicit [romanos omnes gentes vincere].*

Catão diz [que os romanos vencem todos os povos].

d. *Cato dicit * [romani omnes gentes vincerent].*

Catão diz [os romanos vencerem todos os povos].

Em (9c), o DP sujeito (*romanos*) da oração infinitiva está no acusativo; (9d) é agramatical porque o DP sujeito (*romani*) da oração infinitiva está no nominativo: *vincerent* é, aqui, uma hipotética forma de infinitivo flexionado e não o imperfeito do subjuntivo, que, já vimos, tem a mesma forma.

j. O infinitivo do português é normalmente atemporal [-T]; o infinitivo latino, ao contrário, apresenta flexão de tempo [+T] (10).

(10) a. É importante [*os senadores aprovarem o projeto*].

b. É importante [*PRO aprovar o projeto*].

c. *Alexander [se Persas vincere] dicit.*

Alexandre diz [que ele vence os persas].

d. *Alexander [se Persas vicisse] dixit.*

Alexandre disse [que ele vencera os persas].

e. *Alexander dicebat [se Persas victuros esse].*

Alexandre dizia [que ele vencerá os persas].

k. O português admite oração infinitiva com preposição; o latim não admite infinitivo preposicionado, seu infinitivo é “puro” (11).

(11) a. Proibiram o porte de armas *para reduzir* a violência.

b. Os radicais foram cassados *por discordarem* do partido.

c. **Miles paratus est ad dimicare.*

O legionário está pronto [para lutar].

d. *Miles paratus est [dimicare].*

**O legionário está pronto [lutar].*

e. *Puella incepit [flore].*

A menina começou [chorar] = a chorar

- (16) a. *O professor ensinou [*a arte da oratória*] [*os meninos*].
 b. Retor [*pueros*] [*artem bene dicendi*] docuit.
 [acc.] [acc.]
 c. I sent [*Helen*] [*a letter*].
 [acc.] [acc.]
 **Eu enviei Helena uma carta.*

q. Uma das características mais marcantes é a radical mudança do latim clássico para o português brasileiro atual na questão dos casos morfológicos. O latim clássico tem um sistema casual morfológicamente rico, que foi simplificado no latim vulgar, e, no português, acabou morfológicamente pobre, provocando a mudança para um sistema de casos apenas abstratos (nominativo, acusativo e oblíquo). No português formal, registramos ainda a presença de alguns vestígios de casos morfológicos no sistema pronominal: nominativo (eu, tu, ele), acusativo (o,a-os,as) e dativo (lhe,lhes).

4.4 – As propriedades morfossintáticas do infinitivo [+Agr]

O português, diferentemente do latim, mostra três tendências morfológicas bem claras no seu infinitivo: (i) preservou o infinitivo invariável românico como a forma não marcada (17), (ii) desenvolveu, paralelamente ao infinitivo românico, um infinitivo pessoal com morfologia flexional de concordância pessoal, à semelhança das formas finitas (18), e (iii) ampliou o uso de infinitivo substantivado, isto é, com morfologia flexional típica dos nomes (19).

- (17) a. O lema dos sem-teto é [*ocupar*, [*resistir* e [*construir*]]].
 b. As injustiças são muito difíceis [*de reparar*].
 c. Os torcedores precisam [*aprender* [*a perder*]].
 d. [*Viver*] é [*sofrer*], [*amar*] é [*sofrer mais*].
- (18) a. O calor fez [*os gaúchos correrem ao mar*].
 b. Os deputados foram censurados [*por discordarem do PT*].
 c. Não foi fácil [*salvamos as baleias*].
 d. Não custa [*verificares pessoalmente os dados*].
- (19) a. [_{DP} *O parecer do juiz*] foi questionado pelo advogado.
 b. [_{DP} *Os dizeres da lápide*] identificavam a origem do morto.
 c. Ouvia-se ao longe [_{DP} *o surdo rufar dos tambores*].
 d. Macunaíma entregou-se a [_{DP} *o doce fazer nada*].

Os infinitivos de (17) e (18) manifestam propriedades morfossintáticas de verbo [-N, +V], e os de (19) adotam as propriedades morfossintáticas de nome [+N, -V]. O infinitivo impessoal [-Agr] de (17) pode ser definido como [-N, +V, -Agr], isto é, não admite o paradigma flexional dos nomes [-N], tem valor morfossintático de verbo [+V], mas não apresenta flexão verbal [-Agr]. O infinitivo [+Agr] de (18) pode ser definido como [-N, +V, +Agr], isto é, não exibe flexão do paradigma dos nomes [-N], tem valor morfossintático de verbo [+V] e apresenta a flexão número-pessoal de verbo [+Agr], como as formas finitas. Os infinitivos [+N] de (19a-c) correspondem a substantivos, caracterizados pelo acompanhamento de determinantes e pela incapacidade de atribuir caso

a seus argumentos, haja vista a inserção da preposição *de* para salvar a gramaticalidade da construção. Os núcleos *parecer* (19a), *dizeres* (19b) e *rufar* (19c) de seus respectivos DPs derivam de infinitivo verbal pelo acréscimo de morfema zero. De acordo com a Hipótese Lexicalista (Chomsky, 1970), o verbo e o nome derivado, constituem uma única entrada, sem especificação categorial e com esquema de subcategorização fixo⁵. Porém, como nomes, eles têm o traço [+N], por isso, em princípio, são definidos como não-atribuidores de caso, ao contrário da sua versão verbal [-N]. Em razão disso, para satisfazer o Filtro de Caso, os DPs *o juiz* (19a), *a lápide* (19b) e *os tambores* (19c) garantem sua marcação casual pela inserção da preposição *de* [-N], (um mecanismo default), salvando, assim, a gramaticalidade das três estruturas. A sentença (19d) apresenta uma particularidade todo especial: o sintagma verbal (VP), *o doce fazer nada* foi substantivado (DP) como um todo semântico, congelado como lexia, portanto, indivisível, de sorte que seu núcleo (*fazer*) pôde licenciar o seu DP objeto (*nada*), sem a necessidade de inserção da preposição *de*.

O infinitivo [+Agr] não admite, entretanto, a flexão modo-temporal como as formas finitas: pertence à categoria [-T], ao contrário do infinitivo latino, que pertence à categoria [+T]. Tomando como medida os paradigmas flexionais do verbo, isto é, tempo-modo [\pm T] e pessoa-número [\pm Agr], teremos quatro possibilidades de ocorrência de predicados nos diferentes tipos de oração (20).

- (20) a. [+Agr] [+T]: orações finitas (*latim e português*)
 b. [+Agr] [-T]: orações infinitivas com infinitivo [+Agr] (*português*)
 c. [-Agr] [+T]: orações infinitivas com infinitivo [-Agr] (*latim*)
 d. [-Agr] [-T]: orações infinitivas com infinitivo [-Agr] (*português*)

Somente as línguas de sujeito nulo podem admitir infinitivo [+Agr]. As orações infinitivas na grande maioria das línguas é [-Agr, -T]. O infinitivo do latim [-Agr, +T] e do português [+Agr, -T] constituem exceções neste particular, pois estão na contramão dessa tendência quase universal.

Apesar de o infinitivo do português ser definido como [-T], podemos postular que ele manifesta, na sua forma composta com o auxiliar *ter*, noções de tempo passado (21).

- (21) a. Os moradores garantem [*não terem visto*] o criminoso.
 b. Os turistas negaram [*terem sido maltratados*] pela polícia.
 c. Agradeço a todos [*por terem vindo*] à manifestação.
 d. João jura [*ter visto um UFO*].

Os infinitivos compostos de (21) informam claramente a anterioridade (passado) dos eventos em relação ao tempo verbal da oração matriz. A gramática tradicional geralmente empresta a essas formas compostas (*ter trabalhado*), em oposição às formas simples (*trabalhar*), idéia de aspecto e não de tempo: aspecto *acabado* x *não-acabado*, respectivamente. Lemle (1984:183), por sua vez, argumenta que, em sentenças infinitivas com infinitivo [+Agr], o morfema marcador de pessoa do discurso pode também revelar “um aporte semântico ligado ao tempo” em sintonia com o tempo da oração matriz ao qual está amarrado pelo mecanismo da correlação dos tempos. A forma impessoal do infinitivo

seria claramente [-T] e a forma pessoal, [+T]. Transcrevemos em (22) algumas sentenças da autora, onde a oposição infinitivo [+Agr] e [-Agr] revelaria esse aporte temporal.

- (22) a. As italianas sabem [serem encantadoras].
a'. As italianas sabem [ser encantadoras].
b. Os professores admitiam [ganhareem pouco].
b'. Os professores admitiam [ganhar pouco].
c. Eles garantem [venderem dez fuscas por mês].
c'. Eles garantem [vender dez fuscas por mês].

A gramaticalidade das orações infinitivas [+Agr] em (22a,b,c) seguramente será posta em dúvida por muitos falantes do português brasileiro. Os gramáticos consideram que a flexão do infinitivo, nessa configuração sintática, geralmente estigmatiza o falante, pois vem imediatamente depois do verbo finito da oração matriz; nessa configuração o fator *proximidade* sempre se revela um forte inibidor da flexão do infinitivo. A oposição infinitivo [+Agr] x infinitivo [-Agr] constitui, nesse particular, um artifício um pouco forçado que contraria, aparentemente, nossa intuição lingüística de falantes nativos.

Em suma, podemos definir o infinitivo [+Agr] como [-N, +V, -T, +Agr], uma categoria lexical, sem dúvida, muito singular e idiosincrática. Esse peculiar perfil lexical permite antever, portanto, as enormes trapalhadas que ele será capaz de aprontar dentro do sistema computacional.

4.5 – As propriedades lexicais que definem a oração infinitiva

Para Raposo (1992:89) “*O léxico é o repositório das propriedades dos itens lexicais que não podem ser derivados a partir das regras da gramática.*” No “dicionário mental” do falante estão armazenadas todas as informações particulares das “palavras” de natureza sintática, semântica e fonética, constituindo a matéria-prima da gramática. Nesse sentido, o léxico do português contém todas as informações necessárias à construção das sentenças, com todas as idiosincrasias a serem parametrizadas na aquisição da linguagem. Isso significa que a estrutura sintática é determinada pelas propriedades lexicais dessas unidades menores da memória. O uso e a explicação do infinitivo [+Agr] devem, assim, ser buscados basicamente na estrutura profunda (*estrutura-D*), que espelha de alguma forma os dados sintáticos informatizadas e armazenados no léxico. A estrutura-D constitui, portanto, uma espécie de projeção desse léxico, agora codificado algebricamente pela Teoria X-Barra. O Princípio de Projeção garante a validade e a preservação das informações lexicais em todos os níveis de representação. A conceituação categorial do infinitivo [+Agr] e a sua distribuição constituem dados relevantes para compreender seu complexo comportamento morfológico e sintático. A estrutura superficial (*estrutura-S*) das derivações sintáticas, já submetida a uma série de acomodações e deslocamentos dos constituintes, dificulta a tarefa de detectar fenômenos subjacentes, já previamente modelados pelo léxico. Assim, os dados concretos da língua revelam-se, muitas vezes, enganosos, arredios e opacos à investigação lingüística. São como o provérbio latino: *Lupus pillum mutat, non animum*⁶, isto é, a essência permanece estável, o que muda são as aparências externas. O infinitivo [+Agr] tem mil disfarces que a sintaxe, muitas vezes, não consegue desvelar sem o concurso de fatores

extralingüísticos (estilo, ênfase, estética, práticas linguísticas consagradas pelo uso, hipercorreções).

A estrutura sintática reflete, em acordo com a endocentricidade, as propriedades de seus núcleos lexicais V, A, P e N. Precisamos, por isso, estabelecer de que modo os núcleos lexicais selecionam as orações infinitivas. Elas sofrem, portanto, restrições seletivas de natureza categorial (c-seleção) e semântica (s-seleção) de seus núcleos lexicais regentes. A c-seleção indica a categoria gramatical a que o complemento selecionado pertence: DP ou CP. Um verbo como *mandar*, por exemplo, pode subcategorizar (i) oração subordinada plena introduzida por complementizador *que* + *verbo finito* (23a); (ii) oração subordinada infinitiva com infinitivo [+Agr] (23b); ou (iii) oração subordinada infinitiva com infinitivo [-Agr] (23c).

- (23) a. O juiz mandou [_{CP} *que* [_{IP} *os sem-terra saíssem da fazenda*]].
b. O juiz mandou [_{CP} ∅ [_{AgrP} *os sem-terra saírem da fazenda*]].
c. O juiz mandou [_{CP} ∅ [_{InfP} *os sem-terra sair da fazenda*]].

Para Rizzi (1993) o escopo das derivações sintáticas é escalar a projeção máxima plena, isto é, CP. Assim, todas as orações subordinadas - como as sentenças matrizes - seriam, em princípio, CPs. Assumimos, aqui, que nas orações subordinadas infinitivas com infinitivo [+Agr], como (23b), o CP sofre apagamento, já que a atribuição de caso ao DP (*os sem-terra*) pode ser solucionada localmente (condição de minimalidade), dentro da própria oração infinitiva. Vamos voltar a essa questão com mais precisão, logo adiante, quando abordarmos a proposta de Raposo (1987). Em (23b), o sujeito do infinitivo [+Agr] (*saírem*) atribui caso nominativo ao DP sujeito *os sem-terra*. Em (23c), a oração infinitiva, com infinitivo [-Agr] (*sair*), o CP também sofre apagamento. Como o infinitivo [-Agr] é incapaz de atribuir caso, não há solução interna para salvar a sentença. IP (InfP) não constitui barreira para regência de fora, liberando, como última instância, o verbo ECM (*mandou*) da oração matriz para marcar com acusativo o DP *os sem-terra*. A sentença (23c) constitui uma construção canônica de ECM do latim, que corresponde a InfP, uma derivação sintática não plena. No PB informal, as construções ECM praticamente caíram em desuso.

As orações infinitivas com infinitivo [+Agr] são AgrPs, ou melhor, são InfPs especificados para [+Agr]; e as orações infinitivas com infinitivo [-Agr] são InfP, especificados para [-Agr], como veremos mais adiante. Elas podem vir sem preposição (24a,c), com preposição (25), ou corresponder a InfP especificado para [-Agr] (26) em construções ECM. As orações infinitivas com infinitivo [-Agr] tem sujeito PRO, controlado ou arbitrário (24b,d).

- (24) a. A babá deixou [_{AgrP} *as crianças brincarem na sala*]].
b. A babá deixou [_{InfP} *PRO brincar na sala*]].
c. É importante [_{AgrP} *os alunos manusearem computadores*]].
d. É importante [_{InfP} *PRO manusear computadores*]].
- (25) a. O pai me levantou [_{PP} *para* [_{InfP} *mim ver o Lula*]].
b. O pai me levantou [_{PP} *para* [_{AgrP} *eu ver o Lula*]].
c. A mãe pediu [_{PP} *para* [_{AgrP} *pro brincarmos na praça*]].
d. Os sem-terra constroem escola [_{PP} *para* [_{InfP} *formar líderes*]].

- (26) a. A babá deixou [_{InfP} *as crianças brincar na sala*].
 b. O jóquei viu [_{InfP} *os cavalos correr*].
 c. O jogador sentiu [_{InfP} *as pernas tremer*].
 d. Maria ouviu- [_{InfP} *as chorar*].

A sentença (25a) é rejeitada no português padrão, porque a preposição não rege particularmente o sujeito (*mim*), mas a oração infinitiva, ou melhor, o infinitivo na posição de DP, apto, portanto, a receber caso, conforme vamos ver mais adiante. A gramática tradicional não legitima construções ECM regidas por preposição: sua única forma aceitável seria (25b) com infinitivo [+Agr]. Em (26), os verbos ECM selecionam InfP [-Agr], que os libera para marcarem com caso acusativo os DPs sujeitos das suas orações infinitivas, visto que o infinitivo é [-Agr]. As orações infinitivas de (26a,b,c) não perderiam, entretanto, a gramaticalidade, se fossem construídas com infinitivo [+Agr]; (26d), no entanto, não admite construção com infinitivo [+Agr], a não ser que substituamos o DP acusativo *as* pelo nominativo *eles*⁷; essa alternativa é, no entanto, exorcizada pelos gramáticos.

Perini (1977), em sua tese de doutorado, procede a uma abordagem lexical das orações infinitivas, aliás, uma prática já adotada de forma empírica nas gramáticas latinas. Há consenso entre os gramáticos de que a grande maioria dos verbos do português admitem como complemento uma oração infinitiva. Ao contrário dos gramáticos tradicionais, Perini considera a oração subordinada infinitiva uma estrutura oracional básica, e não derivada, dentro da concepção do modelo gerativo padrão. As orações plenas (desdobradas) derivariam das infinitivas por aplicação de regra transformacional de acréscimo de complementizador (*que*) e o verbo numa forma finita. Mais adiante, na sua *Gramática descritiva do português* (1998), já conhecido por suas propostas de reformulação da gramática tradicional, organiza os verbos, segundo sua seleção, em nove classes distintas. Os argumentos internos das diferentes classes de verbos da oração matriz, quando expressos por oração infinitiva, esta oração infinitiva pode aparecer: (i) com sujeito (pessoal), (ii) sem sujeito (impessoal), ou (iii) preposicionada. Mostramos a proposta de classificação de Perini (1998: 179) no QUADRO 1.

Classe	Inf.c/suj.	Inf.s/suj.	Inf.prep.	Exemplos
i	+	+	-	admitir
ii	-	+	-	entender
iii	+	+	-	demonstrar
iv	+	+	+	pedir
v	-	-	-	mentir
vi	-	-	-	duvidar
vii	-	+	-	mandar/querer
viii	-	+	-	dever
ix	-	+	+	atrever-se

QUADRO 1 – Classificação dos verbos regentes de complemento expresso por oração infinitiva (Perini, 1998)

As opções [+/-] assinaladas no QUADRO 1 não coincidem, muitas vezes, com as análises da gramática tradicional, e mesmo da gramática gerativa, pois o autor propõe soluções muito particulares sobre a questão e, portanto, distintas da nossa posição. Por exemplo, verbos causativos como *mandar, fazer e deixar* (classe vii) selecionariam uma oração infinitiva sem sujeito, à semelhança dos verbos volitivos *querer, desejar, almejar, ambicionar, cobiçar, sonhar*, etc. (27).

- (27) a. Mande*i* *Carolina* Ø lavar o carro.
b. O professor fez *os alunos* Ø reescrever o texto.
c. As crianças queriam Ø brincar na rua.

Carolina (27a) e *os alunos* (27b) são objetos de *mandei* e *fez*, respectivamente; as orações subordinadas infinitivas *lavar o carro* (27a) e *reescrever o texto* (27b) são impessoais, isto é, sem sujeito (ou PRO). A classe viii, por sua vez, compreende os auxiliares modais: *dever, poder, ousar, costumar, tramar*, etc. Sobre essa polêmica questão do *sujeito acusativo* de orações infinitivas - um latinismo para muitos gramáticos - Macambira (1972) ridiculariza as análises que consideram o DP não como sujeito, mas como objeto do verbo causativo (ou perceptivo) da oração matriz: num exemplo como [*o médico fez as crianças sorrirem*], a interpretação de [*as crianças*] como objeto de [*fez*] e não sujeito de [*sorrirem*] resultaria em leitura absurda: [*o médico fez as crianças*]; o médico não [*fez as crianças*], ele apenas fez [*as crianças sorrirem*]. A mesma leitura pode ser feita nas duas construções distintas: [*as crianças sorrirem*] [+Agr] e [*as crianças sorrir*] [-Agr]; na primeira oração infinitiva, o DP está no nominativo, e, na segunda, no acusativo (ECM)., portanto, com dois atribuidores de caso distintos.

Lemle (1984:181-2), por sua vez, subdivide os itens lexicais que admitem sentenças como seus complementos em três classes:

Classe I – Os regentes não impõem nenhuma restrição quanto à forma das sentenças subordinadas que regem: (i) oração plena com *que*, (ii) oração infinitiva [-Agr], ou (iii) oração infinitiva [+Agr]. Pertencem a essa classe de regentes o verbo *ser+adjetivo* [*é importante*], verbos transitivos [*saber*], adjetivos transitivos [*esperançoso*], nomes transitivos [*risco*] e orações subordinadas adverbiais preposicionadas (28).

- (28) a. As italianas sabem [_{CP} *que* [_{IP} *pro* são encantadoras]].
b. As italianas sabem [_{AgrP} *pro serem* encantadoras]].
c. As italianas sabem [_{Infp} *PRO* *ser* encantadoras]].

Classe II – Os regentes somente admitem como complemento sentenças plenas com *que* e orações infinitivas [-Agr]. Pertencem a essa classe verbos volitivos: *querer, desejar, pretender, tentar, almejar, sonhar*, etc., além de outros, como *precisar* (29).

- (29) a. João quer [_{CP} *que* [_{IP} *o Congresso exista*]].
 b. João quer [_{InfP} *PRO ter sua liberdade*]].

Classe III – Os regentes só admitem como complemento sentenças com infinitivo [-Agr]. Pertencem a essa classe os verbos auxiliares [*ir, poder, dever, etc.*] e certos adjetivos [*capaz, arrependido*] (30).

- (30) a. Nós vamos [_{InfP} *PRO escolher nossos representantes*].
 b. Nós somos capazes [_{PP} *de* [_{InfP} *PRO escolher nossos representantes*]].

Moura Neves (1999) apresenta uma extensa lista de verbos que admitem complementos oracionais, plenas ou reduzidas de infinitivo:

- (i) verbos em que existe implicação entre a oração completiva e a principal: factivos (*saber, lamentar, gabar-se, recusar-se*), implicativos (*conseguir, evitar, ignorar*), causativos (*provar, mostrar, assegurar, proibir, dissuadir, impedir*), e “somente se” (condição não suficiente) (*poder, ter coragem de*).
- (ii) verbos de elocução: dicendi (*dizer, emendar, afirmar*), introdução de discurso (*ameaçar, salientar*).

Raposo (1987:87) estabelece que a distribuição de complementos infinitivos [+Agr] “não é totalmente livre”. Sintetiza as possibilidades de sua ocorrência em cinco pontos.

- i. Complementos infinitivos [+Agr] ocorrem como orações subordinadas subjetivas em posição extraposta: o infinitivo [+Agr] opõe-se a infinitivo [-Agr] (31).

- (31) a. Será difícil [_{AgrP} *eles aprovarem a proposta*]].
 b. Será difícil [_{InfP} *PRO aprovar a proposta*]].

- ii. Infinitivos [+Agr] podem ocorrer em orações subcategorizadas por predicados matrizes epistêmicos (*pensar*), declarativos (*afirmar*), factivos (*lamentar*); não podem, porém, ocorrer em complementos subcategorizados por predicados volitivos (*desejar*) (32).

- (32) a. *Eu penso [_{AgrP} *os deputados terem trabalhado pouco*].
 a'. Eu penso [_{CP} *terem* [_{AgrP} *os deputados trabalhado pouco*]].
 b. *Eu afirmo [_{AgrP} *os deputados terem trabalhado pouco*].
 b'. Eu afirmo [_{CP} *terem* [_{AgrP} *os deputados trabalhado pouco*]].
 c. Eu lamento [_{AgrP} *os deputados terem trabalhado pouco*].
 c'. Eu lamento [_{CP} *terem* [_{AgrP} *os deputados trabalhado pouco*]].
 d. *Eu desejava [_{AgrP} *os deputados terem trabalhado mais*].
 d'. *Eu desejava [_{CP} *terem* [_{AgrP} *os deputados trabalhado mais*]].

iii. O verbo infinitivo que incorpora a flexão pessoal deve preceder o sujeito lexical com predicados matrizes epistêmicos e declarativos; essa restrição não se aplica, no entanto, aos verbos factivos (33).

- (33) a. Eu penso [_{CP} *terem* [_{AgrP} os deputados trabalhado pouco].
b. Eu afirmo [_{CP} *terem* [_{AgrP} os deputados trabalhado pouco].
c. Eu lamento [_{AgrP} os deputados *terem* trabalhado pouco].

iv. Complementos infinitivos [+Agr] ocorrem em orações adjuntas introduzidas por preposição (34).

- (34) a. O ladrão entrou na casa [_{PP} sem [_{AgrP} as crianças *verem*]].
b. Eles vieram [_{PP} para [_{AgrP} *pro passarem* uns dias]].
c. Os turistas foram presos [_{PP} por [_{AgrP} *pro tomarem* banho despidos]].

v. Complementos infinitivos [+Agr] não podem ocorrer como orações encaixadas interrogativas, como orações encaixadas relativas, ou em construções com operador nulo em C; nesse contexto só cabem orações infinitivas com infinitivo [-Agr] (35).

- (35) a. *Nós não sabemos [quem convidarmos para o jantar].
b. Nós não sabemos [quem convidar para o jantar].
c. *Eles não sabiam [como resolverem o problema].
d. Eles não sabiam [como resolver o problema].
e. *Esses problemas são fáceis [de resolverem].
f. Esses problemas são fáceis [de resolver].

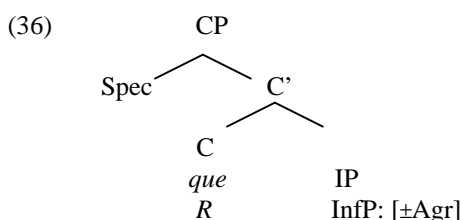
Considerações sobre a natureza morfológica do infinitivo e a descrição das restrições lexicais impostas ao emprego do infinitivo resolvem, entretanto, apenas uma parcela do parâmetro do infinitivo [+Agr]. A questão é mais complexa, por isso, é necessário descrever os contextos sintáticos em que pode figurar. A Teoria do Caso é, sem dúvida, a melhor estratégia para explicar o infinitivo [+Agr] do português. Mesmo assim, seu comportamento morfológico e sintático ainda deixa inúmeras facetas obscuras, às vezes, só explicadas mais satisfatoriamente com o concurso de fatores extralingüísticos.

4.6 – A sintaxe do infinitivo [+Agr]

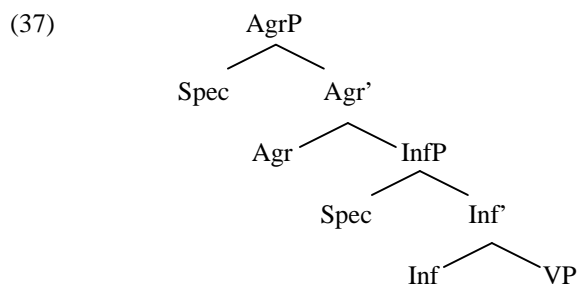
Uma das particularidades mais marcantes do parâmetro do infinitivo [+Agr] é sua contingência de oração subordinada. Como não constitui oração independente ou oração matriz, como as sentenças finitas, não obedece ao ritual canônico do encaixe, previsto no “Princípio do Encaixe”. Segundo esse mecanismo, toda sentença gramatical pode fazer parte de sentença complexa, em outras palavras, uma sentença independente pode tornar-se

uma oração dependente (subordinada). Aparentemente, esse mecanismo sintático não precisa ser aprendido, pois se presume que seja deduzível da gramática universal (GU). Como a oração infinitiva [+Agr] somente existe na forma subordinada, ela não possui uma versão independente como as orações subordinadas finitas.

O encaixe não se reduz, porém, a uma simples justaposição da oração autônoma à sua oração matriz, na realidade, vem sempre acompanhado de marcas formais características do processo de subordinação. Temos dois tipos de orações subordinadas: (i) as introduzidas por complementizador *que* com o verbo invariavelmente numa forma finita; e (ii) as sem complementizador com o verbo numa forma infinita⁸. Como as orações subordinadas são genericamente definidas como CPs, Lemle (1984:179) postula o preenchimento do núcleo C de CP com R (a marca do modo infinitivo) nas orações reduzidas infinitivas, em oposição às orações plenas, que têm o complementizador *que* na posição do núcleo C. A representação dos dois tipos de oração subordinada mostramos em (36).



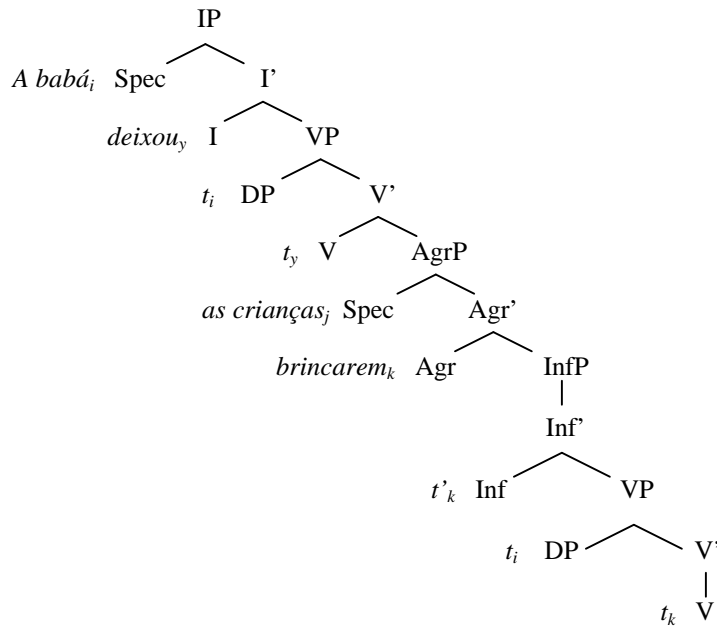
O complementizador C, preenchido por R, sinaliza, portanto, a presença de oração subordinada infinitiva em InfP. Preferimos, no entanto, adotar o critério de que a oração infinitiva com infinitivo [+Agr] constitui uma categoria funcional própria [InfP], marcada para Agr (37).



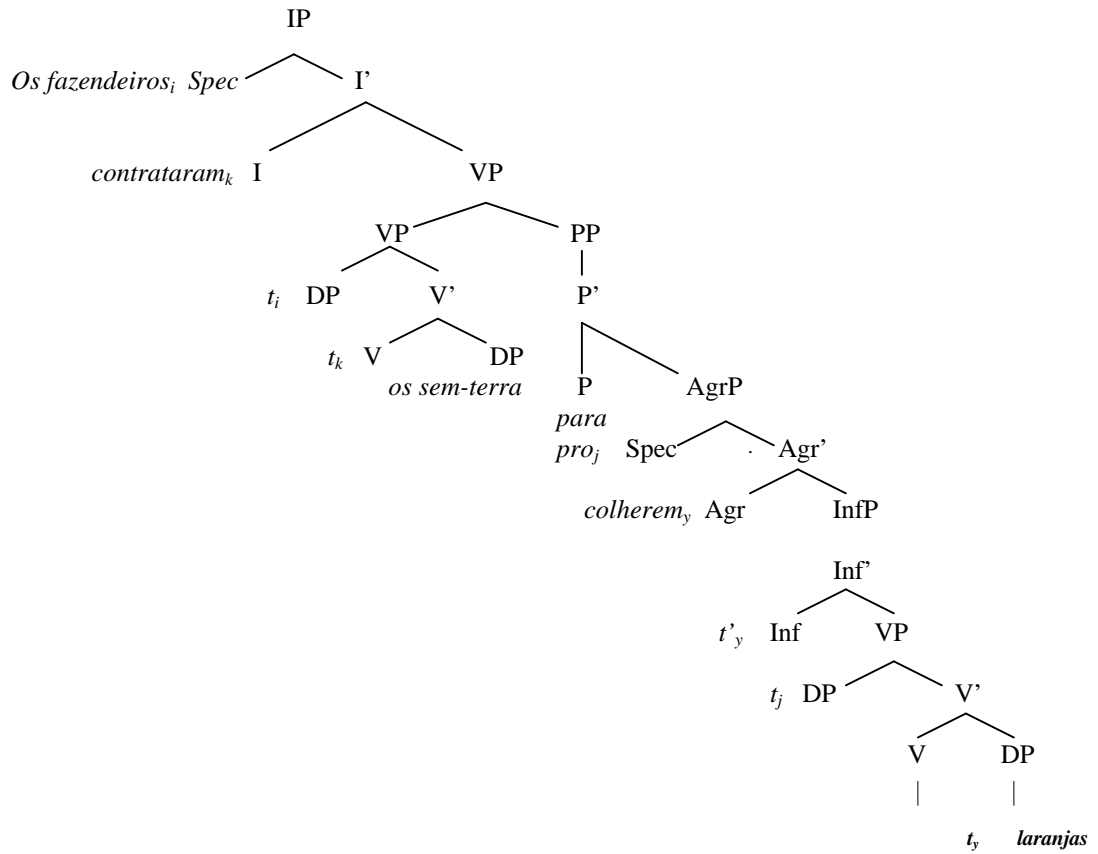
InfP é complemento de Agr nos infinitivos [+Agr]: é, portanto, marcado para Agr, mas não para T; o infinitivo [-Agr] é InfP não marcado para Agr nem para T, como já vimos. Mostramos isso em (38a,b), representadas nas árvores (39a,b).

- (38) a. A babá deixou [_{AgrP} *as crianças*_j *brincarem*_k [_{InfP} *t'*_k [_{VP} *t*_j *t*_k]]].
 b. Os fazendeiros contrataram os sem-terra [_{PP} *para* [_{AgrP} *pro*_j *colherem*_k [_{InfP} *t'*_k [_{VP} *t*_j [_{V'} *t*_k *laranjas*]]]]]

(39) a.



(39) b.



O traço nominal [+Agr] é “fraco” nos infinitivos, o que não o habilita como atribuidor de caso nominativo a seu DP sujeito, pois falta-lhe a marca têmica, pois é [-T]. Com isso, segundo Raposo (1987), as orações infinitivas não são licenciadas como orações independentes ou orações-raízes, porque dependem da flexão I (+Agr, +T) do predicado da oração matriz. Em razão disso, o DP sujeito da oração infinitiva, sem Caso, também não se torna visível ao papel temático (θ). Sua agramaticalidade como sentença autônoma resulta, portanto, da violação do Filtro de Caso. Assim, a Teoria do Caso torna-se crucial e, também, suficiente para explicar a gramaticalidade ou agramaticalidade da maioria das orações infinitivas.

As orações-raízes (ou matrizes) precisam de “*uma âncora temporal*” (Raposo, 1992:348) não expressável pelo modo infinitivo. Em princípio, uma oração declarativa principal não pode ser infinitiva. Porém, a despeito de todos os entraves sintático-semânticos, sentenças infinitivas de natureza emocional - notadamente as imperativas, exclamativas e interrogativas - parecem desafiar essas fronteiras para, também, lograrem status de independência como as sentenças finitas. Assim, deparamos com sentenças-raízes infinitivas perfeitamente admissíveis na gramática da língua. Seu uso, no entanto, é restrito, pois depende de contextos muito particulares. Pode-se dizer que são fortemente dependentes de contexto e estratégias discursivas. No inglês, por exemplo, o DP sujeito de oração infinitiva-raiz pode receber os casos nominativo ou acusativo (40); o português, contudo, só admite o caso nominativo (41); e o latim, por sua vez, só aceita o caso acusativo (42).

- (40) a. *He* go there? Impossible.
 b. *Him* attack Bill? Never.
 c. *I* eat spinach? Never!
 d. *Me* eat spinach? Never!

- (41) a. *Nós* fazemos greve? Jamais!
 b. *Ele* desistir do curso? Nunca!
 c. *Tu* perderes essa oportunidade, cara!
 d. *Eu*, menina, sair à noite? Nem pensar!

- (42) a. *Tene hoc dixisse!*
Te não ter dito isso! (=Tu não teres dito isso!)
 b. *Mene Illiacis occumbere campis non potuisse!*
Me não ter podido tomar nos campos de Tróia! (=Eu não ter podido tomar...!)
 c. *Mene incepto desistere victam?*
Me, como uma vencida, desistir do objetivo? (=Eu, ..., desistir do...!)

Em (40a) e (40c) os sujeitos *he* e *I* estão no nominativo; *him* (40b) e *me* (40d) estão no acusativo. Assim, as sentenças (40b) e (40c) revelam o emprego de duplo acusativo: *him-Bill* e *me-Mary*, respectivamente. Já em (41), todos os pronomes sujeitos estão no nominativo e o infinitivo é pessoal [+Agr]. Em (42), todos os pronomes sujeitos estão no acusativo: *te*, *me* e *me*, respectivamente; a versão literal para o português resulta em construção agramatical, pois essas sentenças só admitem sujeito nominativo (*tu*, *eu*, *eu*) e infinitivo pessoal [+Agr].

No capítulo 1, vimos que o latim apresenta outro tipo de oração-raiz infinitiva, ou oração matriz, mas com o sujeito no nominativo. Essa construção rara é chamada de

infinitivo histórico e corresponde à forma finita do imperfeito do indicativo, porém, sem concordância, isto é, com infinitivo [-Agr]. Para ilustrar o fenômeno, reescrevemos, aqui, as mesmas sentenças em (43).

- (43) a. *Rex primo nihil metuere (...).*
O rei primeiro nada temer ...
 [temia]
- b. *Quotidie Caesar frumentum flagitare; diem ex diem ducere Haedui.*
Diariamente César reclamar o trigo; os éduos protelar dia após dia.
 [reclamava] [protelavam]
- c. *Ruri agere vitam; semper parce et duriter se habere.*
Levar a vida no campo; sempre se manter com parcimônia e severidade.
 [Levava] [se mantinha]

As construções infinitivas que admitem sujeitos fonéticos podem ser divididas em três tipos distintos, segundo Raposo (1992):

- i. Infinitivo [+Agr]: quando a categoria que atribui caso ao sujeito fonético se encontra dentro da própria oração infinitiva (44).

(44) a. O calor de 40° fez [os turistas procurarem alívio na água].



b. Deixou os cavalos encilhados [para pro cavalgarmos no bosque].



c. Não adianta [tu discordares do projeto].



- ii. Infinitivo [-Agr]: a categoria que atribui o caso ao sujeito fonético se situa fora da oração infinitiva; corresponde às construções ECM, isto é, o DP sujeito da oração infinitiva recebe o caso acusativo do verbo matriz ou o caso oblíquo de preposição da oração matriz, visto que o infinitivo é [-Agr]. São construções comuns no inglês (45) e no português formal (46); no latim, as construções ECM circunscrevem-se a verbos, numerosos, pois o infinitivo não admite preposição (47)⁹.

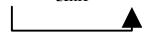
(45) a. Bill believes [_{InfP} John to be a fool].



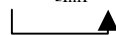
b. It is illegal for [_{InfP} him to pass that law].



(46) a. A babá deixou [_{InfP} as crianças brincar na sala].



b. A babá deixou- [_{InfP} as brincar na sala].



c. A enfermeira fez caretas para [_{InfP} mim sorrir].



- ▼
- (47) a. Juno [*Odysseum perisse*] cupit.
Juno deseja que Ulisses morra.
- ▼
- b. Odysseus simulat [*se miserum esse*].
Ulisses finge ser mendigo.
- ▼
- c. Alexander dicebat [*se filium Iovis esse*].
Alexandre dizia ser filho de Júpiter.

Presume-se que os verbos ECM e as preposições ECM selecionam diretamente InfP, que não constitui barreira para regência externa. O infinitivo [-Agr] não está habilitado como atribuidor de caso. Num lance de último recurso, o verbo ou a preposição da oração matriz valem-se do contexto sintático favorável para marcar com caso o DP sujeito da oração infinitiva, frustrando o *crash* da sentença. A sentença (46c) é rejeitada pelo português padrão, que admite apenas o nominativo *eu*, apontando uma solução local na atribuição de caso.

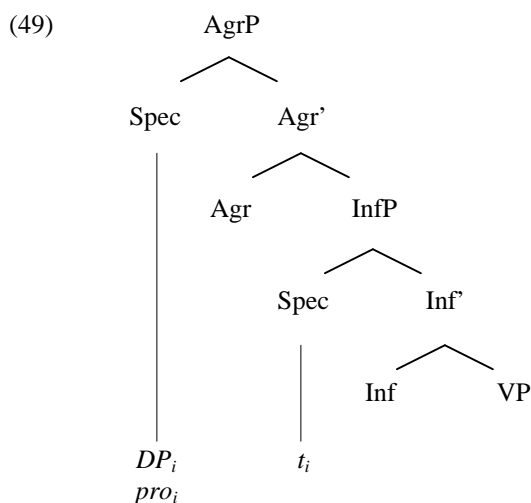
- iii. Construções de *infinitivo com acusativo* no latim clássico em que o sujeito lexical manifesta caso sem que exista uma categoria atribuidora de caso: o caso é atribuído por uma regra default, para salvar o DP do Filtro de Caso (48).

- ▼
- (48) a. Caesar dixit [*aleam iactam esse*].
César disse [que a sorte estava lançada].
- b. Non licet [*Caesarem Rubiconem transire*].
Não é permitido [que César atravessasse o Rubicão].
- c. Traditum est [*Homerum caecum fuisse*].
Conta-se [que Homero fora cego].
- d. Constat [*Croesum ditissimum fuisse*].
Consta [que Cresos era riquíssimo].

Assumimos no capítulo 1 que as orações infinitivas latinas são regidas basicamente por verbos ECM. A regra default somente atinge as construções em que não há verbo na oração matriz que tenha um caso acusativo à disposição. Em (48a), o verbo finito *dixit*, da oração matriz, atribui o caso acusativo ao DP sujeito (*aleam*), já que o infinitivo no latim sempre é [-Agr], caracterizando uma construção ECM canônica, como mostrado no item ii. Em (48b-c), os verbos *licet*, *traditum est* (passivo) e *constat* são inacusativos, portanto, incapazes de atribuir caso acusativo a seus argumentos internos: *Caesar*, *Homerus* e *Croesus*, respectivamente; mesmo assim, estão no acusativo (*Caesarem*, *Homerum*, *Croesum*), aqui, atribuído por regra default. Raposo (1992) registra fenômeno semelhante no irlandês moderno.

O Spec de AgrP pode ser ocupado por DP ou pro^{10} , quando o infinitivo for [+Agr]: assumindo que DP sujeito é gerado em VP, uma posição [-K], ele precisa migrar para Spec de AgrP, uma posição [+K], onde pode receber caso nominativo de [+Agr]. A função do DP como *sujeito* se concretiza apenas nessa posição. Por isso, pode-se também postular que o

sujeito é gerado em Spec de AgrP. Mostramos essa configuração em (49). Quando o infinitivo é [-Agr], o sujeito sempre é PRO, que permanece em Spec de InfP, já que não precisa de caso.

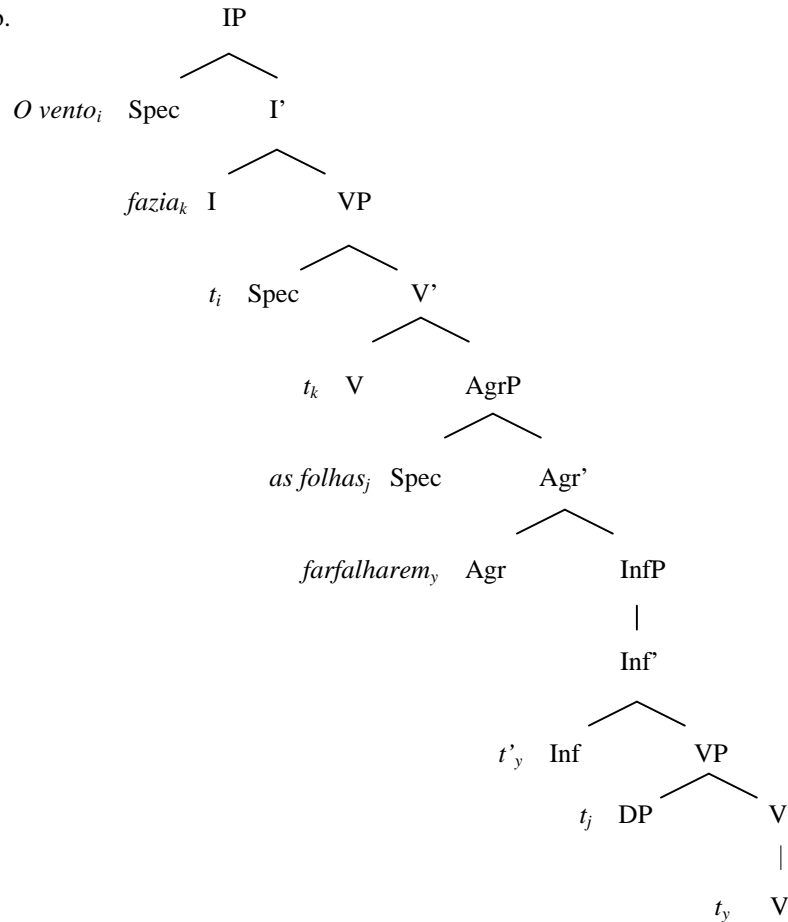


Se InfP é [+Agr], o DP sobe, portanto, para Spec de AgrP, o locus por excelência da relação de concordância sujeito-verbo e da contração do status de *sujeito*. Assim, o DP sujeito tem condições de receber o caso nominativo de [+Agr], especificado para caso. Para Raposo (1987), a flexão [+Agr] do infinitivo não é atribuidor de caso, pois lhe falta a marca de tempo. A marca de tempo [+T] somente comparece nas formas finitas do verbo, isto é, na oração matriz da qual depende a oração infinitiva. Presume-se, portanto, que a propriedade é transmitida do núcleo I da oração matriz, se instala em CP, donde percola para o núcleo [+Agr] do infinitivo, licenciando a construção *nominativo com infinitivo*. Mostramos isso em (50a) e sua arquitetura arbórea em (50b), logo adiante.

(50) a. [_{IP} O vento fazia [_{AgrP} as folhas_i farfalharem_k [_{InfP} t'_k [_{VP} t_i t_k]].

Admitindo, porém, que *farfalhar* é verbo inacusativo, o DP *as folhas* nasce como argumento interno, uma posição temática, porém, não-casual; por isso sobe para a posição Spec de AgrP onde recebe o caso acusativo.

(50) b.



O português é uma língua de sujeito nulo, caracterizado pelo *pro* (prozinho). Sua identificação só é possível porque os verbos possuem um sistema de flexão número-pessoal “rico”. Como o infinitivo [+Agr] adota as flexões número-pessoais das formas finitas, ele também tem capacidade para licenciar sujeito nulo, embora de forma indireta (51).

- (51) a. É importante [_{AgrP} **pro**_i *aprovarem*_k [_{InfP} t'_k [_{VP} t_i [_{V'} t_k *o projeto*]]]].
 b. Os deputados foram pressionados [_{PP} a [_{AgrP} **pro**_i *votarem*_k [_{InfP} t'_k [_{VP} *logo* [_{V'} t_i t_k *o projeto*]]]]].
 c. Os governadores têm de sair de suas tocas [_{PP} *para* [_{AgrP} **pro**_i *serem*_k [_{InfP} t'_k [_{VP} t_i t_k [_{V'} [_{PartP} ... *vaiados*]]]]]].

O infinitivo [+Agr] admite também sujeito pós-verbal, embora não seja sempre sentido como sujeito na linguagem mais informal, podendo afetar, desta maneira, a concordância infinitivo-sujeito (52).

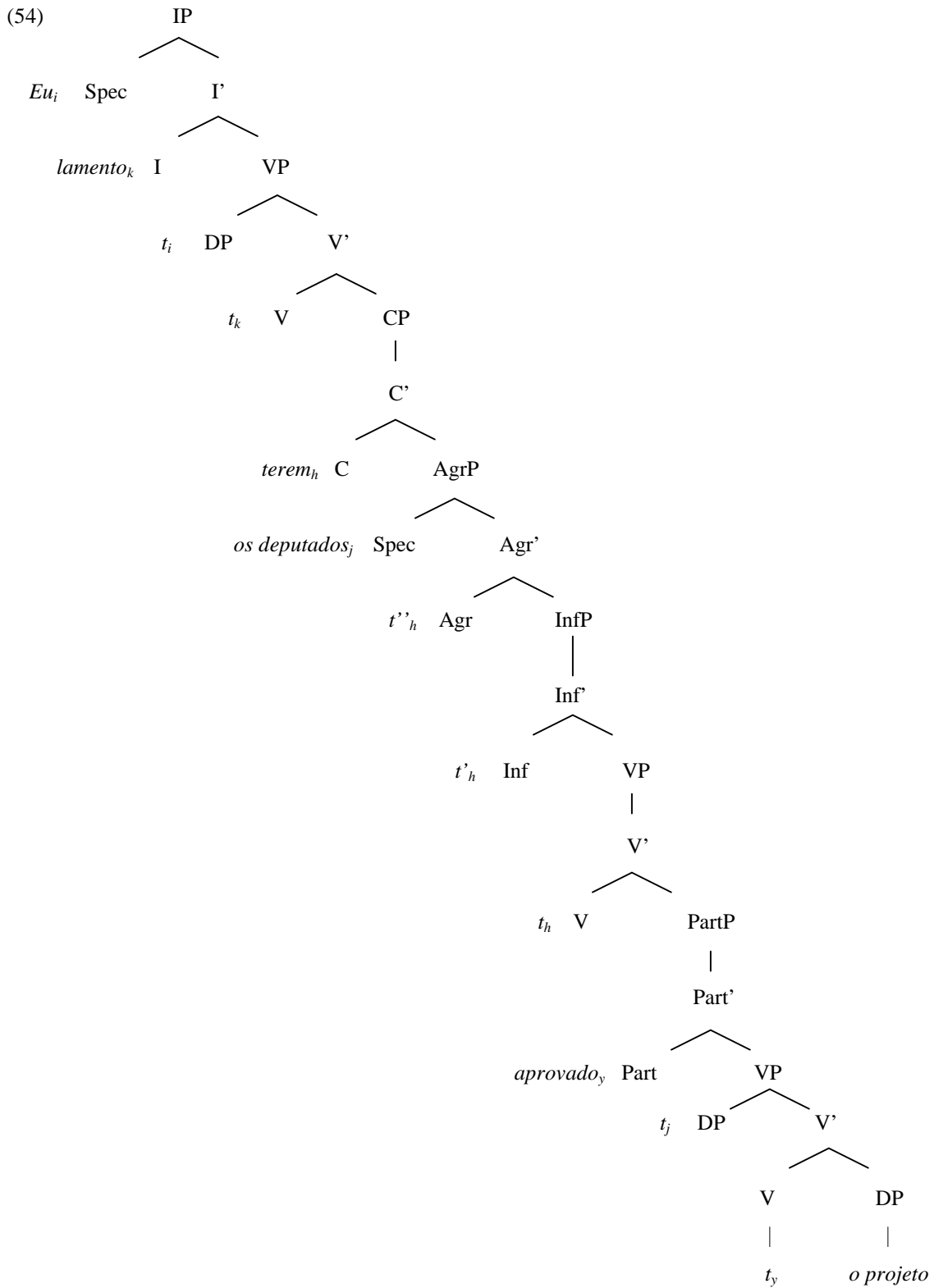
- (52) a. Garotinho vê_{CP}[_C *minguarem*_k [_{AgrP} ... [_{InfP} ... [_{VP} *os recursos de sua campanha* t_k]]]]].
 b. É comum [_{CP}[_C *surgirem*_k [_{AgrP} ... [_{InfP} ... [_{VP} *desavenças* t_k]]]]].
 c. O curso foi cancelado [_{PP} *por* [_{CP}[_C *faltarem*_k [_{AgrP} ... [_{InfP} ... [_{VP} *professores* t_k]]]]]]].

O emprego de sujeito pós-verbal pertence a um registro muito formal ou mesmo literário. A questão é saber para onde o infinitivo [+Agr] foi deslocado. Como ele ocupa a posição de núcleo Agr de AgrP, supõe-se que ele somente pode subir para outra posição nuclear, como nas sentenças (52), C de CP, logo acima de AgrP. Os clássicos exemplos desse deslocamento encontramos principalmente em verbos factivos, declarativos e epistêmicos (Raposo, 1987), quando seu argumento interno for expresso por oração infinitiva com os verbos auxiliares *ter*, *estar* ou *ser* (53). Para o falante brasileiro essas construções têm trânsito apenas no estilo lírico.

- (53) a. Eu lamento [_{CP} [_C *terem*_k [_{AgrP} *os deputados*_i *t'*_k [_{InfP} *t'*_k [_{VP} *t*_i *t*_k [_{PartP} ... [_{VP} *aprovado o projeto*]]]]]]].
 b. Acredito [_{CP} [_C *serem*_k [_{AgrP} *eles*_i *t'*_k [_{InfP} *t'*_k [_{VP} *t*_k [_{SC} *t*_i *os responsáveis pela crise*]]]]]].
 c. A polícia afirmou [_{CP} [_C *estarem*_k [_{AgrP} *alguns políticos*_i *t'*_k [_{InfP} [_{VP} *t*_i *t*_k [_{PartP} [_{VP} *envolvidos no suborno*]]]]]]]].

Para tornar mais visível o movimento dos verbos que incorporam Agr, mostramos a representação arbórea da sentença (53a) em (54), na página 163. Podemos ver que o verbo auxiliar *ter* vem do núcleo V, passa para o núcleo Inf, depois para o núcleo Agr, onde incorpora a flexão número-pessoal (*ter-em*), portanto, apto a atribuir caso nominativo ao DP *os deputados*, por deferência especial do núcleo I da oração matriz. Por razões estilísticas, move-se do núcleo Agr de AgrP para o núcleo C de CP, uma posição não-argumental e, portanto, não-temática [-θ], e também não-casual [-K]. O verbo auxiliar *terem* obedeceu, portanto, à restrição imposta ao movimento (*head-to-head movement*) dos núcleos. O DP sujeito (*os deputados*) permanece, por outro lado, na sua posição canônica de Spec de AgrP. A subida do auxiliar para a posição C de CP é uma das evidências de que as orações infinitivas podem corresponder a CP, o ápice da derivação sintática. O CP das orações infinitivas sofre, na realidade, apagamento no percurso da derivação da estrutura-D para a estrutura-S, segundo proposta de Chomsky (1981). Por isso, as sentenças mostradas em (53) não fazem parte do repertório da linguagem informal no PB.

Nesse mesmo contexto sintático, pode ocorrer também o infinitivo [-Agr]: a posição de sujeito não pode ser ocupada por DP, porque é uma posição não regida, vale dizer, não há atribuidor de caso dentro da oração infinitiva, nem fora dela. Como um DP não pode ficar sem caso, essa posição só pode ser ocupada por uma categoria vazia definida como PRO. É uma categoria vazia contraditória, pois, embora seja argumental, só pode ocorrer em posições não regidas. Sua definição categorial também é problemática, pois tem comportamento tanto de anáfora como de pronome, isto é, é regulado, simultaneamente, pelo *Princípio A* e pelo *Princípio B* da Teoria da Ligação. Chomsky (1981:55) sugere que as propriedades das categorias vazias (*ec*) são tópicos ligados à UG, não possíveis de induzir apenas a partir dos fatos visíveis da língua. Podemos dizer que o PRO recebe papel temático do infinitivo [-Agr] e, como é uma categoria vazia em posição não regida, não precisa de caso. Porém, sem caso, o PRO põe em xeque a *Condição de Visibilidade*, a qual determina que um argumento, para realizar uma função temática, tem de ser visível em LF (forma lógica). Isso só é possível “se e somente se o argumento é o suporte de um caso abstrato” (Raposo, 1992:496). Assim, o caso “serve como âncora de uma função semânti-



ca” (op.cit.p.496), em sintonia com o tratamento dado pela gramática latina aos casos morfológicos do latim. Aparentemente, o Critério- θ é violado com o PRO sem caso

abstrato. Isso implica, obviamente, que o Filtro do Caso perca sua condição de módulo autônomo, passando à condição de simples instrumento auxiliar do Critério- θ . Chomsky (1986) contorna esse paradoxo estipulando que o PRO possui caso inerente atribuído na estrutura-D junto com o papel temático. Desta forma, uma categoria que é capaz de atribuir papel temático é também capaz de atribuir caso inerente. Vamos ilustrar a equação do PRO com as sentenças (55).

- (55) a. Os torcedores_i queriam [_{InfP} PRO_i invadir_k [_{VP} t_i [_{V'} t_k o campo]]].
 b. O juiz mandou [_{InfP} PRO_i prender_k [_{VP} t_i [_{V'} t_k Lalau]]].
 c. Os governistas_i se mobilizaram [_{PP} para [_{InfP} PRO_i garantir_k [_{VP} t_i [_{V'} t_k quórum]]]].
 d. [_{pro_{expl}}]_i Não basta [_{InfP} PRO_i amar_k [_{VP} t_i t_k]], -- é [_{SC} PRO cuidar preciso].

O PRO não tem referência própria, por isso ele precisa de antecedente que o controla. Em (55a), por exemplo, o PRO é controlado pelo DP sujeito (*os torcedores*) da oração matriz, sinalizado pelo mesmo índice. O PRO recebe papel temático de Agente/causador do infinitivo [-Agr] *garantir*; como o infinitivo é [-Agr], ele não tem condições de atribuir caso ao PRO; o verbo da oração matriz (*querer*) não é verbo ECM; tudo leva a concluir que o PRO ocupa uma posição não regida. O PRO fica, portanto, sem caso, porque não tem atribuidor à mão. Com isso, o Critério- θ não foi satisfeito. Vimos que uma solução *ad hoc* seria admitir que o PRO seja marcado por caso inerente na estrutura-D, estreitamente associado ao papel temático. Contorna-se, dessa forma, o impasse entre a Teoria do Caso e o Critério- θ . Como todos os verbos volitivos, *querer* seleciona apenas orações infinitivas com infinitivo [-Agr], não conversível em oração desdobrada (finita), porque o sujeito da oração matriz e da subordinada é o mesmo.

O PRO da sentença (55b) não tem referência com DP da oração matriz, por isso, pode ser classificado como arbitrário, embora possamos prever que os Agentes que prendem são policiais e o legítimo controlador deles é o juiz. Em (55c), o PRO é controlado pelo DP sujeito da oração matriz (*os governistas*). Em (55d), os dois PROs são controlados pelo *pro expletivo*, sem caso e sem papel temático, pois não é selecionado pelos predicados *basta* e *é preciso*; por isso, podem também ser classificados como PROs arbitrários.

Há, porém, construções em que a oração infinitiva não escala todas as etapas da derivação sintática e pára em InfP. É o contexto canônico das construções ECM, licenciadas pelos verbos causativos e perceptivos e, na linguagem informal, pela preposição *para*. Vimos que a lista de verbos ECM no latim era grande e que, no português, poucas dessas construções sobreviveram. Aparentemente, a tendência no PB informal é pela mudança desses poucos verbos que selecionam *acusativo com infinitivo* [-Agr] para *nominativo com infinitivo* [+Agr]. Mostramos as construções ECM em (56).

- (56) a. [_{IP} A babá deixou [_{IP} as crianças brincar]].
 b. [_{IP} A babá deixou- [_{IP} as brincar]].
 c. [_{IP} Bush ouviu [_{IP} os leões rugir]].
 d. [_{IP} Bush ouviu- [_{IP} os rugir]].
 e. [_{IP} O ator sentiu [_{IP} as pernas tremer]].
 f. [_{IP} O ator sentiu- [_{IP} as tremer]].

Já vimos que o DP sujeito acusativo é uma construção equivalente ao *acusativo com infinitivo* [-Agr] do latim; como o português passou a admitir *nominativo com infinitivo* [+Agr], os verbos causativos e perceptivos admitem duas construções: (i) construção ECM, correspondendo a seleção de InfP, com o infinitivo [-Agr], como no latim; e (ii) construção canônica de infinitivo [+Agr], correspondendo a seleção de AgrP, com o DP sujeito no caso nominativo. O português padrão admite a construção ECM quando o infinitivo [-Agr] tem na posição do sujeito o pronome pessoal acusativo *o/a, os/as*, como podemos observar nas sentenças (56b,d,f). No PB falado, emprega-se, nos mesmos contextos, o pronome lexical *ele/ela, eles/elas* com o infinitivo [+Agr].

A construção ECM nunca ocorre com infinitivo [+Agr]. As construções ECM regidas por preposição, já vimos, estão circunscritas ao PB falado (57). No português padrão, correspondem sempre a InfP marcado para Agr.

- (57) a. O professor me emprestou o livro [_{PP} para [_{InfP} *mim ler*]].
 b. O professor me emprestou o livro [_{PP} para [_{AgrP} *eu ler*]].
 c. Ele deu uma chance [_{PP} para [_{InfP} *ti passar*]].
 d. Ele deu uma chance [_{PP} para [_{AgrP} *tu passares*]].

Em (57a,c), temos construções ECM, com a preposição *para* atribuindo caso oblíquo aos pronomes sujeitos *mim* e *ti*. São construções gramaticais no PB, mas ainda estigmatizam os falantes que as usam. As sentenças (57b,d) seguem a norma do português padrão escrito. Vimos no capítulo 3 que os falantes do RS e SC raramente aplicam a regra de concordância em orações infinitivas com sujeito *tu* (57d).

A construção ECM nos remete a noções como regência, barreira, m-comando, domínio e localidade. A construção ECM somente é possível numa configuração de m-comando: o verbo ou preposição regentes precisam m-comandar o DP sujeito da oração infinitiva, que, por sua vez, implica ausência de barreira (CP). A atribuição de caso nominativo também ocorre sempre sob regência, a qual depende das noções de m-comando e de barreira, definidores da transparência ou opacidade das fronteiras como CP e IP. Assumindo que o DP sujeito nasce em VP implica, obrigatoriamente, em movimento para Spec de AgrP, a posição canônica nas orações infinitivas [+Agr], onde recebe o caso estrutural (nominativo). Verbos e preposições ECM selecionam InfP, vale dizer oração infinitiva com infinitivo [-Agr], e não AgrP. Supondo que InfP não constitui barreira para regência externa, os DPs sujeitos (56,57), satisfeita a Condição de Minimalidade, são marcados por caso pelos verbos (*deixar, ouvir, sentir*) e pela preposição (*para*) regentes. Chomsky (1986) desenvolveu em *Barriers* o conceito de barreira, isto é, fronteiras que não podem ser transpostas, por exemplo, por núcleos lexicais regentes. Assim, a projeção máxima CP constitui barreira, que protege o DP sujeito da oração infinitiva da atribuição de caso por regente externo a seu domínio imediato. Já admitimos que a oração infinitiva é, em princípio, CP, mas ele é submetido a um mecanismo de apagamento na derivação da estrutura-D para a estrutura-S (Chomsky, 1981). Isso garante certa autonomia à oração infinitiva [+Agr] na marcação de caso nominativo. O CP, mesmo apagado, barra a ascendência do núcleo lexical V da oração matriz sobre o DP sujeito da oração infinitiva, impedindo-o de atribuir-lhe o caso acusativo, e, conseqüentemente, aponta para uma solução local (58). O mesmo acontece com o núcleo lexical P, que também é barrado pelo CP na sua ameaça de atribuir ao DP sujeito da oração infinitiva o caso oblíquo (59). O CP

como barreira poderia ser perfeitamente dispensado nas orações infinitivas com infinitivo [+Agr], pois gozam de autonomia suficiente para satisfazer o Filtro de Caso.

- (58) a. O calor fez [_{CP} ∅ [_{AgrP} *os gaúchos correrem ao mar*]].
b. Não basta [_{CP} ∅ [_{AgrP} *pro amarmos*]], é preciso também cuidar.
c. É urgente [_{CP} ∅ [_{AgrP} *os deputados aprovarem as reformas*]].
- (59) a. Os cruzados cercaram a fortaleza [_{PP} *até* [_{CP} ∅ [_{AgrP} *os palestinos se renderem*]]].
b. Os ladrões entraram [_{PP} *sem* [_{CP} ∅ [_{AgrP} *os moradores perceberem*]]].
c. Os ricos mandavam seus filhos à Europa [_{PP} *para* [_{CP} ∅ [_{AgrP} *pro estudarem medicina*]]].

Em (58), o CP, mesmo apagado (∅), constitui barreira que impede os verbos da oração matriz de regerem e marcarem com caso os DPs sujeitos das orações infinitivas. Isso permite que os infinitivos conquistem maior autonomia em relação à oração matriz, passando a usurpar-lhe a flexão nominal [+Agr] e, assim, apoderar-se das propriedades de atribuidor de caso. Uma oração subordinada infinitiva CP, com DP sujeito aberto, sempre terá, por isso, um infinitivo [+Agr] especificado para caso, isto é, com autonomia suficiente para marcar seu DP sujeito com o caso nominativo. A autonomia é, no entanto, emergencial, pois, já mostramos que lhe falta a marca temporal para qualificá-lo como atribuidor de caso plenamente autônomo.

Em (59c), o CP, por sua vez, impede que o núcleo P (*para*) atribua caso oblíquo ao DP sujeito da oração infinitiva. Assim o infinitivo, também nesta configuração sintática, conquista autonomia interna na questão da marcação de caso: sujeito nominativo com infinitivo [+Agr], e sujeito PRO com infinitivo [-Agr].

Supomos que a projeção máxima InfP, não marcada para Agr, não se qualifica sozinha como barreira para regência de fora. Resguardada a Condição de Minimalidade, abre-se a possibilidade de construção ECM (60).

- (60) a. Bush ouviu [_{AgrP} *os leões rugir*].
b. A professora mandou [_{AgrP} *os alunos ler a crônica*].
c. O jóquei olhou [_{AgrP} *os cavalos correr*].
- (61) a. [_{IP} Não dá [_{PP} *para* [_{AgrP} *ti ficar quieto*]]]?
b. [_{IP} A mãe cantou [_{PP} *para* [_{AgrP} *mim dormir*]]].
c. [_{IP} Ela nos deu um lápis [_{PP} *para* [_{AgrP} *nós escrever*]]].

As orações infinitivas em (60) têm infinitivos [-Agr], por isso, eles não podem atribuir caso aos DPs abertos *os leões*, *os alunos* e *os cavalos*, respectivamente; como não podem ficar sem caso, os verbos ECM da oração matriz, que têm caso acusativo a atribuir, não encontrando barreira em InfP, em última instância, para salvar a gramaticalidade da sentença, atribuem-lhes o caso acusativo. Já vimos no capítulo 2 que a cliticização desses DPs revela sua morfologia acusativa, pelo menos no português padrão. No PB informal é, no entanto, um critério suspeito, pois há preferência pelo uso do pronome nominativo nessa configuração. Com isso, o infinitivo tende a concordar com eles. Os verbos causativos e perceptivos perdem, nessa nova configuração, sua condição de verbos ECM, passando a selecionar oração infinitiva com infinitivo [+Agr], fechando-se a qualquer regência externa.

As orações infinitivas em (61) são gramaticais, embora sejam excomungadas pela gramática tradicional. A preposição *para* marca com caso oblíquo *ti*, *mim* e *nós*, visto que InfP não é barreira. A forma oblíqua do pronome sujeito bloqueia a flexão do infinitivo. A gramática tradicional prescreve, no entanto, o uso da forma reta (nominativo) - *tu*, *eu* e *nós* - e o infinitivo [+Agr]. Em (61c) não é possível verificar se *nós* está no nominativo, com o infinitivo sofrendo apagamento da desinência *-mos*, ou se recebeu o caso oblíquo da preposição *para* e, por força disso, com infinitivo [-Agr]. Essa distinção só é possível na primeira pessoa do singular (*eu-mim*) e na segunda pessoa do singular (*tu-ti*), esta última de uso cada vez mais restrito.

A *Hipótese Inacusativa* de Burzio (1985), somada à conceituação de *Small Clause* (SC), permite inovadoras abordagens do infinitivo [+Agr] do português. Por isso, passamos a expô-la na próxima seção.

4.7 – A hipótese inacusativa

A hipótese inacusativa partiu de uma proposta de Burzio (1985), segundo a qual certos verbos, considerados intransitivos pela tradição gramatical, selecionam um argumento interno e não externo. A característica mais intrigante é a incapacidade de atribuir caso acusativo a seu complemento, ao contrário do que ocorre com os verbos transitivos normais. Cria-se um aparente paradoxo entre a marcação temática e a atribuição de caso. Como não selecionam argumento externo, o DP complemento, sem caso, passa por um processo de “subjativação”, porque sobe para a posição de sujeito, marcada para caso, onde encontra as condições para receber o caso nominativo. Com isso, fica licenciada a relação de concordância canônica sujeito-verbo (I-Spec). Esse movimento da posição de complemento na estrutura-D para a posição sujeito (Spec de IP) na estrutura-S é denominado de *alçamento*.

A proposta de Burzio provoca, necessariamente, uma mudança na tradicional classificação dos verbos. Teríamos, segundo Mioto (1995), apenas três classes de verbos: transitivo, intransitivo e inacusativo. Isso implica, também, a admissão de apenas um tipo de predicado, o predicado verbal; o predicado nominal e verbo-nominal (composto) estariam, portanto, descartados.

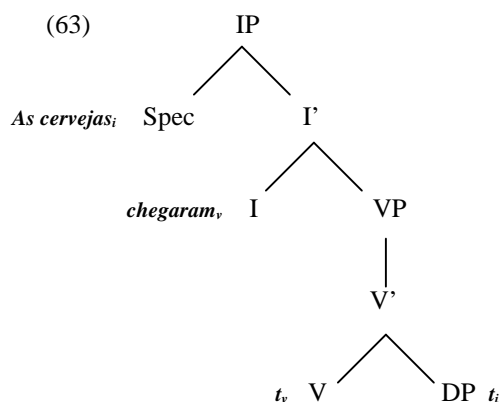
Os inacusativos formam, portanto, uma nova classe de verbos. Fariam parte dela:

- (i) Verbos de um argumento só, como *chega*, *consta*, *urge*, *cum-pre*, *obsta*, *parece*, *basta*, *importa*, *carece*, *convém*, *sucede*, *etc.* A propriedade inacusativa fica mais visível quando o argumento interno exhibe o traço semântico [-Animado].
- (ii) Os verbos transitivos empregados intransitivamente: *abrir*, *fechar*, *encerrar*, *afundar*, *quebrar*, *partir*, *etc.* (Eliseu, 1984).
- (iii) Os verbos transitivos na voz passiva.
- (iv) Os verbos auxiliares: *ir*, *poder*, *dever*, *costumar*, *etc.*
- (v) Os verbos de ligação.

Os verbos de (i) constituem o grupo genuinamente inacusativo: a propriedade inacusativa torna-se mais visível quando seu argumento interno exhibe o traço semântico [-Animado]. O protótipo do verbo inacusativo mostramos em (62).

- (62) a. [_{IP} Chegaram [_{V'} as cervejas]].
 b. [_{IP} As cervejas_i chegaram [_{V'} t_i]].
 c. [_{IP} Chegaram [_{V'} os convidados]].
 d. [_{IP} Os convidados_i chegaram [_{V'} t_i]].

Em (62b), o argumento interno (*as cervejas*) do verbo inacusativo *chegaram* é [-Animado], um traço semântico que não o qualifica como candidato a argumento externo, porque seu papel temático corresponde a *Tema*. Em (62d), o argumento interno (*os convidados*) é [+Animado], um traço semântico que o qualifica melhor como candidato a argumento externo, apesar de seu papel temático também corresponder a *Tema*. Para tornar mais visível o alçamento do complemento *as cervejas* para a posição Spec/IP, apresentamos a configuração sintática de (62b) na representação arbórea (63).

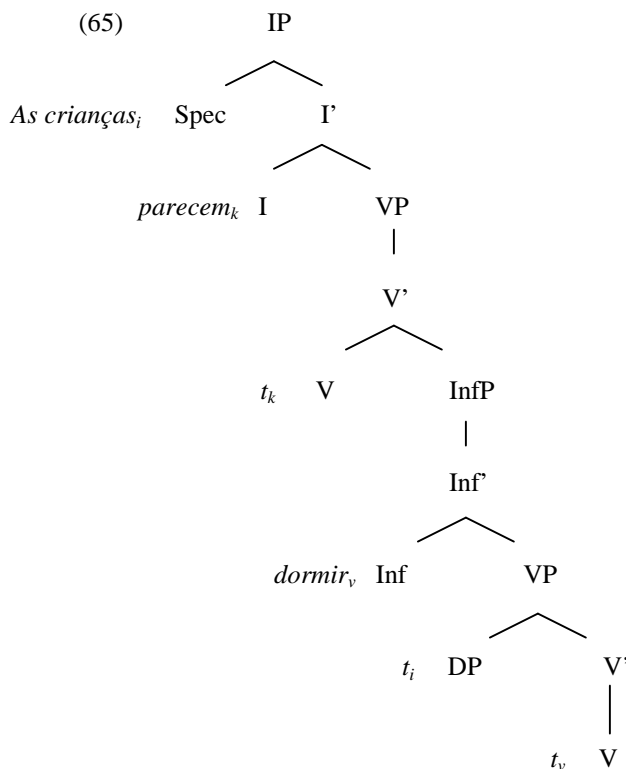


O alçamento pode também ocorrer em orações subordinadas infinitivas: o infinitivo [-Agr] ou o DP na posição de sujeito da oração infinitiva [-Agr], na busca de caso para adquirir visibilidade em LF, sobe para a posição de Spec/IP da sua oração matriz. Afinal, um DP aberto na posição de sujeito não sobrevive num contexto [-Agr]. Um exemplo clássico desse movimento temos com *parecer*, um verbo também tipicamente inacusativo (64).

- (64) a. Parece [_{CP} *que* [_{IP} *as crianças dormem*]].
 b. *Parece [_{Infp} *as crianças dormir*]].
 c. *As crianças*_i parecem [_{Infp} *t_i dormir*]].

O verbo *parecer* pode selecionar como argumento interno uma oração finita ou infinitiva. Como verbo inacusativo, ele não tem condições de atribuir caso acusativo ao DP sujeito da oração infinitiva (*as crianças*). A construção ECM é, portanto, inviabilizada. O DP *as crianças*, precisa, no entanto, de caso para salvar a sentença: a alternativa extrema é a subida para a posição vazia de sujeito de *parece*, o verbo da oração matriz. Para tornar

mais visível o alçamento do DP *as crianças* na sentença (64c), desenhamos a árvore que representa essa estrutura (65).



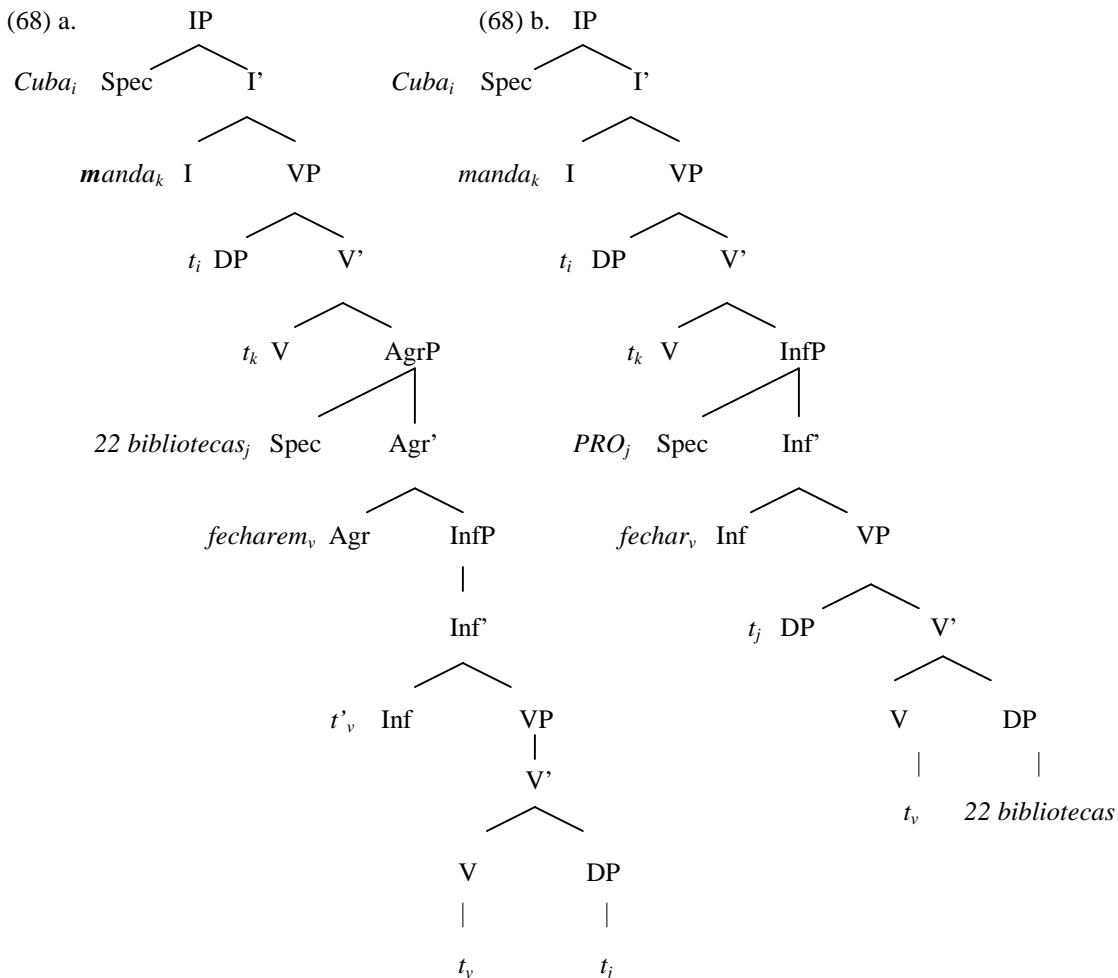
O grupo (ii) é constituído de verbos transitivos que dispensam o DP sujeito, isto é, o papel- θ de Agente-causador. Como o verbo abdicou do seu caso nominativo, desqualificase, igualmente, como atribuidor de caso acusativo a seu argumento interno. O DP que ocupa a posição de complemento sobe para a posição de sujeito onde tem condições de receber caso (nominativo). Mostramos essa subjetivação do objeto em (66).

- (66) a. [_{IP} __ Abriu a porta].
 [_{IP} A porta_i abriu_v ...[_{V'} t_v t_i]]
- b. [_{IP} __ Afundou o barco].
 [_{IP} O barco_i afundou_v ...[_{V'} t_v t_i]]
- c. Cuba manda [_{IP} __ fechar 22 bibliotecas].
 Cuba manda [_{AgP} 22 bibliotecas_i fecharem_v [_{InfP} t'_v [_{VP} [_{V'} t_v t_i]]]]]

A FSP-26.07.2003, optou pelo emprego inacusativo do verbo *fechar* em (66c): *Cuba manda 22 bibliotecas fecharem*, o que vai aparentemente contra a economia de espaço, a regra máxima de manchetes jornalísticas; o DP complemento *22 bibliotecas* foi alçado à posição de sujeito do verbo *fechar*, inacusativo, para receber o caso nominativo de [+Agr], já que a posição de argumento interno é [-K]. A FSP poderia ter escolhido uma forma mais sintética: *Cuba manda fechar 22 bibliotecas*, mas aí já é outra estrutura

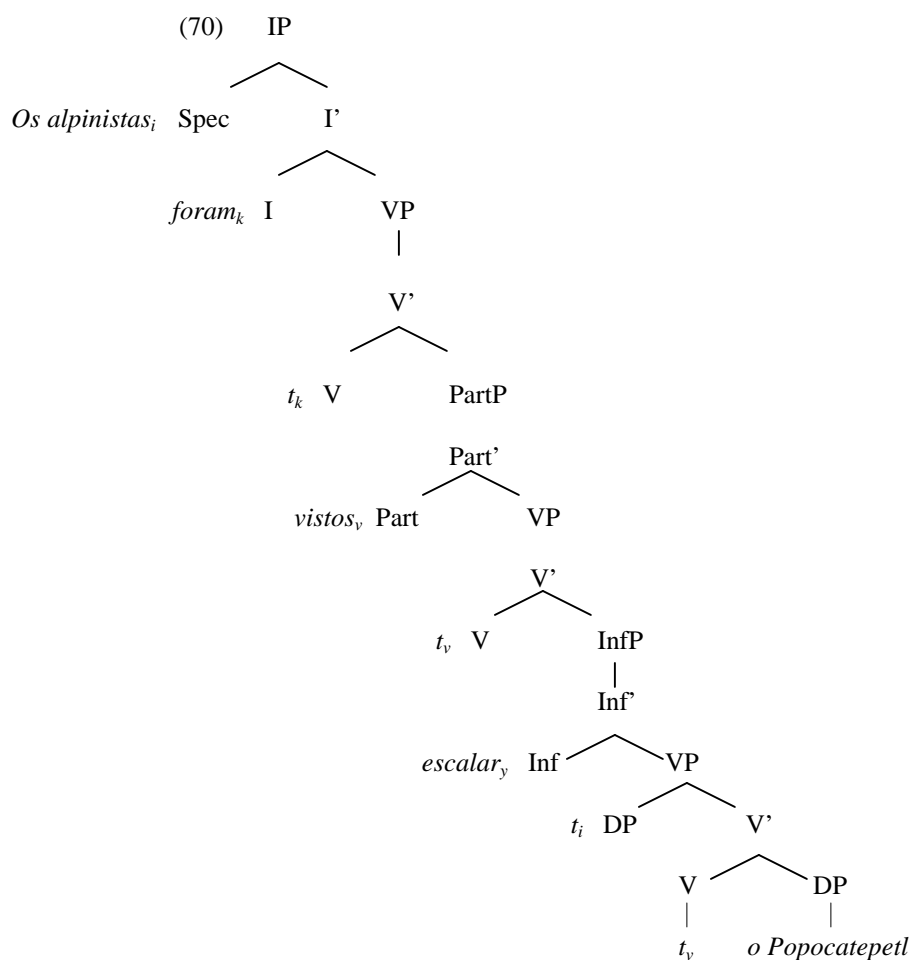
sintática; agora, *22 bibliotecas* é complemento acusativo do verbo transitivo *fechar*. Para contrastar as duas estruturas-D distintas, vamos reescrevê-las em (67): em (67a), temos a versão inacusativa do verbo *fechar*, e, em (67b), a versão transitiva do mesmo verbo. Na sentença (67a), a oração infinitiva tem infinitivo [+Agr], liberando a construção *nominativo com infinitivo* (árvore (68a)); na sentença (67b), a oração infinitiva tem infinitivo [-Agr] (árvore (68b)), o que torna inóspita a posição de sujeito para um DP pronunciado, mas ideal para a categoria vazia PRO. Mas essa interpretação contraria a idéia de que só um verbo que atribui caso nominativo a seu DP sujeito é capaz de atribuir acusativo a seu DP complemento. Nesse sentido, o sujeito de *fechar* em (67b) não seria PRO (infinitivo -Agr), mas pro (infinitivo +Agr). De qualquer forma, *22 bibliotecas* recebe o caso acusativo de *fechar*, haja vista que em português temos verbos que não selecionam sujeito e, mesmo assim, selecionam complemento. A tradição gramatical sacramentou *fazer* e *haver* como exemplos típicos com esse espectro casual.

- (67) a. Cuba manda [22 bibliotecas fecharem].
 Cuba manda [_{AgrP} 22 bibliotecas_i fecharem_v [_{InfP} t'_v ... [v' t_v t_i]]]
 b. Cuba manda [fechar 22 bibliotecas].
 Cuba manda [_{InfP} PRO_i fechar_v [_{VP} t_i [v' t_v 22 bibliotecas]]]



O grupo (iii) dos inacusativos é constituído de verbos transitivos na sua forma passiva. Para Chomsky (1981), o particípio do verbo perde a capacidade de atribuir caso acusativo porque a sua mudança categorial (V para A) causou-lhe a perda da propriedade [-N]; a voz passiva também “cancela” a atribuição de função- θ externa à posição de sujeito. No capítulo 1, vimos que o verbo passivo do latim pode selecionar como argumento interno uma oração infinitiva, com duas alternativas: (i) alçamento do sujeito para a posição vazia Spec/IP da oração matriz (onde o DP recebe caso nominativo), ou (ii) acusativo com infinitivo por regra default. A alternativa (i) do latim tem gramaticalidade duvidosa no português; a alternativa (ii) é decididamente agramatical (69). A provável representação em árvore da versão passiva de (69) mostramos em (70).

- (69) a. O guia viu [*os alpinistas escalam o Popocatepetl*].
 b. ^{??}Os alpinistas foram vistos [*escalar o Popocatepetl*].
 *_{[IP ___ foi ...[_{V'} [_{PartP} visto ...[_{InfP} *os alpinistas escalar*_v ...[_{V'} *t_v o Popocatepetl*]]]]]}
^{??}_{[IP *os alpinistas_i* foram ...[_{V'} [_{PartP} vistos ...[_{InfP} *t'_i escalar*_v ...[_{V'} *t_v o popocatepetl*]]]]]}
 Os alpinistas foram vistos [_{InfP} *pro escalam o Popocatepetl*].



Podemos, sem dúvida, derivar outras construções da sentença (69): em lugar do infinitivo [-Agr], o PB prefere empregar o gerúndio [*escalando o Popocatepetl*], enquanto o PE seleciona *preposição + infinitivo* [-Agr] [*a escalar o Popocatepetl*].

O grupo (iv) é constituído de verbos tradicionalmente considerados auxiliares, fazendo parte, portanto, de “locução verbal” ou “conjugação perifrástica. Como auxiliares, incorporam as flexões I (Agr e T), seguidos de infinitivo. Aqui os acolhemos na classe dos verbos inacusativos e, como tais, selecionam para argumento interno uma oração infinitiva [-Agr] (71).

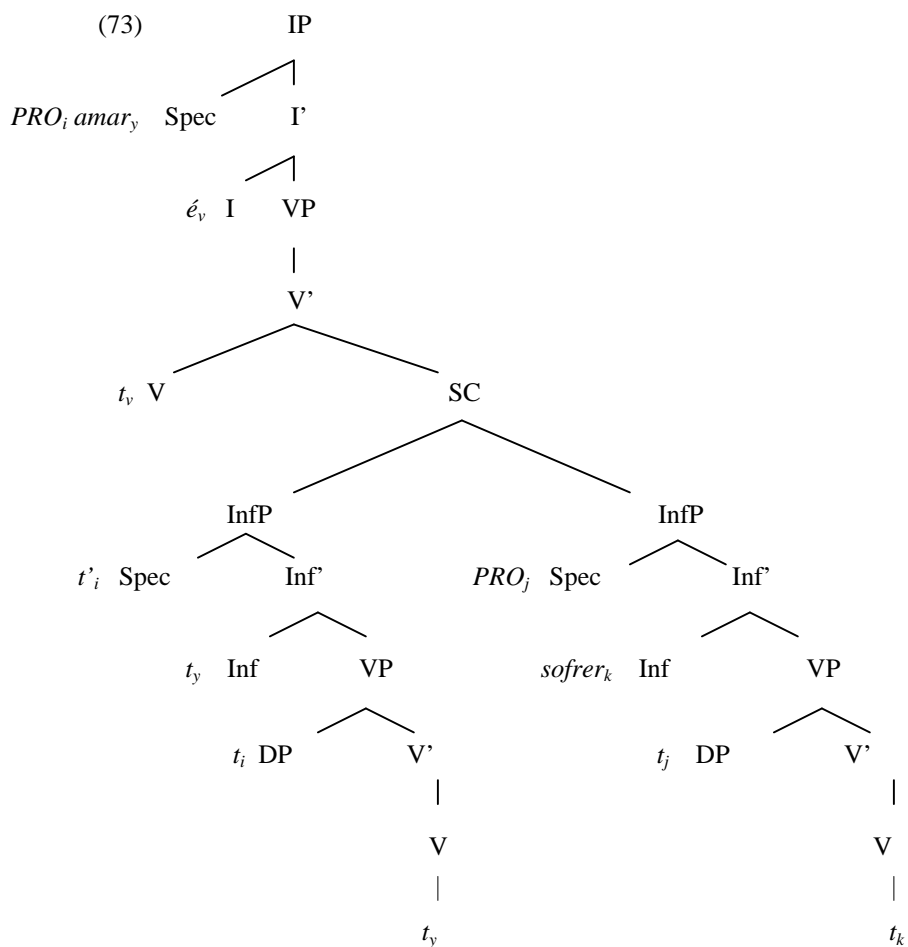
- (71) a. Os deputados vão [*votar a Reforma da Previdência*].
 [IP ___ vai ...[V' [InfP *os deputados_i votar_v* [VP ... *a Reforma da Previdência*]]]]
 [IP *os deputados_i* vão ...[V' [InfP *votar_v* [VP ... *a Reforma da Previdência*]]]]
- b. Os EUA podem [*atacar o Irã*].
 [IP ___ pode ...[V' [InfP *os EUA_i atacar_v* [VP ... *o Irã*]]]]
 [IP *os EUA_i* podem [V' [InfP *atacar_v* [VP ... *o Irã*]]]]

A noção de proximidade e dependência é muito forte nesse grupo de verbos inacusativos, tanto assim que a tradição vê neles verbos auxiliares com tendência à gramaticalização, tornando-se sintática e semanticamente dependentes do verbo principal. Por sua vez, o verbo principal infinitivo fica morfologicamente dependente do auxiliar em razão da flexão, tanto assim que sempre vem na forma [-Agr]. Os dois verbos - inacusativo e infinitivo - constituem, assim, um aglomerado verbal em que a flexão é amalgamada ao verbo inacusativo.

O grupo v é constituído pelos verbos que a tradição gramatical consagrou como de “ligação”. Formam uma lista bastante extensa: *ser, estar, ficar, continuar, tornar-se, permanecer, virar, etc.* O verbo inacusativo *ser* é complexo porque pode figurar em inúmeros contextos diferentes. Seu argumento interno é uma SC. As posições de sujeito ou de predicado da SC podem ser ocupadas por oração infinitiva (72).

- (72) a. [*Amar*] é [*sofrer*].
 [IP ___ é [V' [SC *amar sofrer*]]] → estrutura-D
 [IP *PRO amar_i* é_v [V' t_v [SC t_i *PRO sofrer*]]] → estrutura-S
- b. [*Ler Camões*] era um pesadelo.
 [IP ___ era [V' [SC *ler Camões um pesadelo*]]] → estrutura-D
 [IP *PRO ler Camões_i* era_v [V' t_v [SC t_i *um pesadelo*]]] → estrutura-S

Mostramos mais detalhadamente a arquitetura da sentença (72a) na árvore (73), logo abaixo. O argumento interno de *é* corresponde a SC, que é constituído do sujeito (*PRO amar*) e do predicado (*PRO sofrer*). A oração infinitiva [-Agr] sujeito de SC sobe para a posição de sujeito da oração matriz, não projetada por ser verbo inacusativo. Desta forma, a estrutura-S apresenta uma arquitetura condizente com seu status de verbo inacusativo: [IP *PRO amar_i* é_v [V' t_v [SC t_i *PRO sofrer*]].



O verbo *ser+adjetivo* configura uma construção em que o sujeito da SC pode ser expresso por oração infinitiva com infinitivo [-Agr] ou [+Agr]. O alçamento da oração infinitiva para a posição de sujeito da oração matriz é encoberto, isto é, somente ocorre no nível LF (74).

- (74) a. Era gostoso [*ouvir fábulas*].
 [IP __ era ...[v' [SC *ouvir fábulas gostoso*]]]
 [IP *PRO ouvir fábulas*_i era_v ...[v' [SC *t_i gostoso*]]]
- b. Era gostoso [*ouvirmos fábulas*].
 [IP __ era ...[v' [SC *pro ouvirmos fábulas gostoso*]]]
 [IP *pro ouvirmos fábulas*_i era_v ...[v' [SC *t_i gostoso*]]]
- c. É comum [*surgirem desavenças*].
 [IP __ é ...[v' [SC *surgirem desavenças comum*]]]
 [IP *surgirem desavenças*_i é_v ...[v' [SC *t_i comum*]]]

Em (74c), o DP sujeito (*desavenças*) da oração infinitiva [+Agr] é pós-verbal, portanto, o caso nominativo é atribuído à direita.

As construções mais complexas do verbo inacusativo *ser* deixamos para a próxima seção (4.7), quando contemplamos outras construções em que são necessários mecanismos sintáticos até aqui não contemplados.

4.8 – Orações infinitivas com infinitivo [+Agr] e [-Agr] complexas

4.8.1 - Raposo (1992:335) apresenta exemplos de orações infinitivas em PE que são, seguramente, de aceitação mais difícil para os falantes de PB (75).

(75) É difícil para [os deputados]_i [PRO_i aceitar essa proposta].

O DP *os deputados* da oração matriz recebe o caso oblíquo da preposição *para*; este, por sua vez, controla o sujeito *PRO* da oração infinitiva. Se colocarmos na posição do DP *os deputados* o pronome pessoal da primeira pessoa do singular, teremos uma sentença como mostrada em (76).

(76) a. É difícil para [*mim*]_i [PRO_i aceitar essa proposta].

A gramática tradicional admite as leituras (75) e (76), isto é, *os deputados* e *mim* são regidos diretamente pela preposição e a oração infinitiva tem sujeito próprio. A restrição imposta é de que haja uma pausa, ou uma vírgula, na escrita, para não deixar dúvidas da não-vinculação de *mim* com o infinitivo que segue. No português brasileiro, há uma clara preferência pelas construções mostradas em (77). A sentença (77c) é considerada agramatical, pelo menos no português padrão.

- (77) a. É difícil para [_{AgrP} *os deputados aceitarem essa proposta*].
b. *É difícil para [_{InfP} *os deputados aceitar essa proposta*].
c. É difícil para [_{InfP} *mim aceitar essa proposta*].
d. É difícil para [_{AgrP} *eu aceitar essa proposta*].

A mesma oração infinitiva, sem preposição, aceita a construção com infinitivo [+Agr] e [-Agr] (78).

- (78) a. É difícil [_{AgrP} *os deputados aceitarem essa proposta*].
b. É difícil [_{AgrP} *pro aceitarmos essa proposta*].
c. É difícil [_{InfP} *PRO aceitar a proposta*].

4.8.2 - Outro exemplo de Raposo (1992: 336) do PE, que pode gerar dúvidas, mostramos em (79).

(79) Antes de [PRO]_i aceitar a proposta, [os deputados]_i discutiram durante duas horas.

O sujeito da oração infinitiva é PRO controlado pelo DP sujeito da oração matriz. No capítulo 3, vimos que o PB favorece a construção com infinitivo [+Agr] nessa configuração sintática. Há, portanto, a presença de dois fortes favorecedores do emprego de

infinitivo [+Agr]: (i) oração adverbial temporal, e (ii) oração infinitiva anteposta à sua principal. A forma preferida seria como mostrada em (80).

- (80) Antes de [_{AgrP} *pro*_i *aceitarem a proposta*], os deputados_i discutiram durante duas horas.

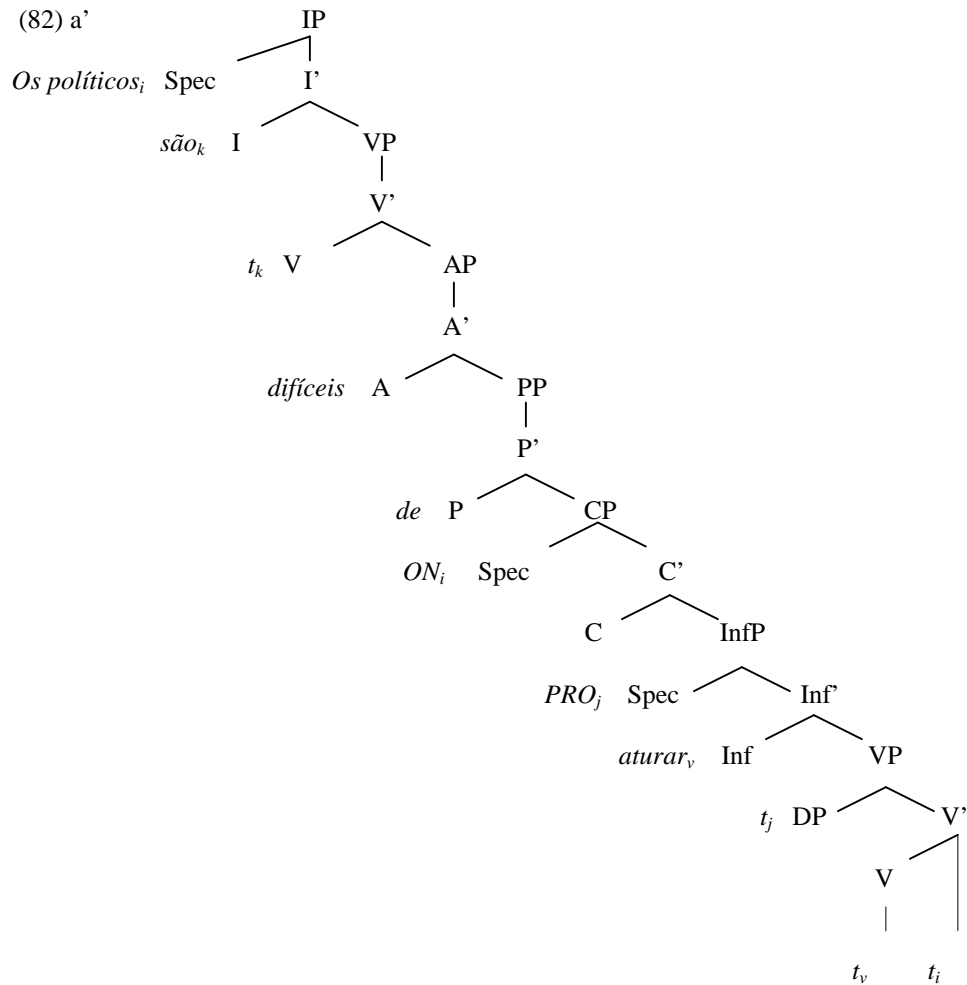
4.8.3 - As construções de orações infinitivas adjuntas e relativas, regidas por preposição *de*, *a*, *para* e *por*, têm o infinitivo [-Agr] na forma ativa e [+Agr] na forma passiva. Elas revelam uma estrutura sintática complexa, pois violam, aparentemente, alguns cânones como atribuição de caso, critério- θ e propriedades das categorias vazias (81).

- (81) a. Os políticos são difíceis [*de aturar*].
 a'. Os políticos são difíceis [*de serem aturados*].
 b. Esses problemas são fáceis [*de resolver*].
 b'. Esses problemas são fáceis [*de serem resolvidos*].
 c. Eu tenho dois trabalhos [*a fazer*].
 c'. Eu tenho dois trabalhos [*a serem feitos*].
 d. Ela deixou dois textos [*por redigir*].
 d'. Ela deixou dois textos [*por serem redigidos*].

Vimos no capítulo 2 as divergências dos gramáticos tradicionais na análise dessas sentenças. No modelo TRL, sugere-se a presença de um operador nulo na oração infinitiva. Por exemplo, em (81a), o sujeito do infinitivo *aturar* [-Agr] é um PRO arbitrário. Na posição de objeto do infinitivo *aturar*, temos uma variável, um operador abstrato na estrutura-D, rotulado de “operador nulo” (ON). Esse ON regido move-se para Spec de CP da oração infinitiva. A questão em suspenso é o motivo por que o infinitivo não atribui caso acusativo a seu argumento interno: a posição não é preenchida por DP, mas por uma categoria vazia (ON), uma variável, cujo valor é somente fixado na posição de sujeito da oração matriz. As demais orações infinitivas ativas (81) exibem uma estrutura semelhante. Para mostrar todos esses malabarismos sintáticos de ocultação e posterior revelação, reescrevemos as mesmas em (82).

- (82) a. [Os políticos] são difíceis de [_{CP} [_{IP} [*PRO aturar* ON]]] → estrutura-D
 [_{IP} Os políticos]_i são difíceis de [_{CP} ON_i [*PRO aturar* t_i]] → estrutura-S
- b. [Esses problemas] são fáceis de [_{CP} [_{IP} [*PRO resolver* ON]]] → estrutura-D
 [Esses problemas]_i são fáceis de [_{CP} ON_i [*PRO resolver* t_i]] → estrutura-S
- c. Eu tenho [dois trabalhos] a [_{CP} [_{IP} [*PRO fazer* ON]]] → estrutura-D
 Eu tenho [dois trabalhos]_i a [_{CP} ON_i [*PRO fazer* t_i]] → estrutura-S
- d. Ela deixou [dois textos] por [_{CP} [_{IP} [*PRO redigir* ON]]] → estrutura-D
 Ela deixou [dois textos]_i por [_{CP} ON_i [*PRO redigir* t_i]] → estrutura-S

Mostramos em (82a'), logo adiante, a representação arbórea da sentença (82a).

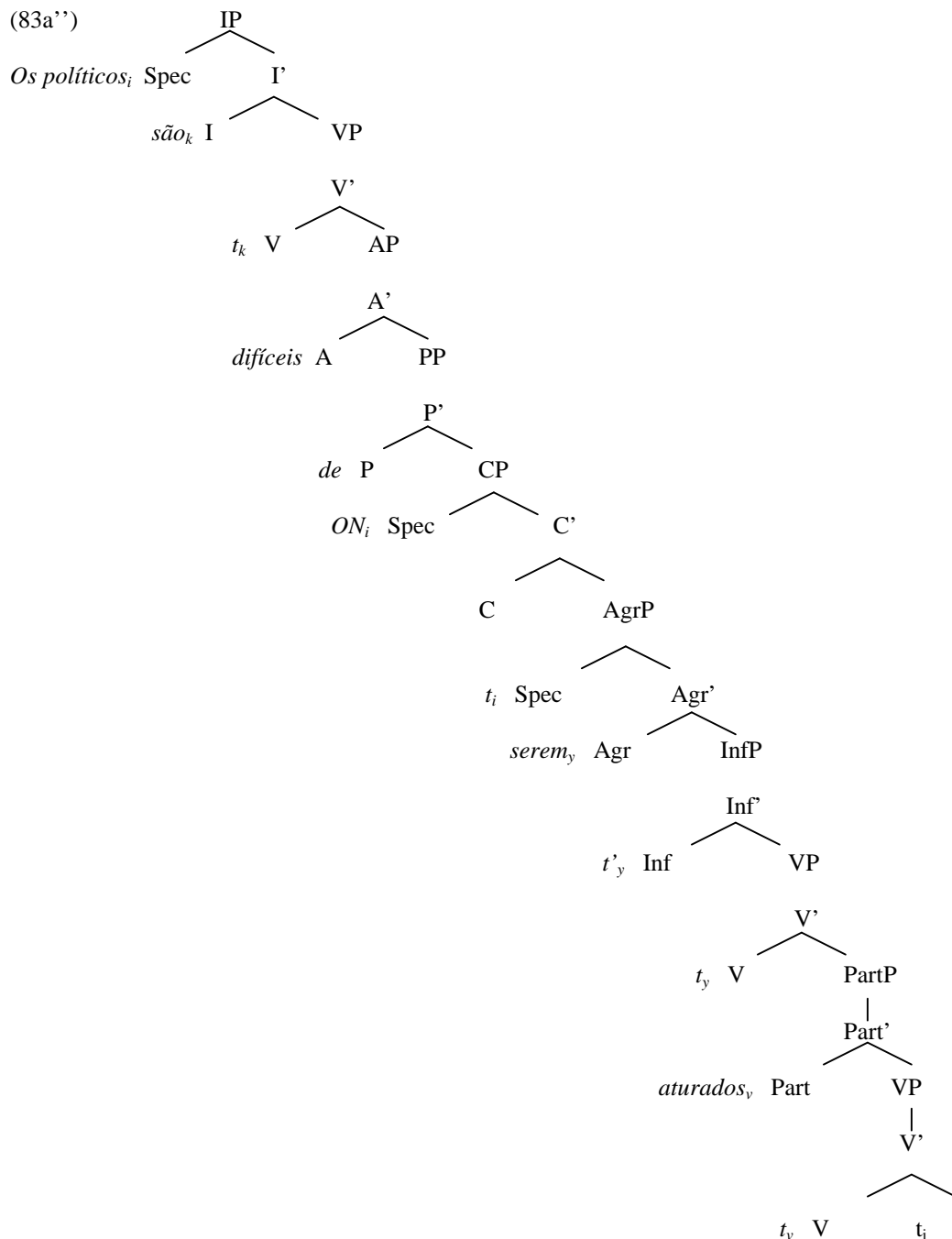


A explicação da voz passiva dessas orações infinitivas torna-se, agora, bem mais aceitável e lógica: como o particípio passivo cancela a atribuição de função- θ externa à posição de sujeito e perde, simultaneamente, a capacidade de atribuir caso acusativo, o ON passa da posição de objeto para a posição de sujeito do infinitivo; dessa posição sobe para a posição de Spec CP. O DP *os políticos*, co-indexado com o *ON* nasce em Spec de IP onde recebe o caso nominativo. Para mostrar essa configuração, reescrevemos as sentenças (81) na sua versão passiva em (83).

- (83) a'. [Os políticos] são difíceis de [_{CP} [_{IP} [__ serem aturados ON]]] → estrutura-D
 [Os políticos]_i são difíceis de [_{CP} ON_i [t'_i serem aturados t_i]] → estrutura-S
- b'. [Esses problemas] são fáceis de [_{CP} [_{IP} [__ serem resolvidos ON]]] → estrutura-D
 [Esses problemas]_i são fáceis de [_{CP} ON_i [t'_i serem resolvidos t_i]] → estrutura-S
- c'. Eu tenho [dois trabalhos] a [_{CP} [_{IP} [__ serem feitos ON]]] → estrutura-D
 Eu tenho [dois trabalhos]_i a [_{CP} ON_i [t'_i serem feitos t_i]] → estrutura-S
- d'. Ela deixou [dois textos] por [_{CP} [_{IP} [__ serem redigidos ON]]] → estrutura-D
 Ela deixou [dois textos]_i por [_{CP} ON_i [t'_i serem redigidos t_i]] → estrutura-S

Expomos a complexidade sintática da sentença (83a'), passiva, na árvore (83a''), logo abaixo, para fins de comparação com a árvore (82a'), ativa. O ON sobe da posição de argumento interno do verbo passivo (t_i) para a posição de Spec de AgrP (t'_i) e se fixa em Spec de CP (ON_i). O DP co-indexado *os políticos*_{*i*} permanece na posição de Spec de IP onde recebe o caso nominativo do verbo finito *são*. A verdadeira identidade, isto é, as propriedades morfológicas e semânticas da variável ON, somente é revelada na posição de sujeito da oração matriz. Fenômeno semelhante ocorre nas demais sentenças com infinitivo passivo (83b'), (83c') e (83d')

(83a'')



O mesmo movimento de ON se repete de forma semelhante nas demais orações infinitivas com infinitivo passivo (83b'), (83c') e (83d').

As mesmas sentenças (81), com infinitivo ativo admitem a construção com a posição do argumento interno ocupada por DP recebendo de seu verbo regente o caso acusativo. Mostramos essa nova versão, sem a topicalização do argumento interno do infinitivo, em (84).

- (84) a. É difícil de aturar os políticos.
É difícil de [_{InfP} PRO_i aturar_k [_{VP} [_{V'} t_k [_{DP} os políticos]]]]
- b. É fácil de resolver esses problemas.
É fácil de [_{InfP} PRO_i resolver_k [_{VP} [_{V'} t_k [_{DP} esses problemas]]]]
- c. Eu tenho de fazer dois trabalhos.
Eu tenho de [_{InfP} PRO_i fazer_k [_{VP} [_{V'} t_k [_{DP} dois trabalhos]]]]
- d. Ela deixou de redigir dois textos.
Ela deixou de [_{InfP} PRO_i redigir_k [_{VP} [_{V'} t_k [_{DP} dois textos]]]]

A versão passiva das mesmas orações infinitivas soa um pouco marginal no PB, pois sua aceitabilidade é duvidosa (85).

- (85) a. É difícil de os políticos serem aturados.
b. É fácil de esses problemas serem resolvidos.
c. Eu tenho dois trabalhos a serem feitos.
d. Ela deixou dois textos a serem redigidos.

Raposo (1987) registra no PE a forma passiva com morfologia impessoal, tanto na forma passiva analítico como na pronominal (com *se*) (86).

- (86) a. Os políticos são difíceis de ser aturados.
a'. Os políticos são difíceis de serem aturados.
b. Os políticos são difíceis de se aturar.
b'. Os políticos são difíceis de se aturarem.

No PB formal (escrito) há clara preferência pelo emprego do infinitivo [+Agr], na forma passiva, fazendo o infinitivo concordar com o particípio plural “por atração” (86a'), segundo os gramáticos tradicionais. A forma passiva pronominal é pouco usada no PB informal: o *se*, na realidade, é usado com valor de indeterminação do sujeito e não como pronome apassivador; por isso, a forma preferida é a (86b), com o infinitivo [-Agr]. Essa concordância por atração torna-se bem visível quando temos na mesma sentença um infinitivo ativo seguido de um infinitivo passivo (87).

- (87) a. As crianças não gostam de [beijar] e [serem beijadas].
b. Os bandidos obrigaram os motoristas a [parar] para [serem assaltados].
c. Os israelenses têm medo de [entrar] em ônibus e [serem] alvos de atentado.

Nas sentenças (84a) e (84b), a oração infinitiva é complemento de difícil e fácil, respectivamente. As mesmas sentenças admitem também uma versão SC, isto é, sem preposição, como registramos em (88).

- (88) a. É difícil [*aturar os políticos*].
 [IP ___ é ... [V' [SC *difícil aturar os políticos*]].
- b. É fácil [*resolver esses problemas*].
 [IP ___ é ... [V' [SC *fácil resolver esses problemas*]].

Haegeman (1994:468-9) registra orações infinitivas semelhantes no inglês (89).

- (89) a. I_j need a man_i [CP OP_i [IP PRO_j to love t_i]].
Eu preciso de um homem para amar.
 I need [a man_i [CP whom_i [IP I can love t_i]]].
Eu preciso de um homem a quem eu possa amar.
 I need [a man_i [CP OP_i that [IP I can love t_i]]].
Eu preciso de um homem que eu possa amar.
- b. John_i is too stubborn [CP OP_i [IP PRO to invite t_i]].
João é teimoso demais para convidar.
 John_i is too stubborn [CP for [IP us to invite him]].
João é teimoso demais para nós o convidarmos.
 John_i is too stubborn [CP for [IP us to invite t_i]].
João é teimoso demais para nós convidarmos.

O exemplo clássico dessas construções, presente em todos os manuais, mostramos em (90). Essas construções ocorrem também no alemão e italiano.

- (90) John is easy to please.
 John_i is easy [CP OP_i [IP PRO_i to please t_i]].
João_i é fácil de [CP OP_i [IP PRO_i agradar t_i]].

4.8.4 - Outra configuração sintática intrigante ocorre com verbos de controle: *obrigar, forçar, impedir, proibir, acusar, intimidar, convocar, exortar, conclamar, convencer, levar, estimular, aconselhar, permitir, ensinar, influenciar, convidar, ajudar, orientar, etc.* O complemento desses verbos controla o sujeito da oração infinitiva (pro ou PRO), pois admite tanto infinitivo [+Agr] como [-Agr] (91).

- (91) a. Os bandidos obrigaram os clientes a deitarem no chão.
 b. Bin Laden exortou os muçulmanos a boicotarem a Coca-Cola.
 c. Os ruralistas impediram os sem-terra de invadirem a fazenda.
 d. Lula convenceu os deputados a votarem nas reformas.

Em (91) podemos ver que o argumento interno dos verbos de controle *obrigaram, exortou, impediram* e *convenceu* estão co-indexados com o sujeito nulo *pro* da oração infinitiva, conforme mostramos em (92).

- (92) a. Os bandidos obrigaram [*os clientes*]_i [PP a [_{AgrP} *pro*_i *deitarem no chão*]]].
 b. Bin Laden exortou [*os muçulmanos*]_i [PP a [_{AgrP} *pro*_i *boicotarem a Coca-Cola*]]].
 c. Os ruralistas impediram [*os sem-terra*]_i [PP de [_{AgrP} *pro*_i *invadirem a fazenda*]]].
 d. Lula convenceu [*os deputados*]_i [PP a [_{AgrP} *pro*_i *votarem nas reformas*]]].

O português brasileiro admite em (91) o infinitivo [-Agr]: agora o argumento interno dos mesmos verbos controla o sujeito PRO do infinitivo [-Agr] (93).

- (93) a. Os bandidos obrigaram [*os clientes*]_i [_{PP} a [_{InfP} *PRO*_i *deitar no chão*]].
b. Bin Laden exortou [*os muçulmanos*]_i [_{PP} a [_{InfP} *PRO*_i *boicotar a Coca-Cola*]].
c. Os ruralistas impediram [*os sem-terra*]_i [_{PP} de [_{InfP} *PRO*_i *invadir a fazenda*]].
d. Lula convenceu [*os deputados*]_i [_{PP} a [_{InfP} *PRO*_i *votar nas reformas*]].

Se apassivarmos os verbos de controle das sentenças (91), o argumento interno - agora na posição de sujeito e, portanto, no caso nominativo - continua no papel de controlador do *pro* ou *PRO*. Aparentemente, na voz passiva há preferência pelo emprego de infinitivo [-Agr] (94).

- (94) a. [*Os clientes*]_i foram obrigados [_{PP} a [_{InfP} *PRO*_i *deitar no chão*]].
b. [*Os muçulmanos*]_i foram exortados [_{PP} a [_{InfP} *PRO*_i *boicotar a Coca-Cola*]].
c. [*Os sem-terra*]_i foram impedidos [_{PP} de [_{InfP} *PRO*_i *invadir a fazenda*]].
d. [*Os deputados*]_i foram convencidos [_{PP} a [_{InfP} *PRO*_i *votar nas reformas*]].

4.8.5 – Mostramos em (95) algumas frases extraídas de Zero Hora que servem para levantar uma série de questionamentos sobre o motivo da escolha de infinitivo [+Agr] e [-Agr].

- (95) a. “Cuba executou em abril três homens [*por seqüestrarem um barco*] [*para fugir para Miami*]”. (ZH, 22.07.2003)
b. “Os cubanos foram convocados [*para se reunirem em Havana*] e [*comemorar os 40 anos da vitória da Baía dos Porcos*]” (ZH, 17.04.2003)
c. “Aqui, os incapazes de [*roubar*], de [*matar*], de [*enganar*], de [*mentir*], [*por possuírem fortes valores familiares*], sofrem continuamente.” (ZH, 28.02.2003)
d. “A temperatura de 40° fez [*turistas pararem o passeio*] e [*procurarem alívio na água em frente ao Louvre*].” (ZH, 04.08.2003)

Analisando a sentença (95a), como vamos justificar o emprego pelo redator de ZH de infinitivo [+Agr] na primeira oração subordinada infinitiva (*seqüestrarem*) e infinitivo [-Agr], logo adiante, na segunda oração infinitiva (*fugir*)? Os gramáticos tradicionais, como Luft (1976), alegam que o sujeito já foi devidamente identificado na primeira oração infinitiva, seria, portanto, redundância desnecessária repetir a mesma informação. Ladeira (1986) encaminha a questão pelo critério do favorecimento: uma oração adverbial causal favoreceria mais o emprego do infinitivo [+Agr] do que uma oração adverbial final. Todos os critérios são, aparentemente, válidos quando o emprego do infinitivo [+Agr] obedece não a uma regra gramatical, mas ao estilo (arbítrio) pessoal do autor. Poderíamos usar o infinitivo [+Agr] em ambos os infinitivos sem causar estranheza, mesmo em leitores que “navegam com farol por esses mares revoltos”. Se empregássemos em ambos o infinitivo [-Agr], também não despertaria a atenção do leitor crítico. Em termos de TRL, o dilema seria a escolha entre sujeito *pro* e *PRO*, ambos controlados pelo DP *três homens*.

A sentença (95b) também oferece escolha de natureza subjetiva: ambas são orações adverbiais finais. O primeiro infinitivo é [+Agr] porque está acompanhado de pronome reflexivo, um forte favorecedor da flexão do infinitivo, pois semanticamente indica

pluralidade; o segundo infinitivo é [-Agr], pois não há nenhum fator adicional que justifique sua flexão, mas a sua flexão não soaria nada mal, pois está coordenada à anterior.

O exemplo (95c) freqüenta quase todas as gramáticas tradicionais: no contexto de *adjetivo+de+infinitivo* o infinitivo é sempre [-Agr]. Depois de uma série de orações infinitivas (completivas) assindéticas, aparece uma oração infinitiva adverbial causal com infinitivo [+Agr]. Aqui há uma configuração que favorece fortemente a flexão do infinitivo, pois precede o predicado da oração matriz e o sujeito plural da mesma está posto. Não caberia, portanto, empregar o infinitivo [-Agr], pois a frase até o infinitivo está marcada pela impessoalidade.

Em (95d) temos duas ocorrências de infinitivo [+Agr]: as duas orações infinitivas completivas têm um sujeito pronunciado (expressão-R) diferente do da oração matriz. Já vimos no capítulo 1 que no latim corresponde a uma construção tipicamente ECM; e no capítulo 2, vimos que no português há duas alternativas com os verbos causativos e perceptivos: o falante brasileiro pode optar por uma construção ECM (*acusativo com infinitivo*), equivalendo a InfP (ou IP nos manuais de gramática gerativa), ou uma construção *nominativo com infinitivo*, uma marca registrada do português, equivalendo a AgrP (ou CP nos manuais de gramática gerativa). IP não bloqueia marcação de caso por atribuidor externo à oração infinitiva; CP, ao contrário, protege o DP sujeito da oração infinitiva de atribuição de caso externa. A alegada flexão redundante do segundo infinitivo, vinculado ao primeiro por coordenação, não tem status gramatical, mas é apenas uma opção estilística do falante. No PB escrito há, aparentemente, preferência pela concordância sujeito-infinitivo, sempre que houver configuração favorável.

4.8.6 – Um dos empregos de infinitivo [+Agr] mais estranho ocorre nas locuções verbais (96).

(96) a. “Então o[s] senhor[es] *têm que procurarem* um homem desses, né?”
(Inf.19, A-10, SBO)

b. “Esses acontecimentos não *podem*, em hipótese alguma, *serem relegados* ao esquecimento.”

A sentença (96a) resulta claramente de hipercorreção: o verbo auxiliar *ter* sempre é seguido de infinitivo [-Agr]; na forma [+Agr] é fala fortemente estigmatizada.

Na sentença (96b) também temos uma “locução verbal” – *podem serem relegados* – em que a flexão do verbo principal é legitimada pelo encaixe de expressão “extensa” entre o verbo auxiliar e o verbo principal. A distância pode licenciar o emprego de infinitivo [+Agr]. O seu uso, porém, decorre da aplicação de uma regra de natureza estilística e não de natureza gramatical.

Fatores como proximidade, dependência, não-conversibilidade em oração finita concorrem como inibidores da flexão do infinitivo; conversibilidade, distância, independência, intencionalidade, clareza, ênfase, “beleza” entram como favorecedores da flexão do infinitivo. O conceito de “locução verbal” *lato sensu*, isto é, numa concepção

subjativa do falante nativo, torna-se, assim, um fator crucial para o licenciamento de infinitivo [-Agr] e [+Agr].

N O T A S

- Nota 1. “*padrões marcados da língua não são tomados como parte da gramática central da língua, pertencem à periferia marcada da gramática e podem ser adquiridos mais tarde*”. (tradução minha)
- Nota 2. Pesquisa feita para o seminário de “Aquisição da Linguagem”, da Prof^a Dr^a Ruth E. Vasconcellos Lopes, no segundo semestre de 2000 – UFSC.
- Nota 3. Maiores detalhes sobre essa questão podemos encontrar em *Preposições: núcleos lexicais ou funcionais?* de Carlos Miotto (1998).
- Nota 4. Gomes (2002) registra na fala carioca usos de objeto duplo em razão do apagamento da preposição nos dativos:
... ensinar []o povo regras básicas de saneamento. (Amostra 80 (C))
... eu vendi []ela dois voto. (Amostra 80 (C))
... pra dar continuação []o trabalho. (Amostra 00 (C))
- Nota 5. As categorias lexicais [+N] - nomes e adjetivos - não são atribuidores de caso, por isso, para garantir a gramaticalidade da construção é necessário inserir uma preposição funcional, marcadora do caso oblíquo ao DP regido:
i. *desejar justiça*
ii. **o desejo justiça* → *o desejo de justiça*
iii. **desejoso justiça* → *desejoso de justiça*
- Nota 6. “*O lobo muda o pêlo, não o espírito (essência)*”.
- Nota 7. O pronome *eles*, nessa configuração sintática, não está necessariamente no caso nominativo para o falante, visto que o pronome acusativo *os* provavelmente não faça parte do léxico do falante. Com isso, a concordância também é ambígua nesse contexto.
- Nota 8. *Forma infinita* é empregada aqui em oposição a *forma finita*; compreende, portanto, as três formas nominais: infinitivo, gerúndio e particípio.
- Nota 9. Vimos no capítulo 1 que o latim não tem preposição ECM.
- Nota 10. Vimos no capítulo 1 que o infinitivo latino não admite sujeito nulo (pro), porque seu infinitivo é [-Agr], isto é, não apresenta desinências que permitam identificar um sujeito pronominal não pronunciado, ou melhor, é uma posição não regida, inóspita para um DP.

CONCLUSÃO

As diferenças morfológicas e sintáticas entre o infinitivo do latim clássico e o infinitivo do português brasileiro padrão podem ser resumidos em alguns poucos pontos:

- (a) O português perdeu quase totalmente a marca têmica do infinitivo latino. Alguns vestígios de tempo são, no entanto, ainda perceptíveis, principalmente na forma composta com o verbo auxiliar *ter+particípio*. Lemle (1984:183) detecta no morfema flexional do infinitivo [+Agr] “um aporte semântico ligado ao tempo”. A idéia predominante entre os gramáticos, no entanto, é de que o infinitivo [+Agr] apenas informa sobre aspecto acabado e não-acabado, e não propriamente tempo. O *time frame* do infinitivo está fortemente amarrado ao da oração matriz pela *consecutio temporum*. Raposo (1987) assinala ser essa ausência da marca de tempo no infinitivo [+Agr] que constitui o traço distintivo entre a oração com predicado finito e a oração com predicado infinito. A ausência da marca de tempo impede que o infinitivo [+Agr] atinja status de oração independente (oração-raiz). Na sua contingência de oração subordinada, o infinitivo [+Agr] tem condições de receber a marca têmica de I da oração matriz e, assim, atribuir caso nominativo a seu DP sujeito.
- (b) O português superou praticamente todo o mecanismo sintático das construções ECM, marca característica da oração infinitiva latina, chamado genericamente de *acusativo com infinitivo*. O português somente preservou as construções ECM com os verbos causativos e perceptivos, mas, por outro lado, enriqueceu o mesmo mecanismo com sua extensão à preposição *para*, uma construção inviável no latim, pois não admite infinitivo regido por preposição.
- (c) O latim aplicou, inicialmente, a construção ECM (acusativo com infinitivo) apenas aos verbos transitivos, como se a oração infinitiva fosse DP complemento. Mais tarde, porém, num provável processo de regularização, estendeu seu emprego para todos os verbos, inclusive para os inacusativos e intransitivos, que não são atribuidores de caso acusativo. Assumimos que as construções com verbos inacusativos são reguladas por regra default. O PB não registra ocorrências dessa natureza, pois violam a Teoria do Caso.
- (d) As orações infinitivas latinas são basicamente IP, categoria não opaca a regência de fora da oração infinitiva, liberando, dessa forma, o mecanismo ECM. A oração infinitiva portuguesa, ao contrário, corresponde normalmente a CP, uma barreira para regência externa, emprestando-lhe, em contrapartida, mais autonomia em relação à oração matriz. A admissão de DP na posição de sujeito

do infinitivo desencadeou a construção *nominativo com infinitivo* no português, em oposição à construção *acusativo com infinitivo* no latim. Os verbos causativos e perceptivos e a preposição *para* podem selecionar diretamente IP (ou InfP com DP na posição de sujeito, e não PRO), mas sua condição de verbos ECM está desprestigiada no PB, pois há preferência pela fórmula inovadora, isto é, *nominativo com infinitivo*.

Em suma, o infinitivo do latim clássico se caracteriza como [-Agr] e [+T], e o infinitivo do português brasileiro como [+Agr] e [-T]. Com a possibilidade de o infinitivo vir regido por preposição, ampliou-se o leque sintático das orações infinitivas para as orações adverbiais e relativas.

Os dados que levantamos junto a crianças de Porto Alegre e Florianópolis e junto a informantes do Projeto VARSUL reforçam, aparentemente, a pretensa marginalidade do parâmetro do infinitivo [+Agr]: (i) de um lado, os falantes tendem a não incorporá-lo à sua gramática internalizada, e (ii) de outro lado, na linguagem formal (escrita), a tendência é aplicar a regra de concordância sujeito-infinitivo sempre que houver contexto favorável. O item (i) vai ao encontro da presunção de Martins (2001) de que o PB falado estaria sofrendo um processo de desfinitivização do infinitivo [+Agr]. O item (ii) cria, talvez, mais uma brecha para fins de distinção social.

Registramos um emprego reduzidíssimo de infinitivos [+Agr] entre os 76 informantes do Projeto VARSUL: apenas em 32% das ocorrências com contexto favorável ao infinitivo [+Agr] foi aplicada a regra de concordância sujeito-infinitivo. Os fatores favorecedores da flexão do infinitivo que se mostraram significativos no processamento quantitativo VARBRUL foram: (i) fatores sintáticos: (a) especificação do sujeito: nulo (peso 0,64) e expresso (peso 0,41), (b) continuidade do sujeito: diferente (peso 0,59) e idêntico (peso 0,29); (ii) fatores sociais: idade: +50 anos (peso 0,60) e -50 anos (peso 0,40). Os resultados minimizam, sem dúvida, o pretenso processo de desprodropização do PB falado. A parcimônia no emprego do infinitivo [+Agr] não resulta apenas de restrições internas ao infinitivo, mas também a interferências de outras áreas, como as mudanças no sistema pronominal, o emprego do sujeito pronominal com “afrouxamento” da flexão verbal, apagamento do -r infinitivo (não computado), saliência fônica (não avaliada), etc. Aparentemente os mais idosos flexionam mais o infinitivo do que os mais jovens, que pode sinalizar uma possível mudança em curso, apontada por Martins (2001). A escolaridade não se mostrou significativa como previmos, pondo em dúvida a aquisição tardia do parâmetro. O número reduzido de ocorrências não nos autoriza, seguramente, a fazer generalizações sobre tendências na fala da Região Sul, e, muito menos, a atestar uma gradativa redução no emprego do infinitivo [+Agr], pois isso exigiria um estudo mais criterioso, em tempo real, e não apenas em tempo aparente.

Torna-se crucial para a investigação lingüística definir como o parâmetro do infinitivo [+Agr] é adquirido pelo falante brasileiro, e como põe em uso essa faculdade. Critérios apenas gramaticais não explicam adequadamente essa extravagância da língua. O infinitivo [+Agr] é um incômodo apêndice do infinitivo [-Agr] que ainda não encontrou seu lugar definitivo na gramática do português brasileiro, a despeito do empenho dos gramáticos. Por isso, constitui um diminuto espaço democrático da língua onde os falantes,

pouco ou muito escolados, podem desinibidamente esgrimir seu estilo sem serem molestados.

Em razão da falência dos critérios puramente gramaticais para descrever e explicar o infinitivo [+Agr], convocam-se outros critérios, mesmo extralingüísticos:

- (i) Proximidade x distância ou dependência x independência: a proximidade do infinitivo com o verbo da oração matriz indica dependência, ou suscita no falante a noção de locução verbal ou conjugação perifrástica, inibindo a flexão do infinitivo. A distância, ao contrário, pode “quebrar” a noção de locução verbal ou dependência, concedendo maior autonomia ao infinitivo, isto é, liberando o emprego do infinitivo [+Agr].
- (ii) Repetição e redundância: em orações infinitivas coordenadas, ou mesmo várias subordinadas de papéis sintáticos diferentes, o sujeito já está dado na primeira oração infinitiva, seria redundante aplicar a regra de condordância nas orações infinitivas subseqüentes com sujeito idêntico.
- (iii) Intencionalidade e ênfase: o falante, querendo destacar o sujeito, privilegia a forma pessoal do infinitivo (nominativo com infinitivo); querendo, porém, enfatizar a ação ou o processo verbal em si, opta pela forma impessoal do infinitivo.
- (iv) Clareza, harmonia, beleza, elegância também são lembrados como possíveis fatores de emprego de um ou outro dos dois infinitivos.

A questão central no emprego do infinitivo português é como superar a ambigüidade gerada com o surgimento da variante [+Agr] disputando o terreno sintático que antes era exclusividade do infinitivo [-Agr]. A distribuição de um e outro nunca foi pacífica. O PB falado informal já estaria dando, aparentemente, sinais de rejeição dessa ambigüidade, ao optar pelo emprego exclusivo do infinitivo [-Agr]. O português padrão aponta, aparentemente, para outra direção: opta pela flexão sempre que o contexto sintático o permite.

A TRL parte do léxico na descrição do infinitivo [+Agr], pois são os núcleos lexicais que selecionam as propriedades categoriais de seus argumentos. A Teoria do Caso, ajustado aos demais módulos, mostra ser produtivo na descrição e explicação das orações infinitivas do português.

BIBLIOGRAFIA

- ALI, Manuel Said. 1966. *Dificuldades da língua portuguesa*. RJ, Livraria Acadêmica.
- ALMEIDA, Napoleão Mendes de. 1956. *Gramática metódica da língua portuguesa*, 8ª ed. S.Paulo, Editora Saraiva.
- ALKMIN, Tânia Maria. 2001. *Sociolingüística* [Parte I]. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. vol.1, S.Paulo, Cortez, 2001: 21-47.
- BARBOSA, Jerônimo Soares. 1830. *Grammatica philosophica da língua portugueza*. Lisboa, Academia Real das Ciências.
- BARBOSA, Rui. 1953. *Réplica. Obras completas de Rui Barbosa*, Vol. XXIX, 1902, Tomo II, Rio de Janeiro: MEC, 1953: 360-398.
- BASSETTO, Bruno Fregni. 2001. *Elementos de filologia românica*. S.Paulo, EDUSP.
- BECHARA, Evanildo. 2001. *Moderna gramática portuguesa*, 37ª ed. Rio de Janeiro, Editora Lucerna.
- BELLO, Andres. 1958. *Gramatica latina y estudios complementarios*. Caracas, Ministerio de Educacion.
- BENUCCI, Franco. s/d. *Prepositional particles and portuguese personal infinitive*. Padova, Un. de Padova.
- e POLETTO, Cecilia. 1992. *Inflected infinitives and C projection*. Padova, Un. De Padova e Venezia.
- BOSCOVIC, Zeljko. 1997. *The syntax of nonfinite complementation. An economy approach*. Cambridge-Mass., The MIT Press.
- BUENO, Francisco da Silveira. 1958. *A formação histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- BUSSARELLO, Raulino. 1998. *Máximas latinas*. Florianópolis, Editora da UFSC.
- CAMACHO, Roberto Gomes. 2001. *Sociolingüística* [Parte II]. In: MUSSALIM, Fernanda & BENTES, Anna Christina (orgs). *Introdução à lingüística: domínios e fronteiras*. vol.1, S.Paulo, Cortez, 2001: 49-75.
- CÂMARA JR., José Mattoso. 1972. *Dispensos*. Rio de Janeiro, Fund.Getúlio Vargas.
- CARONE, Flávia de Barros. 1988. *Subordinação e coordenação. Contrastes e confrontos*. S.Paulo, Editora Ática.
- 1986. *Morfossintaxe*. S.Paulo, Editora Ática.
- CEGALLA, Domingos Paschoal. 1967. *Novíssima gramática da língua portuguesa*. S.Paulo, Cia.Editora Nacional.
- CHOMSKY, Noam. 1970. *Remarks on nominalization*. In: Jacobs & Rosenbaum (eds), *English transformational grammar* (pp.184-221).
- 1981a. *Lectures on government and binding*. Dordrecht, Foris.
- 1981b. *Principles and parameters in syntactic theory*. In: Hornstein and Light-

- foot (eds), *Explanation in Linguistics*, 123-146.
- 1986a. *Knowledge of language, its nature, origin and use*. N.York: Praeger.
- 1986b. *Barriers*. Cambridge-Mass, MIT Press.
- 1988. *Language and problems of knowledge. The Managua lectures*. Cambridge-Mass., MIT Press.
- 1998. *Linguagem e mente*. Brasília, Editora UnB.
- COMBA, Pe.Júlio. 1977. *Programa de latim*. São Paulo, Editora Dom Bosco.
- COUTINHO, Ismael de Lima. 1972. *Pontos de gramática histórica*. Rio de Janeiro, Ao Livro Técnico S.A.
- 1976. *Gramática histórica*. Rio de Janeiro, ao Livro Técnico SA.
- CUNHA, Celso e CINTRA, Lindley. 1985. *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro, Ed.Nova Fronteira.
- ECKERT, Penelope. 1989. *The whole woman: Sex and gender. Differences in variation*. In: *Language Variation and Change*, 1, 1 (1989: 245-267), Cambridge, Cambridge University Press.
- ELIA, Sílvio Edmundo. 1957. *O ensino do latim*. Rio de Janeiro, Livraria Agir Editora.
- 1974. *Preparação à lingüística românica*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- ELISEU, André Manuel Godinho Simões. 1984. *Verbos ergativos do português: descrição e análise*. Lisboa, Faculdade de Letras de Lisboa.
- ERNOUT, A. & THOMAS, F. 1953. *Syntaxe latin*. Paris, L.C.Klincksieck.
- FARIA, Ernesto. 1995. *Gramática da língua latina*. Brasília, FAE.
- et alii. 1962. *Dicionário escolar latino-português*. 3ª ed. Rio de Janeiro, MEC.
- FURLAN, Oswaldo A. e BUSSARELLO, Raulino. 1997. *Gramática básica do latim*. Florianópolis, Editora da UFSC.
- GALVES, Charlotte. 2001. *Ensaio sobre as gramáticas do português*. Campinas, Editora da Unicamp.
- GÓIS, Carlos. 1943. *Sintaxe de concordância*, 8ª ed., Belo Horizonte, Ed.Globo.
- GOMES, Christina Abreu. s/d. *Variação e mudança na expressão do dativo no Português Brasileiro*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- GONÇALVES, Anabela Proença L.M. 1992. *Para uma sintaxe dos verbos auxiliares em PE*. Lisboa, Universidade de Lisboa. (diss.de Mestrado)
- GORSKI, Edair. 1997. *O infinitivo na fala de Florianópolis: (im)pessoalização*. Florianópolis. (cópia xerocada).
- GRANDGENT, C.H. 1952. *Introducción al latín vulgar*. 2ª ed., Madrid, Publicación de la Revista de Filología Española. (trad. Francisco de B.Moll).
- GUY, Gregory R. 1993. *Análise quantitativa da variação lingüística*. In: Dennis R.Preston - American Dialect Research, John Benjamin Publishing Co., Amsterdam-Philadelphia, 1993.
- HAEGEMAN, Liliane. 1994. *Introduction to government and binding theory*. 2nd ed., Oxford-UK, Blackwell.
- HAUY, Amini Boainain. 1987. *Da necessidade de uma gramática-padrão da língua portuguesa*. S.Paulo, Editora Ática.
- HOFMANN, Johann B. 1958. *El latín familiar*. Madrid, Instituto ‘Antonio de Nebrija’. (trad. Juan Corominas).
- ILARI, Rodolfo et alii. 1995. *Os pronomes do português falado: roteiro para a análise*. In: *Gramática do português falado*. Castilho, A.T. & Basílio, M. (orgs), vol.iv: Estudos Descritivos. S.Paulo, Editora da Unicamp.

- IVO, Oscarino da Silva, REZENDE, Antonio Martinez e MAFRA, Johnny José. 1987. *Latim fundamental*. Belo Horizonte, Editora da UFMG.
- JACKENDOFF, Ray. 1997. *The architecture of the language faculty*. Cambridge-Mass., The MIT Press.
- KATO, Mary A. 2001. *Nomes e pronomes na aquisição*. In: Letras de Hoje, 36, n° 3, setembro/2001.
- 1999. *A restrição de mono-argumentalidade da ordem VS no português do Brasil*. In: Fórum Lingüístico, vol.2, n.1, outubro 2000:97-127, Florianópolis, UFSC.
- LABOV, William. 1972. *Sociolinguistic patterns*. Philadelphia, Un.of Philadelphia Press.
- 1996. *Principios del cambio lingüístico. vol.1: factores internos*. Madrid, Editorial Gredos S.A.
- 2001. *Principles of linguistic change. vol.2: social factors*. Oxford-UK, Blackwell
- LADEIRA, José Dionísio. 1986. *A flexão do infinitivo em português*. RJ, UFRJ.
- LEMLE, Miriam. 1984. *Análise sintática*. S.Paulo, Editora Ática.
- LESSA, Luiz Carlos. 1976. *O modernismo brasileiro e a língua portuguesa*. 2ª ed., Rio de Janeiro, Grifo.
- LIMA, Agenor Ferreira. 1978. *Latim*. Manaus, Universidade do Amazonas.
- LIPPARINI, Giuseppe. 1961. *Sintaxe latina*. Petrópolis, Editora Vozes Ltda.
- LOBATO, Lúcia Maria P. 1986. *Sintaxe gerativa do português. Da teoria padrão à Teoria da Regência e Ligação*. Belo Horizonte, Editora Vigília Ltda.
- LOREGIAN, Loremi. 1996. *Concordância verbal com o pronome TU na fala do Sul do Brasil*. Florianópolis, UFSC.
- LUFT, Celso Pedro. 1976. *Dicionário de gramática da língua portuguesa*. Porto Alegre, Editora Globo.
- MACAMBIRA, José Rebouças. 1971. *A estrutura da oração reduzida*. Fortaleza, UFCe.
- MACIEL, Maximiano. 1931. *Gramática descritiva*, 12ª ed., RJ, Livraria Francisco Alves.
- MARTINS, Ana Maria. 2001. *On the origin of the Portuguese inflected infinitive*. In: Historical Linguistics, 1999, Edited by Laurel J.Brinton, Amsterdam, John Benjamins Publishing Company.
- MAURER JR, Theodoro Henrique. 1959. *Gramática do latim vulgar*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- 1968. *O infinito flexionado português*. São Paulo, Cia.Editora Nacional-USP.
- MEIER, Harri. 1973. *Ensaio de filologia românica*.
- MELO, Gladstone Chaves de. 1970. *Gramática fundamental da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- 1971. *Iniciação à filologia românica*. Rio de Janeiro, Livraria Acadêmica.
- MENGE, Hermann. 1955. *Repertorium der lateinischen Syntax und Stilistik*. 12.edição. Leverkusen, Gottschalksche Verlagbuchhandlung.
- MILROY, L. 1987. *Language and social networks*. 2nd edn. Oxford, Blackwell.
- MIOTO, Carlos, SILVA, Maria Cristina F. e LOPES, Ruth E.V. 1999. *Manual de Sintaxe*. Florianópolis, Editora Insular.
- 1995. *Lingüística e ensino de gramática*. In: Lingüística e Ensino da Língua Portuguesa, 08/1994: 7-17, Porto Alegre, PUCRS.
- 1998. *Preposições: núcleos lexicais ou funcionais?* In: Lingüística e Ensino. Reflexões para a prática pedagógica da língua materna. Florianópolis, Ed.Insular (165-79)
- MONGUILHOTI, Isabel de O. e S. & COELHO, Izete L. 2002. *Um estudo da concordância verbal de terceira pessoa em Florianópolis*. In: Vandresen, Paulino (org). *Va-*

- riação e Mudança no Português Falado na Região Sul*. Pelotas, EDUCAt, 2002: 189-216.
- MORAES, Euzi Rodrigues. 1971. *O infinitivo flexionado em português: uma análise transformativa*. Rio de Janeiro, UFRJ.
- NASCENTES, Antenor. 1954. *Elementos de filologia românica*. Rio de Janeiro, Ed.da Org. Simões.
- NEVES, Maria Helena Moura. 1999. *Gramática de usos do português*. S.Paulo, Ed.Unesp.
- NÓBREGA, Vandick da. 1962. *Novo método de gramática latina*. Rio de Janeiro, Livraria Freitas Bastos SA.
- NOWAK, Martin A., KOMAROVA, Natalia L. & NIYOGI, Partha. 2002. *Computational and evolutionary aspects of language*. In: *Nature*, Vol.417/6, June 2002.
- OLIVEIRA, Marco Antonio. 1983. *Phonological variation and change in Brazilian Portuguese: the case of the liquids*. Philadelphia, Un.of Philadelphia.
- 1987. *Variável lingüística: conceituação, problemas de descrição gramatical e implicações para a construção de uma teoria gramatical*. In: *DELTA*, Vol. 3, nº 1, 1987: 19-34.
- OMENA, Nelize Pires de. s/d. *As influências sociais na variação entre NÓS, e A GENTE na função de sujeito*. [cap. 14]. Rio de Janeiro, UFRJ.
- PAINTER, Marília L. 1991. *The inflected infinitive in Brazilian Portuguese*. Gainesville-Florida, in: *Language Quarterly* 29:1-2, 1991: 1-45.
- PAIVA, Maria da Conceição de. s/d. *O percurso da monotongação de [ey]: observações no tempo real*. Rio de Janeiro, UFRJ. (cópia xerocada)
- PEREIRA, Eduardo Carlos. 1927. *Gramática histórica*. 5ª ed., São Paulo, Cia.Ed.Nacional.
- 1957. *Gramática expositiva*, 102ª edição. S.Paulo, Cia.Editora Nacional.
- PERINI, Mário Antonio. 1977. *Gramática do infinitivo português*. Petrópolis, Ed.Vozes.
- 1998. *Gramática descritiva do português*. S.Paulo, Editora Ática.
- 2002. *Sofrendo a gramática*. S.Paulo, Editora Ática.
- PINKER, Steven. 2002. *O instinto da linguagem*. S.Paulo, Martins Fontes.
- PONTES, Eunice S.L. 1986. *Sujeito: da sintaxe ao discurso*. S.Paulo, Editora Ática.
- RAPOSO, Eduardo Paiva. 1992. *Teoria da gramática. A faculdade da linguagem*. Lisboa, Ed.Caminho SA.
- 1987a. *Case theory and Infl-to-Comp: The inflected infinitive in European Portuguese*. *Linguistic Inquiry*, 18:1, 85-110.
- 1987b. *Romance infinitival clauses and Case Theory*. Neidle, C. e R.A.Nuñez-Cedeño (eds), *Studies in Romance Languages*, Foris, Dordrecht.
- 1998. *Da teoria de princípios e parâmetros ao programa minimalista: algumas idéias-chave*. S.Bárbara, Universidade da Califórnia. (cópia xerocada).
- RAVIZZA, P.João. 1934. *A morfologia latina*. 5ª ed. Lorena, Estabelecimento Gráfico São José.
- 1956. *Gramática latina*. 13ª edição. Niterói, Escola Industrial Dom Bosco.
- RIBEIRO, Ernesto Carneiro. 1956. *Serões gramaticais*. Salvador, Livr.Progresso Ed.
- 1951. *Tréplica. A réplica do Dr.Ruy Barbosa*. Salvador, Livraria Progresso Ed.
- RIBEIRO, Júlio. 1914. *Gramática portuguesa*. S.Paulo, Melillo.
- RIZZI, Luigi. 1993. *Some notes on linguistic theory and language development: the case of root infinitives*. Trieste, Université de Genève. (draft)
- ROBERTS, Julie. 2002. *Child language variation*. In: Chambers, J.K.: Trudgill, Peter & SCHILLING-ESTES, Natalie (eds). *The Handbook of Language Variation and*

- Change*. USA, Blackwell. (pp. 333-348)
- ROCHA LIMA, Carlos Henrique. 1972. *Gramática normativa da língua portuguesa*. Rio de Janeiro, Livraria José Olympio Ed.
- ROCHA, Maura A.de Freitas. s/d. *Complementizadores no português do Brasil: uma abordagem inter- e intra-sistêmica*. Uberlândia, UFU. (pp. 141-163)
- RÓNAI, Paulo. 1980. *Não perca o seu latim*. Rio de Janeiro, Editora Nova Fronteira, 16ª impressão.
- SCHERRE, Maria Marta Pereira. 1988. *Sobre a atuação do princípio de saliência fônica na concordância nominal*. (cap. 16). In: TARALLO, Fernando (org). *Fotografias sociolinguísticas*. Campinas, Pontes-Unicamp.
- SCLIAR-CABRAL, Leonor, 1999. *Como as crianças estruturam o seu léxico mental inicial?* In: Aquisição da Linguagem. Questões e Análises. LAMBRECHT, Regina R. (org), Porto Alegre, EdiPUCRS, 1999:125-138.
- SILVA, Fábio L.Lopes da. 2000. *De Descartes a Newton: para uma história do pensamento chomskiano*. In: Fórum Lingüístico, vol.2,n.1, outubro 2000:73-96, Florianópolis, UFSC.
- SILVA, Maria Cristina Figueiredo. 1996. *A posição sujeito no português brasileiro. Frases finitas e infinitas*. Campinas, Ed.da Unicamp.
- 1998. *Inovações morfológicas no português brasileiro*. In: Lingüística e Ensino, CABRAL, Loni G. e GORSKI, Edair, Florianópolis, Ed.Insular, 1998:181-198.
- SOUZA DA SILVEIRA, Álvaro F.de. 1972. *Lições de português*. Rio de Janeiro, Livros de Portugal.
- STEN, Holger. 1952. *L'infinitivo impessoal et l'infinitivo pessoal en portugais moderne*. Copenhague.
- STOWELL, T. 1981. *Origins of phrase structures*. Doctoral Dissertation, Cambridge-Mass, MIT Press.
- TESNIÈRE, Lucien. 1969. *Éléments de syntaxe structurale*. Paris, Klincksieck.
- TONELLI, L. & DRESSLER, W.U. (eds), 1992. *Natural morphology. Perspectives for the nineties*. Selected papers from the workshop at the Fifth International Morphology Meeting, Krems, 1992.
- VASCONCELOS, José Leite. 1900. *Estudos de filologia mirandesa*. Lisboa, Imprensa Nacional.
- WILLIAMS, Edwin B. 1938. *From latin to portuguese*. Philadelphia.
- ZILLES, Ana Maria S., MAYA, Leonardo Z. e SILVA, Karine Q.de. *A concordância verbal com a primeira pessoa do plural em Panambi e Porto Alegre, RS*. In: Organon vol.14, nº 28 e 29, 2000, Instituto de Letras, UFRGS.

ORAÇÕES INFINITIVAS DOS 72 ENTREVISTADOS PROJETO VARSUL

A - Ocorrências com concordância sujeito-infinitivo

B - Ocorrências sem concordância sujeito-infinitivo

Porto Alegre [POA]

- 04** **A** 01. Eu ouvi falar de me [*pro*] *contarem* lá, que...
02. Apesar *delas estudarem*...
- B** Nenhuma ocorrência.
- 08** **A** Nenhuma ocorrência.
- B** Nenhuma ocorrência.
- 18** **A** 03. Então só falta *eles criarem* essa religião aqui...
04. Não tem esse negócio de *tu te arrependeres*
05. e [*pro*] *ficares* boazinha...
- B** 01. ... só que em vez de [?][*pro*] *pegar* mil, vamos pegar quatro mil...
02. Porque tu já imaginaste, *tu trabalhar* o mês inteiro,
03. e chegar (?) no fim do mês *tu receber* quatro mil?
04. ... tudo quer ser senador, eles dão duro pra [?][*pro*] *ter* o voto do povo...
- 16** **A** 06. Eu acho que pra *eles terem* certeza...
07. ... já ensinando os filhos a [*pro*] *se tratarem* de tu.
08. Essas escolas elas foram preparadas *pras crianças irem* pra lá,
09. ... e [*pro*] *se prepararem* para que quiserem exercer.
10. Vocês pra [*pro*] *virem* aqui...
- B** 05. ... já eles pediam *pros pais comprar*. (o livro)
06. ... e o pai não vai se deslocar daqui seja pra onde *eles te botar*...
07. Pra *tu ver* que isso aí...
08. É impossível *tu*, numa rua de movimento, *saber* tudo quem é...
09. Agora, só que não era exigido *tu sair* dali sabendo tocar piano.
- 11** **A** 11. Mandar *eles cobrarem* do Olívio, né?
12. Agora *tu andares* meia-noite, uma hora na rua tu estás...
- B** 10. E aí viemos morar, antes de *nós comprar* aqui,
11. até pra [?][*pro*] *ir vendo* o local...
12. Queimo lixo aí no pátio *pros vizinhos ver*, né?
- 14** **A** Nenhuma ocorrência.
- B** 13. ... de onde vai sair o dinheiro *pras pessoas comprar pra mim poder* ãh faturar?
14. Em vez de [?][*pro*] *chamar* o padre, coloquem uma música do Roberto Carlos.
15. ... em vez *deles [fazer]- ter* aquela tristeza...
16. ... porque era hora *deles ir* embora com Deus.

17. ... não tenho nada que dizer do namoro deles, apesar *deles ser* jovens.
 18. ... pra [?][*pro*] *se conhecer* melhor. (eles, os jovens)
 19. ... pedindo *pras pessoas posar* junto.
- 07** **A** 13. Apesar de [*pro*] *serem* pretos, tudo, mas era gente que trabalhava, operários...
 14. Prefeitura pede pra cuidar..., mas eles são os primeiros também a [*pro*] *destruírem*, né?
- B** 20. ... *pros caras vir* tirar a árvore que acharam de puxar um pouco pro lado.
 21. Pô, os caras pra [?][*pro*] *abrir* isso aqui têm que fazer uma força louca.
- 19** **A** Nenhuma ocorrência.
- B** 22. Bota o som bem alto, *pros vizinhos brigar*.
 23. Então é melhor *tu botar* um quilo de farinha.
 24. Agora ele vai arrumar direitinho pra *nós ir* de novo.
 25. Não precisava *tu ter contado*.
 26. ... então eles mandam *tu voltar* na terça-feira.
 27. ... ele vai alimentar o teu espírito, né? ***pra ti viver*** bem...
 28. Não, tu vai sempre reencarnar. Até *tu conseguir* a perfeição.
- 15** **A** 15. ... *das pessoas mostrarem* o que têm, né?
 16. Não adianta *as faculdades despejarem* aí uma série de engenheiros e médicos...
- B** 29. ... (todos eles)..., apesar de [?][*pro*] *ter* alto poder aquisitivo, são...
 30. Hoje pra *tu conseguir convencer* um filho a fazer...
 31. Além de *tu pegar* uma área livre
 32. e [?][*pro*] *colocar* um espigão em cima...
 33. ... essa turma dos mais velhos aí, *eles colocar*, ..., as administrações...
 34. (todos eles)..., apesar de [?][*pro*] *ter* curso superior, ...
- 20** **A** Nenhuma ocorrência.
- B** 35. Mas assim de *tu poder* pelo menos, no caso, né?
 36. ... aconteceu há pouco, de *tu poder entrar* na tua casa, né?
 37. O colégio particular, não adianta assim *tu basear* muito nele,
 38. uma coisa é *tu querer botar* num colégio particular,
 39. outra coisa é *tu fugir* para um colégio particular... como salvação.
 40. ... eu saía nas portas pedir dinheiro pra *nós fazer* cortinas, sabe?
 41. ... essa possessão, de *tu ter que se dedicar* só pra isso...
- 21** **A** 17. ... até [*pro*] *acalmarem* os ânimos do Brasil inteiro, né?
- B** Nenhuma ocorrência.
- 24** **A** 18. Que que me adiantava meu pai me deixar uma fortuna e *eu sair* na rua, [*pro*] *dizerem* assim...
 19. Apesar de *eles dizerem* que não é mau, ...
 20. (A gente) ouve na televisão, ouve *eles falarem*.
- B** Nenhuma ocorrência.

- 36** **A** 21. Depois, [quando]- lá pelas tantas, eu comecei a entender o jeito *das pessoas viverem lá, né?*
 22. (E) aí, [eu]- [eu]- eu telefonei pra cá e pedi *pras pessoas me matricularem* (aqui),...
23. ... os adolescentes estão cada vez mais arrogantes e com mais espaço *pra serem arrogantes* (também).
 24. ... pra interferir na vida dos caras assim, né? *tu dares aula pra elite assim,...*
 25. ... são caras que sempre [arranjaram]- fizeram [os]- *os filhos estudarem em escolas legais, né?*
 26. ... que todo o trabalho dela era de fazê *os caras levantarem a cabeça* e reclamá e exigi coisas.
 27. A gente gostaria de fazê *eles se tocarem* de que não é assim, né?
 28. ... o objetivo seria que as pessoas de fato aprendessem, o conhecimento servisse *pra elas, né? mudarem o mundo assim, né?*
 29. *agirem no mundo de uma forma legal assim, não conservá as coisas como estão, sei lá...*
- B** 42. ... tem sempre pessoas legais *pra tu encontrá, assim, por aí, coisas interessantes pra fazê...*
 43. ... e a infra-estrutura legal *pra tu dá aula legal assim, né?*
 44. ..., [mas é]- (eu acho) legal *pra ti pensá* assim, entendê como é que está lá, né?
 45. ... isso aí é legal *de tu consegui* sabê, né?
 46. ... tem tudo que é tipo de gente, até tem espaço *pra acontecê coisas inusitadas, né?*
 47. ... só o fato *de tu sê um professor,*
 48. *de tê sido contratado pra dá aula pro cara...*
 49. ... que todo o trabalho dela era um trabalho de fazê os caras levantarem a cabeça e *reclamá e e-gi coisas...*
 50. ... o objetivo seria que as pessoas de fato aprendessem, o conhecimento servisse pra elas, né? mudassem o mundo assim, né? *agirem no mundo de uma forma legal assim, não conservá as coisas como estão, sei lá...*
- 28** **A** 30. ..., daí, sei lá, apareceu uma festa *pra irem*, mais era, assim, um casamento ou aniversário.
 31. E lá mais ainda, né? porque lá tinha a história *de não entenderem* o que eu estava falando, ...
 32. ... eles são mais-, sei lá, *por serem mais quietos talvez, acabrunhados*, não sei...
 33. E é bonito *tu veres [as]- as maneiras, né?* que as pessoas têm de encará os mesmos fatos, né?
 34. Não tem muita coisa, não tem nem um calçadão *pras pessoas caminharem*, agora...
 35. Também nós não temos história de [peso]- [de]- *de governadores tentarem a reeleição,...*
- B** 51. ..., ainda me lembro *deles* (hes) *i me visitando.*
 52. ..., tu não encontra ninguém *pra ti tomá um suco,...*
 53. ... sabe? Tu tem sempre alguma coisa *pra ti vê.*
 54. Só tem umas cordinhas, vire e mexe assim, *pra ti ajudá* a passá de um lado pro outro, ...
 55. ..., né? porque imagina [tu]- *tu tê [um]- um trailer de lanches* e tu fica cuidando...
 56. Não, olha, é mais interessante *tu i- pro mercado, vê mais alguma coisa, né?*
- 39** **A** 36. Então eu vejo... essas chances de através do PT *nós chegarmos num socialismo, nós chegarmos [num]- num comunismo*, através dum comunismo *nós chegarmos numa filosofia tzu.*
 37. Como eu fui contra *de cercarem aqui o edifício.*
- B** 57. ... que o trem foi o... o [a]- a gente, *pra ti tê uma idéia*, pra gente...
 58. Bom, as viagens de trem..., *pra ti tê uma base,*
 59. *pra ti i daqui a Caxias*, que hoje tu leva uma hora e meia de ônibus, tu levava de trem três horas.
 60. *Pra ti i daqui a Montenegro*, tu levava umas duas horas...
 61. ... o país, ele não tem como, [se]- seria como *tu trabalhá, trabalhá, trabalhá*, tu trabalha...
 62. ... e tu é livre *pra ti ir no cinema, pra ti comprar o teu sapato...*
 63. Eu acho que a liberdade é *tu tê liberdade* de escolhê,...
 64. ..., porque tu não pode ... é difícil *de tu fazê...*
 65. ..., porque hoje- e [eu -... tu i daqui a Rio de Janeiro, tu teria a opção de i pelo mar...
 66. Então, *entre tu ficá na claridade excessiva e na exaustão*, tu fica no meio...
 67. ..., então, não adianta [tu]- *tu praticá muito bem o Taoísmo*, se tu não te alimenta bem.
 68. Não adianta *tu também dormi bem*, se tu depois tá correndo...

69. ..., tendo 15 minutos *pra tu almoçá, comê uma coisa assim*.
70. De primeiro, [pra]- [pra]- [pra]- *pra tu i preso* tu tinha que sê preto, pobre e comunista.
71. Luciana, tu tens liberdade *pra tu fazê* o que tu quisé nesse parque
72. e eu só deixo um caminhozinho *pra ti i dessa ponta até a outra ponta*.
73. ..., mas com um cerebrozinho reduzido *pra ti pensá*.

- 38** **A** 38. ... ele fazia *as crianças pesquisarem em pontos* que [dedicam os oficiais] a história deles.
39. [O que]- [o que]- o que antes acontecia *de eles saírem correndo com as pastas* pra depois pedi nota...
40. ..., eu acho que não precisa *as pessoas mudarem o comportamento* pra [tê]- ter experiências pessoais, né?
41. ... aquilo era uma coisa fantástica, acontece naquele lugarejo de repente *eles terem atendimento de um especialista*, né?
42. ... respeito, né? cidadania, a individualidade dos países, né? e [pro] *resolverem os seus problemas*, né?
- B** 74. ..., mas [pra tu fazê]- [pra tu]- *pra tu fazê e acontecê*, tu erra.
75. É muito fácil *pela Internet chegá lá, (...), fazê teu trabalho*.
76. ..., as pessoas faziam fila *pra sê atendida por ele...*
77. ..., havia naquela época com o Projeto Rondon uma meta de *fazê os alunos no final do ano passar um período nesses lugares*.
78. ... mas eu acho assim [há uma]- é como assim *tu pegá um clips* e [botá um do lado]- uni um do lado do outro, quando tu pega um, pega todos...

Florianópolis [FLP]

- 02** **A** 01. ... eu fui fazer uma dobradinha *pra nós comermos*, que era dia do pai, que não quis ter trabalho. [1113-5]
- B** 01. *Pra tu ver* como na época o papai conseguia segurar tudo. [1214]
- 01** **A** 02. E o meu pai dizia pra eles *pra eles me ensinarem* a nadar, né? [343-4]
03. Aí depois [que]- que soltar a pele, tu pega as castanhas e coloca no leite [pra]- *pra elas ficarem molinhas*, até amolecer. [656-9]
- B** 02. ... e coloca no leite [pra]- *pra elas ficarem molinhas*, até [?][pro] *amolecer*. [657-9]
03. Eu não tinha paciência de deixar *as coisas cozinhar*, assim, separadamente. [678-9]
04. E o meu não deixava *nós ir*, mas a gente sempre ia. [879]
05. Eu era assim: fazia amém, (“fazia *os outros dizer*”) *amém a tudo*. (1058-9)
- 06** **A** Nenhuma ocorrência.
- B** 06. Essa reviravolta toda, *os jovens responder* aos mais velhos, né? [158-9]
07. Vai ser um sargento do Exército, rapaz, *pra tu ganhar*. [234-5]
08. E deixava uma passagem *pros navios passar*. [681-2]
- 07** **A** Nenhuma ocorrência.
- B** Nenhuma ocorrência.

- 12 **A** 04. É, bandeira é [a gente]-, por exemplo, a gente correr, né? e *os outros procurarem*. [264-5]
 05. ... nós chegamos num ponto de *nós irmos* tudo para o chefe geral. [531-2]
- B** 09. ... que hoje já não dá mais pra *eles brincar* porque é uma casa em cima da outra, né? [238-9]
 10. E a gente naquela agitação: vem pra cá, vai pra lá, né? pra *eles não poder se machucar*. [240-2]
 11. Ele não queria e não deixava [os]- *os demais funcionários trabalhar*, sabe? [520-1]
 12. Aí ele nos deu a carta pra *todos nós ler* e aí nós desmentimos o camarada, né? [554-6]
 13. ... e chamava aquelas senhoras, ..., pra [?][*pro*] *tomar* o café junto com a gente. [1035-6]
 14. ... acostumou sempre trazer um ossinho pra *eles estar roendo*. [1404-5]
- 11 **A** 06. Mas, atualmente, é muito difícil *nós sairmos*. [584]
 07. E é difícil, *tu*, como mãe, *aceitares uma* [‘*coisa*’] *dessa*, né? [771-2]
- B** 15. É sempre *os filhos enterrar* os pais... [380-1]
 16. Depois *deles ter saído* pra ir trabalhar, a Ana Paula... [845-6]
 17. Eu sempre tive pena *das minhas filhas fazer* esse trabalho doméstico. [893-4]
 18. ... então, eu gosto de fazer *para os outros comer*. [941-2]
 19. É, ela está vendo *nós falar muito*, né? [964]
- 14 **A** 08. Até *eles tomarem* uma decisão certa, não querendo matar, acho que matar não. [379080]
 09. Fez com que deixasse a esposa com os filhos pra [*pro*] *juntarem*. [487-8]
- B** 20. Pra que a gente vai na igreja ver *as pessoas falar em Deus*, se... [566-7]
- 15 **A** 10. Então hoje eu fico muito decepcionada quando eu vejo *políticos falarem no menor abandonado*. [397-9]
 11. ... davam um dinheiro, né? pras pessoas e [*pro*] *poderem sair dali*. [935-6]
- B** 21. Era só *eles continuar a obra de Nereu Ramos*. [428-9]
 22. Eles, *em vez de* [*pro*] *reconstruir*, demoliram... [452]
 23. ... pra dar uma educação *pra eles estudar*... [488-9]
 24. ... *pra eles ter uma religião*, né? [490-1]
 25. ... *pra* [*pro*] *ter uma outra criação*. [491-2]
 26. Então, se tivesse um lugar desse, *pra eles acolher essas crianças*, talvez... [497-8]
 27. ... eu fico bem, assim, bem aborrecida quando eu vejo *eles falar em menor*... [506-7]
 28. E fazer *os filhos também acreditar a mesma coisa*, né? [1239-40]
- 18 **A** Nenhuma ocorrência.
- B** 29. “Dez reguadas *pra ti aprender* a ficar quieto quando eu mando.” [394-5]
 30. *Apesar dos pais chamar a atenção e tudo*, a gente ia. [564-5]
 31. ... a gente fazia caminho *pros turistas ir lá em cima*. [883-4]
 32. ... que ele não queria deixar *nós jogar futebol*, esse negócio aí. [1155-6]
- 17 **A** Nenhuma ocorrência.

- B** 33. ... tinha que ter autorização da... do juizado tudo, *pras crianças sair*. [257-8]
 34. Já não se sabe se vai acontecer *elas arrumar marido*, ... [442-3]
 35.... talvez eu mais me apeguei a ele, mas *não a fim de nós namorar*. [579-80]
 36. ... quando queriam ir embora, eu batia *pra eles não ir*, pra mim não ficar sozinha. [1013-5]
 37. Batia neles *pra eles não ir*, aí é que eles iam, né? [1017-8]
- 23 A** 12. Que tal, [a gente]- *nós dois alugarmos um apartamento* ou uma casa? [301-2]
- B** Nenhuma ocorrência.
- 24 A** 13. ... tudo produtos perecíveis, né? *pra depois [pro] serem distribuídos para as bancas de peixe*. [86-7]
 14. Tinha uma missa *pra depois [pro] começarem o desfile*. [639-40]
 15. É pro lado da Joaquina, *ao invés de tu ires pra Joaquina*, pra Barra, tá? [1282-3]
 16. Por exemplo, antigamente, *pra tu ires pro aeroporto*, era uma viagem. [1344-5]
- B** 38. [Um]- um dia, nós tivemos licença *para [pro] sair sozinhas*, [824-5]
 39. *[pro] fazer* compras... [825]
 40. Então, aquelas festas, assim, [de]- *se reunir as famílias, as moças, os rapazes...* [942-4]

Curitiba [CTB]

- 01 A** 01. Plantas que às vezes levam as mudas, levam seis, sete anos *pra [fazer]- [pro] se formarem muda*, se perdem em uma semana.
 02. ... daí são obrigados a voltar pro local onde bate cartão, tudo, né? e *[pro] ficarem* lá.
- B** 01. Eles vão refazendo, né? *pra sempre [pro] ter produção*.
 02. Tiraram o barro dali pra *[pro] fazer tijolos, telhas...*
 03. ... a professora, ..., que deveria orientar as crianças a *[pro] zelar* pelas plantas, elas não fazem.
 04. ... daí nós temos que pegar nos outros hortos pra *[pro] suprir* o que as crianças destroem ...
 05. ... daí são obrigados a *[pro] voltar* pro local onde bate cartão, tudo, né?
- 08 A** 03. ... às vezes deixa *pros outros cuidarem...*
- B** 06. É uma coisa que, né? era *pra eles tomar uma iniciativa*
 07. e *[pro] fazer* alguma coisa, né?
- 13 A** 04. Com toda a segurança que tem no próprio jardim ali já aconteceu de *[pro] assaltar residência*, aí.
 05. De noite eu escuto, mais do que uma vez, *eles apitarem*.
- B** 08. É que não têm mais condições de *[pro] circular nas ruas de Curitiba*.
- 14 A** 06. Não faz mal *vocês ficarem*.
- B** 09. Era minha alegria e dos meus irmãos de *[pro] juntar osso*

10. *pra [pro] vender, né?*
 11. Nós ia trabalhar lá *pra [pro] poder pagar essa aqui.*
 12. Você vai buscar depois uma folhinha lá *pra elas ver*, Silvana.
 13. Vá buscar aquelas fotografias *pra elas ver*, vá!
 14. *Antes deles ir*, eles me deram, sabe?
- 03** **A** 07. Se eu entrei pra ficar aqui, então é difícil *[pro] me tirarem daqui* pra levar pra lá.
- B** 15. Por que não colocam esses piás aí *pra [pro] ir aprendendo*, fazendo esse negócio.
 16. Daí não deixava *eles dormir*.
 17. *Irmãos se gostar* é normal.
- 04** **A** Nenhuma ocorrência.
- B** 18. Às vezes *eles ser mal-educados com as pessoas*, mas...
 19. ... ali na Rússia, né? a fome, a necessidade *de eles adquirir uma carne*, umas frutas, é coisa mais triste.
- 21** **A** 08. Eu já vi *diversos garotos já cheirarem cola*, né?
 09. Eu acho que é essa a solução, né? *[pro] Perdoarem a dívida do Brasil*, né?
- B** Nenhuma ocorrência.
- 16** **A** Nenhuma ocorrência.
- B** 20. Pô, mas não adianta *vocês vir pra cá*.
 21. Eles iam lá *pra [pro] pegar daí o barco*
 22. *pra [pro] atravessar*,
 23. *pra [pro] ir lá pra Santa Catarina*.
- 05** **A** 10. ... o trabalho que a gente fazia, [em]- em função [de]- de união de nossos jovens, de atração de outras pessoas *pra [pro] participarem dos grupos*, né?
 11. E eu acho muito importante, a atração desse pessoal, quer dizer, *esses grupos ainda existirem*, e existem, eu sei...
- B** 24. Nós participávamos, sempre que era possível, às vezes até dias de semana, *pra [pro] fazer um treino*, ...
 25. ... então eles inclusive [é]- fazem muitas arrecadações [pra]- *pra [pro] poder manter esse tipo de...*
- 12** **A** 12. ... tenho que pagar umas máquinas, uns negócios aí, né? *pra [pro] me pagarem*, ...
 13. ... eu acho bonito, né? a maneira *deles falarem...*
- B** 26. A maneira deles... *deles falar*, né?
- 02** **A** 14. De vez em quando a prefeitura vim e mandar tirar aquilo. O perigo *de [pro] porem fogo ali*, né?
- B** 27. ... de vez em quando tinha que tirar o curso pra tirar a serpentina da rua *pros cavalos poder andar*, porque era com cavalo, né?

- 06 A 15. E ele mandava *nós fazermos os mapas* e marcava um dia para levar.
 16. ... e todas elas eram [tudo] de fora [devido os pais]- *devido os pais de viajarem*, né?
 o pai ser engenheiro, por exemplo, médico...
 17. Quando é dez horas, já **tem que todas estarem recolhidas*, porque passou das onze
 eles já mexem.
 18. hoje é difícil *as pessoas, os filhos obedecerem*, aí tem multa.
- B 28. Aqui as pessoas saem um pouco daqui *pra [pro] poder ir comprar*.
 29. ... e são enfermeiras que estão dispostas a [?]*[pro] ir*
 30. e [?]*[pro] atender qualquer doença...*
 31. a qualquer hora [?]*[pro] atender*
 32. e [?]*[pro] ir pra guerra*.
 33. Os professores precisam se alimentar bem *pra [pro] poder conversar perante vinte,
 trinta a quarenta alunos numa sala de aula*.

Obs.: A ocorrência com * é, provavelmente, uma hipercorreção.

Flores da Cunha [FLC]

- 19 A Nenhuma ocorrência.
- B 01. Até castigo os professores davam *pra [pro] poder conseguir ensinar português*.
- 01 A 01. Não adianta *vocês me esconderem*, se eu ouvi, né? melhor falar, né?
 02. Pelo jeito *deles falarem*, que não é que nem nós.
 03. Sim, só discutem, assim, mas *não de [pro] se baterem assim*, né?
- B 02. Não adianta vocês me esconderem, se eu ouvi, né? melhor [?]*[pro] falar*, né?
- 22 A Nenhuma ocorrência.
- B 03. ... não tem, por exemplo, terra *pra botar máquinas trabalhar*, né?
 04. ... e depois o governo tomou de volta, botou dois *pra [pro] cuidar lá*.
 05. “Mas não dá *pra ti fazer menos*, não?”
- 04 A 04. ... pros pais ensinar as crianças desde pequenas a *[pro] saberem se doar* e favorecer
 um ao outro.
 05. Vou mostrar o folheto *pra vocês*, *pra vocês terem uma idéia* do que é...
 06. ... porque *pra eles é mais barato irem pra lá*,
 07. do que *[pro] virem aqui pro Sul*.
- B 06. Mas o modo de *nós viver assim do meu pai...*
 07. ... eu acho maravilhoso o modo *deles viver*.
 08. Depois ele engarrafava ele, [então]- *fazia nós lavar todas aquelas garrafas*.
 09. Às vez- tinham pessoas que pediam *pra nós trabalhar nas lojas...*
 10. Sabe? *as moças trabalhar fora*, porque mulher...
 11. Isso eu acentuo muito..., *pros pais ensinar as crianças desde pequenas a saberem se
 doar*
 12. e [?]*[pro] favorecer* um ao outro.
 13. ... ele fazia uma bandeja e mandava *nós entregar uma pra cada vizinha*.

14. “Que bom, né? pai sempre deixava *vocês vim dormir comigo*.”
15. Claro, eles gostam de ver *pra* [?][*pro*] *se atualizar*.
16. “Não, mas não, não vamos ouvir novela; *só pra nós ouvir música*.”
17. ... os moços já têm que começar *pra* [?][*pro*] *se defender*, por quê?
18. “Larga de mão, deixa *elas tomar uma iniciativa própria*, já mudou o tempo, né?”
19. Por exemplo, o modo *de tu sentar*.
20. ... com uma agulha nós fazia um bloquinho *pra* [?][*pro*] *fazer* os rascunhos.
21. Aí ele me dava dinheiro *pra nós comprar outro*.
22. E também não são *de* [*pro*] *se doar*. (eles)
23. Como eu estava te dizendo hoje de manhã assim, o modo *deles falar... o italiano...*
24. Isso aqui tu tens que pagar um ingresso *pra tu entrar*, e se passa tudo aqui dentro.
25. No domingo convidaram nós *pra* [?][*pro*] *ir lá*, e eles moram logo *pra lá* de Olinda...
26. Aí no domingo, *depois de* [?][*pro*] *convidar nós*
27. *pra* [?][*pro*] *almoçar*, eles têm praia particular.
28. ... *pra* [?][*pro*] *me mostrar* como é que eles faziam
29. *pra* [?][*pro*] *tirar os cocos*.
30. Agora, nós *pra* [?][*pro*] *ir morar lá...*
31. Eles não são aassim *de* [?][*pro*] *ficar muito*, né?

- 08** **A** Nenhuma ocorrência.
- B** 32. Não votei em branco *pra* [não] *os caras não aproveitar o meu voto de repente*.
 33. Pode deixar o caminhão aberto lá que não tem problema *de ladrões entrar lá*.
 34. ... e eles te dão 24 horas *pra* [?][*pro*] *chegar a Porto Alegre*.
 35. ... o falar dos paulistas lá é... o jeito *deles falar* é outro.
 36. ... fomos lá. Carregar cerveja, lá em Feliz, nós escutando *eles falar alemão*.
- 02** **A** 08. Eu sempre procurei ensinar *pra elas levarem pra casa...*
 09. *Apesar de* [*pro*] *serem professoras* que atendem...
- B** 37. Essa mudança assim de uma hora *pra outra tu sentir diferença de vinte anos...*
 38. ... que tu tens de trabalhar *pra* [?][*pro*] *receber*, eles vão ver que...
 39. É, tudo vem dali, tudo, mas no momento que sente que tem de lutar *pra ti viver*, que tu tem...
 40. O que a gente tinha continuou tendo, mantendo *pra poder estudar os filhos...*
 41. ... tu levavas até corte... assim sem confeccionar pro momento que precisasse *tu não pedir*.
 42. ... então a gente comprava com canto pronto, depois, inclusive, esse canto *pra ti combinar as cores...*
 43. Sim, [educavam freira]- ãh educavam *pra* [?][*pro*] *ser freiras*.
- 23** **A** Nenhuma ocorrência.
- B** 44. Eu aprendi por conta. Só ver *os outros fazer*.
 45. Porque deixava *os filhos passar o fim de semana lá...*
- 17** **A** 10. ... e dá oportunidade também *deles escolherem*, né?
- B** 46. Porque não adianta *nós querer*, toda vez que tem uma coisa que está errada, desligar a televisão...
- 21** **A** 11. Essa seria minha função: *de nós irmos juntos* apresentar o cliente, né?

- B** 47. Nós paramos *pra* [?][*pro*] *fazer um lanche de manhã...*
- 03** **A** 12. Mas a gente procura sempre explicar bem em casa, ... *pra eles não entrarem*.
13. As meninas também, é até bonito ver *elas falarem*.
14. Falo tudo em italiano *pra eles não ouvirem*.
- B** 48. Depois tem aquelas roletas, aqueles cavalinhos ***pra ti jogar a tarde inteira...***
49. ... estão sempre se queixando *de não* [?][*pro*] *ter dinheiro*, essas freiras nunca têm.
50. ... porque nunca ninguém sequer convidou elas *pra* [?][*pro*] *sair*,
51. ou *pra* [?][*pro*] *almoçar na casa de um...*
- 12** **A** 15. Então veja você: *pra não* [*pro*] *gastarem* [aquele]- *aquele espaço de terra*,
16. o que eles fizeram? ... *pra não* [*pro*] *gastarem a terra embaixo*,
17. *pros tratores poderem trabalhar embaixo* e cultivar a laranja, ...
18. O nome Popokelvis é um nome que um dia eu vi na tv [*pro*] *chamarem um índio de Popokelvis*.
- B** 52. Bom! Então eles, eles... *pra* [?][*pro*] *explicar o porquê* que eles ficaram brabos com o Garibaldi.
53. Quer dizer, *pra eles ter alguma coisa de sustento*,
54. eles teriam que plantar *pra depois* [?][*pro*] *colher*.
55. ... levaram trinta e seis dias de navio *pra* [?][*pro*] *chegar aqui*.
56. Então, *pra* [?][*pro*] *substituir essa mão-de-obra do negro*, eles pegaram um escravo branco.
57. Estamos construindo... *pra* [?][*pro*] *produzir 1500 toneladas de suco...*
58. ... eu sei que *antes de* [?][*pro*] *usar a marca*, nós tínhamos feito já a renovação...
- 18** **A** 19. ... então a gente vai mandar uma segunda correspondência *para eles confirmarem a presença*.
20. Porque eles estão muito mais longe *pra* [*pro*] *se deslocarem*.
21. ... acho que deu *pra vocês perceberem*.
22. ... nós tínhamos, assim, uma coisa sagrada, quase isso, né? *de nós entregarmos o dinheiro* que nós podíamos arrecadar *pra* ajudar as missões.
- B** 59. Agora eles viram que a única forma *de* [?][*pro*] *ganhar*
60. é [?][*pro*] *fazer uma reunião dançante*.
61. “Então deixa *eles se divertir*”, eu dizia, né?
62. Então nós não vamos precisar de outros médicos estranhos à família *para* [?][*pro*] *so-correr as pessoas parentes*.
63. Nós tínhamos... de nós entregarmos o dinheiro que nós podíamos arrecadar *pra* [?][*pro*] *ajudar as missões*.

Panambi [PAN]

- 12** **A** Nenhuma ocorrência.
- B** 01. Não adianta *tu participar do Lions Clube*,
02. [?][*pro*] *participar disso*,
03. [?][*pro*] *participar daquilo*.
04. ... deveriam *eles se condenar eles mesmos...* (os políticos)
05. ... o ano passado enfiaram 70 milhões de dólares, lá dentro, *pra* [?][*pro*] *poder manter a*

empresa andando.

06. E tem que vendê-la, *pra tu ser bom*, tem que vender ela...
07. Se for possível *tu entrar na sarjeta*
08. *pra* [?][*pro*] *limpar uma sarjeta*, eu vou lá e limpo.
09. Semear é produção, é trabalhar, não adianta *tu ficar reclamando*, que...
10. ... gente gabaritada de assumir qualquer coisa, né? *de tu chegar assim...*
11. Muito fácil hoje *os caras* [é]- *no fim tomar conta* do que tu tem.
12. ...mas muito roubado, dia claro, *pra eles ter um bom salário*, bom carro, boa casa...
13. ... eu acho que não adianta *tu ficar brabo*.
14. ... então ficou quanto mais parcelado, mais leis a [?][*pro*] *ser ajeitadas...*

- 04** **A** Nenhuma ocorrência.
- B** 15. ... mas então noivos também, né? Que estão fazendo, né? *pra* [?][*pro*] *se formar*, né?
16. As galinhas, o porco, tem uns porco *pra eles carnear*, tem uns bois, né?
- 10** **A** 01. ... mas eles plantam com muito adubo e deve ser firmas muito poderosas no cacau
pra [*pro*] *poderem produzir assim*.
02. ... e deixáva(mos) todas as chaves dentro do carro, não tem problema, pensar *em*
[pro] roubarem o carro, né?
- B** 17. ... mas as dicas, as informações pros outros, por isso é fácil *eles entrar*.
18. ... eles compram *pra* [?][*pro*] *revender de novo*, né?
19. ... eles cantam, a gente vê [?][*pro*] *cantar muito*.
- 06** **A** Nenhuma ocorrência.
- B** 20. Eles vão ter os encontros deles *pra* [?][*pro*] *se conhecer*,
21. *pra* [?][*pro*] *iniciar os estudos*, né?
22. ... é mais fácil, acho eu, né? porque *pra os novos participar num culto*, né?
- 13** **A** Nenhuma ocorrência.
- B** 23. Roubam, se deixar ele mais ou menos a jeito *pra eles levar*, levam mesmo.
24. Hoje já está difícil (pra) nossos filhos, [*pra no*]- *pra* [?][*pro*] *conseguir um serviço...*
25. E os filhos, só se a gente meio obriga eles *pra* [?][*pro*] *falar em alemão*, se não, não
falam.
- 01** **A** Nenhuma ocorrência.
- B** 26. A gente sempre tem que estar em cima *pra eles estudar*, né?
27. Elas são loucas *pra* [?][*pro*] *ir*,
28. *pra* [?][*pro*] *visitar a tia*.
- 03** **A** 03. Então, não tem assim perigo *das pessoas mexerem* porque senão estraga bastante.
- B** 29. ... em que o presidente e o tesoureiro assinaram [*um*]- um aval *pra* [?][*pro*] *poder pa-*
gar salários.
30. E faltava [*um*]- um lugar *pra* [?][*pro*] *se reunir* [*as*]- as reuniões sociais.
31. E cantamos gratuitamente, *sem* [?][*pro*] *cobrar nada*, né?
32. Agora tem uma coisa, se fosse hoje *das autoridades tomar* [*essa*]- *essa atitude*,... ia

haver...

33. E nós insistimos *pra* [eles]- *falar o alemão*,

34. *pra não* [?][*pro*] *desaprender isso*.

- 05 A 04. Aí nós tivemo[s] que poupar uns dois anos *pra* [*pro*] *podermos*...
- B 35. ... depois que nós tinha *pra* fazer não tinha *pra nós conversar*
 36. ou [?][*pro*] *brincar com as amiguinhas*.
 37. ... quando nós fizemos a viagem *pra lá pra* [?][*pro*] *visitar eles*, aí eu...
- 17 A Nenhuma ocorrência.
- B 38. Daí deixaram o carro do outro lado e atravessaram a pé e pegaram outro carro e seguiram *pra* [?][*pro*] *poder casar*.
- 02 A 05. Temos mais um convite *para* [*pro*] *irmos a Timbó*, em Santa Catarina...
- B 39. Então, a língua alemão, né? ***Pra ti falar*** corretamente,
 40. [?][*pro*] *escrever*, é difícil manter a tradição.
 41. ... ele mesmo cola a cera dentro porque [*pra*]- ***pra ti conseguir o mel*** tu tem...
 42. ... mas olha que não é fácil *tu tirar férias*.
- 14 A 06. Porque é o melhor horário que existe *pra alunos eventualmente assistirem*.
 07. Já estivemos em Não-me-Toque, em Rondon, Ijuí, está previsto *pra* [*pro*] *irmos pra Timbó*, Santa Catarina...
- B Nenhuma ocorrência.
- 09 A Nenhuma ocorrência.
- B 43. Então pouparam [e]- *pra* [?][*pro*] *conseguir* o que faltava ainda
 44. *preles poder acompanhar*, né?

São Borja [SBO]

- 21 A 01. O casal está de ponta um com o outro, *pra evitar de* [*pro*] *tomarem a santa ceia de mal*...
- B 01. ... *pra tu ver*, ...
 02. Mestre, será certo *nós despedir o povo com fome agora*?
 03. Nós também multiplicamos *sem* [?][*pro*] *ter quase nada*...
- 09 A 02. Mas ajudava meus irmãos *a* [*pro*] *lidarem com os cavalos*, coisas assim, né?
 03. [*pro*] *Lidarem com vacas*, né? fazer a ordenha de manhã...
 04. Acho eu a partir do momento que tu fizeres uma coisa e que tu cobrares aquilo que tu achas que tu deves receber, [*pro*] *te pagarem*, tu não tens de que te queixar, não é?
 05. ... mas aí eu barro eles, né? *pra não* [*pro*] *fazerem* isso aí.
 06. ... não é de costume [*pro*] *medirem a pressão de todos*.

07. Já tive uma discussão com vizinhos *por* [pro] *estarem numa cidade*,
 08. *só* [pro] *conseguirem emprego naquela cidade*, estão falando mal da cidade.
 09. [pro] *Fazerem isso pra gente*, não dói?

- B**
04. Lidarem com vacas, né? [?][pro] *fazer a ordenha de manhã...*
 05. Não, é mais fácil *tu lidar com o gado* do que com o ser humano.
 06. ... a ovelha é mais difícil *tu apartar*, porque depois dela começar atrás do rebanho,
 07. é difícil *tu tirar ela...*
 08. Aí é mais fácil *de tu carregar ela*, entende?
 09. [?][pro] *apartar ela*.
 10. Tem duas maneiras ***pra ti tirar*** o óleo.
 11. Dá ***pra ti fazer*** compressa,
 12. dá ***pra ti misturar*** o óleo com um pouquinho de álcool...
 13. ... que tu tens ali o ar puro ***pra ti respirar***.
 14. Nossa Senhora! Pra saúde, menina, *tu levantar de manhã*
 15. e [?][pro] *respirar um ar puro no campo...*
 16. ... e tu pode tirar dali ***pra ti viver***.
 17. Mas não dá, não é possível, entende? *tu aceitar*.
 18. *Por tu trabalhar pra uma igreja*, tu não pode...
 19. ... tanto faz o curativo por fora, como *tu tomar o remédio*.
 20. Aí no caso que *tu precisar...*
 21. ... a gente faz o lazer, faz a brincadeira, uma coisa ***pra ti te aproximar*** das pessoas.

- 19** **A**
10. Então o[s] *senhor[es] têm que *procurarem um homem desses*, né?
 11. Isso está na história, [pro] *têm que *saberem amanhã*,
 12. [tem]- [pro] *têm que *saberem amanhã*.
 13. Não, *antes de vocês roubarem*, vocês se juntam aí...
 14. E eu era visado pra apanhar muito, [pro] *me darem um exemplo*, mas eu...

- B**
22. ... então não tem razão [de nós]- *de nós dizer* que somos ideológicos, né?
 23. Então nós, *pra* [?][pro] *ajudar ele*, ...
 24. ... vai criar muita dificuldade *pra eles formar esse partido*, né?
 25. Então era muito compromisso. *Pra eles dar um jornalzinho pra ler...*

- 10** **A**
15. Isso aí não interessa, o que interessa é *eles viverem a vida deles bem lá*, né?
 16. É, a gente fica tão apavorada com ela que poderia isso aí acontecer o pior, né? até
 [pro] *matarem ela*, né?
 17. Sim, tem [pra ti]- *pra vocês tomarem café passadinho na hora*.
 18. Primeiro colocáva(mos) chá gelado ali *para eles tomarem*, né?

- B**
26. Não é ruim não, basta *as duas pessoas se entender*.
 27. ... adianta ficar me matando lá, esperar *tu fazer um tempo de serviço...*
 28. ... pingo ela bem picadinha *pra tu não notar* que ficou pedaço.
 29. ... agora precisa *tu trabalhar...*

- 22** **A**
19. ... até analisando meus próprios filhos, o modo *de eles serem*, como eu era antes...
 20. ... foi difícil *pro meu pai e minha mãe me criarem*, né?
 21. ... por... cinco ou seis anos, até ficar normal, né? *pra* [pro] *me liberarem*,
 22. *pra o pai e a mãe me levarem pra campanha*, pra fora.

- B**
30. Caminhos por onde *tu sair de um aperto...*
 31. Ou às vezes tu, *pra* [?][pro] *escrever alguma coisa*, também tu tem que estar com ...
 32. Se olha o futuro, é como *tu estar numa estrada*, e...
 33. ... eles vão [lá]- compram *pra* [?][pro] *vender aqui*, né?

34. ... virão pra S.Borja naquela esperança, né? [?][pro] *ter um futuro promissor...*
 35. ... levavam pro quartel aí, surravam e te faziam *tu confessar coisas* que não sabia...
 36. Então, ali tinha *pros cavalos beber água*.
 37. ...e ficavam arrastando (os jovens) com o cano de descarga na boca até [?][pro] *morrer*.

- 07** **A** 23. ... então às vezes eu prefiro..., que eles estejam aqui comigo, do que *eles andarem por aí...*
 24. Eu me obrigo a fazer festinhas em casa *pra eles não andarem por aí*, né?
 25. Então não sei, o modo *deles praticarem* talvez seja um pouco diferente...
- B** 38. ... era uma faceirice que nós ficava. Que era difícil *nós vim*, né?
 39. “Vocês têm tudo hoje em dia *pra* [?][pro] *estudar*,
 40. *pra* [?][pro] *ser isso*,
 41. [?][pro] *ser aquilo*.
 42. Aí, quase todos os mês- nós passava pra lá *pra* [?][pro] *apresentar dança pros festivais deles lá...*
 43. ... a gente usava muito quorar a roupa, né? E é mesmo que *tu colocar no sabão...*
 44. ... mas eu não sei se as políticas deles, ..., *em vez de* [?][pro] *se unir*, né?
 45. E não gostava, né? mas só de ver *eles jogar...*
- 04** **A** 26. ... e dar o meio [pra ele]- *pra eles produzirem*.
 27. Eles conseguem água, conseguem luz, *depois* [de estar] [de]- *de* [pro] *lançarem* [as]- *as bases...*
- B** Nenhuma ocorrência.
- 06** **A** 28. ... *eles têm que *fazerem a vida deles...*
 29. E elas mesmas faziam, seu cafezinho, essas coisas, né? *pra* [pro] *saírem*.
 30. *Até tu chegares lá nas lojas...*
 31. *Além* [de]- *de* [pro] *matarem*, ainda estragam...
 32. E o problema é que *as pessoas* é assim, ó: *têm que *cuidarem...*
- B** Nenhuma ocorrência.
- 12** **A** 33. Eu acho que eles deveriam ganhar, né? um pedaço [de]- terra, né? *pra* [pro] *trabalharem*
 34. e [pro] *ganharem seu pão*.
- B** Nenhuma ocorrência.
- 08** **A** 35. Aí vale mais a pena *eles comprarem lá* do que comprar no Brasil.
 36. Eu acho meio difícil [pro] *devolverem*.
- B** 46. Vamos lá na casa deles quase todos os dias *pra* [?][pro] *ver eles*.
 47. Aí eles convidaram nós *pra* [?][pro] *ir* e nós fomos.
 48. Estava bem baixo hoje (o peso argentino), estava bem bom *deles comprar*.
 49. E quanto mais baixo o valor do peso, mais é melhor *pra eles comprar aqui*, né?
 50. Aí vale mais a pena eles comprarem lá do que [?][pro] *comprar aqui no Brasil*.
 51. Essa época é sempre uma época boa *pra eles vir comprar aqui no Brasil*.
 52. Sim, pedem *pra* [?][pro] *ferver (a água)*. Mas nós aqui temos filtro, nós nem fervemo-
 53. Não sei como é que fazem *pra* [?][pro] *sobreviver com salário mínimo*.

ANEXO DO CAPÍTULO 3

**A - Ocorrências de infinitivo [+Flex]: aplicação da concordância sujeito-infinitivo
= Infinitivo [+Agr]**

**B – Ocorrências de infinitivo [-Flex]: não-aplicação da concordância sujeito-infinitivo
= Infinitivo [-Agr]**